



Relatório e Contas \_ 2015



# Índice

Mensagem do Presidente \_5

## O Grupo

Quem Somos\_9

Prémios e reconhecimentos\_14

Destaques do Ano\_15

## O Negócio (Relatório de Gestão)

Linhas estratégicas\_19

Enquadramento\_21

A Envolvente\_21

O Setor\_22

A Regulação\_25

Segmentos de negócio\_30

Água e saneamento\_30

Resíduos\_71

Internacional\_72

Serviços partilhados\_74

Energia\_78

Sustentabilidade e desempenho\_79

Enquadramento\_79

Estratégia de sustentabilidade\_80

Stakeholders (partes interessadas)\_81

Gestão do risco\_82

Gestão do capital humano\_84

Análise económica e financeira\_88

Investigação, desenvolvimento e inovação\_92

Factos revelantes após o encerramento do exercício\_93

Cumprimento das orientações legais\_93

Perspetivas futuras\_108

Considerações finais\_109

Proposta de aplicação de resultados\_110

Anexo ao Relatório\_111

## As Contas

Demonstrações financeiras individuais\_117

Relatório e parecer do Conselho Fiscal\_155

Certificação legal de contas\_159

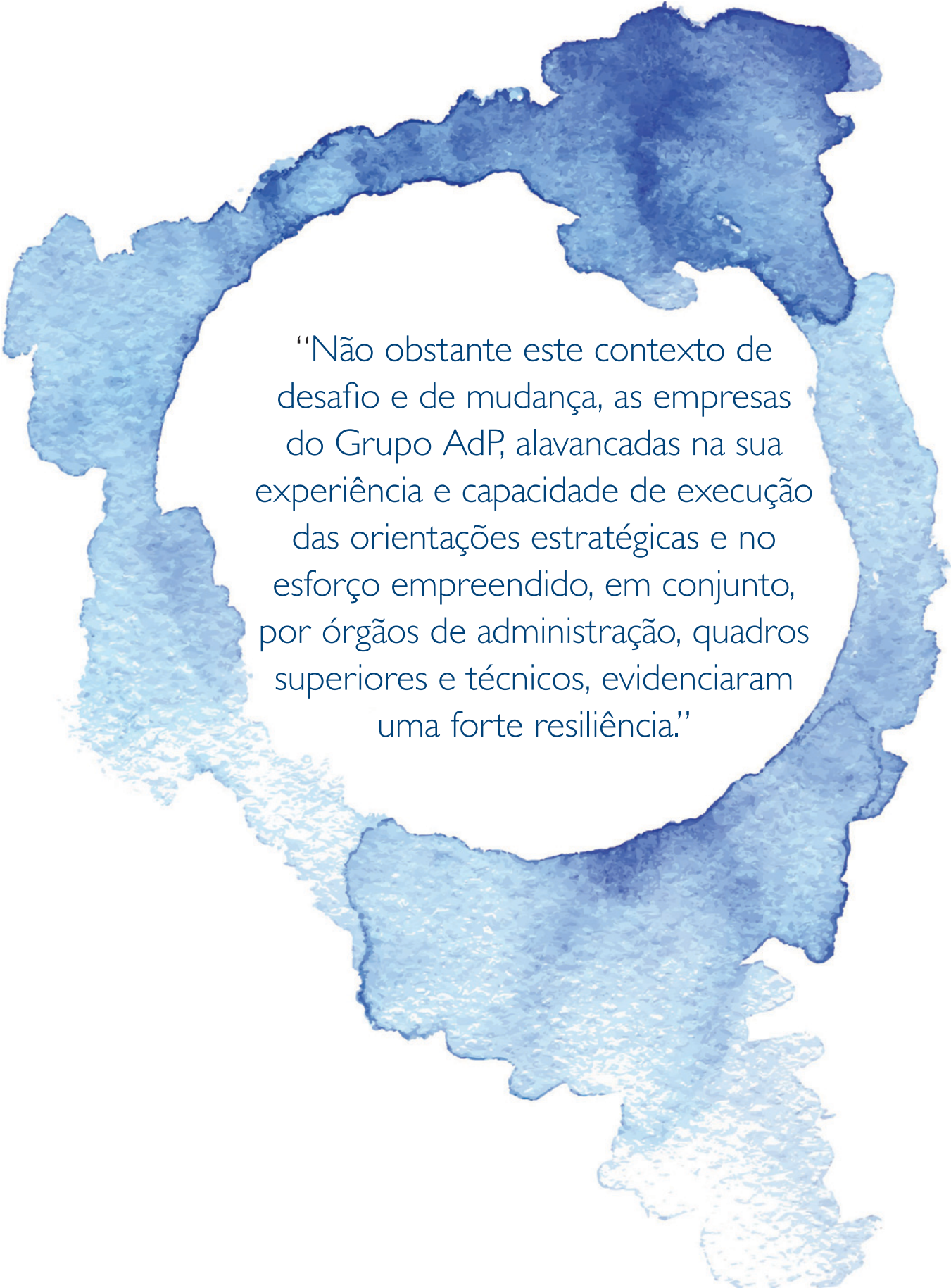
Relatório de auditoria\_162

Demonstrações financeiras consolidadas\_165

Relatório e parecer do Conselho Fiscal\_242

Certificação legal de contas\_246

Relatório de auditoria\_250



“Não obstante este contexto de desafio e de mudança, as empresas do Grupo AdP, alavancadas na sua experiência e capacidade de execução das orientações estratégicas e no esforço empreendido, em conjunto, por órgãos de administração, quadros superiores e técnicos, evidenciaram uma forte resiliência.”



**Afonso Lobato de Faria**  
*Presidente do Conselho de Administração*

## Mensagem do Presidente

O Grupo AdP, cuja atividade tem aportado um elevado contributo, ao longo das duas últimas décadas, para a evolução positiva registada ao nível da cobertura dos serviços e da melhoria da fiabilidade e da qualidade da água, enfrentava, ainda no início de 2015, desafios que colocavam em causa a sua sustentabilidade e, conseqüentemente, o equilíbrio do setor em geral.

O défice tarifário acumulado ao longo de duas décadas, e para o qual não havia sido proposta qualquer solução, e o nível elevado de dívidas de clientes municipais, constituíam-se como problemas da maior relevância pelo impacto direto, não só na sustentabilidade económico-financeira do Grupo, mas também na sua menor capacidade de realizar os investimentos necessários para dar cumprimento aos objetivos estratégicos sectoriais.

A reorganização que se desenvolveu durante 2015 materializava a mudança que era necessário empreender no sentido de garantir a sustentabilidade do setor e do Grupo AdP e a qualidade dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais em Portugal.

Enquadrado por um conjunto de alterações de natureza estratégica, legislativa, regulatória e macroeconómica, no que respeita ao Grupo AdP o caminho iniciado tinha por objetivo garantir a eficiência e a sustentabilidade económico-financeira dos sistemas, nomeadamente através da implementação de soluções robustas e com dimensão, com sinergias de escala e de gama e promovendo a eficiência e a redução dos custos operacionais,

promovendo ainda as condições para o cumprimento das recomendações do Tribunal de Contas.

Não obstante este contexto de desafio e de mudança, as empresas do Grupo AdP, alavancadas na sua experiência e capacidade de execução das orientações estratégicas e no esforço empreendido, em conjunto, por órgãos de administração, quadros superiores e técnicos, evidenciaram uma forte resiliência.

Assim, e constituindo a intensa reorganização empresarial do Grupo AdP, em si mesma, um enorme desafio que se considera suplantado, é com grande satisfação que o Conselho de Administração apresenta o relatório de gestão do exercício de 2015, confirmando o bom desempenho também ao nível económico-financeiro.

Os indicadores económico-financeiros apresentam resultados consistentes com a evolução histórica, sendo o resultado líquido de 2015 extraordinário, no montante de 166 milhões de EUR, impactado pela alienação do negócio de resíduos e também por outros fatores que influenciaram o desempenho operacional.

No desempenho operacional em 2015 destacam-se, desde logo, a revisão dos pressupostos inerentes à reestruturação implementada a partir do segundo semestre no segmento core de atividade do Grupo, com impactos nomeadamente ao nível do EBITDA, que apresenta uma diminuição de 41,8 milhões de EUR face a 2014, em resultado da redução da faturação do Grupo provocada, em grande parte, pela redução geral das tarifas praticadas à maioria dos clientes municipais das novas empresas agregadas.

O aumento das amortizações associadas ao investimento e o registo de imparidades, aliados ao esforço contínuo de contenção de gastos, influenciaram o resultado operacional, que se situou em 208 milhões de EUR no final do ano, apresentando uma redução de cerca de 8 milhões de EUR face a 2014.

Em contrapartida, destaca-se a redução do endividamento líquido do Grupo AdP em 206 milhões de EUR, face a 2014, valor para o qual contribuiu o montante recebido pela alienação da EGF e também a recuperação de dívida de clientes. De realçar o peso da componente de financiamento de longo prazo, que atinge cerca 85,5% do endividamento bruto do Grupo, o qual se situava em 2,4 mil milhões de EUR em 2015.

Nos últimos anos tem sido feita uma gestão financeira prudencial no Grupo AdP cujos resultados estão agora evidentes, não só no peso que o endividamento de longo prazo tem no total do endividamento, mas também na significativa componente de taxa fixa e na redução da volatilidade dos custos financeiros.

O aumento da maturidade da dívida e a redução do custo de financiamento junto da banca comercial, sendo fundamentais para a gestão prudencial da estrutura de financiamento do Grupo AdP, são essenciais para a garantia de condições de sustentabilidade que permitam continuar a contribuir para a promoção da qualidade e fiabilidade dos serviços prestados pelas nossas empresas às populações de todo o País.

É esta a missão do Grupo AdP: prestar serviços de qualidade, em quantidade e com fiabilidade. Trata-se de uma missão nobre, que tem vindo a ser prosseguida por um conjunto de profissionais excelentes, cujos resultados são reconhecidos nacional e internacionalmente, e que tem na sua génese a defesa e valorização do capital natural e humano do nosso país.



# O Grupo



A large, textured blue brushstroke background, resembling watercolor or paint applied with a brush. The color is a vibrant blue with some darker and lighter variations, giving it a hand-painted appearance. The edges are slightly irregular and feathered.

O Grupo



# O Grupo

## Quem Somos

### Missão, objetivos e políticas

A AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP SGPS) é uma sociedade gestora de participações sociais que, através das suas participadas, tem por missão conceber, construir, explorar e gerir Sistemas de Abastecimento de Água, de Saneamento de Águas Residuais e de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos e Industriais, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental, desenvolvendo um grupo empresarial português forte e de elevada competência, capaz de responder, com eficácia, aos grandes desafios que atualmente se colocam no setor do ambiente.

Constituindo-se com o instrumento empresarial do Estado para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visa promover **(a)** a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço; **(b)** a sustentabilidade do setor e **(c)** a proteção dos valores ambientais.

A sustentabilidade na utilização dos recursos naturais e a preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida, o equilíbrio e melhoria da qualidade ambiental, a equidade no acesso aos serviços básicos e a promoção do bem-estar através da melhoria da qualidade de vida das pessoas são os valores fundamentais do Grupo AdP.

Os objetivos do Grupo AdP são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas.

Nos termos do regime jurídico do setor empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista, define as orientações estratégicas.

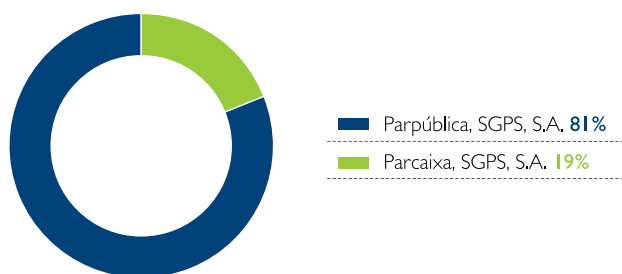
## O Grupo AdP

O Grupo AdP – Águas de Portugal desenvolve uma função estruturante no setor do ambiente em Portugal com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais.

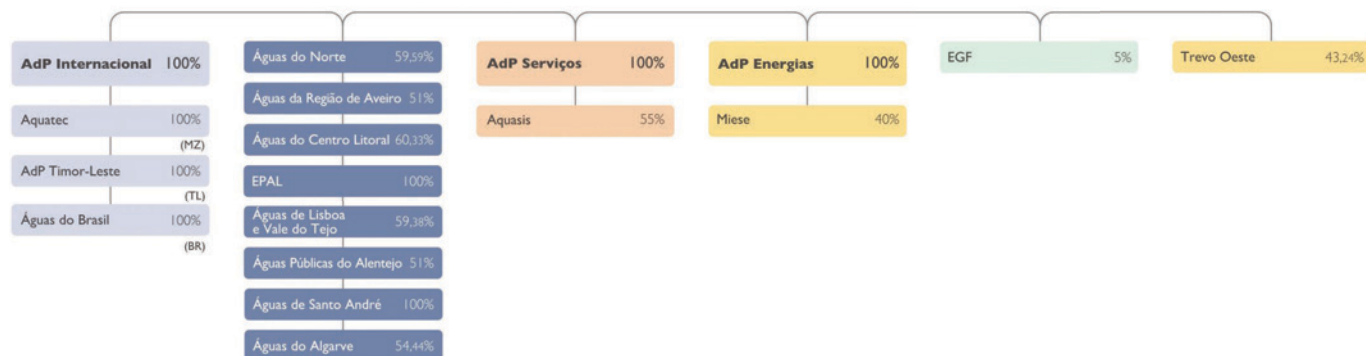
Através das suas empresas, o Grupo AdP tem uma presença em todo o País, de Norte a Sul, prestando serviços aos Municípios, que são simultaneamente acionistas das empresas gestoras dos sistemas multimunicipais (sistemas em “alta”), e servindo diretamente as populações através de sistemas municipais (sistemas em “baixa”) de abastecimento de água e de saneamento.

O Grupo também opera na área das energias renováveis, em serviços partilhados e em mercados internacionais.

## Estrutura acionista



## Organograma empresarial



- Internacional
- Água e Saneamento
- Serviços Partilhados
- Outros Negócios
- Resíduos

MZ: Moçambique / TL: Timor Leste / BR: Brasil

## Estrutura funcional

O Grupo AdP encontra-se estruturado em áreas de negócio que funcionam no quadro de um sistema de planeamento e controlo conduzido pela *holding*, a partir da qual se definem, de forma participada e interativa, as orientações estratégicas, os planos de negócio e de investimento, os objetivos e orçamentos anuais, procedendo-se, periodicamente, à sua revisão e controlo.



Para o correto exercício das suas funções, a AdP SGPS dispõe de um conjunto de órgãos funcionais para apoio à gestão do Grupo, responsáveis pela definição e implementação das políticas, pela gestão dos recursos corporativos e pela avaliação e controlo das participadas.

### • Finanças Corporativas

É responsável por definir e coordenar a política financeira do Grupo. Garante a gestão contabilística e fiscal do Grupo, nomeadamente harmonizando critérios, procedimentos e práticas de acordo com as normas nacionais.

## • Planeamento, Controlo de Gestão e Regulação

É responsável por assegurar a prestação da correta informação de gestão aos órgãos decisores para a adequada tomada de decisão, assim como a implementação de medidas corretivas e coordenar a estratégia regulatória, incluindo em matéria tarifária, e assegurar o relacionamento com a Entidade Reguladora, identificando os elementos chave para a minimização do risco regulatório e dos respetivos impactos na esfera patrimonial do Grupo AdP”.

## • Recursos Humanos Corporativos

É responsável pela definição das políticas e estratégia de recursos humanos do Grupo, bem como pela gestão dos seus recursos.

## • Auditoria Interna e Controlo de Risco

Tem por missão a identificação dos riscos inerentes aos negócios do Grupo, a realização de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade para avaliar os resultados.

## • Comunicação e Imagem Corporativas

É responsável pela definição da estratégia e da política de comunicação e imagem do Grupo e presta assessoria direta ao Conselho de Administração nestas matérias.

## • Investigação e Desenvolvimento

Tem por missão apoiar a inovação em áreas de conhecimento relevantes para o Grupo, desenvolver e coordenar e promover projetos de investigação e desenvolvimento com entidades externas nacionais e internacionais.

## • Sustentabilidade Empresarial Corporativa

Tem por missão planear, coordenar e executar a política de sustentabilidade e o programa de responsabilidade social do Grupo AdP, dando expressão organizada à visão, estratégia e compromisso dos princípios do desenvolvimento sustentável que o Grupo venha a fixar.

## • Secretário da Sociedade

As responsabilidades do Secretário da Sociedade resultam do Artº.446-B do Código das Sociedades Comerciais, competindo-lhe, nomeadamente, o apoio às reuniões dos órgãos sociais, certificação dos documentos da Sociedade, autenticação das assinaturas dos membros do Conselho de Administração, emissão de extratos de atas, seguimento das deliberações do Conselho de Administração e a conformidade dos livros oficiais da Sociedade.

## Órgãos Sociais

Órgãos Sociais em funções a 31 de dezembro de 2015, eleitos para o mandato 2015/2017.

### Mesa da Assembleia-Geral

<b>Presidente</b>	Ana Cristina de Menezes Pereira Paes Sequeira Rodrigues
<b>Vice-Presidente</b>	Maria Fernanda Joanaz Martins
<b>Secretário</b>	Manuel Bruno Rossi Ruano Gouveia Pereira

### Conselho de Administração

<b>Presidente</b>	Afonso José Marçal Grilo Lobato de Faria (renunciou ao cargo, com efeitos a 30 de abril de 2016)
<b>Vice-Presidente</b>	Manuel Maria Pereira Fernandes Thomaz
<b>Vogal</b>	Cláudio Miguel André de Sousa Jesus
<b>Vogal</b>	Gonçalo Ayala Martins Barata
<b>Vogal</b>	José Manuel Leitão Sardinha
<b>Vogal não executivo</b>	José Manuel Barros, por indicação das acionistas Parpública, SGPS, S.A. e Parcaixa, SGPS, S.A.

### Comissão Executiva

<b>Presidente</b>	Afonso José Marçal Grilo Lobato de Faria (renunciou ao cargo, com efeitos a 30 de abril de 2016)
<b>Vice-Presidente</b>	Manuel Maria Pereira Fernandes Thomaz
<b>Vogal</b>	Cláudio Miguel André de Sousa Jesus
<b>Vogal</b>	Gonçalo Ayala Martins Barata
<b>Vogal</b>	José Manuel Leitão Sardinha

## Conselho Fiscal

Presidente	Carla Ribeiro
Vogal	Mário José Alveirinho Carrega
Vogal	Ana Luisa Videira Gomes
Vogal Suplente	Graça Maria V.N. Montalvão Fernandes

## Revisor Oficial de Contas

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por José Luis Alves da Cunha, ROC.

## Secretário da Sociedade

Efetivo	Ana Cristina Rebelo Pereira
Suplente	Ricardo Cortes Ribeiro

## Auditor Externo

Ernst & Young Audit & Associados SROC, S.A.

## Carteira de participações

Empresa	Participação	Sede	Atividade
EPAL, S.A.	100,00%	Lisboa	Água em "alta" e distribuição de água em "baixa"
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	59,38%	Guarda	Água e saneamento em "alta"
Águas de Centro Litoral, S.A.	60,33%	Coimbra	Água e saneamento em "alta"
Águas do Norte, S.A.	59,59%	Vila Real	Água e saneamento em "alta" e em "baixa"
Águas do Algarve, S.A.	54,44%	Faro	Água e saneamento em "alta"
AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	51,00%	Aveiro	Água e saneamento em "baixa"
AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.	51,00%	Beja	Água e saneamento em "alta"
Águas de Santo André, S.A.	100,00%	V.N. Sto. André	Água, saneamento e resíduos
Empresa Geral de Fomento, S.A.	5,00%	Lisboa	Sub-holding
AdP Internacional, S.A.	100,00%	Lisboa	Sub-holding
Aquatec, Lda.	100,00%	Moçambique	Prestação de serviços técnicos
Águas do Brasil, S.A.	100,00%	Cabo Frio - Brasil	Sub-holding para o Brasil
AdP Timor-Leste, Lda.	100,00%	Timor-Leste	Prestação de serviços técnicos
AdP Serviços, S.A.	100,00%	Lisboa	Instrumental - prestação de serviços partilhados
Aquasis, S.A.	55,00%	Lisboa	Desenvolvimento/implementação de Sistemas de Informação Geográfica para o Saneamento Básico
AdP Energias, S.A.	100,00%	Lisboa	Realização de atividades no âmbito da gestão ambiental
Trevo Oeste, S.A.	43,24%	Alcobaça	Tratamento e valorização de resíduos pecuários
MIESE, Lda.	40,00%	Vila Real	Em processo de alienação

## Sucursais

Sucursais existentes a 31 de dezembro de 2015:

- AdP Internacional, Sucursal em Angola
- AdP Internacional, Sucursal em Cabo Verde
- AdP Internacional, Sucursal em Guiné Bissau

## Síntese de indicadores (consolidados)

### Elementos económico-financeiros

(em milhões de EUR)

	2013	2014	2015
Volume de negócios (1)	654,5	626,2	669,9
Desvios de recuperação de gastos	54,9	26,3	90,1
Resultado operacional (2)	223,7	216,1	208,7
EBITDA (3)	300,9	327,1	285,3
Resultados financeiros	(49,6)	(58,1)	34,1
Resultado líquido do exercício	104,7	102,3	166,0

(1) Não inclui o valor do réditto da construção (IFRIC 12) nem os desvios de recuperação de gastos. | (2) Resultados antes de juros e impostos.

(3) RO + Amortizações + Provisões + Perdas por Imparidade e Reversões - Desvios Recuperação de Gastos - Subsídios ao investimento

(em milhões de EUR)

	2013	2014	2015
Ativos de exploração (líquido)	5 460,8	4 776,3	4 803,1
Investimento	162,4	169,8	193,6
Dívida de clientes (1)	559,8	439,6	383,0
Total do ativo	7 595,5	7 491,7	6 407,0
Dívida financeira - Médio e longo prazo	2 423,5	2 139,7	2 065,8
Dívida financeira - Curto prazo	616,7	598,9	349,1
Dívida financeira - Total	3 040,2	2 738,6	2 414,9
Dívida financeira - Líquida	2 544,7	2 347,5	2 144,4
Subsídios	1 943,2	1 630,4	1 621,3
Passivo	6 353,3	6 164,1	4 978,7
Capital próprio (2)	1 242,3	1 327,7	1 428,3
Interesses que não controlam	325,3	340,8	298,7

(1) Referente apenas a valores faturados de água e saneamento. | (2) Capital Próprio inclui interesses que não controlam.

### Dados de atividade

	2013	2014	2015
Volume de água produzida (1)	590,2	573,3	573,5
Volume de água distribuída (1) (2)	76,0	74,4	75,3
Volume de água faturada (1)	570,8	553,3	577,2
Volume de água residual tratada (1)	505,1	546,7	456,3
Volume de água residual faturada (1)	447,7	475,8	463,1
Número de colaboradores	3 321	3 234	3 253

(1) Unidade: milhões de m<sup>3</sup>. | (2) Inclui água distribuída pela EPAL e AdRA.

### Indicadores económico-financeiros

	2013	2014	2015
Estrutura financeira (1)	2,4	2,1	1,7
Solvabilidade (2)	0,5	0,5	0,6
Autonomia financeira (3)	0,4	0,4	0,5
Crescimento do volume de negócios (4)	6,4%	0,1%	(3,4%)
Margem EBITDA (5)	47,5%	54,5%	49,2%
ROCE antes de impostos (6)	4,7%	4,3%	3,3%

(1) Dívida bancária/ Capital Próprio. | (2) (Capital Próprio + Subsídios)/ Passivo. | (3) (Capital Próprio + Subsídios)/ Ativo. | (4) Líquido de desvios recuperação de gastos.

(5) EBITDA/ Volume de negócios líquido de desvios recuperação de gastos. | (6) (EBIT/ Capital Empregue; EBIT = Resultado Operacional - Desvios Recuperação de Gastos);

(Capital Empregue = Ativo Líquido Total - Passivo de curto prazo - Subsídios ao Investimento - Desvios Recuperação de Gastos - Imposto Diferido Ativo)

## Prémios e reconhecimentos

Durante o ano de 2015, foram várias as distinções e reconhecimentos atribuídos às empresas do Grupo AdP, quer no âmbito dos serviços prestados, quer no contexto de projetos de investigação e desenvolvimento, de comunicação e educação ambiental e de responsabilidade empresarial.

### WEX Global Awards 2015

Envolvendo várias empresas do Grupo AdP, o projeto de inovação Neural AD (Neural Networks + Anaerobic Digestion) foi vencedor do prémio internacional WEX Global Awards 2015 na categoria "Água e Energia". Trata-se de um projeto de redes neuronais artificiais aplicadas à otimização da digestão anaeróbia das lamas geradas nas ETAR, que permite melhor prever o comportamento deste processo em diferentes condições operacionais e desta forma maximizar o potencial de valorização energética do biogás das ETAR do Grupo.

### Melhor Empresa para Trabalhar

Pelo 4º ano consecutivo, a AdRA – Águas da Região de Aveiro foi eleita uma das 100 Melhores Empresas para Trabalhar em Portugal de acordo com o estudo realizado pela Accenture para a revista Exame que tem por objetivo reconhecer e contribuir para a divulgação de boas práticas de gestão de recursos humanos.

### Green Project Awards

A EPAL voltou a ser uma das grandes vencedoras da 7ª edição dos Green Project Awards (GPA) Portugal. O prémio, atribuído na categoria "Produtos e Serviços", distinguiu o WATERBEEP®, o novo serviço da EPAL que permite aos seus clientes acompanhar a evolução dos consumos de água.

Ainda no âmbito da edição de 2015 dos GPA, destaca-se o a menção honrosa atribuída à campanha "Leve a água da torneira consigo. Leve no preço. Leve no ambiente", promovida também pela EPAL, e o facto do projeto SimT\_90, levado a cabo pela Águas Lisboa e Vale do Tejo, ser finalista na categoria "Information Technology". Este projeto consistiu no desenvolvimento de um sistema de apoio à decisão operacional para sistemas de águas residuais urbanas e gestão integrada de meios recetores.

### Tubo de Ouro APDA

O projeto "Pegada Ecológica" que envolveu a recuperação e conservação da Lagoa Pequena, junto à Lagoa da Albufeira, em Sesimbra, valeu à Águas de Lisboa e Vale do Tejo um galardão Tubos de Ouro, como melhor ação de responsabilidade social, no âmbito do ENEG 2015, organizado pela APDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas.

### Prémio Inovação NOS

A EPAL ficou entre os dez finalistas do Prémio Inovação NOS com dois projetos desenvolvidos pela empresa: o WONE®, uma solução para entidades gestoras na vertente da redução de perdas na rede de distribuição, e o WATERBEEP®, uma solução que permite aos clientes monitorizar e fazer uma melhor gestão dos seus consumos de água.

### Grande Prémio APCE

O projeto de requalificação da Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos e Exposição Permanente do Museu da Água da EPAL foi vencedor do Grande Prémio Excelência em Comunicação da APCE – Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa, na categoria "Responsabilidade Histórica e Memória Empresarial".

No âmbito desta iniciativa, que visa distinguir a excelência em projetos de comunicação empresarial, receberam ainda distinção de mérito a publicação "Barbadinhos do Vapor ao Museu", o sítio na internet da EPAL ([www.epal.pt](http://www.epal.pt)), as campanhas "Foca BEEP, sabes poupar água?" e "Leve a água da torneira consigo. Leve no preço. Leve no ambiente" e a iniciativa "Congresso IWA movido a água da torneira", esta última na categoria especial "Surpreenda-nos".

### iF Design Award

A garrafa "Fill Forever" da EPAL foi distinguida com o iF Design Award, um dos prémios maior prestígio a nível mundial, sendo reconhecido internacionalmente há mais de 60 anos como um símbolo da excelência em design. A "Fill Forever" é uma garrafa de água reutilizável, ecológica e ultra leve, com a qual a EPAL pretende promover a qualidade da água da torneira.

### Prémio APOM

A Associação Portuguesa de Museologia (APOM) distinguiu a EPAL com o Prémio "Instituição" pelo trabalho desenvolvido no âmbito da preservação e valorização do seu património museológico, do qual fazem parte obras de arquitetura e engenharia de grande

relevância como o Aqueduto das Águas Livres, o Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras, o Reservatório da Patriarcal e a Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos.

## Prémios 0% Energia

A par dos reconhecimentos atribuídos por entidades externas, o Grupo AdP criou em 2015 o Prémio “AdP 0% Energia – utilização eficiente da energia na gestão da nossa água”, com o objetivo de distinguir iniciativas que visem a melhoria da eficiência energética das infraestruturas do Grupo.

Num espírito de competição saudável entre empresas, o Prémio visa também a divulgação de um conjunto de boas práticas existentes nas diversas empresas e que conduzem a uma melhor utilização do recurso energia no Grupo, na procura do balanço energético “zero”.

Na primeira edição, realizada em 2015, foram vencedoras a Estação Elevatória da ETA de Lever (Águas do Norte) no âmbito da beneficiação dos grupos elevatórios afetos ao abastecimento de água e a ETAR de Ílhavo (Águas do Centro Litoral) no âmbito das medidas implementadas ao nível do funcionamento da linha de lamas de ETAR e da alteração do modo de funcionamento de bombas, parafuso transportador e agitação do digestor.

## Destaques do ano

No setor do ambiente destacaram-se em 2015 iniciativas nacionais de relevo, de cariz legislativo e estratégico, com impacto no Grupo AdP, designadamente:

- Aprovação do Plano Estratégico para o setor da água (PENSAAR 2020).
- Aprovação do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR).

Tendo por objetivo a promoção da equidade no acesso aos serviços públicos essenciais, a harmonização de tarifas em regiões alargadas, a convergência tarifária, o cumprimento dos objetivos estratégicos sectoriais e das recomendações do Tribunal de Contas, prosseguiu-se no decurso do exercício de 2015 com o processo de reestruturação do Grupo AdP.

A concretização do processo de reestruturação iniciado em 2012 veio a ocorrer a 29 de maio de 2015 através da criação pelo Governo dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, do Centro Litoral de Portugal e de Lisboa e Vale do Tejo e das respetivas entidades gestoras Águas do Norte, Águas do Centro Litoral e Águas de Lisboa e Vale do Tejo:

- **Decreto-Lei n.º 92/2015 - Diário da República n.º 104/2015, Série I de 2015-05-29**

Criou o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Centro Litoral de Portugal

- **Decreto-Lei n.º 93/2015 - Diário da República n.º 104/2015, Série I de 2015-05-29**

Criou o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal

- **Decreto-Lei n.º 94/2015 - Diário da República n.º 104/2015, Série I de 2015-05-29**

Criou o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo

Posteriormente, no dia 30 de junho de 2015, foram assinados os respetivos Contratos de Concessão, referentes às empresas Águas do Norte S.A., Águas do Centro Litoral S.A. e Águas de Lisboa e Vale do Tejo S.A., cuja produção de efeitos retroagiu à data de entrada em vigor dos respetivos Decretos-Lei (29 de maio de 2015).

No âmbito do processo de reorganização do Grupo AdP, foram igualmente desenvolvidos estudos tendentes à constituição de parcerias públicas para a gestão de serviços de abastecimento de água e o saneamento de águas residuais urbanas.

No início do segundo semestre de 2015, após decisão favorável da Autoridade da Concorrência, foram transmitidas pela AdP SGPS, as ações representativas de 95% do capital social da EGF ao consórcio liderado pela SUMA, vencedor do concurso público para a reprivatização da EGF.







# O Negócio

## Relatório de Gestão

A large, textured blue brushstroke background, resembling a watercolor or paint application, centered on a white page. The brushstroke has irregular, feathered edges and a rich, vibrant blue color with some darker and lighter variations, giving it a hand-painted appearance.

O Negócio

# O Negócio (Relatório de Gestão)

## Linhas estratégicas

Os objetivos do Grupo AdP são determinados pelas políticas governamentais para o setor empresarial do Estado, em geral, e para o setor de atividade das empresas do Grupo AdP, em particular, através de orientações estratégicas emanadas através de despachos ministeriais e por deliberação dos acionistas, as quais devem ser vertidas nos planos estratégicos das empresas do Grupo.

As orientações estratégicas gerais determinam que o Conselho de Administração assegure que a AdP SGPS e respetivas empresas participadas, sem prejuízo da sua autonomia de gestão:

- Cumpram a sua missão e exerçam a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança.
- Sejam socialmente responsáveis, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos.
- Desenvolvam ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos.
- Promovam o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental.
- Adotem metodologias que lhes permitam melhorar continuamente a qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes.
- Concebam e implementem políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento de produtividade dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão.
- Implementem planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade).
- Implementem políticas de inovação científica e tecnológica consistente, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens do mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental (política de inovação e sustentabilidade).
- Adotem sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de permanente auditabilidade por parte das entidades competentes para o efeito.

No âmbito das orientações estratégicas específicas, o Conselho de Administração da AdP SGPS deverá no presente mandato (2015-2017):

- Assegurar a prossecução das políticas setoriais que enquadram a sua atividade e a criação de valor acionista, com especial enfoque para uma prudente gestão do risco e mobilização de recursos financeiros.
- Assegurar a implementação da reorganização do setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais nos termos definidos pelo Governo, com prioridade para a sustentabilidade económico-financeira das operações nestes domínios, para uma contínua melhoria da eficiência na prestação de serviços e para a promoção da coesão territorial.
- Assegurar a implementação da reorganização corporativa do Grupo AdP, proporcionando reduções de custos operacionais numa ótica de gestão mais eficiente e mais sustentável.
- Assegurar a racionalização dos investimentos necessários à prestação dos serviços, com enfoque no dimensionamento adequado das novas infraestruturas e na conservação das já existentes.
- Prosseguir a promoção da eficiência, desenvolvendo soluções integradas para gestão do ciclo urbano da água.
- Prosseguir a implementação de soluções que promovam a resolução do défice tarifário, numa ótica de sustentabilidade.
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável do setor, através da implementação de soluções que conciliem o indispensável crescimento económico, com um menor consumo de recursos naturais e com a justiça social e a qualidade de vida das populações, em cumprimento das bases firmadas no âmbito do Compromisso para o Crescimento Verde.
- Desenvolver uma estratégia integrada de Investigação e Desenvolvimento, promovendo o desenvolvimento de projetos-piloto, em tecnologias disruptivas com potencial impacto em termos de sustentabilidade e de eficiência no uso dos recursos, em consonância com os objetivos nacionais para este domínio.
- Prosseguir com a implementação de projetos nos mercados internacionais, com especial enfoque em mercados de língua oficial portuguesa e outros com particular relevância estratégica para o Estado Português, através da concentração da atividade internacional na cooperação, capacitação e consultadoria e apoio técnicos.
- Desenvolver a sua atividade no quadro de uma rigorosa execução do plano estratégico setorial para o abastecimento de água e saneamento de águas residuais urbanas (PENSAAR 2020), que corresponde à visão do Estado para o setor.

- Promover o aproveitamento de economias de processo, através da possibilidade da integração dos sistemas em "alta" e em "baixa", de acordo com a vontade livremente manifestada pelos Municípios envolvidos, e desde que as soluções encontradas sejam tecnicamente racionais e tornem evidentes os benefícios em termos de redução de custos unitários.
- Promover a melhoria da eficiência operacional das entidades gestoras, que devem procurar adotar, face à legislação existente, a organização-tipo mais apropriada, nomeadamente ao nível do quadro de pessoal, dos conteúdos funcionais, dos circuitos de informação, das rotinas administrativas, dos recursos financeiros, do planeamento, do orçamento, do controlo e da garantia da qualidade.
- Atingir as metas previstas no PENSAAR 2020 de acesso das populações aos serviços públicos de águas, promovendo a construção das infraestruturas ainda necessárias, com recurso a soluções e tecnologias adequadas que permitam a redução de perdas no sistema.
- Contribuir para a melhoria do estado ecológico e químico das massas de água tal como previsto no Plano Nacional da Água e na Diretiva-Quadro da Água e promover ações com vista à adaptação às alterações climáticas, bem como à conservação da natureza.
- Atingir os objetivos de continuidade e qualidade de serviço, quer no abastecimento de água, aumentando a adesão dos utilizadores ao serviço e otimizando a capacidade instalada das infraestruturas, quer no saneamento de águas residuais, reforçando o cumprimento dos parâmetros de descarga, aumentando a adesão dos utilizadores ao serviço e otimizando a capacidade instalada das infraestruturas, nomeadamente de tratamento.
- Assegurar os meios necessários para garantir a redução das infiltrações e afluência de águas pluviais.
- Desenvolver atividades que contribuam para o Crescimento Verde e para uma economia de baixo carbono que conduzam à minimização de resíduos e valorização dos subprodutos, eficiência de recursos, eficiência energética com recurso a energias renováveis que decorrem da sua atividade.
- Assegurar modelos de governança colaborativos com os Municípios, com normalização das relações com as Autarquias, potenciando as sinergias de uma gestão partilhada e da convergência de objetivos, com vantagens mútuas e em benefício dos consumidores.
- Atuar no estrito cumprimento do quadro legislativo e contratual, nomeadamente o regime jurídico do setor e a regulamentação ambiental, tarifária, da qualidade de serviço e da qualidade da água, de proteção do consumidor e da concorrência.
- Atuar no estrito cumprimento dos novos contratos de concessão a celebrar com o Estado, propondo a sua revisão sempre que os pressupostos se alterem significativamente, designadamente em termos de partilha de riscos/benefícios.
- Atuar em colaboração e no respeito pelas atribuições das entidades públicas envolvidas no setor; designadamente a entidade reguladora, a autoridade ambiental, de recursos hídricos, de saúde, da defesa do utilizador e da concorrência.
- Praticar uma política tarifária no quadro dos princípios do "utilizador-pagador" e do "poluidor-pagador" que promova uma recuperação gradual de custos num ambiente de grande eficiência e compatível com a capacidade económica da população, nomeadamente da mais carenciada.
- Assegurar o aproveitamento otimizado do financiamento do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), priorizando projetos que maximizem o benefício dos investimentos já realizados, melhorem significativamente a qualidade do serviço, bem como o desempenho ambiental, e permitam tarifas aceitáveis para o nível de desenvolvimento económico e social das populações.
- Contribuir para a qualificação dos recursos humanos e inovação do setor em colaboração com outras entidades, fatores essenciais para a garantia de qualidade geral, nomeadamente criando conhecimento endógeno, externalizando os conhecimentos da AdP e assegurando crescente autonomia nacional.
- Promover o desenvolvimento do tecido empresarial nacional, criando melhores condições para o desenvolvimento do saber-fazer nacional e, conseqüentemente, o reforço da capacidade do tecido empresarial com criação de emprego e riqueza.
- Promover o desenvolvimento do tecido empresarial local, através das três novas entidades gestoras dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento do Norte, do Centro Litoral e de Lisboa e Vale do Tejo, com sedes localizadas em Vila Real, Coimbra e Guarda, respetivamente, com a manutenção e criação de emprego e riqueza locais, garantindo a presença necessária e eficaz em todo o território nacional.
- Contribuir para a promoção da concorrência no setor; motivadora da inovação e do progresso técnico e, conseqüentemente, do aumento da eficiência e da qualidade dos serviços, minimizando as características monopolistas do setor e o risco de abuso de posição dominante e de outras práticas anticoncorrenciais, contrárias aos interesses dos utilizadores.
- Continuar a fomentar e aprofundar o conjunto de medidas aplicadas nos últimos 3 anos no âmbito do programa de redução de custos do Grupo, com vista à redução do rácio entre o total de custos operacionais e o volume de negócios relativamente aos resultados obtidos no exercício de 2014.
- Promover a extinção e/ou alienação de todas as empresas do Grupo que não estejam relacionadas com a atividade principal da Águas de Portugal.
- Concretizar uma reorganização, numa perspetiva transversal das áreas de suporte, nomeadamente, recursos humanos, controlo de qualidade e I&D, compras, serviços jurídicos, comunicação, sistemas de informação e área administrativa e financeira, com recurso à prestação de serviços por terceiros apenas em situações em que comprovada e justificadamente, os recursos internos se mostrem manifestamente insuficientes.

# Enquadramento

## A Envolverte

### Global

O crescimento económico global desiluiu em 2015 comparativamente ao que era esperado há um ano atrás, mantendo-se anémico, apesar de todas as medidas de estímulo adotadas, sobretudo ao nível das políticas monetárias nos países mais desenvolvidos. O segundo semestre de 2015 evidenciou uma atividade económica global ténue, também como resultado dos problemas e desequilíbrios nas várias economias emergentes impulsionadoras da atividade económica global no passado. A título de referência, o Banco Mundial reviu recentemente para 3,1%, as suas previsões para o PIB global em 2015, refletindo, sobretudo, a fraca performance das maiores economias emergentes bem como o fraco crescimento registado nas principais economias desenvolvidas. A combinação da dimensão e atual integração económica das maiores economias emergentes, como o Brasil, Federação Russa, Índia, China e África do Sul – com a desaceleração simultânea destas economias teve efeitos colaterais significativos para o resto do mundo. Esta constatação assenta, fundamentalmente em três grandes fatores: **(i)** o arrefecimento da economia chinesa, **(ii)** os baixos preços da energia e de outras *comodities* e **(iii)** um maior aperto das políticas monetárias dos Estados Unidos da América.

### União Europeia

Em 2015, a economia europeia manteve-se suportada por um conjunto de fatores positivos, destacando-se, entre outros, o preço do petróleo, a taxa de câmbio do Euro e baixos custos financeiros. É com base no referido que se assistiu ao estímulo das exportações e do consumo privado. O investimento, contudo, manteve-se em níveis baixos, como consequência de políticas económicas incertas e em alguns países, da dívida excessiva. Estes fatores impossibilitaram uma inversão no nível de desemprego, fator crucial para a sustentabilidade da recuperação económica desejada. O PIB da área do Euro deverá fechar nos 1,6% em 2015 (1,9% na União Europeia), abaixo das previsões de há um ano atrás. A taxa de inflação deverá ser nula em 2015 e a taxa de desemprego deverá rondar os 10%. Está-se perante um conjunto de indicadores económicos desanimadores que refletem uma economia globalmente pouco sustentada na União Europeia. Este desempenho resulta quer dos fatores acima referidos, quer da indefinição de políticas económicas na União Europeia com impactos negativos na confiança, e consequentemente na procura e no investimento.

### Portugal

A economia portuguesa deverá registar um crescimento de aproximadamente 1,5% (face aos 0,9% verificados em 2014), aquém de previsões recentes, mais otimistas. Efetivamente, o registo do primeiro semestre permitiu acalentar expectativas de que o PIB pudesse acelerar a sua trajetória, o que não aconteceu. No segundo semestre do ano a economia estagnou, tendo a taxa de variação homóloga desacelerado. O investimento apresentou uma tendência equivalente, registando um comportamento volátil ao longo do ano.

No que respeita à balança comercial, o ano ficou marcado pelo excelente comportamento das exportações. As exportações de material de transporte, de bens industriais e de consumo registaram os contributos mais elevados num ano que ficou também marcado pela retoma das exportações de combustíveis refinados. Fruto de um esforço e aposta na diversificação, a análise por país de destino revela também uma resiliência significativa, na medida em que esta boa performance ocorre, apesar da queda das exportações de bens para Angola. Por seu lado, as importações aceleraram uma vez mais, tornando o padrão de expansão menos equilibrado. Mais uma vez, este facto surpreendeu e justificou o ritmo de crescimento económico que deverá atingir os 1,5%, aquém dos 1,8% que algumas entidades chegaram a prever no decorrer do ano. O contributo das importações para o crescimento anual do PIB deverá ser o mais negativo desde 2010. As importações, em volume, deverão registar um aumento anual bem mais elevado, semelhante ao verificado no ano anterior (+7,2%), refletindo por um lado a retoma da procura interna, mas também o aumento da componente importada das exportações (nomeadamente exportações de combustíveis e de veículos automóveis).

O saldo das Administrações Públicas situou-se em, aproximadamente, 4,8 mil milhões de EUR negativos (correspondem a -3,6% do PIB, que compara com os -8,9% do PIB em igual período do ano passado, ou com -5,1% se excluirmos a capitalização do Novo Banco). Ainda assim, regista-se uma melhoria face ao período homólogo de cerca de 1,74 mil milhões de EUR. Esta melhoria teve por base o efeito conjugado da diminuição da despesa (será de -1,9%, se refletirmos na queda da despesa, os subsídios à formação profissional, os gastos com pessoal e prestações de desemprego, bem como os juros. Estes, compensaram positivamente o acréscimo registado nas rubricas de investimento e de aquisição de bens e serviços) e um ligeiro aumento da receita (reflexo do aumento da receita fiscal, parcialmente compensado pela queda das restantes componentes). Estima-se que o saldo orçamental de 2015 supere os -4% do PIB, reflexo da operação de venda num contexto de resolução do BANIF, decidida no final do ano e cujo impacto nas contas do Estado deverá ascender a 2,25 mil milhões de EUR (1,3% do PIB estimado em 2015). Deste valor, cerca de 1,776 mil milhões são aportados diretamente pelo Tesouro português e, aproximadamente 490 milhões através de um empréstimo ao Fundo de Resolução.

A taxa de inflação regressou a valores positivos em 2015 e, em termos médios, fechará o ano perto de 0,5%. Todavia, permanece em valores historicamente baixos, facto que se justifica, parcialmente, pelos efeitos da queda significativa dos preços do petróleo no

mercado internacional. Tendo em conta o peso das componentes de combustíveis no cabaz do IPC (6,2%), o contributo para a taxa de inflação homóloga será próximo de -0.6 p.p. Significa que a taxa de inflação em 2015 rondará 1,1% em vez de 0,5% previstos sem o efeito da queda do petróleo.

A trajetória da taxa de desemprego em 2015 surpreendeu positivamente. Há um ano atrás antecipava-se que a taxa de desemprego alcançasse 14%. Todavia, segundo informação do INE, a taxa de desemprego alcançou 11,9% no terceiro trimestre do ano, sendo igual ao trimestre anterior. Em termos médios, e atendendo à sazonalidade que tipicamente implica piores desempenhos deste indicador nos trimestres em torno dos finais de ano, antecipava-se que a taxa de desemprego se situe em 12,6%.

Fonte: FMI world economic outlook; European Commission economic outlook; BPI Research; Boletim económico do Banco Portugal; Eurostat; INE.

## O Setor

### A água e saneamento no Mundo

**“A água é a fonte da vida, da saúde e dos meios de subsistência em todo o mundo. O fornecimento de água potável é uma das responsabilidades básicas dos governos nacionais locais, e a água impulsiona as decisões das empresas e, em muitos lugares, determina o ritmo da vida diária.” (Ban Ki-moon, 2015).**

2015 é um ano histórico no que respeita ao reforço da tomada de consciência da importância de dar passos concretos para concretizar os objetivos de desenvolvimento sustentável, no âmbito dos quais a água, pela sua transversalidade, é um dos pilares mais importantes.

A cimeira da Organização das Nações Unidas (ONU) realizada em Nova Iorque em setembro de 2015 aprovou a agenda de ação até 2030, num trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo que teve por objetivo criar um modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas. Esta agenda fixa 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sendo um específico sobre água e saneamento: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos (ODS 6).

Marcando o final da Década da Água para a Vida (UN Water for Life Decade 2005-2015), 2015 é também o ano do encerramento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) que tinham sido proclamados pela ONU em setembro 2000 com vista a promover o desenvolvimento e a erradicar a pobreza.

No relatório final sobre os ODM, a ONU confirma que o estabelecimento de objetivos tirou milhões de pessoas da pobreza, empoderou mulheres e meninas, melhorou a saúde e bem-estar, forneceu vastas novas oportunidades para uma vida melhor e reduziu para metade o número de pessoas vivendo em extrema pobreza. No que respeita à água destaca que, em todo o mundo, 2,1 mil milhões de pessoas ganharam acesso a serviços de saneamento e a proporção de pessoas que praticam a defecação a céu aberto caiu quase pela metade desde 1990. No entanto, embora 91% da população global tenha acesso a uma fonte de água potável em 2015 (este número era de 76% em 1990), ainda existem 2,5 mil milhões de pessoas sem acesso a serviços de saneamento básico e uma média de cinco mil crianças morre de doenças evitáveis relacionadas com a água.

Outras organizações destacam aspetos relacionados com a água, nomeadamente:

- cerca de 1,7 mil milhões de pessoas vivem em bacias fluviais onde o consumo de água supera a sua reposição (Gleeson et al., 2012);
- aproximadamente 10% da população mundial, ou seja, 663 milhões de habitantes, carece de fontes melhoradas de água potável, e estima-se que a população sem acesso a água potável chegue a 80% no meio rural (OMS/UNICEF JMP, 2015);
- o número de pessoas sem esse acesso é cada vez maior nas zonas urbanas e na África subsaariana, e pelo menos 1,8 mil milhões de habitantes utilizam uma fonte de água potável contaminada por fezes (Bain et al., 2014);
- um em cada três habitantes, ou 2,4 mil milhões de pessoas, ainda carece de melhores sistemas de saneamento, e uma em cada oito pessoas, ou 946 milhões de pessoas, não dispõe de instalações sanitárias (OMS/UNICEF JMP, 2015).

Dada a importância desta matéria, e tendo por base o desenvolvimento da agenda pós-2015, os chefes de Estado de todo o mundo que se reuniram em Nova Iorque para a Cimeira de 2015 aprovaram um ambicioso "plano de ação para as pessoas, planeta e prosperidade" que vem alargar o âmbito dos ODM e passa a abranger todos os aspetos do desenvolvimento sustentável no qual reforçam os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) fixados com um conjunto de 169 metas. O ODS 6, que representa o desenvolvimento e reforço do ODM relativo à água potável e saneamento básico, passa a cobrir todo o ciclo da água, incluindo a gestão da água, das águas residuais e dos ecossistemas e relacionando-se com todos os outros ODS.

A escassez de água foi identificada como principal risco mundial com impacto na sociedade no World Economic Forum de 2015, confirmando este tema, em conjunto com a insuficiência de saneamento, como um dos principais problemas socioeconómicos da agenda mundial de desenvolvimento.

Em complemento, e como fator de agravamento do risco de escassez, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) prevê que a procura mundial pela água cresça 55% entre 2000 e 2050, sendo expectável o aumento da concorrência pelo acesso ao recurso entre os utilizadores domésticos, industriais e de produção de eletricidade e a agricultura e ecossistemas. A OCDE prevê que, em 2050, mais de 40% da população mundial viva em bacias hidrográficas com elevado stress hídrico (OECD Environmental Outlook to 2050, 2012).

Outros dados relevantes neste contexto são apresentados por diversas outras organizações internacionais, nomeadamente:

- nos países em desenvolvimento a falta de acesso a fontes melhoradas de água e saneamento básico gera uma perda estimada que chega a 1,5% do produto interno bruto (PIB) (Organização Mundial de Saúde, 2012). A prioridade dada ao gasto público com água varia muito entre os países, desde menos de 0,5% a mais de 2% do PIB (Banco Mundial, 2009 & Glaas, 2014);
- os sistemas de tratamento de água, nos países desenvolvidos, cobrem apenas 1/3 dos seus gastos básicos de gestão e operação (amostra de 1700 unidades) (IBNET-International Benchmarking Network for Water and Sanitation Utilities, 2014).

A ONU também alerta, no relatório mundial sobre desenvolvimento dos recursos hídricos (2016 UN World Water Development Report, Water and Jobs), para o facto de a água ser uma componente essencial das economias nacionais e locais, necessária para criar e manter empregos em todos os setores da economia. De acordo com este relatório, metade da força de trabalho mundial está empregada em oito setores dependentes de recursos hídricos e naturais - agricultura, silvicultura, pesca, energia, manufatura com uso intensivo de recursos, reciclagem, construção e transporte – sendo que a gestão sustentável dos recursos hídricos, a infraestrutura hídrica, e o acesso ao abastecimento seguro, confiável e regular de água, bem como serviços adequados de saneamento, são fatores determinantes de melhoria dos padrões de vida, de expansão das economias locais e de maior inclusão social. A ONU sublinha que a gestão sustentável dos recursos hídricos é também uma força motriz essencial para o crescimento verde e o desenvolvimento sustentável.

## A água e saneamento na Europa

Apesar da água ser geralmente abundante na Europa, a Agência Europeia do Ambiente (AEA) alerta que a escassez e as secas afetam algumas bacias de água em determinadas épocas do ano, em especial na região do Mediterrâneo, e que a maioria das bacias hidrográficas densamente povoadas em diferentes partes da Europa tem elevado potencial de stress hídrico com cerca de 30 milhões de habitantes afetados durante o inverno, valor que sobe para 70 milhões de habitantes no verão. Na região do Mediterrâneo, cerca de 20% do total da população vive sob condições de stress hídrico permanente e mais de metade (53%) é afetada durante o verão. Os rios (46%) e as águas subterrâneas (35%) fornecem mais de 80% da procura de água total na Europa.

A agricultura é responsável por 36% do consumo total anual de água na Europa, sendo que no verão este valor aumenta para cerca de 60%. Na região do Mediterrâneo, a agricultura por si só é responsável por 75% do total de água usada na agricultura na Europa e o abastecimento público de água é o segundo maior segmento, responsável por 32% do consumo total de água o que vem colocar pressão sobre os recursos hídricos renováveis, particularmente em áreas de alta densidade populacional.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera que o acesso a fontes de água melhoradas, o saneamento e o tratamento de águas residuais aumentou nas últimas duas décadas. No entanto, em muitos países da Europa ocidental, o progresso tem sido muito lento. Em dez países, mais de 50% da população rural não tem acesso a água de qualidade, o que resulta num aumento de problemas de saúde.

Os cenários de alterações climáticas preveem grandes modificações na precipitação anual e sazonal, no regime hidrológico, inundações, riscos de erosão costeira e qualidade da água, bem como na distribuição de espécies e ecossistemas. As alterações climáticas terão grande impacto na qualidade das fontes de água, nas infraestruturas e no tipo de tratamento necessário para cumprir com os níveis de qualidade adequados.

As políticas de gestão da água na Europa e na União Europeia (UE) têm vindo progressivamente a adaptar-se às alterações climáticas, de modo a procurar salvaguardar no futuro a saúde pública e os ecossistemas.

A Diretiva Quadro da Água, o principal instrumento da Política da União Europeia relativa à água, veio estabelecer, em 2000, um quadro de ação comunitária para a proteção das águas de superfície interiores, das águas de transição, das águas costeiras e das águas subterrâneas.

O plano destinado a preservar os recursos hídricos da Europa apresentado pela Comissão Europeia em 2012 veio reiterar a necessidade de colocar a gestão dos recursos hídricos da Europa numa perspetiva mais ampla, abordando todos os consumidores de água, bem como as interações da água com outros recursos, como o solo e a energia. Este plano propõe uma caixa de ferramentas a que os Estados-Membros podem recorrer para melhorar a gestão da água a nível nacional, regional e das bacias hidrográficas nomeadamente com incidência nos seguintes níveis: tarifação da água (incluindo recuperação dos custos) para incentivar a eficiência; a redução do consumo de água; a redução de captações ilegais; a redução de perdas; e a reutilização da água e melhor cálculo dos

custos e benefícios (juntamente com a tarifação da água). O plano tem o apoio da Parceria de Inovação no domínio da Água, também lançada em 2012, e está estreitamente relacionado com a na estratégia de crescimento da EU para a década - “Europa 2020”.

Os desafios relacionados com as alterações climáticas são destacados também na estratégia “Europa 2020” - designadamente a necessidade de redução das emissões e da utilização de novas tecnologias de produção de energia, como a solar e a eólica, e a importância de fortalecer a resiliência das economias aos riscos climáticas e a capacidade de prevenção e de resposta aos desastres.

## A água e saneamento em Portugal

O setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais tem contribuído significativamente para o desenvolvimento económico e social do País, tanto pela capacidade de gerar atividade económica, e consequentemente de criar emprego e riqueza, como pela crescente melhoria que tem conferido às condições de vida da população. O setor tem evoluído substancialmente nos últimos anos, nomeadamente ao nível das entidades gestoras, das infraestruturas, e de forma muito decisiva e visível, ao nível qualidade da água e do serviço prestado à população.

Dados da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) indicam que, em 2014, 95% dos alojamentos estavam cobertos com o serviço de abastecimento de água, 83% com o serviço de drenagem de águas residuais, sendo que 82% incluíam o tratamento adequado dessas águas.

No setor coexistem sistemas de titularidade estatal (sistemas multimunicipais) e de titularidade municipal (sistemas municipais), com diversos modelos de governo, nomeadamente:

- titularidade estatal: gestão direta pelo Estado; delegação pelo Estado em terceira entidade; concessão pelo Estado em terceira entidade (sistemas multimunicipais concessionados às empresas do Grupo AdP);
- titularidade municipal: gestão direta (serviços municipais e serviços municipalizados); delegação do serviço em empresa constituída em parceria com o Estado (parceiras públicas, como é o caso de algumas empresas do Grupo AdP); delegação do serviço em entidade integrada no respetivo setor empresarial (empresas municipais) ou em freguesias ou associações de utilizadores; concessão do serviço a empresas (sistemas municipais concessionados).

São considerados multimunicipais os sistemas os que sirvam pelo menos dois municípios e exijam um investimento predominante a efetuar pelo Estado em função de razões de interesse nacional, pertencendo ao Estado a competência para a sua criação e concessão (titularidade estatal).

## A água e saneamento em Portugal em 2015

Em abril de 2015 foi apresentado o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental no período 2014-2020, com a designação: “PENSAAR 2020 — Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais”, que dá continuidade ao anteriormente estabelecido para o setor (PEAASAR I e II).

A estratégia teve em conta o quadro legal comunitário e nacional em vigor bem como a visão da Comissão Europeia sobre o apoio comunitário e expressa no documento *Position of the Commission Services on the development of the partnership agreement and programmes in Portugal for the period 2014-20* e a política europeia em inovação para o setor.

Tendo por objetivo promover junto das populações o acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade e adequado às suas necessidades, com custos socialmente aceitáveis, a nova estratégia para o setor está baseada num Quadro Estratégico, organizado em 5 eixos e 19 objetivos operacionais, para os quais foram definidos indicadores a serem monitorizados anualmente, e num Plano de Ação concebido através de um conjunto de 48 medidas suportadas por 135 ações que pretendem concretizar os objetivos operacionais. Este novo programa estará focalizado na gestão eficiente dos recursos e deverá centrar-se em temas como a reestruturação do setor e os recursos financeiros a mobilizar.

A estratégia sectorial para o horizonte 2020, em articulação com um pacote de instrumentos financeiros alinhado com o crescimento verde e num quadro regulatório adequado, orienta a política pública de prestação de serviços de qualidade a um preço sustentável.

Face ao contexto do setor, a linha de atuação desenvolvida a partir de 2013 pelo Governo Português visava promover o equilíbrio tarifário, a resolução dos défices tarifários, a implementação de estratégias de integração vertical de sistemas municipais e de agregação de sistemas multimunicipais existentes em sistemas novos de maior dimensão, mantendo a natureza pública das respetivas concessionárias.

Em 2015 prosseguiu-se com a reestruturação do setor, destacando-se a aprovação do PENSAAR 2020 e do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), seguindo-se à aprovação dos novos estatutos da ERSAR e da Lei da fatura detalhada concretizada ainda em 2014.



O ano ficou também marcado pela conclusão dos processos de agregação de sistemas multimunicipais dos sistemas multimunicipais de água e saneamento. As novas entidades gestoras resultantes destas agregações (pertencentes ao Grupo AdP) são a Águas do Norte, a Águas do Centro Litoral e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Estas empresas fornecem serviços de águas em termos globais (abastecimento de água e saneamento de águas residuais) a cerca de 80% da população portuguesa.

A agregação dos sistemas multimunicipais teve como pilares estruturais a harmonização tarifária, promovendo a equidade territorial e contribuindo, por via do alargamento da solidariedade regional e através de ganhos de eficiência, para a resolução dos problemas de sustentabilidade económica e financeira de entidades do setor, nomeadamente dos desvios de recuperação de gastos (ou défices tarifários).

## A Regulação

O Grupo AdP, através das suas empresas operacionais, exerce duas atividades reguladas - abastecimento público de água e saneamento de águas residuais -, que constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente.

A exploração e gestão dos sistemas de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais assenta nos princípios da prossecução do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva e da prevalência da gestão empresarial.

Com modelos regulatórios diferenciados, o Grupo AdP atua nas atividades de “alta”, através dos sistemas multimunicipais, da EPAL e da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, e nas atividades em “baixa”, através da EPAL, da AdRA - Águas da Região de Aveiro e da Águas de Santo André (AdSA), sujeitos a intervenção diferenciada da ERSAR (Entidade Reguladora do Serviços de Águas e Resíduos).

Durante o ano de 2015 verificaram-se alterações legislativas relevantes, que importa ter presentes pelo respetivo impacto na organização do setor.

A linha de atuação projetada pelo Governo no Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, assentava, designadamente, na promoção do equilíbrio tarifário, na resolução dos défices tarifários, na implementação de estratégias de integração vertical dos sistemas municipais e, em última análise, na agregação dos sistemas multimunicipais existentes em sistemas novos de maior dimensão, mantendo a natureza pública das respetivas concessionárias.

Durante o ano de 2014 e no primeiro semestre de 2015, finalizaram-se os estudos em curso com vista à reestruturação do sector para a concretização da estratégia traçada pelo Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho. Este processo culminou com a publicação dos Decretos-Lei n.º 92, 93 e 94/2015, de 29 de maio, que criaram, respetivamente, por agregação os sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento do Centro Litoral de Portugal (AdCL), do Norte de Portugal (AdNorte) e de Lisboa e Vale do Tejo (LVT) e atribuíram as respetivas concessões.

O Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, atribuiu ainda à EPAL a gestão delegada do sistema de Lisboa e Vale do Tejo e, para a concretização do disposto no artigo 8.º da Lei 10/2014, de 6 de março, determinou, por alteração do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, a sujeição da EPAL às atribuições da ERSAR de regulação comportamental em matéria económica e aos regulamentos tarifários, salvaguardadas as especificidades do seu modelo de gestão.

O regime das parcerias Estado-Autarquias para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos, bem como a respetiva regulação, é efetuado nos termos da legislação aplicável, de que se destacam os Decretos-Leis n.os 90/2009, de 9 de abril, e 194/2009, de 20 de agosto, o disposto nos contratos de parceria e de gestão outorgados, bem como nos regulamentos, nas disposições e nas recomendações aplicáveis aos sistemas de titularidade municipal emitidas pela ERSAR.

Iniciou-se em abril de 2015 a exploração do sistema municipal de abastecimento de água e saneamento de águas residuais da Região do Noroeste, integrado verticalmente e explorado na Águas do Norte, que resulta da parceria Estado-Autarquias estabelecida com os municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Santo Tirso e Trofa.

Na última reunião do Conselho Consultivo da ERSAR, realizada em dezembro de 2014, a entidade reguladora apresentou uma proposta de regulamento tarifário dos serviços de águas. Na reunião de abril de 2015 do Conselho Consultivo da ERSAR, foi apresentada uma nova versão deste documento, que, nos termos dos artigos 37.º e 12.º, respetivamente, deverá ser ainda sujeito a parecer do Conselho Tarifário da ERSAR e sujeito a consulta pública, nos termos da lei. Durante o ano de 2015 não se verificaram mais desenvolvimentos sobre esta matéria, sendo expectável que venham a ocorrer durante o ano de 2016.

## Regulação económica

As atividades desenvolvidas pelas empresas operacionais do Grupo AdP são reguladas pela ERSAR, nos termos dos respetivos estatutos, e pelo disposto nos diplomas e contrato de concessão que regem a respetiva atividade.

### Sistemas Multimunicipais

As tarifas praticadas pelos sistemas multimunicipais são aprovadas pela ERSAR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 5.º dos estatutos da entidade reguladora e são calculadas com base nos encargos eficientes previstos nos contratos de concessão, aceites pela ERSAR para esse efeito, divididos pelas quantidades previsionais.

Nos termos do contrato de concessão são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais, incluindo as amortizações líquidas de subsídios ao investimento, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista.

Os contratos de concessão determinam que a remuneração dos capitais próprios a recuperar por via tarifária seja estimada com base no valor do capital social e numa taxa equivalente às Obrigações do Tesouro a 10 anos acrescida de uma margem.

Os diplomas criadores dos sistemas multimunicipais agregados, Decretos-Lei 92,93 e 94/2015, de 29 de maio, estabeleceram a metodologia de cálculo, de registo e recuperação dos desvios de recuperação de gastos gerados. Este princípio ficou também consagrado nos contratos de concessão, os quais estabelecem, ainda, a aprovação explícita daquele montante por parte da ERSAR, tendo como referência um cenário de eficiência produtiva.

Nos termos dos diplomas e dos contratos de concessão daqueles sistemas, foram considerados desvios de recuperação de gastos:

- a diferença existente, à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas extintos, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido;
- a diferença verificada, anualmente, até ao termo do segundo período quinquenal da concessão entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor de resultado líquido a que a sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas para o cálculo das tarifas.

Os desvios de recuperação de gastos podem ter duas naturezas:

- deficitária, quando se verifica uma insuficiência de resultados face ao que decorreria da aplicação das regras estipuladas para o cálculo das tarifas;
- superavitária, quando se verifica um excesso de resultados face ao que decorreria da aplicação das regras estipuladas para o cálculo das tarifas.

Para os sistemas multimunicipais agregados, os desvios de recuperação de gastos registados com a assinatura do contrato de concessão e os gerados até ao termo do primeiro subperíodo tarifário do terceiro período tarifário da concessão (2025), aprovados pela ERSAR, serão recuperados até ao termo do quarto subperíodo tarifário do terceiro período tarifário da concessão (2040).

Em 31 de dezembro de 2015 estavam registados nas contas do Grupo AdP cerca de 574 milhões de EUR de desvios de recuperação de gastos decorrentes da atividade dos sistemas multimunicipais. A partir de 30 de junho de 2015, cerca de 535 milhões de EUR deste montante integram as contas das empresas operacionais. Apenas a empresa Águas do Algarve não dispõe de norma habilitante para registo.

Para os sistemas multimunicipais agregados, as alterações de cálculo da remuneração do capital (acionista) investido veio determinar que a remuneração acionista em dívida, não constituída sob a forma de reserva legal, passaria a ser capitalizada a uma taxa mais reduzida.

Os processos de agregação de sistemas multimunicipais estabeleceram ainda legal e/ou contratualmente as tarifas a vigorar a partir de 30 de junho de 2015 para os seguintes períodos tarifários. Para o período de transição, que decorreu entre aquela data e o termo do ano de 2015, e para o período de convergência, que decorre entre 2016-2020. Este período de cinco anos destina-se a promover a unidade tarifária em todo o sistema multimunicipal.

### Águas de Santo André (AdSA)

A AdSA não constitui um sistema multimunicipal, não obstante a sua regulação ser efetuada nos mesmos termos destas empresas.

As tarifas praticadas pelos sistemas multimunicipais são aprovadas pela ERSAR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 5.º dos estatutos da entidade reguladora, e são calculadas com base nos encargos eficientes previstos nos contratos de concessão, aceites pela ERSAR para esse efeito, divididos pelas quantidades previsionais.

Nos termos do contrato de concessão são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais, incluindo as amortizações líquidas de subsídios ao investimento, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista.

Os contratos de concessão determinam que a remuneração acionista a recuperar por via tarifária seja estimada com base no valor dos capitais próprios e numa taxa equivalente às Obrigações do Tesouro a 10 anos acrescida de uma margem.

No entanto, ao contrário dos sistemas multimunicipais esta remuneração não é máxima, pelo que para esta empresa não se estimam quais desvios de recuperação de encargos.

## EPAL

A EPAL rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio.

Estabelecem os referidos diplomas que as tarifas de água, bem como as tarifas dos serviços auxiliares prestados pela EPAL, devem, em qualquer caso, assegurar receitas que permitam a cobertura dos respetivos encargos de exploração e assegurem os níveis adequados de autofinanciamento, de cobertura de risco e de remuneração do capital investido.

Sem prejuízo do regime de uniformidade tarifária criado pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a aprovação do tarifário para a EPAL compete à ERSAR, em observância dos critérios fixados na Lei n.º 58/2005 (Lei da Água), de 29 de dezembro, alterada pelos Decretos-Lei n.os 245/2009, de 22 de setembro, 60/2012, de 14 de março, e 130/2012, de 22 de junho e demais legislação e regulamentação complementares, atentas as especificidades e o risco associado ao sistema gerido pela EPAL e aos contratos celebrados.

Nos termos do diploma que rege a atividade da EPAL, entende-se que a remuneração adequada dos capitais investidos é assegurada pela aplicação de uma taxa correspondente ao custo médio ponderado de capital de referência sobre o valor dos ativos fixos tangíveis e dos ativos intangíveis, diretamente relacionados com o serviço público prestado, líquidos de amortizações e subsídios ao investimento. Esta taxa deve refletir os riscos específicos acrescidos associados à gestão do sistema de gestão delegada, ter por referência o financiamento de projetos equivalentes financiados em condições de mercado e atender à capacidade de financiamento da sociedade no mercado de capitais.

Os artigos 32.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, definem um regime de uniformidade tarifária entre o sistema de Lisboa e Vale do Tejo e a EPAL, que determina a unicidade da tarifa a aplicar em “alta” entre as duas empresas para cada período quinquenal. Estas tarifas estão sujeitas à aprovação da ERSAR. Deste regime decorre uma compensação a entregar pela EPAL ao sistema de Lisboa e Vale do Tejo, que pondera os valores faturados e os efetivamente cobrados.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, ficaram estabelecidas as tarifas que a EPAL deverá cobrar para o período 2016-2020.

No que diz respeito aos preços praticados pela EPAL em 2015, a Convenção entre a DGAE e a EPAL foi celebrada em 29 de maio de 2015 e ratificada no dia 29 de junho. O aumento médio global das tarifas da EPAL, considerando os vários tipos de Clientes da EPAL (Clientes Diretos e Clientes Municipais abastecidos em “alta”) foi de 0,00%.

## Parcerias Estado-Autarquias

O regime das parcerias Estado-Autarquias para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos, bem como a respetiva regulação, é efetuado nos termos da legislação aplicável, de que se destacam os Decretos-Leis n.os 90/2009, de 9 de abril, e 194/2009, de 20 de agosto, o disposto nos contratos de parceria e de gestão outorgados, bem como na demais legislação e regulamentação.

Estas empresas estão sujeitas a regulação por parte da ERSAR, nos termos dos respetivos estatutos, e à supervisão da Comissão de Parceria, entidade criada ao abrigo dos contratos de parceria estabelecidos e que tem por missão exercer os poderes de direção, fiscalização e supervisão dos municípios sobre o sistema municipal gerido neste regime.

Nos termos dos contratos de gestão, estabelecido para atribuição da gestão da parceria a uma entidade, a proposta tarifária para as parcerias Estado-Autarquias é válida para um período quinquenal, após aprovação da Comissão de Parceria, sendo anualmente atualizada nos termos definidos nos contratos.

O ciclo de atualização tarifária das parcerias Estado-Autarquias inicia-se a 15 de outubro com a submissão da proposta de tarifário à ERSAR para parecer não vinculativo, sendo depois aprovada pela Comissão de Parceria.

Estas empresas são reguladas por custos aceites, sendo encargos a cobrir pelas tarifas os gastos operacionais, incluindo amortizações líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a adequada remuneração dos capitais próprios.

Os contratos de gestão determinam que a remuneração dos capitais próprios a recuperar por via tarifária seja estimada com base no valor do capital social e numa taxa equivalente às Obrigações do Tesouro a 10 anos acrescida de uma margem.

Estas empresas têm direito ao registo e à recuperação por via tarifária dos desvios de recuperação de gastos, calculados pela diferença entre o resultado líquido gerado e a remuneração dos capitais próprios estimada para o ano, de acordo com as regras contratuais.

Em 31 de dezembro de 2015 estavam registados nas contas do Grupo AdP cerca de 47 milhões de EUR de desvios de recuperação de gastos decorrentes da atividade dos sistemas municipais explorados no regime de parceria Estado-Autarquias.

## **Regulação da qualidade do serviço**

Nos termos dos seus estatutos compete à Entidade Reguladora assegurar a regulação da qualidade de serviço prestado aos utilizadores pelas entidades gestoras, avaliando o desempenho dessas entidades.

Deste modo, a qualidade de serviço no abastecimento público de água, no saneamento de águas residuais urbanas e na gestão de resíduos urbanos prestados pelas entidades gestoras é avaliada anualmente, e atualmente, através da aplicação da 2.ª geração do sistema de avaliação com recurso a de indicadores desempenho de qualidade do serviço. Os resultados deste sistema de avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em 2015 foi publicado e divulgado o Volume 3 do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras para o ano de 2013, referenciados a 31 de dezembro.

## **Regulação da qualidade da água para consumo humano**

Nos termos da legislação, as entidades gestoras de sistemas estão incumbidas, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos dos seus estatutos, compete à Entidade Reguladora, exercer as funções de autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano junto das entidades gestoras de abastecimento de água.

No que concerne à qualidade da água para consumo humano, verifica-se que ao longo dos anos se têm mantido elevados padrões de qualidade de água produzida e fornecida pelas empresas do Grupo AdP.

As entidades gestoras de abastecimento de água nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, devem de elaborar e submeter anualmente para aprovação da Entidade Reguladora o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) cabendo àquela entidade efetuar ações de fiscalização à respetiva implementação.

No cumprimento da legislação vigente, as entidades gestoras de abastecimento de água implementam o PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às respetivas competentes.

Anualmente, o grau de cumprimento das normas de qualidade de água para consumo humano no âmbito da implementação do PCQA aprovado, é também parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP), volume 4.

Em 2004, a Organização Mundial da Saúde publicou as suas Recomendações para a Qualidade de Água para Consumo Humano (3ª Edição), onde se propõe uma abordagem de avaliação e gestão de riscos para o controlo da qualidade da água potável através de Planos de Segurança da Água (PSA). Neste ano, foi também publicada a Carta de Bona (Bonn Charter for Safe Drinking Water) por iniciativa da International Water Association (IWA).

Com o objetivo de fornecer água de elevada qualidade da confiança dos seus consumidores, desde 2004 que um conjunto de empresas do Grupo AdP, a saber Águas do Noroeste – Sistema de Areias de Vilar, Águas do Douro e Paiva, Águas do Algarve e EPAL, reconheceram nos Planos de Segurança da Água (PSA) uma metodologia para assegurar a qualidade e a segurança no abastecimento público de água para consumo humano.

Desde 2011 que o Grupo AdP, através de uma metodologia pormenorizada de gestão de risco, dispõe de um manual que, capitalizando as experiências das empresas com PSA já implementados, incorpora as melhores práticas e as metodologias mais recentes de avaliação e gestão do risco e apoia a implementação destes princípios noutros sistemas de abastecimento de água.

## Regulação das relações comerciais

Nos termos dos seus Estatutos, compete à ERSAR regular as relações comerciais através da definição de regras de relacionamento entre as entidades gestoras em “alta” e em “baixa” e entre estas últimas e os respetivos utilizadores, nomeadamente, no que respeita às condições de acesso e contratação do serviço, medição, faturação, pagamento e cobrança e prestação de informação e resolução de litígios, regulamentando os respetivos regimes jurídicos e a proteção dos utilizadores de serviços públicos essenciais.

No âmbito das suas competências, foi emitida pela ERSAR, a Recomendação n.º 1/2010 relativa aos conteúdos que devem constar nas faturas dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos prestados aos utilizadores finais, pelas entidades gestoras que prestem esses serviços

Adicionalmente, com a publicação da Lei n.º 12/2014 de 6 de março que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, modificaram-se os regimes de faturação e contraordenacional das entidades gestoras de sistemas municipais.

O Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho, determina que aquelas entidades gestoras são obrigadas, a partir de 1/março/2015, a cumprir com a emissão de faturas detalhadas aos clientes finais (utilizadores em “baixa”) que incluam a decomposição das componentes de custo que integram o serviço prestado a tais utilizadores, seja de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais ou de gestão de resíduos urbanos.

A legislação da “fatura detalhada”, vincula as entidades gestoras de sistemas municipais à obrigação de transferirem 50 % do valor da fatura cobrada de cada um dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais ou de gestão de resíduos urbanos, para a entidade gestora do sistema multimunicipal ou intermunicipal e sempre limitado ao valor devido a essa entidade gestora, não podendo o produto da cobrança ser utilizado para qualquer outro fim.

## Regulação ambiental

As entidades gestoras dos serviços de águas e resíduos urbanos do Grupo AdP estão também sujeitas à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o regulador ambiental.

A APA exerce, entre outras, as funções de Autoridade Nacional da Água, cabendo-lhe, nesse âmbito, e entre outras, emitir títulos de utilização dos recursos hídricos e fiscalizar o cumprimento da sua aplicação, aplicar o regime económico e financeiro dos recursos hídricos e gerir situações de seca e de cheia, coordenando a adoção de medidas excecionais em situações extremas de seca ou de cheias e dirimir os diferendos entre utilizadores relacionados com as obrigações e prioridades decorrentes da Lei da Água e diplomas complementares.

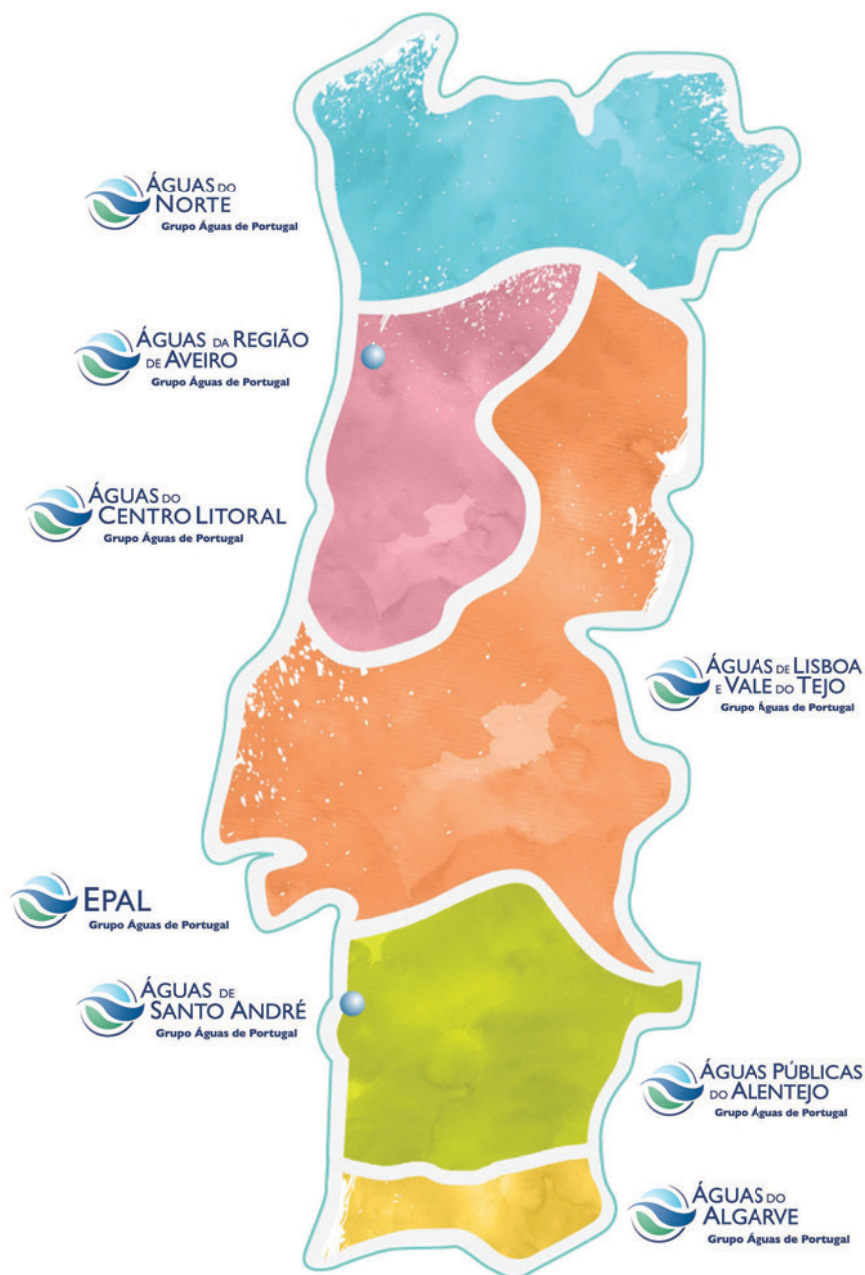
Para cobertura dos seus encargos a APA cobra a Taxa de Recursos Hídricos (TRH), que nos termos do DL 82-D/2014, de 31 de dezembro, (Legislação Verde) passou a penalizar os sistemas com perdas em “alta” superiores a 5% e em “baixa” superiores a 20%, impedindo que a TRH associada a esses volumes pudesse ser repercutida nos clientes e obrigando a que fosse suportada pelas entidades gestoras como incentivo à redução de perdas.

## Segmentos de negócio

### Água e saneamento

#### Atividade

No final de 2015, a distribuição geográfica das entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP era a seguinte:



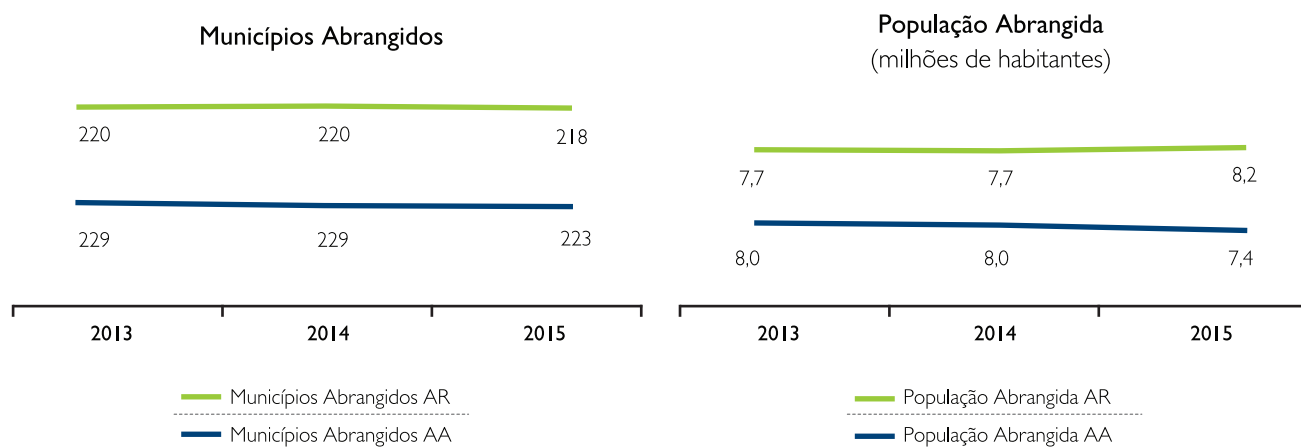
#### Indicadores

##### População e municípios

No final de 2015, o Grupo AdP integrava 8 Entidades Gestoras Regionais (EGR) que têm como utilizadores 218 municípios em abastecimento de água e 223 municípios em saneamento de águas residuais. Considera-se para este efeito quer a “alta”, quer a “baixa”, esta última realizada pelas empresas EPAL, AdRA e parceria do Noroeste (contrato gerido pela empresa AdNorte).

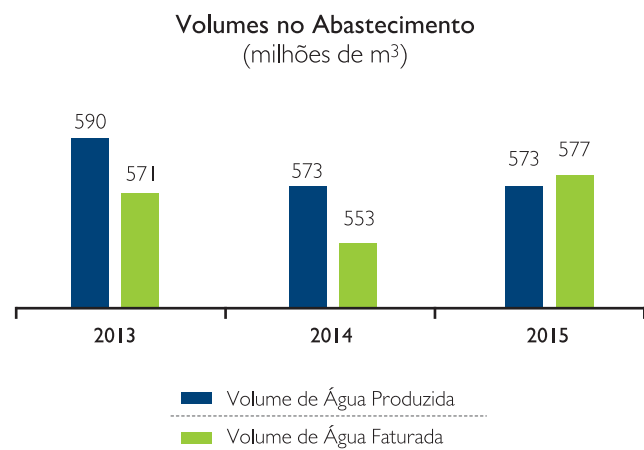
Os sistemas de abastecimento de água abrangem uma população de cerca de 8,1 milhões de habitantes (incluindo a EPAL e restante atividade de distribuição). No saneamento de águas residuais a população abrangida é, aproximadamente de 7,4 milhões de habitantes. Em linha com o referido, no final de 2015 verifica-se uma população servida de 7,33 milhões de habitantes na vertente de abastecimento e de 6,2 milhões de habitantes no saneamento de águas residuais.

Em termos evolutivos e com referência ao triénio 2013-2015, a situação é conforme gráficos seguintes:



## Volumes

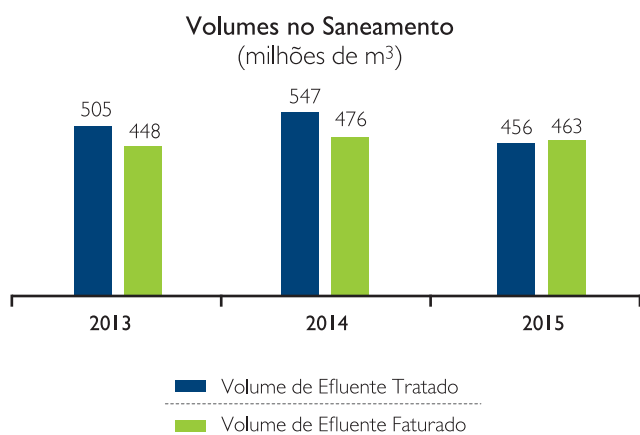
Em 2015, registou-se um aumento de 4,3% no volume de água faturado para consumo humano e a manutenção dos volumes produzidos. O balanço hídrico retrata, a seguinte evolução para o conjunto dos sistemas:



Constata-se que em 2015 se produziu, nos sistemas, menos água do que a quantidade faturada. A explicação prende-se com o facto de existirem sistemas em que se compra água a sistemas fora do Grupo AdP.

Os valores apresentados, que incluem o segmento de distribuição, permitem estimar uma capitação média nos municípios já servidos a rondar os 216 litros/dia/habitante servido para o abastecimento de água para consumo humano, o que representa um alinhamento face ao registado em 2014. Contudo este indicador deverá estar acima do realmente verificado, em função do alto índice de perdas dos sistemas de “baixa” (distribuição) a nível nacional.

Relativamente ao saneamento de águas residuais, em 2015, registou-se uma quase ligeira redução (3%) no volume de água residual faturada e simultaneamente uma redução mais expressiva (16,5%) no volume tratado. Na totalidade dos sistemas, a evolução do triénio foi a seguinte:



A distinta variação, face a 2014, entre o volume tratado e faturado, assim como a constatação de um caudal faturado superior ao caudal tratado, é explicada pela alteração da metodologia de faturação dos caudais em alguns sistemas, a partir do 2º semestre. O término da faturação pelos mínimos contratuais e pelos caudais desfasados (apenas se manteve nas extintas Simria e Simlis).

A capitação média relativamente às águas residuais, referente aos municípios já servidos, cifra-se em, aproximadamente 205, o que face a 2014 representa um aumento (em 2014 ficou perto dos 195 litros/dia/habitante). Neste caso este indicador também deverá estar majorado, em função dos caudais pluviais, uma vez que grande parte dos sistemas não tem rede separativa e como tal o caudal que é afluente às ETAR inclui a água da chuva.

Os dados relativos à atividade de saneamento de águas residuais não incluem os efluentes industriais abrangidos e efetivamente tratados.

## Infraestruturas

No que respeita às infraestruturas afetas à atividade de abastecimento, regista-se um aumento generalizado, decorrente fundamentalmente da entrada em funcionamento de novas instalações, o que traduz, apesar das restrições ao volume de investimento, a procura da melhoria contínua do serviço prestado.

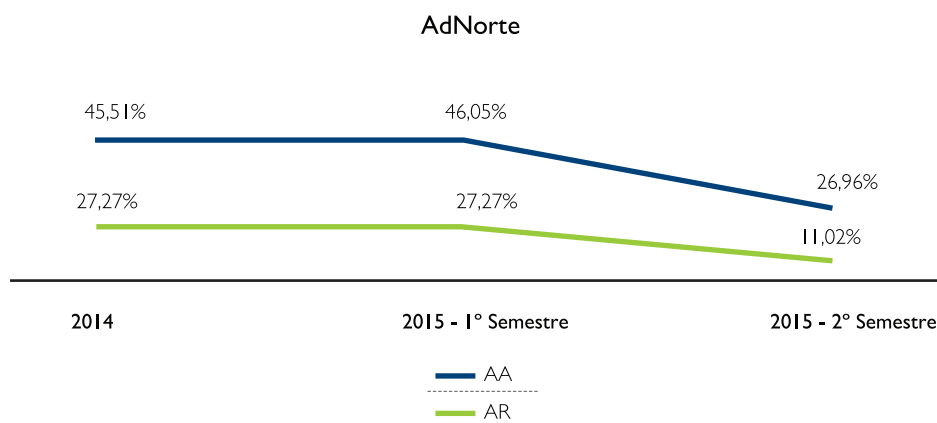
Indicadores	2013	2014	2015
Nº de captações de água	882	879	1 130
Extensão da rede (km) - AA - Conduatas	12 834	12 956	16 386
Extensão da rede (km) - AR - Coletores	7 119	7 445	9 465
Nº de ETA	223	223	155
Nº de ETAR	938	958	965
Nº de Estações Elevatórias - AA	563	576	620
Nº de Estações Elevatórias - AR	1 705	1 774	1 920
Nº de Reservatórios	1 406	1 421	1 679

Constata-se face ao histórico um crescimento extraordinário em 2015. Esta variação decorre da inclusão das infraestruturas afetas à empresa Águas do Noroeste (cuja gestão está atribuída à Águas do Norte e que inclui a parceria em baixa), que iniciou a sua atividade no final do 1º semestre de 2015. Registe-se apenas a redução do número de ETA, que decorre do facto de historicamente se terem equiparado postos de cloragem a estações de tratamento, critério agora corrigido.

## Tarifas

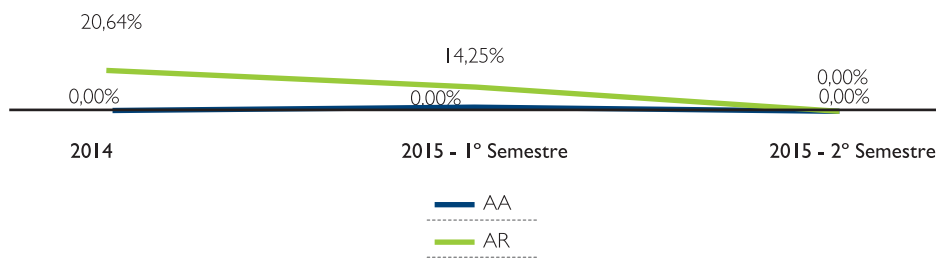
A questão tarifária, designadamente o esforço no sentido da sua harmonização, constituiu uma das premissas fundamentais que esteve na génese da reestruturação, acontecida em 2015.

Com o arranque operacional, no 2º semestre de 2015, do processo de agregações, o desígnio tarifário teve impacto imediato. Neste âmbito, registou-se uma evolução no diferencial tarifário existente nos sistemas, cuja evolução pode ser constatada pela observação dos seguintes gráficos para cada uma das vertentes e para cada uma das empresas agregadas:

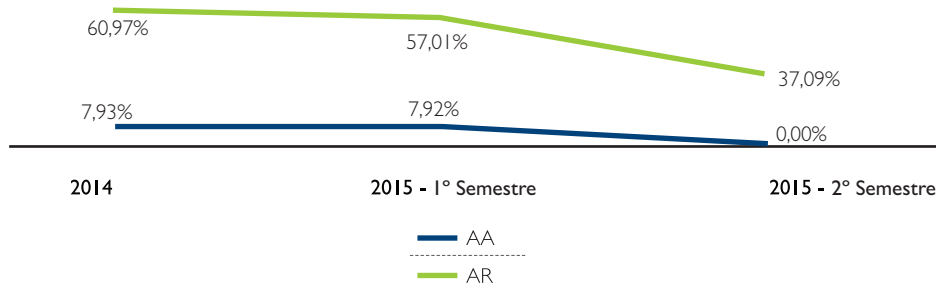




### AdCL



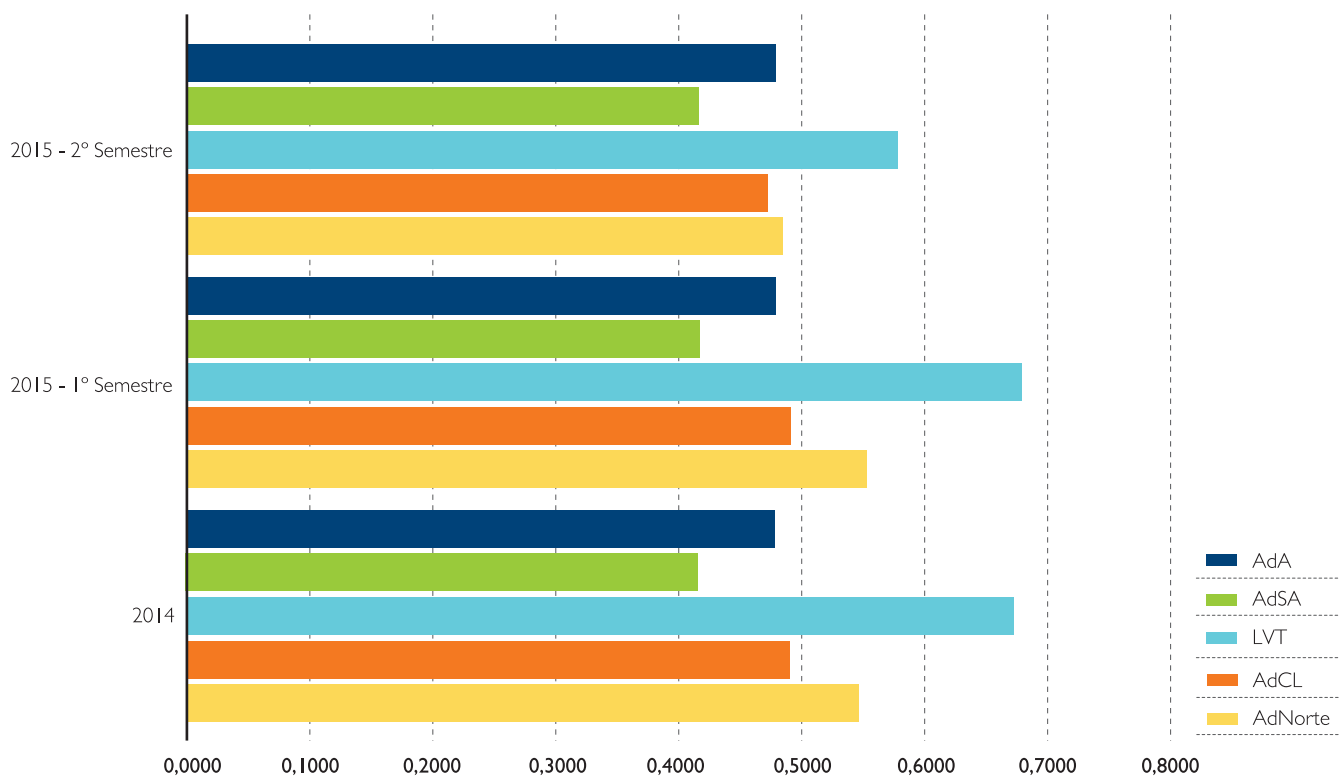
### LVT



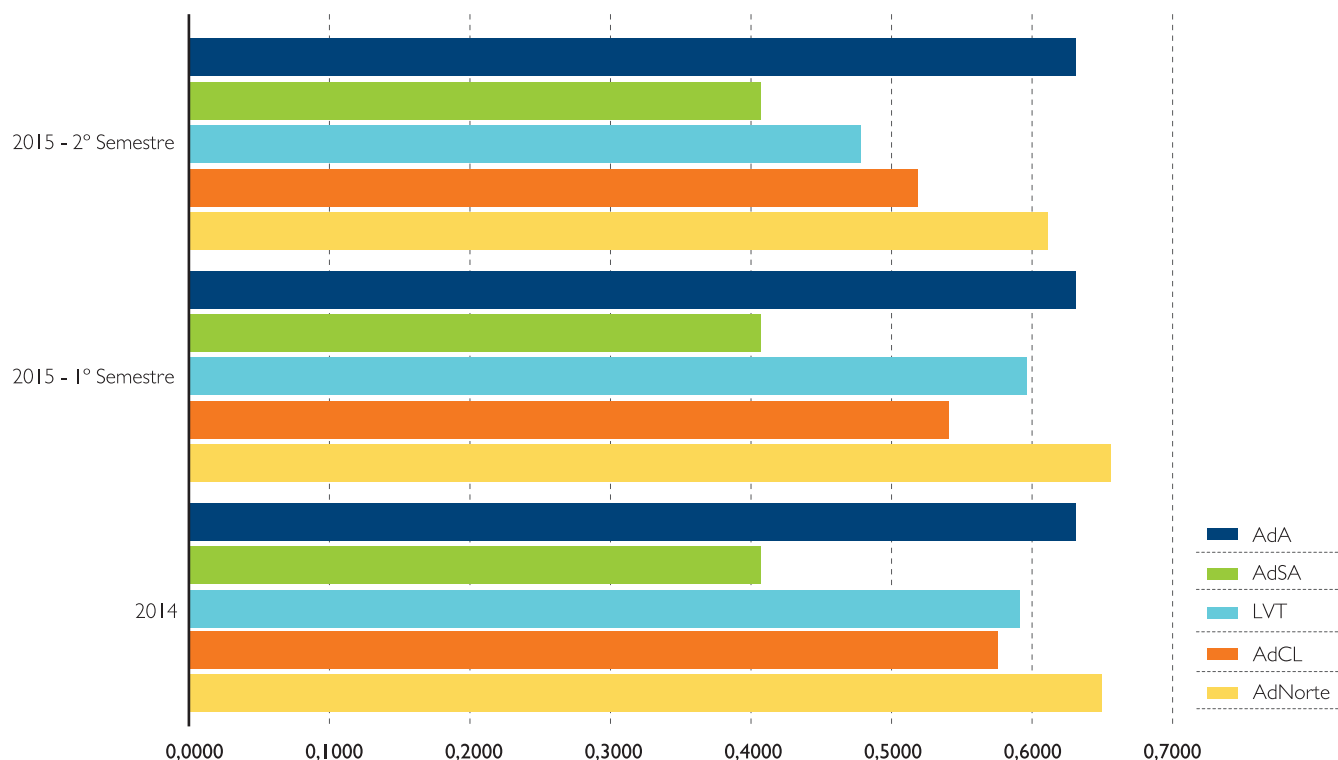
Com efeito, as diferenças significativas entre as empresas extintas constatadas até ao final do 1º semestre de 2015 justificavam-se por distintos volumes de investimento e populações atendidas, orografias e densidades populacionais muito diversas e diferentes níveis de cofinanciamento a fundo perdido concedidos pela União Europeia. Com a reorganização estas diferenças foram consideravelmente diluídas a partir do 2º semestre de 2015.

Considerando apenas os sistemas em alta e para um cenário de tarifas médias, o impacto pode ser constatado através da observação dos seguintes gráficos (un: EUR/m³):

### Tarifas Médias - AA



### Tarifas Médias - AR

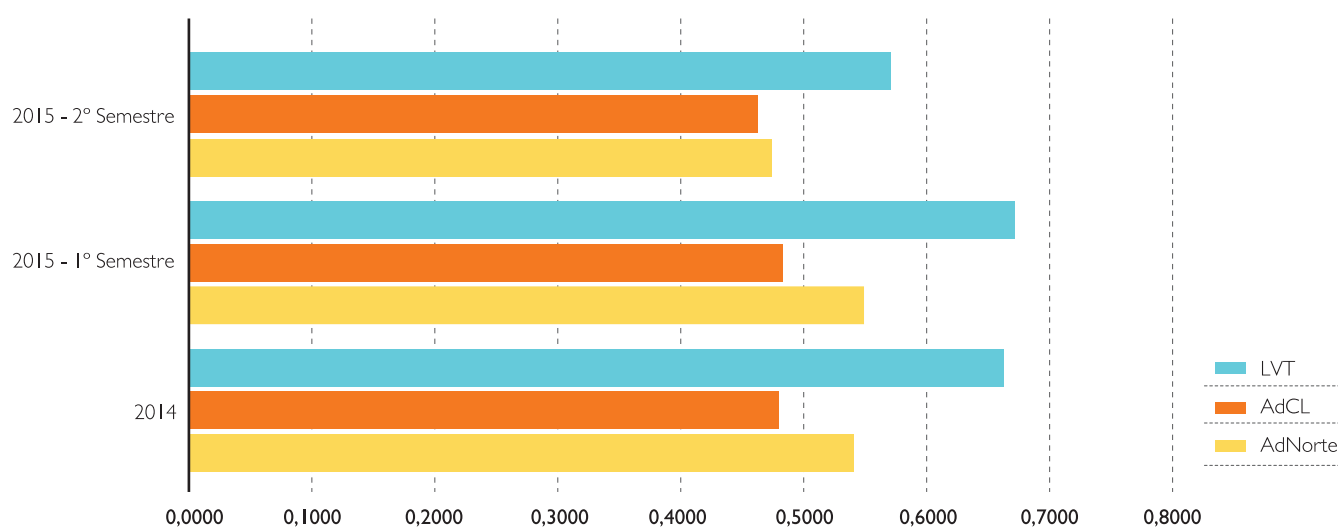


Excluindo as empresas Águas de Santo André e Águas do Algarve, que não foram diretamente afetadas pelo processo de reestruturação que marcou o ano de 2015, verifica-se no 2º semestre de 2015 uma harmonização das tarifas entre os sistemas, assim como a redução das mesmas, diluindo o diferencial historicamente evidente entre litoral e interior.

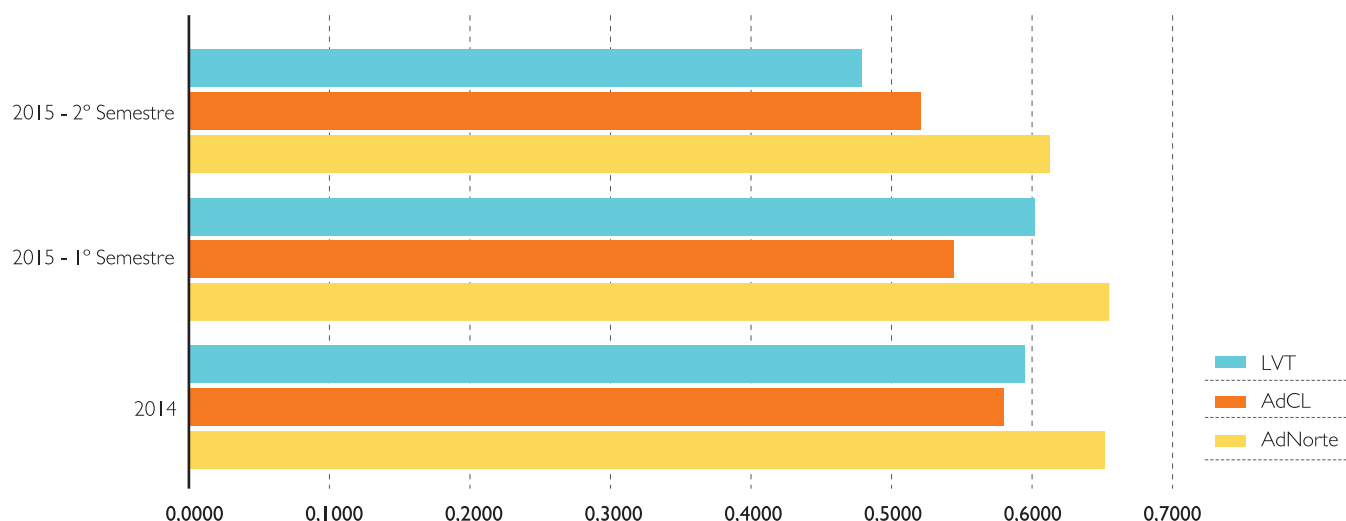
Não foi considerada para esta análise a empresa AgdA - Águas Públicas do Alentejo, dada a particularidade da sua estrutura tarifária, composta por uma componente fixa que corresponde a um valor anual, aplicado de acordo com a população potencial servida e outra variável que corresponde a um valor unitário, aplicado em função do nível de utilização do serviço.

No gráfico abaixo pode ser observado o impacto da alteração tarifária, não incluindo as empresas acima mencionadas:

### Tarifas Médias - AA



### Tarifas Médias - AR



É ainda pertinente realçar o impacto tarifário distinto constatado em 2015, para cada uma das vertentes: abastecimento de água e saneamento de águas residuais. Qualquer uma destas vertentes tem inerente um processo de convergência quinquenal das tarifas para os casos em que das tarifas que se mantiveram no 2º semestre de 2015.

Efetivamente e em termos globais o efeito no abastecimento foi maior no sentido em que mais sistemas ou áreas geográficas viram a sua tarifa em "alta" reduzir imediatamente. Com efeito 8 de 9 empresas beneficiaram duma redução imediata da sua tarifa. Estas reduções variaram entre 4% e 35,4%. A redução média situou-se nos 16,8%. A este propósito apenas a empresa Águas do Douro e Paiva não viu a sua tarifa descer uma vez que praticava já a tarifa mais reduzida em território nacional (0,3803EUR/m<sup>3</sup>) e que se manteve no 2º semestre.

No saneamento de águas residuais 8 de 14 empresas beneficiaram duma redução imediata da sua tarifa. Nesta vertente as reduções tiveram impacto maior, tendo variado entre 13,7% e 46,3%. A redução média situou-se nos 27,4%. No caso do saneamento as 6 empresas cuja tarifa se manteve, iniciarão a sua trajetória de convergência já em 2016.

### Investimento

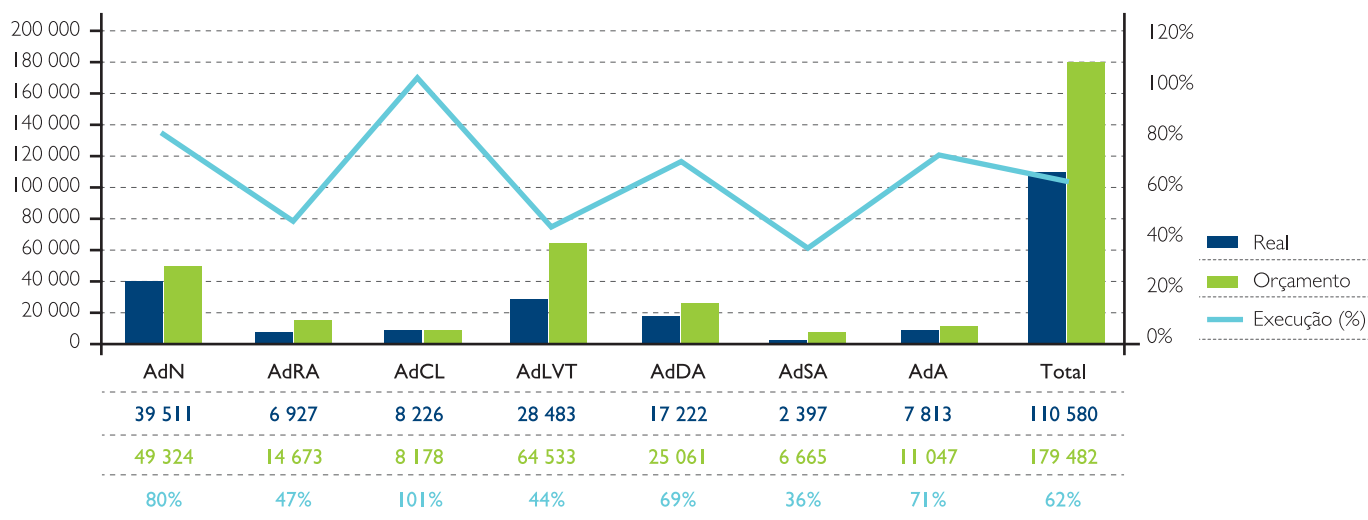
O Grupo AdP investiu, durante o ano de 2015, através das suas 8 entidades gestoras um valor de, aproximadamente 193,6 milhões de EUR.

Deste valor, destacam-se os 110,6 milhões de EUR de empreitadas e/ou obras e os 14,7 milhões de EUR relativos a prestações de serviços diretamente relacionadas com a execução das referidas empreitadas e/ou obras realizadas pelas entidades concessionárias. Resultou assim que diretamente relacionadas ou por rubricas relacionadas, o investimento em infraestruturas ou equipamentos de abastecimento de água e saneamento de águas residuais representou quase 70% do investimento global do ano.

Paralelamente, o Grupo integrou património municipal, conforme previsto contratualmente, e necessário para a adequada operação em ambas as vertentes, no valor de 34,7 milhões de EUR. Praticamente a totalidade deste valor é atribuído à empresa Águas do Norte S.A.

Ainda no que respeita à execução dos valores acima mencionados de empreitadas e/ou obras é de realçar uma taxa de execução de 62%, face ao inicialmente previsto. Convém, a este título relembrar, o processo de reestruturação acontecido durante 2015, que influenciou alguns procedimentos inerentes à execução de concursos e trabalhos. Relembra-se ainda que esta taxa de execução, assenta sobre um valor de referência realizado no período pré-agregações e como tal, previsto de forma individual pelas empresas extintas.

Junto se apresenta gráfico evolutivo de 2015 (un: '000EUR);



Da análise acima excluiu-se a EPAL, cujo investimento realizado foi de 10,3 milhões de EUR, dos quais apenas 55% são respeitantes a investimentos para garantia da fiabilidade e segurança do sistema de abastecimento.

### Fundos comunitários

Tal como historicamente se tem verificado, e de resto constitui uma das premissas dos modelos económicos e financeiros dos contratos de concessão e de parceria, parte dos investimentos realizados pelas entidades gestoras no setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, foram comparticipados por instrumentos financeiros da União Europeia, com destaque para o Fundo de Coesão no âmbito do POVT (Programa Operacional de Valorização do Território do QREN 2007-2013, cuja execução terminou em 2015.

No final de 2015 estavam em encerramento 28 candidaturas, apoiadas financeiramente pelo POVT, representando um investimento total de 609 milhões de EUR, e estando previsto um apoio comunitário a fundo perdido de 363 milhões de EUR.

Durante 2015, último ano de execução dos projetos comparticipados pelo QREN 2007-2013, assistimos a um conjunto de reprogramações para adequar as candidaturas à realidade. Paralelamente, e constituindo 2015 um ano também marcado pela reestruturação do setor, estas candidaturas foram também alvo de reprogramação para alteração de entidade promotora. Do montante total de financiamento comunitário recebido até final de 2015 - cerca de 346 milhões de EUR, que representam 95,4% do valor expectável receber, no ano 2015, foram rececionados cerca de 36 milhões de EUR.

### Candidaturas aprovadas no âmbito do POVT 2007-2013

Empresa	Candidaturas	Investimento total	Fundo perdido previsto	Recebimentos até 31-12-2014	Recebimentos até 31-12-2015	%
AdNorte	8	241 545 979,62 EUR	155 196 680,52 EUR	136 682 977,37 EUR	150 675 625,00 EUR	97%
AdCL	2	18 280 632,36 EUR	10 245 604,92 EUR	9 993 767,25 EUR	9 993 767,25 EUR	98%
AdRA	5	44 220 862,88 EUR	26 700 113,59 EUR	24 631 094,47 EUR	25 949 782,40 EUR	97%
LVT	10	192 521 568,80 EUR	108 513 671,77 EUR	90 532 863,97 EUR	101 125 425,93 EUR	93%
AgdA	2	69 531 178,60 EUR	45 804 083,47 EUR	33 746 960,48 EUR	42 597 053,30 EUR	93%
AdAlgarve	1	43 219 571,15 EUR	16 554 156,11 EUR	15 360 793,74 EUR	16 242 278,44 EUR	98%

Comparando com os recebimentos ocorridos em 2014 (68 milhões de EUR) constata-se uma redução, decorrente fundamentalmente de nos encontrarmos na fase final de muitas candidaturas no âmbito do QREN e como tal a redução dos pedidos de pagamentos e consequentemente a não apresentação de despesas (elegíveis).

Os valores previstos ainda receber encontram-se dependentes do encerramento das candidaturas e das auditorias associadas. De salientar ainda que estão aprovadas em *overbooking*, pelo POVT, 6 candidaturas, que correspondem a 97 milhões de EUR de investimento, podendo ainda contribuir com mais 54 milhões de EUR de apoio financeiro comunitário, caso venha a haver disponibilidade financeira aquando do encerramento contabilístico do Programa Operacional.

Paralelamente, verificou-se em 2015, o arranque, em termos operacionais, do novo quadro de programação de apoios comunitários, designado por Portugal 2020. Neste quadro, designadamente no âmbito do novo POSEUR 2014-2020 (Programa Operacional de

Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos) foram submetidas, até final do ano, 19 candidaturas, que totalizam um investimento de cerca de 68,5 milhões de EUR e tendo sido solicitado um apoio financeiro a fundo perdido de cerca de 57,6 milhões de EUR, correspondendo a uma taxa de comparticipação média de 85%.

As candidaturas foram efetuadas em resposta a dois Avisos: um relativo à resolução de situações de contencioso com a Comissão Europeia em termos da Diretiva das Águas Residuais Urbanas, e outro que respeita a situações de incumprimento.

### Candidaturas submetidas ao POSEUR 2014-2020

Empresa	Candidaturas	Investimento total	Fundo perdido previsto
AdNorte	2	2 355 470,00 EUR	2 002 149,50 EUR
LVT	5	6 411 819,57 EUR	5 450 046,63 EUR
AgdA	6	17 000 699,00 EUR	14 450 594,15 EUR
AdSA	1	3 468 927,00 EUR	2 948 587,95 EUR
AdAlgarve	5	39 314 858,00 EUR	32 756 781,87 EUR

Até final de 2015 estavam aprovadas apenas 3 candidaturas, num total de 2,9 milhões de EUR de investimento, a que correspondem cerca de 2,5 milhões de EUR de comparticipação a fundo perdido aprovada.

## Águas do Norte

### Enquadramento

A Águas do Norte, S.A. (foi criada pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, sendo responsável pela exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo, pelo prazo de 30 anos, e do Sistema de Águas da Região do Noroeste, sistema municipal de abastecimento de água e de saneamento, criado em resultado de Parceria estabelecida entre o Estado e municípios, celebrada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril.

A Águas do Norte tem, assim, sob sua responsabilidade a gestão de dois sistemas, um multimunicipal em “alta” e um municipal em “baixa”, sendo a primeira empresa do País com uma verticalização da atividade nestes moldes.

O Sistema Multimunicipal abrange a captação, o tratamento e o abastecimento de água para consumo público e a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, que cumpram o disposto no regulamento de exploração e serviço relativo à atividade de saneamento de águas residuais em vigor no Sistema Multimunicipal, os respetivos tratamento e rejeição, a qual deve ser realizada de forma regular, contínua e eficiente.

O Sistema Multimunicipal resultou da agregação dos seguintes sistemas:

- Sistema multimunicipal de captação, tratamento e abastecimento de água do sul do Grande Porto, criado pela alínea e) do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro;
- Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, criado pelo Decreto-Lei n.º 270 -A/2001, de 6 de outubro;
- Sistema multimunicipal de saneamento do Grande Porto, criado pelo Decreto-Lei n.º 260/2000, de 17 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 312/2009, de 27 de outubro;
- Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Noroeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 41/2010, de 29 de abril;

Com base no disposto no n.º 2 da Cláusula 1.ª do Contrato de Concessão, a Águas do Norte, S.A. sucedeu em todos os direitos e obrigações das concessionárias dos sistemas referidos no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, que foram extintas nos termos do referido Decreto-Lei, incluindo as infraestruturas do sistema integrado de despoluição do vale do Ave, o contrato de concessão para a exploração e gestão do sistema integrado de despoluição do vale do Ave celebrado com a Tratave - Tratamento de Águas Residuais do Ave, S.A., os contratos de operação e manutenção de infraestruturas, contratos de gestão dos sistemas municipais que hajam sido celebrados por essas concessionárias ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, e, sem prejuízo do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, quaisquer contratos de fornecimento e de recolha celebrados.

## ○ Sistema

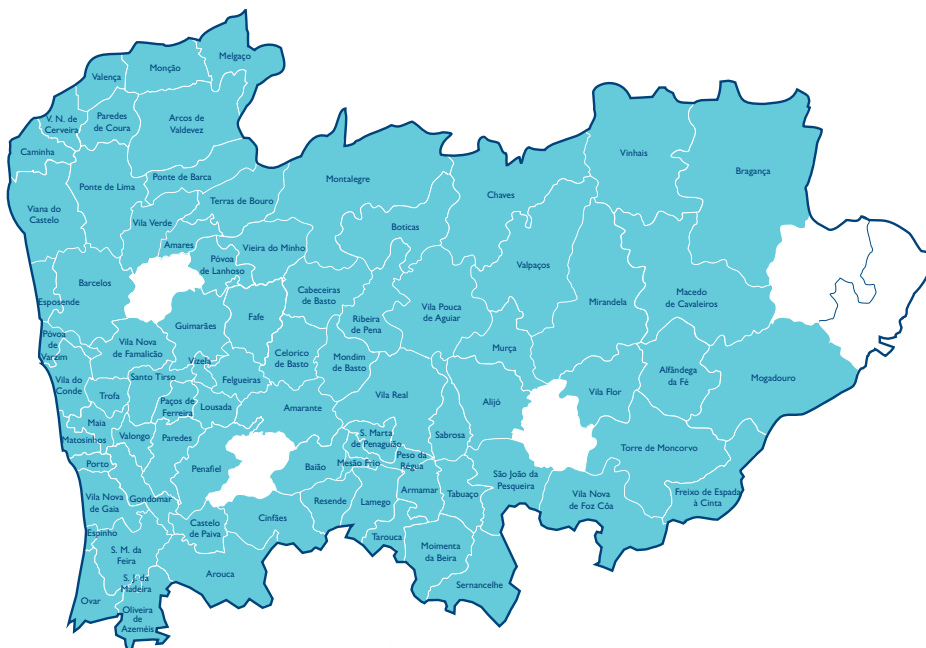
○ Sistema integra como utilizadores, um total de 80 municípios:

- 61 municípios no abastecimento de água e saneamento de águas residuais: Alfândega da Fé, Alijó, Amarante, Arcos de Valdevez, Armamar, Arouca, Baião, Boticas, Bragança, Caminha, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Chaves, Cinfães, Esposende, Fafe, Felgueiras, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Lousada, Macedo de Cavaleiros, Melgaço, Mesão Frio, Mirandela, Mogadouro, Moimenta da Beira, Monção, Mondim de Basto, Montalegre, Murça, Paredes, Paredes de Coura, Peso da Régua, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Póvoa de Lanhoso, Póvoa de Varzim, Resende, Ribeira de Pena, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Santo Tirso, São João da Pesqueira, Semancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Trofa, Valença, Valpaços, Viana do Castelo, Vieira do Minho, Vila do Conde, Vila Flor, Vila Nova de Cerveira, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Foz Côa, Vila Nova de Gaia, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real e Vinhais;
- 12 municípios no abastecimento de água: Barcelos, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Ovar, Paços de Ferreira, Porto, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Valongo;
- 7 municípios no saneamento de águas residuais: Amares, Cabeceiras de Basto, Guimarães, Penafiel, Terras de Bouro, Vila Verde e Vizela.

A área abrangida pelo Sistema Multimunicipal é de 19.687 km<sup>2</sup>, correspondentes a 22% da área de Portugal continental e presta serviços de abastecimento de água e/ou de tratamento de águas residuais a 3,7 milhões de habitantes.

A Águas do Norte sucedeu, igualmente, à Águas do Noroeste na exploração e gestão do Sistema de Águas, em resultado da celebração de contrato de Parceria Pública, entre o Estado Português e os municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Santo Tirso e Trofa, em 5 de julho de 2013, e da celebração de contrato de gestão entre o Estado, os referidos municípios e a Águas do Noroeste, S.A., em 26 de julho de 2013.

Com esta parceria a Águas do Norte, S.A. assegura o abastecimento de água e saneamento de águas residuais urbanas em baixa aos municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães e de saneamento a Fafe, Santo Tirso e Trofa. Com esta atividade, a empresa garante de forma regular, contínua e eficiente, a prestação de serviços de água e a construção e/ou renovação das redes em “baixa”, a mais de 80.000 clientes. A área dos 8 municípios abrangidos pelo Sistema de Águas é de 1.654 km<sup>2</sup> e a população de 300 mil habitantes.



## Tarifas

### Sistema Multimunicipal:

Em termos tarifários, o contrato de concessão (Cláusula 18.<sup>a</sup>) estabelece:

- O primeiro período, designado período de transição, correspondente ao período que decorre entre a data de produção de efeitos do contrato de concessão e o final do ano civil correspondente – o 2º semestre de 2015;
- O segundo período, designado por período de convergência tarifária, que dura 5 (cinco) anos a contar do termo do período de transição e destina-se à convergência progressiva das tarifas praticadas nos sistemas extintos para um tarifário comum – 2016 a 2020;
- O terceiro período, assim designado, divide-se em subperíodos tarifários de 5 (cinco) anos, e decorre entre o termo do período de convergência tarifária e o termo do contrato de concessão – após 2020.

Os valores previstos, definidos e estimados para as tarifas representam o nível mínimo a partir do qual a concessionária gera fundos suficientes para satisfazer os compromissos decorrentes das atividades concessionadas nos termos do contrato de concessão, bem como para cumprimento das obrigações de pagamento dos dividendos aos acionistas nos termos previstos no Decreto-Lei de criação do sistema.

No 1º semestre de 2015 as empresas agregadas praticaram aos seus clientes a tarifa que lhes havia sido aprovada pelo regulador, em sede de Orçamento e Projeto Tarifário (OPT) para o ano de 2015. No 2º semestre, a tarifa do sistema de abastecimento passou a ser única – 0,5207 EUR/m<sup>3</sup> – conforme previsto no Contrato de Concessão, mantendo-se a tarifa já praticada na extinta AdDP - 0,3803 EUR/m<sup>3</sup>. No caso do saneamento, mantiveram-se as tarifas praticadas pelas extintas Simdouro e Noroeste aos seus clientes, tendo a tarifa da extinta Águas do Trás-os-Montes e Alto Douro passado a ser de 0,6324 EUR/ m<sup>3</sup>, conforme previsto no Contrato de Concessão.

As tarifas a aplicar aos utilizadores nos primeiro e segundo períodos tarifários são as previstas e definidas no Anexo III ao contrato de concessão, a preços constantes de 2015, atualizadas para o ano da sua aplicação de acordo com as variações médias anuais do índice harmonizado de preços no consumidor, indicadas, até 31 de julho, pela entidade reguladora do setor com base no índice publicado pela entidade responsável pela sua divulgação.

As tarifas a aplicar no terceiro período tarifário são aprovadas pela entidade reguladora do setor, nos termos da lei e regulamentação aplicáveis, devendo a concessionária apresentar para o efeito, até 30 de abril do ano anterior ao início do subperíodo em que vão vigorar, um projeto tarifário devidamente detalhado e justificado quanto aos rendimentos estimados e aos gastos previsionais de exploração, de investimento e financeiros, por atividade, para o período subsequente de 5 (cinco) anos.

O projeto tarifário quinquenal deve proceder à revisão dos pressupostos técnicos e económico e financeiros constantes do contrato de concessão, e as tarifas propostas devem permitir a cobertura integral dos gastos das atividades concessionadas, em cenário de eficiência produtiva de acordo com os critérios previamente definidos com a entidade reguladora do setor.

## Sistema Municipal

Em termos tarifários, os critérios definidos (cláusula 26.<sup>a</sup>) são os seguintes:

- as tarifas a praticar em qualquer dos períodos tarifários correspondem a tarifas necessárias, que se definem como sendo as tarifas que permitem a recuperação anual de todos os gastos anuais associados à exploração e à gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema e assegurar a sustentabilidade económico-financeira da EGP no âmbito das atividades relativas à Parceria, e a qualidade dos serviços;
- a recuperação anual de todos os gastos devidos com a exploração e a gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema referida no número anterior compreende, para além de outros, o montante correspondente aos valores mínimos garantidos ou às tarifas aplicadas aos caudais de água e efluentes medidos ou estimados devidos pelos Municípios nos termos dos contratos de concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Noroeste.
- o valor das tarifas a suportar pelos utilizadores finais deve ser progressivamente uniformizado até ao termo do período de convergência tarifária, tendo por base os princípios que determinam as trajetórias de convergência definidas no contrato de gestão;
- o período de convergência tarifária compreende várias fases e tem em conta as áreas territoriais dos Municípios, iniciando-se com a uniformização da estrutura tarifária, e culminando com a igualdade nos valores das tarifas em cada escalão, de acordo com a trajetória das tarifas médias, vertida no contrato de gestão.

## Desempenho

### Contextualização

Assistiu-se, até final de 2015, a um esforço de implementação dos processos de reorganização e de racionalização de recursos, que permitiram algumas eficiências, sobretudo do ponto de vista procedimental e organizacional, mas de complexa quantificação.

Com benefícios decorrentes de uma partilha de *know-how* e soluções mais eficientes praticadas nas empresas extintas, a Águas do Norte estabeleceu um forte compromisso no âmbito do desenvolvimento sustentável dos serviços do abastecimento de água e saneamento, e evidenciou, junto dos clientes, acionistas e restantes partes interessadas, a implementação das políticas, valores e melhores práticas internacionais de gestão.

No âmbito da gestão de energia, a implementação do sistema e respetiva certificação permitiu dar sequência a uma lógica de desempenho, onde a eficiência energética tem sido uma prioridade com vista à redução dos custos e dos consumos de energia e ao combate às alterações climáticas por via da redução das emissões de gases com efeito de estufa.

O processo de agregação requereu de todos os colaboradores envolvidos um imenso trabalho de adaptação à nova estrutura organizativa, quer em termos orgânicos, quer em termos de mobilidade geográfica; de uniformização integral de todos os critérios

contabilísticos e de procedimentos, passando toda a organização a reger-se por regras únicas, com a consequente alteração das metodologias habituais de cada empresa agregada.

Há ainda a realçar que as principais atividades do processo de agregação começaram a ser desenvolvidas no período de preparação da agregação (entre outubro de 2014 e junho de 2015), com subsequente implementação de muitos dos respetivos outputs. Com efeito, o processo de agregação teve um fortíssimo conjunto de trabalhos nos meses seguintes e continua a desenvolver-se, sendo norteado pela noção de que a eficiência a alcançar para garantir a sustentabilidade da empresa requer um substancial enfoque na procura das melhores práticas reconhecidas internacionalmente para a gestão de sistemas de águas e saneamento, com adequação às particularidades nacionais e às características dos sistemas regionais geridos pela empresa.

A resposta aos constrangimentos foi assegurada, com continuidade e qualidade, a prestação de serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais que constituem a missão e a razão de ser da empresa. O processo de alteração da estrutura organizativa, quer em termos orgânicos, quer em termos de mobilidade geográfica, decorreu de forma ordenada e pacífica.

O esforço na uniformização de procedimentos comuns e os consequentes ganhos de eficiência começam já a ser visíveis. A empresa tem conseguido responder atempadamente às solicitações dos diferentes *stakeholders*.

### **Atividade**

Com a assinatura do Contrato de Concessão em 30 de junho de 2015 e a criação da Águas do Norte, deu-se continuidade a um conjunto de ações e de tarefas que vinham sendo desenvolvidas pelas 4 empresas entretanto extintas, os quais foram caracterizados pela elaboração e aprovação dos estudos e projetos, pelo lançamento dos concursos para a construção de infraestruturas programadas no Contrato de Concessão e pela construção das mesmas.

Na sequência da Parceria Pública celebrada entre o Estado Português e os Municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Santo Tirso e Trofa, e do Contrato de Gestão iniciou-se a 1 de abril de 2015 a atividade comercial do Sistema de Águas do Noroeste.

Ao longo do ano de 2015 os processos relacionados com a operação sofreram algumas remodelações no que se refere à sua reorganização, prosseguindo o seu normal desenvolvimento segundo os modelos implementados. Apesar da considerável reestruturação, desenhada para a nova Sociedade, no que concerne ao processo de agregação, o esforço acrescido da organização refletiu-se na sua adequada resposta aos clientes e mantendo uma excelente qualidade de serviço.

Como síntese dos acontecimentos mais marcantes podemos referir:

- A conclusão dos procedimentos de concurso público de aquisição de serviços de *outsourcing* nos Centros de Operação de Trás-os-Montes – Douro Superior e Douro Sul;
- O início de implementação no processo de faturação dos volumes de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, através da aplicação informática de gestão da operação (Projeto NAVIA – Sistema de Gestão Integrado da Operação), bem como a utilização de novas funcionalidades deste *software*;
- O desenvolvimento contínuo de melhorias nas bases de dados de controlo operacional dos Laboratórios de Controlo Analítico Interno de Água e de Saneamento, no sentido de unificar a informação e otimizar a monitorização da qualidade do serviço prestado; O Arranque da participação no projeto *iPerdas – 2.ª Edição* em parceria com o LNEC; O início do processo de desenvolvimento dos Planos de Segurança da Água (PSA) ainda em falta nas Águas do Norte, S.A., bem como os respetivos procedimentos quer ao nível do PSA quer dos PSAR; os Processos de uniformização e convergência de práticas e procedimentos resultantes das experiências existentes em cada uma das empresas agregadas; a monitorização da execução orçamental dos contratos de prestação/aquisição de serviços existentes, dos volumes reais e faturados, face ao previsto em orçamento, e das afliências indevidas dos subsistemas de águas residuais.

### **Investimento**

No sentido de assegurar a realização do seu plano de investimentos, estabelecidos no contrato de concessão, durante o ano de 2015, foram lançados 43 concursos de empreitadas. No que diz respeito ao Abastecimento de Água, foram lançados 23 concursos de empreitada e assinados 19 contratos, no montante de 1,45 milhões de EUR. Já na componente de Saneamento de Águas Residuais foram lançados a concurso 20 empreitadas e contratualizadas 24 pelo valor de 1,65 milhões de EUR.

Em 2015, a Empresa deu igualmente continuidade ao plano de investimentos previstos para o Sistema de Águas da região do Noroeste, procedendo ao lançamento de 11 concursos de empreitadas e á assinatura de 10 contratos, no montante de cerca de 3 milhões de EUR.

Em termos globais, em 2015, a Águas do Norte realizou perto de 40 milhões de EUR em empreitadas, nas componentes de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, dos quais 10,6 milhões de EUR em infraestruturas do Sistema da Região da Águas do Noroeste.



No ano de 2015 relevam-se:

- Na componente de saneamento de águas residuais, as conclusões dos sistemas interceptores principais e das ETAR de Esposende, Marinhas, Neiva, Britelo, Ovelha, Vila Meã, Pedorido, Sardoura, Porto Antigo, Fornos e Cinfães, bem como da conclusão da empreitada de reabilitação da ETAR do Areinho.
- No que respeita à componente de abastecimento de água, a conclusão da Reserva de Água a Montesinho e respetiva execução do circuito de ligação ao sistema existente, bem como a Remodelação da ETA de França; e
- A conclusão do sistema de telegestão relativo aos Subsistemas de Abastecimento de Água e de Saneamento da Região do Minho constituiu, igualmente, um dos grandes objetivos concretizados no âmbito do investimento realizado.

### As Contas

O Sistema Multimunicipal do Norte resulta da agregação de quatro sistemas que se extinguiram na mesma data (30 de junho de 2015), tal como as sociedades que os geriam. Os ativos e passivos das quatro sociedades extintas transitaram para a nova sociedade a 30 de junho de 2015 e, apesar da Águas do Norte apenas existir efetivamente a partir dessa data, do ponto de vista contabilístico e fiscal, as operações das sociedades concessionárias extintas, são consideradas como efetuadas por conta da concessionária, reportando os seus efeitos a 1 de janeiro de 2015.

As demonstrações financeiras de abertura da Águas do Norte corresponderam à soma aritmética das demonstrações financeiras das empresas extintas, às quais foram efetuados os ajustes relativos ao reconhecimento dos desvios de recuperação de gastos, ao crédito e gasto de construção de ativos concessionados e ajustamentos de reservas de auditoria efetuadas na esfera individual das empresas agregadas. Os valores apresentados para o ano de 2015 refletem, durante o primeiro semestre a atividade das empresas agregadas, com os ajustamentos referidos e, no segundo semestre, a atividade efetiva da empresa.

O Decreto-Lei n.º 93/2015, veio introduzir uma alteração significativa ao passar a considerar os desvios de recuperação de gastos como uma componente das demonstrações financeiras das empresas. Recorde-se que, até 30 de junho de 2015, os desvios de recuperação de gastos apenas eram reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da AdP SGPS.

Apresenta-se, apenas para efeitos indicativos a comparação com o ano de 2014 (pró-forma), sendo que os valores apresentados para 2014 correspondem à soma simples dos valores das empresas agregadas que lhe deram origem, com os ajustamentos necessários à comparabilidade das demonstrações financeiras.

A Águas do Norte concluiu o seu exercício económico de 2015 com um resultado líquido positivo de 13,4 milhões de EUR, correspondendo 12,4 milhões de EUR a remuneração garantida e 1 milhão de EUR a 50% dos ganhos de produtividade obtidos no 1.º semestre do exercício (na Águas do Douro e Paiva).

O exercício de 2015 fechou com um resultado positivo de 13,4 milhões de EUR, considerando os desvios de recuperação de gastos.

O volume de negócios diminuiu face a 2014, em ambas as componentes. No abastecimento a diminuição deve-se ao efeito da redução das tarifas e ao facto de não terem sido debitados os valores mínimos. No saneamento de águas residuais a diminuição decorreu pelo efeito da redução das tarifas e pela diminuição dos volumes tratados. O valor do volume de negócios foi condicionado pelo reconhecimento dos Rendimentos da Construção de Ativos Concessionados e do Desvio de Recuperação de Gastos.

Os resultados operacionais da Sociedade, não considerando os desvios de recuperação de gastos, apresentam uma diminuição (menos 74%) face a 2014, devido à constatação de uma maior redução dos rendimentos operacionais, face a um maior aumento dos gastos operacionais.

O endividamento apresenta em 2015 alterações significativas na sua natureza, sendo mais relevante o aumento nos empréstimos não correntes (mais 20%) e um aumento dos empréstimos da AdP (mais 52,0%), originando ganhos nas condições de financiamento.

Relativamente à dívida de serviço, vencida e não vencida dos clientes municipais e outros utilizadores, o montante atingiu os 100,7 milhões de EUR (eram 103,3 milhões de EUR no final de 2014), dos quais 22,1 milhões de EUR estão vencidos, eram 57,5 milhões de EUR no final de 2014, em resultado de um enorme esforço na celebração de acordos de pagamento e cedência de alguns créditos, à banca (cerca de 40 milhões de EUR), sem recurso creditício a qualquer entidade pertencente ao Grupo AdP.

### Perspetivas

Em 2016 a atividade da Águas do Norte deverá seguir o modelo e os objetivos essenciais de 2015 em todas as suas áreas de atividade, perspetivando que seja um ano caracterizado pela consolidação da atividade da empresa, procurando aplicar as melhores práticas em toda a área de atuação da empresa, com benefício para os trabalhadores, municípios utilizadores, fornecedores e demais stakeholders.

Neste contexto importa salientar a continuação do reforço da sustentabilidade económica e financeira da empresa que, pela sua expressão, é um fator relevante na sustentabilidade do próprio setor da água. A racionalização dos gastos também assumirá um papel relevante na atividade da empresa em 2016, bem como o estabelecimento de um clima de diálogo e cooperação com os municípios envolvidos.

O ano 2016 será igualmente marcado por novos e decisivos desenvolvimentos no setor, salientando-se, desde logo, estudos com vista ao estabelecimento de parcerias, com os municípios que o pretenderem, para a gestão dos sistemas municipais em “baixa”, processo que terá um novo impulso, por orientação da tutela.

A manutenção do interesse, empenho, o envolvimento e a dedicação de todas as partes interessadas, em particular dos nossos colaboradores, dos acionistas, dos utilizadores municipais e do Estado, contribuirão decisivamente para o sucesso da atividade da Águas do Norte no ano de 2016, no sentido da solidificação da sustentabilidade que se persegue e da manutenção da excelente qualidade do serviço público que temos prestado nos territórios onde desenvolvemos a nossa atividade.

Contudo, a Águas do Norte tem capacidade, experiência, resiliência e flexibilidade para acomodar e ultrapassar parte dos desafios e das dificuldades que se adinham, sem que exista uma diminuição do nível da qualidade do serviço que vem sendo prestado.

## Águas do Centro Litoral

### Enquadramento

A Águas do Centro Litoral, S.A. foi criada pelo Decreto-Lei n.º 92/2015, de 29 de maio, sendo responsável pela exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Centro Litoral de Portugal, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo, pelo prazo de 30 anos.

O Sistema Multimunicipal abrange a captação, o tratamento e o abastecimento de água para consumo público e a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, que cumpram o disposto no regulamento de exploração e serviço relativo à atividade de saneamento de águas residuais em vigor no Sistema Multimunicipal, os respetivos tratamento e rejeição, a qual deve ser realizada de forma regular, contínua e eficiente.

O Sistema Multimunicipal resulta da agregação dos seguintes sistemas:

- Sistema multimunicipal de saneamento da Ria de Aveiro, criado pelo Decreto-Lei n.º 101/97, de 26 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 329/2000, de 22 de dezembro;
- Sistema multimunicipal de saneamento do Lis, criado pelo Decreto-Lei n.º 543/99, de 13 de dezembro;
- Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Baixo Mondego, criado pelo Decreto-Lei n.º 172/2004, de 17 de julho;

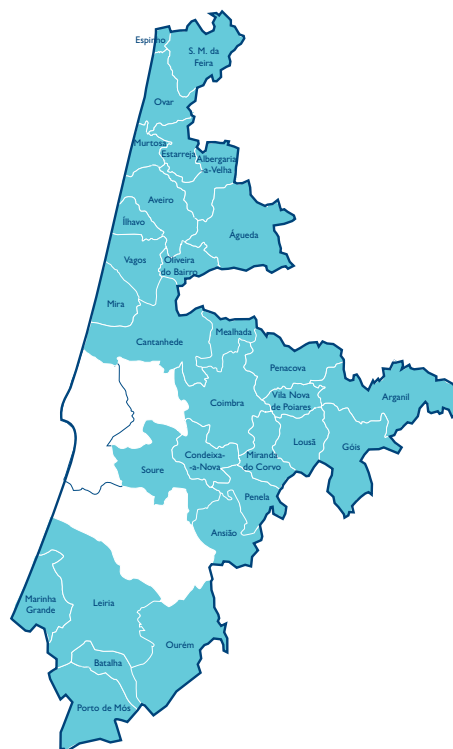
A Águas do Centro Litoral sucedeu em todos os direitos e obrigações das concessionárias dos sistemas referidos no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 92/2015, de 29 de maio, que foram extintas nos termos do referido Decreto-Lei, incluindo na titularidade de quaisquer autorizações, licenças e concessões relativas à utilização de recursos hídricos e no exercício de atividades acessórias ou complementares e nas respetivas posições em todos os contratos vigentes, designadamente contratos de trabalho, contratos de cedência de pessoal, contratos de prestação de serviços, contratos de financiamento, contratos de cedência e de aquisição de infraestruturas, os contratos de operação e manutenção de infraestruturas, e, sem prejuízo do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 92/2015, de 29 de maio, quaisquer contratos de fornecimento e de recolha celebrados.

### O Sistema

O Sistema integra, como utilizadores, um total de 30 municípios:

- 13 municípios no abastecimento de água e saneamento de águas residuais: Ansião, Arganil, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Góis, Leiria, Lousã, Mealhada, Mira, Miranda do Corvo, Penacova, Penela, e Vila Nova de Poiares;
- 17 municípios no saneamento de águas residuais: Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Batalha Cantanhede, Estarreja, Espinho, Ílhavo, Marinha Grande, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Ourém, Porto de Mós, Santa Maria da Feira, Soure e Vagos.

A área de abrangência do Sistema, corresponde ao somatório das áreas das empresas extintas, e é de 5.485 km<sup>2</sup>, 6% da área de Portugal continental, e presta serviços de abastecimento de água a quase 246 mil habitantes, e trata as águas residuais a, cerca de, 734 mil habitantes.



## Tarifas

Em termos tarifários, o contrato de concessão, estabelece os seguintes períodos tarifários:

- O primeiro período, designado período de transição, correspondente ao período que decorre entre a data de assinatura do contrato de concessão e o final do ano civil correspondente – o 2º semestre de 2015;
- O segundo período, designado por período de convergência tarifária, que dura 5 (cinco) anos a contar do termo do período de transição (2016-2020), visa assegurar a convergência progressiva das tarifas praticadas nos sistemas extintos para um tarifário comum;
- O terceiro período, assim designado, divide-se em subperíodos tarifários de 5 (cinco) anos e decorre entre o termo do período de convergência tarifária e o termo do contrato de concessão (2021-2045).

Os valores previstos, definidos e estimados para as tarifas representam o nível mínimo a partir do qual a concessionária gera fundos suficientes para satisfazer os compromissos decorrentes das atividades concessionadas nos termos do contrato de concessão, bem como para cumprimento das obrigações de pagamento dos dividendos aos acionistas nos termos previstos no Decreto-Lei de criação do sistema.

No 1º semestre de 2015 as três empresas agregadas praticaram aos seus clientes a tarifa que lhes havia sido aprovada pelo regulador, em sede de Orçamento e Projeto Tarifário (OPT) para o ano de 2015. No 2º semestre, a tarifa do sistema de abastecimento passou a ser – 0,4653 EUR/m<sup>3</sup>, já praticada na extinta Águas do Mondego – conforme previsto no Contrato de Concessão e, no caso do saneamento, passou a ser praticada uma tarifa única - 0,5195 EUR/ m<sup>3</sup>, também conforme previsto no Contrato de Concessão.

As tarifas a aplicar aos utilizadores nos primeiro e segundo períodos tarifários são as previstas e definidas no Anexo III ao contrato de concessão, a preços constantes de 2015, atualizadas para o ano da sua aplicação de acordo com as variações médias anuais do índice harmonizado de preços no consumidor, indicadas, até 31 de julho, pela entidade reguladora do setor com base no índice publicado pela entidade responsável pela sua divulgação.

As tarifas a aplicar no terceiro período tarifário são aprovadas pela entidade reguladora do setor, nos termos da lei e regulamentação aplicáveis, devendo a concessionária apresentar para o efeito, até 30 de abril do ano anterior ao início do subperíodo em que vão vigorar, um projeto tarifário devidamente detalhado e justificado quanto aos rendimentos estimados e aos gastos previsionais de exploração, de investimento e financeiros, por atividade, para o período subsequente de 5 (cinco) anos.

O projeto tarifário quinquenal deve proceder à revisão dos pressupostos técnicos e económico e financeiros constantes do contrato de concessão, e as tarifas propostas devem permitir a cobertura integral dos gastos das atividades concessionadas, em cenário de eficiência produtiva de acordo com os critérios previamente definidos com a entidade reguladora do setor.

## Modelo de volumes desfasados

A concessionária aplica o modelo de volumes desfasados à faturação do serviço de saneamento de águas residuais aos utilizadores municipais, da Ria e do Lis.

Nessa situação, a tarifa do ano, para esse efeito habitualmente designada por tarifa implícita, é calculada através da divisão dos gastos e encargos anuais, determinados nos termos previstos no contrato de concessão, pela média aritmética simples das quantidades de efluentes medidos ou estimados para o conjunto dos utilizadores municipais no período correspondente, a, pelo menos, um dos últimos 6 (seis) semestres consecutivos, compreendido entre 1 de julho do ano n-4 e 30 de junho do ano n-1.

A faturação do serviço, em cada mês e por utilizador municipal, corresponde a um duodécimo do produto da tarifa do ano pela média aritmética simples dos volumes acumulados de efluentes medidos ou estimados no período correspondente a, pelo menos, um dos últimos 6 (seis) semestres consecutivos, compreendido entre 1 de julho do ano n-4 e 30 de junho do ano n-1, desse utilizador.

No período de transição, aplicou-se o regime de medição e faturação praticado em cada um dos sistemas multimunicipais extintos, designadamente o modelo de volumes desfasados, neste caso aplicável aos utilizadores municipais dos extintos sistemas multimunicipais concessionados às Simria, S.A., e Simlis, S.A.

## Desempenho

### Contextualização

Assistiu-se, até final de 2015, a um esforço de implementação dos processos de reorganização e de racionalização de recursos, difíceis de quantificar, mas que permitiram eficiências, sobretudo do ponto de vista procedimental e organizacional.

Após concretização de reorganização territorial, e com benefícios decorrentes de uma partilha de soluções técnicas mais eficientes praticadas nas empresas extintas que, entre outros permitiram explorar as facilidades de deslocação e mobilidade das equipas. Neste ponto destaque-se, Ansião (município da extinta Águas do Mondego) cujas infraestruturas são mais acessíveis a partir dos polos do Lis (quer de AA, quer de AR).

Paralelamente decidiu-se proceder a uma reorganização territorial dos Centros de Operação, com base nos centros existentes nas empresas agregadas, com responsabilidades e tarefas comuns.

Tal como já referido, o processo de agregação exigiu de todos os colaboradores envolvidos um esforço de adaptação à nova estrutura organizativa, quer em termos orgânicos, quer em termos de procedimentos. Destaca-se a necessidade de uniformização integral de todos os critérios contabilísticos e de procedimentos, passando toda a organização a reger-se por regras únicas, com a consequente alteração das metodologias, existentes nas empresas agregadas.

Note-se que muitas das atividades inerentes ao processo de agregação, começaram a ser desenvolvidas no período de preparação da agregação, não tendo terminado à data de 30 de junho de 2015. Com efeito, o processo de agregação continua a desenvolver-se, sempre assente em princípios de sustentabilidade.

A resposta aos constrangimentos foi assegurada, com continuidade e qualidade, a prestação de serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais que constituem a missão e a razão de ser da empresa. O processo de alteração da estrutura organizativa, quer em termos orgânicos, quer em termos de mobilidade geográfica, decorreu de forma ordenada e pacífica.

O esforço na uniformização de procedimentos comuns e os consequentes ganhos de eficiência começam já a ser visíveis. A empresa tem conseguido responder atempadamente às solicitações dos diferentes stakeholders.

### Atividade

No dia 30 de junho de 2015, deu-se o início da exploração e gestão do sistema. De destacar, em primeiro lugar, o conjunto de atividades relacionadas com a implementação da uma nova estrutura organizativa, designadamente a novas áreas e novos locais de trabalho. Neste âmbito é de evidenciar o esforço efetuado na uniformização de procedimentos comuns, passando toda a organização a reger-se por regras únicas, com a consequente alteração das metodologias habituais de cada empresa agregada.

Em termos operacionais, na atividade de abastecimento de água, registou-se durante o ano de 2015 um ligeiro aumento de volume fornecido, consequência do aumento do consumo de água na rede em “baixa” (cliente final), nomeadamente nos municípios de Coimbra e de Condeixa-a-Nova.

Verificou-se uma diminuição do volume faturado uma vez que a faturação ao município de Coimbra passou a ser realizada através do volume fornecido e não através do volume mínimo. A água não faturada no sistema AdCL foi de 3,80%, o que traduz uma melhoria comparando com o valor de 2014.

No que respeita à qualidade da água fornecida, obteve-se uma taxa de cumprimento dos valores paramétricos definidos na legislação, de 99,92%, correspondendo segundo a ERSAR a uma “qualidade do serviço boa”.

No que respeita ao universo das infraestruturas de tratamento de águas residuais da AdCL foram rececionados e tratados 56 milhões de m<sup>3</sup> de efluente. A atividade de transporte de efluentes é também significativa. Com efeito, no Polo Ria foram transportados, cerca de, 12 milhões de m<sup>3</sup> de efluente tratado da unidade industrial CELCACIA.

O tratamento do efluente produziu 34.814 toneladas de lama desidratada encaminhada para compostagem, valorização agrícola e armazenamento temporário.

A produção de energia elétrica a partir do biogás, produzido nas ETAR com central de cogeração, representou uma autonomia de 16,1%.

Durante o ano de 2015, a AdCL adotou um sistema de gestão de energia, nomeadamente através de implementação da Norma ISO 50001:2012. Atualmente existem quatro instalações produtoras de energia elétrica através do recurso endógeno (biogás), para venda de energia elétrica à rede elétrica (EDP): ETAR de Cacia, Ílhavo, Espinho e Coimbra. Nestas instalações foram produzidas 5.371.526 kWh, que significou uma receita de 680.000 EUR, superior em 15% aos valores de 2014.

A nova entidade gestora do sistema de água e saneamento da região litoral evidenciou um desempenho extremamente positivo no primeiro semestre da sua existência. Para tal contribuíram, em primeiro lugar, os colaboradores da empresa, cujo esforço, empenho e dedicação a esta nova entidade gestora e aqui fazemos questão de assinalar.

Também o bom relacionamento com os Municípios da região, bem como com a entidade reguladora – ERSAR e licenciador – serviços do Ministério do Ambiente e Mobilidade, nomeadamente a ARH do Centro, contribuíram para o sucesso e bom desempenho da Águas do Centro Litoral em 2015.

### **Investimentos**

O Contrato de Concessão da Águas do Centro Litoral estabelece os investimentos a realizar no âmbito da concessão, tendo por objetivo assegurar o bom desempenho das infraestruturas, instalações e equipamentos necessários ao objeto da concessão.

Registe-se que, durante o ano de 2015, decorreram diversas intervenções, quer visando a melhoria das condições de operacionalidade do sistema, quer de expansão.

O investimento de 2015 da Águas do Centro Litoral ascendeu a 9,8 milhões de EUR, incluindo o investimento realizado no primeiro semestre de 2015 pelas sociedades concessionárias agregadas.

O ano de 2015 ficou ainda marcado pela conclusão das seguintes obras:

- Instalação de válvulas de seccionamento na Câmara da Praia, no DN 1600, instalação de gradagem na ligação gravítica de EEISII, reabilitação de caixas de visita no Emissário do Levira e reabilitação de isolamento da cobertura de dois digestores na ETAR de Cacia;
- Empreitada de Construção dos Emissários e Sistemas Elevatórios de Semide e Foz de Arouce e ETAR de Pedreira, Empreitada de Construção das ETAR de Barril do Alva, Vila Cova de Alva, Vinhó, Pomares e São Martinho da Cortiça e Construção dos Emissários de Barril do Alva e Vinhó, a Empreitada de Construção da ETAR e Emissários de Moinhos e Empreitada de Construção da Conduta Adutora ao Reservatório da Quinta Nova, todas no Polo do Mondego;
- Execução da fase final da Empreitada de Execução da ETA do Paúl (Fase I), da Torre de Pressão e respetiva ligação à Conduta de Abastecimento ao Setor Norte; Equipamento e Conduitas de interligação entre os Furos L6, L7 e L10 e a Torre de Pressão, bem como a execução do Reservatório e Estação Elevatória de Amor, que irão permitir aumentar o caudal anual fornecido ao Município de Leiria, sendo previsível um incremento de 3,4 milhões de m<sup>3</sup> em 2016.

No que diz respeito à construção de novas infraestruturas, destacam-se:

- A empreitada de “Construção dos Emissários e Sistemas Elevatórios de Semide e Foz de Arouce e ETAR de Pedreira”, no Polo do Mondego;
- A empreitada de “Construção das ETAR de Barril do Alva, Vila Cova do Alva, Pomares e S. Martinho da Cortiça e Construção dos emissários de Barril do Alva e Vinhó”;
- A empreitada de “Construção da ETAR e Emissários de Moinhos”;
- A empreitada de “Construção da conduta adutora ao Reservatório da Quinta Nova” (960 mil EUR).

No Polo da Ria:

- Iniciou-se a empreitada de “Ampliação Norte: Ligação a Pardilhó”, que permitirá ligar ao Sistema Multimunicipal os efluentes gerados pela unidade fabril da Avisabor, no montante global de, quase, 0,5 milhões de EUR;
- A instalação de válvulas de seccionamento na Câmara da Praia, no DN 1600, a instalação de gradagem na ligação gravítica da EEIS I, a reabilitação de caixas de visita no Emissário do Levira e a reabilitação do isolamento da cobertura de dois digestores na ETAR de Cacia, todas no Polo da Ria.

Quanto ao Polo do Lis, foi executada a empreitada de “Construção do Emissário E6.2 entre Pero Neto e Trutas”.

### As contas

O Sistema Multimunicipal do Centro Litoral resulta da agregação de três sistemas que se extinguíram na mesma data (30 de junho de 2015), tal como as sociedades que os geriam. Os ativos e passivos das três sociedades extintas transitaram para a nova sociedade a 30 de junho de 2015 e, apesar de a AdCL apenas existir efetivamente a partir dessa data, do ponto de vista contabilístico e fiscal, as operações das sociedades concessionárias extintas, são consideradas como efetuadas por conta da concessionária, reportando os seus efeitos a 1 de janeiro de 2015.

As demonstrações financeiras de abertura da AdCL corresponderam à soma aritmética das demonstrações financeiras das empresas extintas, às quais foram efetuados os ajustes relativos ao reconhecimento dos desvios de recuperação de gastos, ao crédito e gasto de construção de ativos concessionados e ajustamentos de reservas de auditoria efetuadas na esfera individual das empresas agregadas. Os valores apresentados para o ano de 2015 refletem, durante o primeiro semestre a atividade das empresas agregadas, com os ajustamentos referidos e, no segundo semestre, a atividade efetiva da empresa.

O Decreto-Lei n.º 92/2015, veio introduzir uma alteração significativa ao passar a considerar os desvios de recuperação de gastos como uma componente das demonstrações financeiras das empresas. Recorde-se que, até 30 de junho de 2015, os desvios de recuperação de gastos apenas eram reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da AdP SGPS.

Apresenta-se, apenas para efeitos indicativos a comparação com o ano de 2014 (pró-forma), sendo que os valores apresentados para 2014 correspondem à soma simples dos valores das empresas agregadas que deram origem à AdCL, com os ajustamentos necessários à comparabilidade das demonstrações financeiras.

O resultado líquido de 2015 cifrou-se em 3,8 milhões de EUR, que corresponde à remuneração garantida ao capital acionista investido, pelo que já incorpora o valor do desvio de recuperação de gastos do exercício que teve em 2015 uma natureza deficitária no montante de 1,9 milhões de EUR.

O volume de negócios ascendeu a 57 milhões de EUR, também condicionado pelo reconhecimento dos Rendimentos da Construção de Ativos Concessionados (9,6 milhões de EUR) e pelo Desvio de Recuperação de Gastos.

Os resultados operacionais da Sociedade atingiram os 14,6 milhões de EUR, valor que representa uma diminuição (menos 18%) face a 2014, sobretudo devido ao aumento dos gastos operacionais. Não considerando o efeito do Desvio de Recuperação de Gastos, esta redução seria de, sensivelmente, 29%.

O endividamento não apresenta em 2015 alterações significativas na sua natureza, sendo mais relevante o aumento nos empréstimos não correntes (mais 15%) em detrimento da redução do passivo bancário de curto prazo. Assim, em 31 de dezembro de 2015 o passivo financeiro total da empresa cifrou-se em 277,3 milhões de EUR, o que representa uma redução de 0,3% face a 2014.

Relativamente à dívida vencida e não vencida dos clientes municipais e outros utilizadores, o montante atingiu os 39,3 milhões de EUR (eram 35,1 milhões de EUR no final de 2014). O agravamento deste saldo deve-se, fundamentalmente ao não pagamento do município de Coimbra. Apesar do referido, constata-se o cumprimento das obrigações de pagamento da faturação corrente e do cumprimento dos acordos de pagamento celebrados. Saliente-se, neste âmbito a existência dum compromisso transitado da extinta empresa Simria, que prevê a regularização do valor de 15,7 milhões de EUR, através dum encontro de contas.

### Perspetivas

A procura contínua das melhores práticas das empresas anteriores, para implementação na nova organização, já permitiu dar resposta, pelo menos parcial, ao conjunto de solicitações que enfrenta, no âmbito da sua missão.

A criação da empresa, em junho de 2015, perspectiva que 2016 seja um ano caracterizado pela consolidação da atividade da empresa, procurando aplicar as melhores práticas em toda a área de atuação da empresa, com benefício para os trabalhadores, municípios utilizadores, fornecedores e demais stakeholders.

A racionalização dos gastos também assumirá um papel relevante na atividade da empresa em 2016, bem como o estabelecimento de um clima de diálogo e cooperação com os municípios envolvidos. Neste âmbito a empresa tem vindo a analisar detalhadamente com todos os Municípios, diversos problemas relacionados, quer com investimentos, quer com cobrança de dívidas, julgando-se, pelo caminho que tem vindo a ser construído em conjunto, que será possível resolver a maior parte das questões pendentes, em face das potencialidades que naturalmente se deparam quando ocorre um movimento de reformulação das empresas, como é o caso que decorre de uma agregação com a realizada.

O ano 2016 será igualmente marcado por novos e decisivos desenvolvimentos no setor, salientando-se, desde logo, estudos com vista ao estabelecimento de parcerias, com os municípios que o pretenderem, para a gestão dos sistemas municipais em “baixa”, processo que terá um novo impulso, por orientação da tutela.

## Águas de Lisboa e Vale do Tejo

### Enquadramento

A Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. foi criada pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, sendo responsável pela exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, cuja concessão lhe foi atribuída, pelo prazo de 30 anos e que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo.

O sistema abrange a captação, o tratamento e o abastecimento de água para consumo público e a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, que cumpram o disposto no regulamento de exploração e serviço relativo à atividade de saneamento de águas residuais em vigor no sistema, os respetivos tratamento e rejeição, a qual deve ser realizada de forma regular, contínua e eficiente.

O Sistema resulta da agregação de oito sistemas multimunicipais, que se extinguíram no dia da constituição do novo sistema, designadamente:

- Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte Alentejano, criado pelo Decreto-Lei n.º 128/2000, de 6 de julho;
- Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Alto Zêzere e Côa, criado pelo Decreto-Lei n.º 121/2000, de 4 de julho;
- Sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril, criado pelo Decreto-Lei n.º 142/1995, de 14 de junho;
- Sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, criado pelo Decreto-Lei n.º 286/2003, de 8 de novembro;
- Sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro;
- Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Raia, Zêzere e Nabão, criado pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2001, de 30 de junho;
- Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro;
- Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Centro Alentejo, criado pelo Decreto-Lei n.º 130/2002, de 11 de maio.

A gestão do sistema foi delegada na EPAL nos termos previstos no Decreto-Lei de constituição da sociedade. No âmbito da gestão delegada do sistema, a EPAL assume, também, a obrigação de gestão das infraestruturas afetas ao sistema em moldes que permitam a respetiva exploração nos termos da legislação aplicável e do contrato de concessão.

Paralelamente, a EPAL assumiu, ainda, a posição contratual da sociedade LVT nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal, através da sua integração na estrutura orgânica da EPAL, enquanto durar a gestão delegada. Assim, a 31 de dezembro de 2015 a Águas de Lisboa e Vale do Tejo (LVT) não tinha qualquer trabalhador nos seus quadros de pessoal.

Com base no disposto no n.º 2 da Cláusula 1.ª do Contrato de Concessão, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. sucede em todos os direitos e obrigações das concessionárias dos sistemas referidos no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio.

### O Sistema

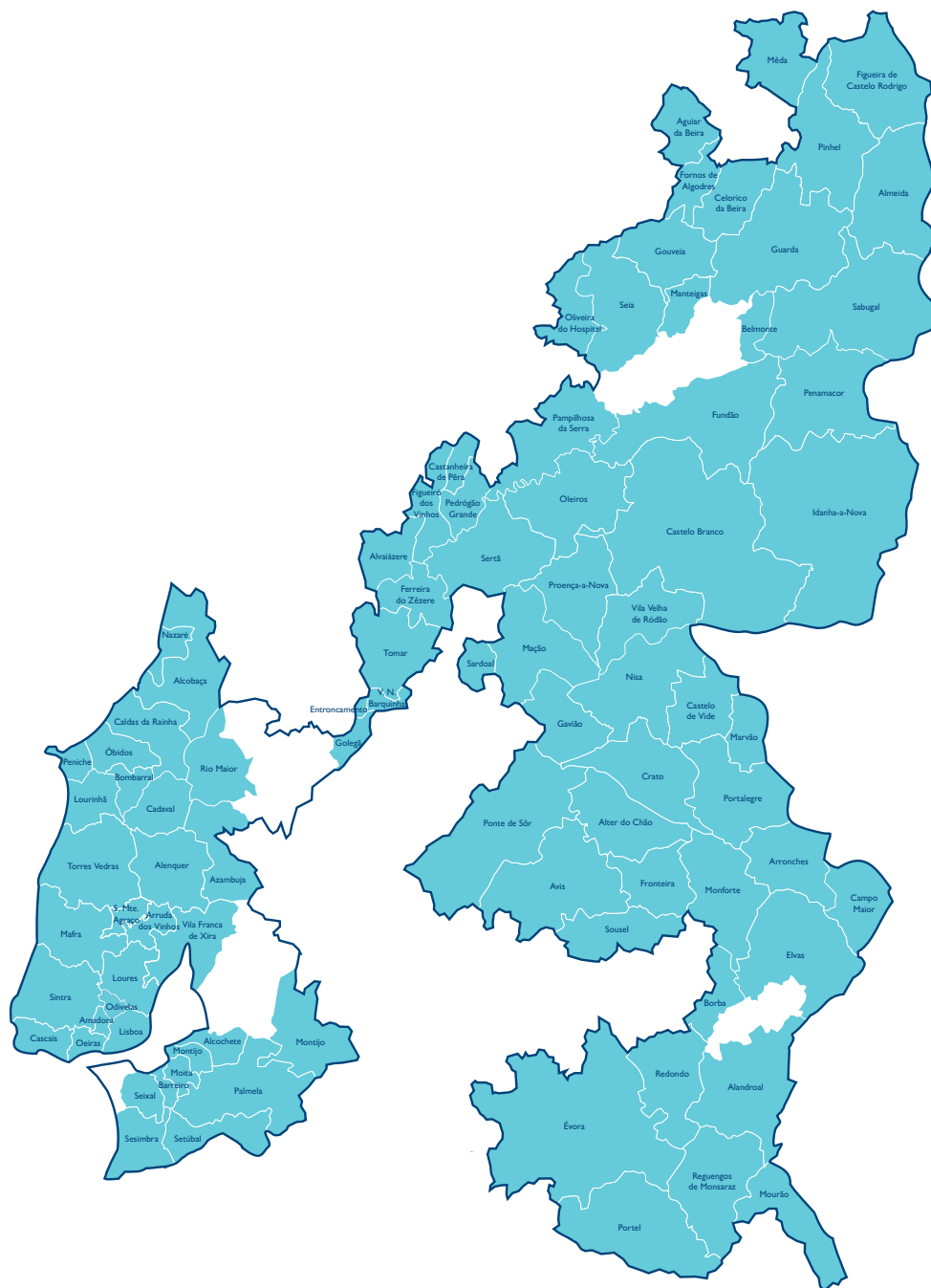
O Sistema integra, como utilizadores, um total de 86 municípios:

- 70 municípios no abastecimento de água e saneamento de águas residuais: Aguiar da Beira, Alandroal, Alcobça, Alenquer, Almeida, Alter do Chão, Alvaiázere, Arronches, Arruda dos Vinhos, Avis, Azambuja, Belmonte, Bombarral, Borba, Caldas da Rainha, Campo Maior, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Castelo de Vide, Celorico da Beira, Cadaval, Crato, Entroncamento, Elvas, Évora, Ferreira

do Zêzere, Figueira de Castelo Rodrigo, Figueiró dos Vinhos, Fornos de Algodres, Fronteira, Fundão, Gavião, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Lourinhã, Mação, Mafra, Manteigas, Marvão, Méda, Monforte, Mourão, Nazaré, Nisa, Óbidos, Oleiros, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penamacor, Peniche, Pinhel, Ponte de Sor, Portalegre, Portel, Proença-a-Nova, Redondo, Reguengos, Rio Maior, Sabugal, Sardoal, Seia, Sousel, Sertã, Sobral de Monte Agraço, Tomar, Torres Vedras, Vila Nova da Barquinha e Vila Velha de Ródão;

- 16 municípios no saneamento de águas residuais: Alcochete, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira;
- O sistema integra como utilizador, no saneamento de efluentes, o município de Setúbal, a partir do dia seguinte à data da extinção do contrato de concessão celebrado pelo município, em 24 de novembro de 1997, para a exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do concelho de Setúbal ou a partir da data em que, por modificação do mesmo contrato, seja possível ao município exercer integralmente os direitos e cumprir as obrigações decorrentes da qualidade de utilizador do sistema.

A área abrangida pelo Sistema Multimunicipal é cerca de  $\frac{1}{3}$  da área total de Portugal continental, e presta serviços de abastecimento de água a, aproximadamente, 900 mil habitantes e trata as águas residuais a, cerca de, 3,2 milhões de habitantes.





## Tarifas

A Concessão estabelece os seguintes períodos tarifários:

- O primeiro período, designado período de transição, correspondente ao período que decorre entre a data de produção de efeitos do contrato de concessão e o final do ano civil correspondente – o 2º semestre de 2015;
- O segundo período, designado por período de convergência tarifária, que dura 5 (cinco) anos a contar do termo do período de transição e destina-se à convergência progressiva das tarifas praticadas nos sistemas extintos para um tarifário comum – 2016 a 2020;
- O terceiro período, assim designado, divide-se em subperíodos tarifários de 5 (cinco) anos, e decorre entre o termo do período de convergência tarifária e o termo do contrato de concessão – após 2020.

Os valores previstos, definidos e estimados para as tarifas representam o nível mínimo a partir do qual a concessionária gera fundos suficientes para satisfazer os compromissos decorrentes das atividades concessionadas nos termos do contrato de concessão, bem como para cumprimento das obrigações de pagamento dos dividendos aos acionistas nos termos previstos no Decreto-Lei de criação do sistema.

No 1º semestre de 2015 as oito empresas agregadas na LVT praticaram aos seus clientes a tarifa que lhes havia sido aprovada pelo regulador, em sede de Orçamento e Projeto Tarifário (OPT) para o ano de 2015. No 2º semestre, a tarifa do sistema de abastecimento da LVT passou a ser única – 0,5696 EUR/m<sup>3</sup> – conforme previsto no Contrato de Concessão da LVT e, no caso do saneamento, mantiveram-se as tarifas praticadas pelas extintas Sanest e Simtejo aos seus clientes, tendo as restantes passado a ser de 0,5107 EUR/m<sup>3</sup>, conforme previsto no Contrato de Concessão.

As tarifas a aplicar aos utilizadores nos primeiro e segundo períodos tarifários são as previstas e definidas no Anexo III ao contrato de concessão, a preços constantes de 2015, atualizadas para o ano da sua aplicação de acordo com as variações médias anuais do índice harmonizado de preços no consumidor, indicadas, até 31 de julho, pela entidade reguladora do setor.

As tarifas a aplicar no terceiro período tarifário são aprovadas pela entidade reguladora do setor, nos termos da lei e regulamentação aplicáveis, devendo a concessionária apresentar para o efeito, até 30 de abril do ano anterior ao início do subperíodo em que vão vigorar, um projeto tarifário devidamente detalhado e justificado, por atividade, para o período subsequente de 5 (cinco) anos.

O projeto tarifário quinquenal deve proceder à revisão dos pressupostos técnicos e económico e financeiros constantes do contrato de concessão, e as tarifas propostas devem permitir a cobertura integral dos gastos das atividades concessionadas, em cenário de eficiência produtiva de acordo com os critérios previamente definidos com a entidade reguladora do setor.

## Desempenho

### Contextualização

As Empresas agregadas desenvolveram a sua atividade corrente e normal até ao dia 29 de junho de 2015, data em que extinguiram a respetiva atividade, passando a integrar a LVT. Naturalmente a atividade do 1.º semestre foi condicionada pelos preparativos para o processo de agregação que se perspectivava desde o início do ano, onde todas as Empresas procederam aos trabalhos conducentes ao fecho contabilístico das mesmas.

A resposta aos constrangimentos foi assegurada, com continuidade e qualidade, a prestação de serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais que constituem a missão e a razão de ser da empresa. O processo de alteração da estrutura organizativa, quer em termos orgânicos, quer em termos de mobilidade geográfica, decorreu de forma ordenada e pacífica.

O esforço na uniformização de procedimentos comuns e os consequentes ganhos de eficiência começam já a ser visíveis. Com a implementação dos processos de reorganização produtiva e de racionalização de meios, conseguiram-se já poupanças, de custos operacionais que não estavam previstas nos estudos.

Paralelamente e beneficiando de uma gestão conjunta EPAL/LVT, verificaram-se vantagens decorrentes por um lado do *know-how* existente na EPAL e por outro na partilha de soluções técnicas mais eficientes praticadas nas empresas extintas.

O trabalho realizado produziu já frutos evidentes, de que importa destacar a redução do endividamento bancário em 8,8%, ou seja, cerca de 77,8 milhões de EUR, e do endividamento líquido em 47,3 milhões de EUR (-5,6%), para além da resolução de litigâncias pendentes com municípios e da realização de alguns acordos de pagamento.

A empresa tem conseguido responder atempadamente às solicitações dos diferentes *stakeholders*.

## Atividade

A constituição e implementação deste novo sistema e da sociedade LVT, que agregou oito sistemas multimunicipais, envolveu as administrações e os trabalhadores das empresas agregadas e da EPAL.

O início da exploração e gestão do sistema deu-se no dia 30 de junho de 2015. Merecem especial destaque as atividades relacionadas com a implementação da nova estrutura organizativa, única para a EPAL e LVT, e a colocação dos trabalhadores nas novas áreas organizativas e nos novos locais de trabalho, processo que foi feito de forma faseada, com maior incidência entre os meses de julho e setembro.

A assunção da exploração dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais das oito empresas agregadas, no início de julho, merece, pela dimensão e complexidade da tarefa, especial destaque.

No que se refere ao Abastecimento de Água, o volume de água entrado no sistema, em 2015, foi de 81,2 milhões de m<sup>3</sup>, dos quais 54,6 milhões de m<sup>3</sup> referente a captações próprias e 26,6 milhões de m<sup>3</sup> relativos a água adquirida a outros operadores. O volume faturado aos clientes foi de 78,3 milhões de m<sup>3</sup>.

Em termos de qualidade da água, cujo controlo é assegurado pelo cumprimento do PCQA - Plano de Controlo da Qualidade da Água no Sistema de Abastecimento da LVT, foram colhidas mais de 6.000 amostras de água, tendo sido realizadas cerca de 88 mil determinações de parâmetros. No que concerne à Qualidade da Água Fornecida/Distribuída a Entidades Gestoras, registou-se um total de 15 incumprimentos num total de 15.466 determinações de parâmetros com valor paramétrico, o que evidencia um bom desempenho, com uma percentagem de cumprimento de 99,9%.

No Saneamento, o volume de efluentes recolhido em 2015 foi de 244,0 milhões de m<sup>3</sup>. A Águas de Lisboa e Vale do Tejo tratou nas suas instalações, 239,8 milhões m<sup>3</sup> de águas residuais, o que corresponde a uma média diária de 657 mil m<sup>3</sup>. O volume faturado aos clientes foi de 241,1 milhões de m<sup>3</sup>.

Em termos de qualidade dos efluentes, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo dispõe, na atividade de saneamento, de diversos laboratórios; para além das duas unidades Laboratoriais acreditadas pelo IPAC - Beirolas e Frielas – tem ainda os laboratórios de processo. O âmbito de acreditação dos Laboratórios de Beirolas e Frielas é de águas residuais e lamas em ensaios de química e microbiologia. A população servida com tratamento satisfatório atingiu os 3.167.563 habitantes equivalentes, correspondendo a 97% do total.

Com a agregação das oito empresas, a LVT ficou com uma dimensão interessante em termos de clientes, com 86 municípios utilizadores, sendo que 70 destes são clientes simultaneamente no serviço de abastecimento de água e no serviço de saneamento de águas residuais. A faturação aos clientes ao longo do ano de 2015 ultrapassou os 188 milhões de EUR e os recebimentos totalizaram 216 milhões de EUR.

Destaca-se, ainda, o esforço efetuado na uniformização de procedimentos comuns à LVT, passando toda a organização a reger-se por regras únicas, com a consequente alteração das metodologias habituais de cada empresa agregada. Em concomitância, nos casos aplicáveis, e por a gestão e estrutura organizativa ser conjunta, alinharam-se igualmente os procedimentos entre a LVT e a EPAL, sobretudo ao nível das delegações de competências, processos financeiros, administrativos e logísticos.

## Investimentos

O Contrato de Concessão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo estabelece os investimentos a realizar no âmbito da concessão, tendo por objetivo assegurar as infraestruturas, instalações e equipamentos necessários ao objeto da concessão.

Em termos da execução dos investimentos planeados, o desafio centrou-se, no imediato, nas intervenções prioritárias que visam garantir o cumprimento legal, a finalização de subsistemas ou intervenções necessárias para suprir problemas de abastecimento, sendo que, a médio prazo, o objetivo passa pela adaptação dos sistemas às condições da procura, de forma a conseguir, num cenário de eficiência cobrir os gastos fixos e remunerar o capital empregue, mantendo excelentes níveis de serviço aos Clientes a preços adequados.

O investimento de 2015 da Águas de Lisboa e Vale do Tejo ascendeu a 37,0 milhões de EUR, incluindo o investimento realizado no primeiro semestre de 2015 pelas sociedades concessionárias agregadas na LVT.

Foram investidos cerca de 23,8 milhões de EUR na atividade de saneamento e, aproximadamente 12,8 milhões de EUR na atividade de abastecimento. Para o valor de investimento executado em 2015 contribuiu principalmente:

- Conclusão do Abastecimento de Água ao Município de Mação;
- Abastecimento de Água ao município do Sardoal;

- Abastecimento de Água ao Município de Mação – Sistema do Brejo;
- Duplicação da ribeira da Falagueira;
- Benfeitorias nos sistemas elevatórios do subsistema de Alcântara-Fase I;
- Beneficiação da EE Qta das Drogas.

## As Contas

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo resulta da agregação de oito sistemas que se extinguíram na mesma data (30 de junho de 2015), tal como as sociedades que os geriam. Os ativos e passivos das oito sociedades extintas transitaram para a nova sociedade a 30 de junho de 2015 e, apesar de a LVT apenas existir efetivamente a partir dessa data, do ponto de vista contabilístico e fiscal, as operações das sociedades concessionárias extintas, são consideradas como efetuadas por conta da concessionária, reportando os seus efeitos a 1 de janeiro de 2015.

As demonstrações financeiras de abertura da LVT corresponderam à soma aritmética das demonstrações financeiras das empresas extintas, às quais foram efetuados os ajustes relativos ao reconhecimento dos desvios de recuperação de gastos, ao crédito e gasto de construção de ativos concessionados e ajustamentos de reservas de auditoria efetuadas na esfera individual das empresas agregadas. Os valores apresentados para o ano de 2015 refletem, durante o primeiro semestre a atividade das oito empresas agregadas, com os ajustamentos referidos e, no segundo semestre, a atividade efetiva da LVT.

O Decreto-Lei n.º 94/2015, veio introduzir uma alteração significativa ao passar a considerar os desvios de recuperação de gastos como uma componente das demonstrações financeiras das empresas. Recorde-se que, até 30 de junho de 2015, os desvios de recuperação de gastos apenas eram reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da AdP SGPS.

Apresenta-se, apenas para efeitos indicativos a comparação com o ano de 2014 (pró-forma), sendo que os valores apresentados para 2014 correspondem à soma simples dos valores das empresas agregadas que deram origem à LVT, com os ajustamentos necessários à comparabilidade das demonstrações financeiras.

O resultado líquido de 2015 ascendeu a 15,1 milhões de EUR, que corresponde à remuneração garantida ao capital acionista investido, pelo que já incorpora o valor do desvio de recuperação de gastos do exercício.

O volume de negócios ascendeu a 241,8 milhões de EUR, o que representa um incremento de 19,8 milhões de EUR face ao valor de 2014 (222,0 milhões de EUR), muito condicionado pelo reconhecimento dos Rendimentos da Construção de Ativos Concessionados e do Desvio de Recuperação de Gastos.

Os gastos totais ascenderam a 245,0 milhões de EUR, os quais incluem 34,1 milhões de EUR relativos aos Gastos de Construção de Ativos Concessionados. Os gastos totais estão no entanto influenciados por um fator extraordinário, o reconhecimento durante o 1.º semestre, de perdas por imparidade. Estas perdas totalizam 20,6 milhões de EUR, para os quais contribui de forma decisiva a constituição de uma imparidade, no montante de 19,6 milhões de EUR, em resultado da assinatura de um memorando de entendimento entre a Águas de Portugal, a ex-Águas do Zêzere e Côa e os Municípios que integravam aquele Sistema, que prevê uma revisão em baixa de tarifas praticadas e faturadas em exercícios anteriores e compensação de juros.

Os gastos com Órgãos Sociais e o Pessoal ascendem a 22,9 milhões de EUR que englobam os gastos do 1.º semestre na esfera das empresas agregadas, e no 2.º semestre o valor referente à imputação de gastos incorridos com os trabalhadores da EPAL diretamente afetos, no âmbito da gestão delegada existente, à LVT.

O endividamento registou em 2015 uma forte contração, superior a 74,0 milhões de EUR, resultantes por um lado do recebimento de acordos firmados com clientes, e por outro pela utilização dos excedentes de tesouraria existentes em algumas das empresas agregadas.

Durante o ano de 2015 registou-se uma redução significativa no saldo de clientes, mesmo expurgando o efeito das imparidades constituídas. A dívida vencida reduziu em cerca de 29,3 milhões de EUR (-16,2%) face a 2014, e a dívida não vencida decresceu cerca de 3,3 milhões de EUR (-5,9%). No que respeita à dívida total a mesma diminuiu em 32,6 milhões de EUR, o que representa uma variação de -13,7%.

## Perspetivas

A criação da Águas de Lisboa e Vale do Tejo em junho de 2015, perspectiva que 2016 seja um ano caracterizado pela consolidação da atividade da empresa, procurando aplicar as melhores práticas em toda a área de atuação da empresa, com benefício para os trabalhadores, municípios utilizadores, fornecedores e demais *stakeholders*.

Neste contexto importa salientar a continuação do reforço da sustentabilidade económica e financeira da empresa que, pela sua expressão, é um fator relevante na sustentabilidade do próprio setor da água. A racionalização dos gastos também assumirá um papel relevante na atividade da empresa em 2016, bem como o estabelecimento de um clima de diálogo e cooperação com os municípios envolvidos.

Aliás, confiada que foi, legalmente, a gestão do sistema multimunicipal da LVT na EPAL, resulta especialmente ampliado e reforçado o espaço de diálogo, de compreensão e de colaboração entre a empresa e os municípios por ela servidos. Os resultados alcançados neste domínio, nos primeiros seis meses de atividade, permitem já antever a melhoria do relacionamento e a resolução de situações e divergências herdadas.

O ano 2016 será igualmente marcado por novos e decisivos desenvolvimentos no setor, salientando-se, desde logo, estudos com vista ao estabelecimento de parcerias, com os municípios que o pretenderem, para a gestão dos sistemas municipais em “baixa”, processo que terá um novo impulso, por orientação da tutela.

## AdRA - Águas da Região de Aveiro

### Enquadramento

A AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A. é uma sociedade anónima de capitais públicos criada no âmbito do Decreto-Lei n.º 90/2009 de 9 de abril, que veio possibilitar um novo modelo de gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento, permitindo um modelo de gestão delegada assente numa parceria entre o Estado e as Autarquias Locais.

Este novo modelo de gestão possibilita uma integração territorial dos sistemas municipais no sentido de maximização de economias de escala, bem como a integração dos sistemas de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, de forma a maximizar economias de gama.

O Contrato de parceria foi assinado em 29 de julho de 2009, entre o estado português e os municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga e Vagos e a 23 de setembro é criada a AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A., aprovados os seus estatutos e o acordo parassocial, entre os seus acionistas, a AdP SGPS e os municípios.

A Empresa foi constituída com um capital social de 15.000.000 EUR, já integralmente realizado, detido em 51% pela sociedade AdP SGPS e em 49% pelos municípios aderentes.

A AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A. iniciou a sua atividade em 1 de maio de 2010 e durante o ano foi também concretizada, a 30 de junho, a adesão à Parceria do município de Ovar.

### O Sistema

Com a integração do município de Ovar a 1 de janeiro de 2011, a AdRA, S.A. passou a gerir os serviços de água e saneamento de 10 municípios, Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos numa área geográfica de 1.500 km<sup>2</sup> e cobrindo uma população de cerca de 335 mil habitantes.

A rede de Abastecimento de Água é composta pelo sistema de distribuição com cerca de 3.961 km de rede e adutoras e pelo sistema adutor que integra 84 estações elevatórias, 91 reservatórios diferenciados entre estruturas apoiadas, elevadas e enterradas, 63 sistemas de tratamento de água, 77 captações próprias, 25 pontos de entrega da Associação dos Municípios do Carveiro e 9 pontos de entrega da Águas do Douro e Paiva. O Sistema de drenagem de águas residuais é composto por cerca de 2.401 km de rede de coletores; 235 km de rede de drenagem de águas residuais pressurizada; 481 estações elevatórias. O escoamento destas é feito para o sistema da SIMRIA, atual Águas do Centro Litoral e para 7 ETAR próprias.



## Tarifas

Nos termos do disposto na cláusula 14.<sup>a</sup> do contrato de gestão celebrado a 23 de setembro de 2009, a estrutura tarifária dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, compreende:

- Uma componente fixa da tarifa dos serviços de água ou de saneamento que corresponde a um valor aplicado em função de cada intervalo temporal que visa recuperar tendencialmente os gastos incorridos na disponibilização dos serviços aos utilizadores e compreende vários escalões. Esta componente fixa integra os gastos com execução dos ramais domiciliários de abastecimento de água e de recolha de águas residuais, bem como os custos de ligação aos sistemas prediais, desde que os ramais não possuam uma extensão superior a 20 metros.
- Uma componente variável da tarifa, que corresponde ao valor unitário aplicável em função do nível de utilização do serviço, em cada intervalo temporal, visando recuperar os custos incorridos e não recuperados através da componente fixa da tarifa, e compreende vários escalões.

As tarifas médias praticadas durante o primeiro período tarifário são as que constam do Anexo IV ao Contrato de Parceria e são objeto de atualização pelos órgãos societários competentes, nos termos do n.º 2 da cláusula 16.<sup>a</sup>, sem prejuízo do disposto no n.º 2 da cláusula 7.<sup>a</sup> do referido contrato.

As tarifas para os períodos tarifários subsequentes são revistas quinquenalmente, tendo em conta os princípios referidos na cláusula 16.<sup>a</sup> do Contrato de Parceria e os pressupostos de base do estudo de viabilidade económico e financeira (EVEF), procedendo-se à reformulação deste estudo, nos termos do disposto no n.º 2 da cláusula 7.<sup>a</sup> do referido contrato, sendo posteriormente enviadas à Comissão de Parceria que as aprova.

## Desempenho

### Contextualização

Pautando a sua intervenção pela preocupação constante com a eficiência e a eficácia, a AdRA manteve a estratégia de compromisso com a promoção de um serviço de qualidade à comunidade, assumindo a responsabilização permanente em assegurar os serviços de abastecimento público de água e saneamento, essenciais à qualidade de vida dos cidadãos, bem como, as condições de trabalho adequadas aos seus colaboradores e as inter-relações com o meio ambiente e recursos naturais e todas as partes interessadas.

Durante os cinco anos de existência da AdRA verifica-se que os resultados alcançados foram muito positivos, quer ao nível da qualidade do serviço prestado, quer ao nível da consolidação da melhoria dos processos internos, assumindo a responsabilidade de corresponder às expectativas dos nossos Clientes, Parceiros e da Sociedade em geral. Os resultados alcançados são consequência do trabalho realizado ao longo deste período. A aplicação da filosofia Lean na AdRA permite fazer mais com menos, utilizando na sua atividade medidas de melhoria contínua que maximizam a eficiência e eficácia da utilização dos recursos existentes, através do desenvolvimento dos colaboradores, processos e sistemas, culminando com a criação de valor para os *stakeholders*.

O ano de 2015 foi mais um ano de tendência positiva na atividade, verificando-se um aumento significativo do número de clientes e um reforço das políticas de responsabilidade social e ambiental. Obteve-se a certificação energética segundo a norma NP EN ISO 50001:2012, e promoveu-se uma campanha com o Banco Alimentar Contra a Fome que fundiu os seus objetivos comerciais (atualização de dados dos nossos clientes) com os valores da solidariedade e partilha.

### Atividade

O ano de 2015, relativamente aos clientes, fica marcado como um ano de conclusão das obras de ampliação das novas redes de saneamento nos municípios de Águeda, Ílhavo e Ovar. Na sequência do término das obras, a AdRA lançou uma campanha de notificação aos seus Clientes de água para estes se ligarem à rede de saneamento de modo a usufruírem do novo serviço disponibilizado.

Em resultado do investimento e da campanha, regista-se um incremento em 2015 face a 2014, de 9.119 novos clientes de saneamento.

Os clientes de água registam um incremento de 944 adesões face ao ano anterior, em consequência do levantamento e notificação, que foi realizado aos “locais vagos” no decorrer da campanha de notificação aos clientes de saneamento. Ou seja, a AdRA ao realizar a campanha de notificação aos Clientes de saneamento, identificava os locais de consumo com rede de água disponível, ocupados, mas sem clientes e informava-os da obrigatoriedade de se ligarem às duas redes agora disponíveis.

Na área do atendimento, e privilegiando a relação com o Cliente, a AdRA renovou o processo de certificação dos seus locais de atendimento, o que lhe permitiu manter o título LAC (líder no atendimento ao Cliente).

Ainda com vista a aumentar a proximidade ao Cliente, no âmbito da melhoria dos serviços, a AdRA em 2015 disponibilizou aos clientes de multicanal um serviço de alertas através de *sms*, com o objetivo de alertar estes clientes para a data limite da sua fatura ou aviso de corte.

Relativamente à área das reclamações, os esforços continuados na melhoria do serviço e consequente diminuição das reclamações escritas, permitiram uma diminuição na ordem dos 12,8% face a 2014 e continuou-se a cumprir o prazo máximo de resposta a todas as reclamações de clientes em 22 dias úteis. Em 2015 foram tratados 12.396 processos escritos, tendo todos sido respondidos no tempo máximo de 22 dias úteis.

A cobrança continuou a ser uma prioridade da AdRA, tendo-se conseguido recuperar alguma dívida de anos anteriores, tendo a taxa de cobrança atingido os 101,9%.

Em 2015, destacam-se as seguintes iniciativas/projetos com grande impacto no sucesso da atividade:

- **Campanha de substituição massiva de contadores**

Com o objetivo de renovar o parque de contadores das instalações de micromedição da AdRA, durante o ano de 2015 iniciou-se uma campanha massiva de substituição de contadores que se prevê se estenda por quatro anos. Esta campanha tem duas vertentes, uma através do reforço de meios próprios para a substituição de contadores em toda a área da AdRA e outra através da contratação de uma prestação de serviços para a renovação das instalações e substituição de contadores na área do concelho de Aveiro.

Durante o ano de 2015 foram substituídos mais de 22 mil contadores, valor superior ao índice de renovação necessário do parque de contadores para o manter dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação em vigor. As substituições foram realizadas em determinadas áreas previamente selecionadas, com o objetivo de possibilitar a monitorização da evolução futura dos consumos de água nas zonas onde se procedeu a renovação do parque de contadores.

Em simultâneo foi desenvolvido internamente uma aplicação informática que permite acompanhar a evolução do consumo dos clientes cujo contador foi substituído e que no futuro permitirá avaliar o impacto da campanha realizada e também será um auxiliar da gestão para a escolha das futuras áreas a intervir.

- **Unidade de Controlo de Perdas e Infiltrações (UCPI)**

Em 2015 a AdRA continuou a executar o seu plano de zonamento e setorização da rede de distribuição de água. Este processo, que decorre desde 2012 é muito importante para a operação e manutenção da rede de distribuição de água, sendo um excelente auxiliar à gestão ajudando a dar resposta às questões levantadas pela grande dimensão e dispersão das infraestruturas geridas pela AdRA.

Este ano com a aplicação de forma sistemática de várias metodologias adequadas para a deteção precoce de perdas de água, foi possível detetar pró-ativamente 526 roturas na rede de água o que corresponde a quase 12% das roturas reparadas na área da AdRA durante o ano transato. A reparação destas avarias permitiu a recuperação de cerca de 750.000 m<sup>3</sup>.

## Investimentos

No primeiro quinquénio desde a constituição da empresa, concluímos os investimentos previstos para a 1ª fase e que totalizaram um valor superior a 58,5 milhões de EUR.

Este quinquénio ficou marcado pelos constrangimentos resultantes do despacho n.º 155/2011 I, de 28 de abril, do Ministro do Estado e das Finanças, ao qual a empresa ainda está vinculada. Apenas no segundo semestre de 2012 houve autorização para a retoma dos procedimentos de consulta pública para a execução dos investimentos. Esta decisão, exógena à empresa, obrigou a uma recalendarização de todo o seu plano de investimentos previsto no Plano de Atividades e Investimento (PAI).

Concluímos em 2015 os contratos de financiamento relativos às cinco candidaturas aprovadas no âmbito do QREN/Programa Operacional de Valorização do Território (POVT). O valor do investimento candidatado foi de 43,8 milhões e o do financiamento 27 milhões.

Em 2015, o valor do investimento de 9,26 milhões de EUR ficou aquém do previsto, já que no âmbito da recalendarização estava consignado o início dos investimentos da 2ª fase nesse ano, o que não ocorreu, por atraso na abertura de candidaturas ao Portugal2020 no âmbito do Plano Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR) para a medida relativa ao Ciclo Urbano da Água - Projetos de Abastecimento e Saneamento. O investimento em 2015 ficou também condicionado pelas vicissitudes verificadas no procedimento de concurso público para a concessão/construção da ETAR Sul em Sever do Vouga, do qual resultou o adiamento do início da obra para 2016.

Foi dada continuidade ao processo de renovação e reabilitação das infraestruturas existentes, cujos objetivos se prendem com a redução do volume de perdas nos sistemas de distribuição abastecimento de água, diminuição das aflúncias de caudais indevidos aos sistemas de drenagem de águas residuais e melhoria da eficiência energética. Refira-se que em 2015 foi efetuado um investimento de 0,7 milhões de EUR em renovação da rede de abastecimento de água.

## As Contas

Os rendimentos provenientes da atividade da água são mais significativos do que da atividade de saneamento (a cobertura do serviço e o número de clientes é superior), apesar do aumento dos investimentos em saneamento verificado nos últimos anos. As componentes variáveis de cada área de negócio são mais significativas do que as fixas. O abastecimento de água representa cerca de 46% do volume de negócios, o saneamento representa 36% e os serviços de construção, 17%, os restantes 1%, referem-se a serviços diversos associados à atividade da empresa.

O resultado líquido do exercício foi positivo em 0,851 milhões de EUR e o desvio de recuperação de gastos registou um *superavit*, de 2,6 milhões de EUR, o que permitiu diminuir o défice acumulado para 2,4 milhões de EUR.

O *cash-flow* operacional (EBITDA) atingiu, em 2015, os 10,6 milhões de EUR o que representa um crescimento de 11% face ao ano anterior. A margem EBITDA atingiu os 19,3%, uma descida de 2,63 p.p. face a 2014.

Apesar do peso relevante do valor das Amortizações na estrutura de custos operacionais (17%), o resultado operacional (sem desvio de recuperação de gastos) cifra-se em 3,3 milhões de EUR positivos, mais 20% do que o ano anterior.

Em 2015 o volume de negócios atingiu os 55 milhões de EUR. Este montante inclui o rendimento referente aos serviços de construção contabilizado de acordo com a IFRIC 12, no valor de 9,3 milhões de EUR.

No final de 2015 a AdRA tinha um endividamento de curto prazo, no montante de 37,3 milhões de EUR junto da Banca Comercial (36,9 milhões de EUR) e BEI (0,4 milhões de EUR); de médio e longo prazo, no montante de 28,9 milhões de EUR, junto da AdP, sob a forma de suprimentos (13,3 milhões de EUR), junto do BEI (10,6 milhões de EUR) e da Banca Comercial (5 milhões de EUR).

O financiamento foi, maioritariamente, para fazer face aos adiantamentos de retribuição feitos aos municípios e para fazer face ao investimento.

## Perspetivas 2016

Para 2016, e após se ter feito a revisão do Mapa de Estratégia - Balanced Scorecard (BSC), concluiu-se que os principais objetivos estratégicos da empresa se mantêm, apenas reforçando a necessidade de integração na AdRA de uma cultura de Grupo AdP, traduzindo-se na obtenção de eficiências mútuas ao nível das empresas do Grupo, as quais a AdRA também beneficia.

Assim, é objetivo principal da empresa durante o ano 2016, continuar na senda da melhoria da sua eficiência bem como capitalizar os efeitos positivos da filosofia Lean, dando corpo à matriz de valores que compõem o Mapa da Estratégia.

Em 2016 dar-se-á ainda continuidade ao projeto do Kaizen Diário na Direção de Operação e Manutenção e implementação na Direção de Clientes, de modo a consolidá-lo e a interiorizá-lo na cultura da empresa.

Ao nível dos gastos, o ano de 2016 continuará a ser predominantemente marcado por uma forte e continuada política de contenção dos gastos operacionais, apesar do aumento das infraestruturas provenientes dos investimentos realizados e entretanto finalizados (1ª fase).

No ano de 2016 pretende-se concluir a primeira revisão quinquenal do EVEF o que perspetivará o negócio da AdRA para os próximos anos e que consolidará a tendência de sustentabilidade económica da empresa, dando continuidade à recuperação do défice tarifário acumulado, cuja recuperação se vem verificando nos últimos três anos (2013-2015).

Relativamente ao investimento, prevê-se um acréscimo na renovação das redes de abastecimento de água visando a diminuição do volume de perdas, na reabilitação de estações elevatórias e sistemas de reserva, de forma a garantir uma exploração mais eficiente.

A AdRA, em 2016, vai ainda continuar o investimento na renovação do parque de contadores, no sistema de telegestão e na ampliação das zonas de medição e controlo.

## EPAL

### Enquadramento

A EPAL, Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., é uma sociedade anónima de capitais públicos, que foi fundada originariamente em 1868 como CAL - Companhia das Águas de Lisboa e é detida, desde 1993, a 100% pela AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A. A EPAL rege-se pelo Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, e pelos seus estatutos, anexos a esse diploma. A qualificação de consumidores encontra-se estabelecida na Portaria n.º 6-A/92.

Ocorreram no ano de 2015 alterações, no quadro legislativo e organizativo, que afetaram significativamente a atividade da EPAL. Desde logo, ao nível da Missão da EPAL, que passou a incluir a gestão e exploração de sistemas de saneamento e a gestão delegada do sistema multimunicipal de Lisboa e Vale do Tejo.

Na sequência do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL passou a gerir, a partir de 30 de junho de 2015, para além do seu próprio sistema de abastecimento, o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo (LVT), que abrange os extintos sistemas multimunicipais da Sanest, Simtejo, Simarsul, Águas do Centro, Águas do Zêzere e Côa, Águas do Centro Alentejo, Águas do Norte Alentejano e Águas do Oeste. Globalmente, a EPAL passou a ser responsável pela gestão de sistemas em “alta” que abrangem 95 municípios e 36% da população nacional.

No âmbito da gestão delegada desse sistema (LVT), a EPAL assumiu, não só a gestão das infraestruturas afetas ao sistema LVT, como todas as demais obrigações inerentes à gestão do sistema.

A EPAL assumiu, ainda, a posição contratual da sociedade LVT nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal, isto é, os trabalhadores da sociedade LVT foram integrados na estrutura orgânica da EPAL, enquanto durar a gestão delegada.

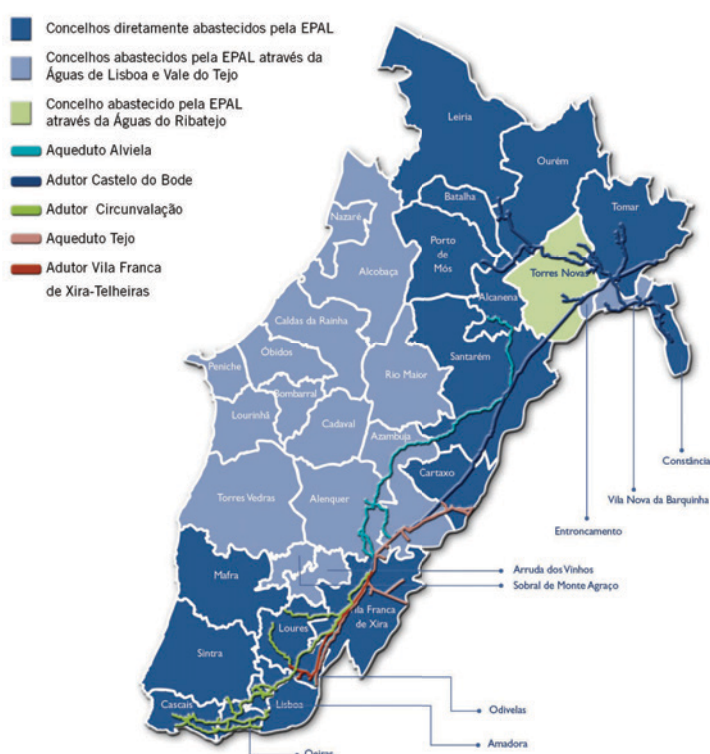
Atendendo às referidas atribuições de gestão, delegadas na EPAL e à transferência dos trabalhadores da LVT para a EPAL, foi necessário implementar uma nova estrutura organizacional, que reflete a gestão conjunta.

Embora a estrutura organizacional seja única, e tendo presente que a assunção pela EPAL da gestão do sistema LVT dá lugar ao reembolso pela sociedade LVT à EPAL dos custos efetivamente incorridos por esta com a gestão do sistema, sem qualquer margem associada, foi necessário reformular o sistema de contabilidade analítica da EPAL, por forma a assegurar a segregação da atividade de gestão do sistema LVT das restantes atividades exercidas pela EPAL: abastecimento de água em “alta” (produção e transporte) e abastecimento de água em “baixa” no município de Lisboa (distribuição).

## O Sistema

Na sequência do Decreto-Lei n.º 94/2015, que delegou na EPAL a gestão do sistema LVT, a EPAL passou a gerir, a partir de 30 de junho de 2015, para além do seu próprio sistema de abastecimento, o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo.

No que se refere à gestão do sistema de abastecimento da própria EPAL, a Empresa é responsável pelo abastecimento de água em “alta”, direta ou indiretamente, a 34 Municípios na margem norte do rio Tejo, e pela distribuição domiciliária no município de Lisboa, onde tem cerca de 350 mil clientes diretos, abrangendo globalmente cerca de 2,9 milhões de pessoas, que representam mais de ¼ da população portuguesa. Fora do Município de Lisboa, a água é fornecida a entidades gestoras municipais e multimunicipais que asseguram a distribuição ao cliente final.





A EPAL utiliza as seguintes origens para a captação de água:

- Albufeira do Castelo do Bode;
- Rio Tejo;
- Furos de Alenquer, Lezírias e OTA.

#### Sistema de Abastecimento:

##### Produção e Transporte:

- 2 Estações de Tratamento
- 695 km de Adutores
- 31 Estações Elevatórias
- 28 Reservatórios, com uma capacidade de reserva de 370 mil m<sup>3</sup>
- 125 Pontos de Entrega

##### Distribuição:

- 1.448 km de Rede de Distribuição
- 101 mil ramais de ligação
- 10 Estações Elevatórias
- 14 Reservatórios, com uma capacidade de reserva de 441 mil m<sup>3</sup>
- 4 zonas Altimétricas

Em termos da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo (LVT), a EPAL assegura a gestão dos serviços de abastecimento e/ ou de saneamento de águas residuais, abrangidos pelos extintos sistemas multimunicipais. O sistema LVT tem na vertente abastecimento de água mais de 1.300 infraestruturas e cerca de 3.800 km de condutas adutoras. No que respeita ao saneamento, o sistema tem cerca de 1.200 instalações e mais de 2.200 km de coletores e emissários.

Estima-se que a população residente abrangida pelo sistema LVT seja de 1,1 milhões de habitantes na atividade de abastecimento de água e de 3,7 milhões habitantes na atividade de saneamento de águas residuais.

## Tarifas

A atividade da EPAL compreende duas atividades distintas: o abastecimento de água em alta a entidades gestoras e o abastecimento de água em “baixa” aos utilizadores finais no município de Lisboa, existindo um tarifário distinto para cada uma destas atividades.

Em termos de estrutura tarifária, o tarifário em alta compreende apenas uma componente variável em função do volume consumido, enquanto o tarifário em “baixa” inclui, para além da componente variável, uma componente fixa mensal, denominada na EPAL de “Quota de Serviço”.

A competência de regulação económica da EPAL em matéria tarifária passou do Estado (as tarifas eram fixadas por Convenção celebrada entre o Estado, representado pela Direção-Geral das Atividades Económicas, e a EPAL, ficando a mesma sujeita à ratificação conjunta dos Ministérios do Ambiente e da Economia) para a ERSAR. De acordo com a nova redação do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 230/91, a EPAL fica sujeita às atribuições da ERSAR de regulação comportamental em matéria económica e aos regulamentos tarifários previstos nos estatutos da ERSAR.

Salienta-se que as tarifas a aplicar pela EPAL no período de convergência tarifária (2016-2020), assim como o tarifário da EPAL de 2015 encontram-se fixadas nos Anexos IV e V do Decreto-Lei n.º 94/2015, a preços constantes de 2015.

Relativamente ao tarifário da EPAL em “alta”, constante do Anexo IV do Decreto-Lei n.º 94/2015, importa referir que às tarifas base praticadas pela EPAL aos clientes em “alta” acresce uma “componente tarifária acrescida”. Do mesmo modo, as tarifas a aplicar pela EPAL aos utilizadores finais (em “baixa”) incluem a repercussão do preço da “alta”, incluindo essa “componente tarifária acrescida”.

De referir, ainda, que o tarifário da EPAL em “baixa” tem disponível, desde 2013, uma tarifa social destinada a famílias mais carenciadas, que prevê descontos que podem ir até aos 94% e, desde 2012, uma Tarifa Familiar da Água destinada a agregados familiares com 5 ou mais pessoas.

## Desempenho

### Contextualização

Em termos de orientações estratégicas, deu-se continuidade à política de pressão no sentido da redução de gastos e de aumento de eficiência produtiva, destacando-se o esforço de otimização da política de investimentos numa perspetiva de racionalização do capital empregue e da minimização dos custos operacionais, mantendo excelentes níveis de serviço aos Clientes a preços adequados.

Os resultados atingidos, económicos, financeiros, operacionais e de serviço ao cliente são o comprovativo deste foco na eficiência e nas medidas de otimização. Foram atingidos e superados os objetivos de gestão fixados. O ano de 2015 fica marcado por um desempenho económico extremamente positivo, tendo-se alcançado um resultado que, expurgando efeitos não recorrentes de outros anos, consubstancia-se no melhor resultado de sempre da Empresa, ao longo da sua existência. O nível de perdas de água na rede de distribuição de Lisboa mantém um nível de excelência a nível internacional.

A assunção da exploração dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais das oito empresas agregadas, no início de julho, merece, pela dimensão e complexidade da tarefa, especial destaque. Esta agregação operacional implicou adaptações funcionais com a redistribuição de responsabilidades entre Direções (uma vez que nas antigas empresas a mesma responsabilidade estava cometida a áreas diferentes). Não obstante este trabalho de promover a coerência operacional anteriormente dividida por várias empresas, foi possível, desde logo, criar algumas sinergias, bem como promover alguns programas de otimização. Estas otimizações acontecerem também ao nível da gestão dos recursos humanos, tendo-se concretizado ligeiras adaptações nas estruturas de forma a ser possível uma melhor resposta operacional.

Destaca-se, o esforço efetuado na uniformização de procedimentos comuns à LVT, passando toda a organização a reger-se por regras únicas, com a conseqüente alteração das metodologias habituais de cada empresa agregada. Em concomitância, nos casos aplicáveis, e por a gestão e estrutura organizativa ser conjunta, alinharam-se igualmente os procedimentos a diversos níveis.

### **Atividade**

O ano de 2015 fica marcado por um Acontecimento Principal: a delegação na EPAL da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo (LVT).

De facto, com a criação do sistema multimunicipal de Lisboa e Vale do Tejo e a correspondente delegação da gestão desse sistema na EPAL, por conta da sociedade LVT, tiveram um impacto significativo na atividade da EPAL, pois a EPAL passou a gerir, a partir de 30 de junho de 2015, para além do seu próprio sistema, que abrange 35 municípios, o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, que abrange 86 municípios.

A constituição e implementação deste novo sistema, envolveu significativamente a EPAL, afetando a atividade corrente da empresa. O início da exploração e gestão do sistema LVT deu-se no dia 30 de junho de 2015. Merecem especial destaque, as atividades relacionadas com a implementação da nova estrutura organizativa, única para a EPAL e LVT e a colocação dos colaboradores nas novas áreas organizativas e nos novos locais de trabalho, processo que foi faseado, com maior incidência entre os meses de julho e setembro.

Por último, salienta-se o contrato celebrado, em 21 de maio de 2015, entre a EPAL e a Águas do Oeste (agora agregada na LVT), relativo ao Aditamento ao Contrato de Abastecimento de Água estabelecido entre as partes em 2003, que produzirá efeitos no início de 2016. Este Aditamento altera o prazo do contrato anterior; revê os volumes a fornecer e a correspondente tarifa e altera o âmbito do serviço prestado, em que a EPAL assume a exclusividade pelo fornecimento de água ao sistema, passa a explorar o sistema de abastecimento de água da extinta Águas do Oeste, assumindo todos os gastos de exploração e manutenção do sistema e o pessoal da Águas do Oeste afeto à atividade de abastecimento de água.

No que respeita à atividade operacional da EPAL, propriamente dita, é de realçar que após 10 anos consecutivos de redução nos volumes vendidos, assiste-se em 2015 a um acréscimo de 5,0 milhões de m<sup>3</sup>, verificando-se um crescimento tanto nos clientes municipais e multimunicipais como nos clientes diretos.

Em consequência, registou-se um aumento superior a 3% nos volumes captados, que totalizaram 218,9 milhões de m<sup>3</sup>. A principal origem de água continuou a ser a captação na albufeira de Castelo de Bode, que representou 83% do total. Concluídas as obras de remodelação da Captação de Valada Tejo, no ano de 2015 esta origem pôde ser explorada sem qualquer restrição.

O volume de água não faturada na rede de distribuição manteve-se num nível de excelência, 8,5%. No sistema de adução o volume de água não faturada foi de 6,0% da água entrada no sistema.

Em termos de qualidade da água, cujo controlo é assegurado pelo cumprimento do PCQA - Plano de Controlo da Qualidade da Água no Sistema de Abastecimento da EPAL, que compreende o Controlo Legal, definido pelo Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, o Controlo Operacional/Vigilância da qualidade da água nas origens e água para consumo humano no Sistema de Abastecimento da EPAL, o controlo dos processos de tratamento (água, efluentes e lamas) realizado nas Estações de Tratamento de Água e o controlo dos produtos utilizados no tratamento realizado em todo Sistema de Abastecimento da EPAL, registou-se uma melhoria significativa, comparativamente com 2014, evidenciada pela redução do número de incumprimentos registados nas amostras de água colhidas para verificação de requisitos legais e no controlo operacional e de vigilância.

Relativamente à qualidade da água fornecida/distribuída:

- Em Lisboa, aos utilizadores finais:  
A qualidade da água na torneira do consumidor cumpriu as normas definidas na legislação portuguesa, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, registando-se valores não conformes em 0,11% (15 incumprimentos) das determinações de substâncias realizadas.

Em pontos de amostragem fixos instalados na rede de distribuição, o número de determinações efetuadas permitiu concluir que, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, a água cumpriu as normas de qualidade definidas na legislação portuguesa, registando-se 0,12% de incumprimentos do total de determinações de substâncias realizadas (36 incumprimentos).

- Em “alta”, às Entidades Gestoras:

Nas determinações efetuadas em amostras colhidas nos pontos de entrega de água a Entidades Gestoras de Sistemas de Abastecimento de Água, registaram-se 0,07% de valores não conformes (13 incumprimentos).

No que respeita ao serviço ao cliente, mantiveram-se genericamente os níveis de qualidade, comprovados pelo grau de satisfação dos clientes com o serviço da EPAL, conforme demonstra o ECSI 2014–15 Índice Nacional de Satisfação do Cliente, uma parceria entre o Instituto Português da Qualidade (IPQ), a Associação Portuguesa para a Qualidade (APQ) e o Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação da Universidade Nova de Lisboa (ISEGI-UNL), no qual a EPAL obteve um índice global de 7,76.

Para além do abastecimento de água, em “alta” e em “baixa”, a EPAL tem ainda outros negócios, como o AQUAmatrix® (Sistema de informação e gestão comercial), o WONE® (Sistema de redução de perdas de água), o Waterbeep® (Sistema de informação e incentivo à eficiência de utilização de água), a prestação de serviços de monitorização e diagnóstico de redes, Análises Laboratoriais, Academia das Águas Livres, entre outros.

Ainda em 2015 foi lançado no ENEG mais um produto, resultante da capacidade de inovação da empresa, designado WattWater. Tem como objetivo apoiar a otimização da gestão energética em Entidades Gestoras de abastecimento de água e saneamento de águas residuais.

Em 2015, o segundo ano completo da sua atividade, a Academia das Águas Livres realizou 80 ações de formação, abrangendo 1.069 formandos da EPAL, de empresas do Grupo AdP, empresas municipais, autarquias locais, entidades reguladoras e entidades privadas do setor da água e ambiente, dos quais destacamos a Águas do Algarve, a Águas Públicas do Alentejo, os SMAS de Sintra e a ERSAR. O volume de formação concretizou-se em 19.753 horas e o montante da faturação aumentou 32% face ao ano anterior, o que ilustra o reconhecimento da qualidade dos serviços prestados pela AAL para formação do setor.

## Investimentos

O investimento realizado em 2015 foi de 10,2 milhões de EUR, valor que inclui 2,4 milhões de EUR decorrentes da capitalização de gastos.

	(em EUR)
	<b>2015</b>
Garantia da capacidade	464 806
Garantia da fiabilidade e segurança	5 578 246
Garantia da qualidade	302 731
Sustentabilidade e inovação	702 567
Tecnologias de informação e comunicação	640 677
Outros investimentos	2 512 668
<b>Total</b>	<b>10 201 694</b>

Destacam-se os seguintes investimentos:

- Renovação da Rede de Distribuição (condutas de distribuição e adutoras);
- Intervenções em instalações;
- Aquisição e substituição de Contadores;
- Recuperação do troço final do Adutor de Castelo do Bode;
- Investimentos em tecnologias de informação e comunicação;
- ETA da Asseiceira - Sistema de gestão de lamas desidratadas para a assegurar a compatibilidade ambiental;
- Reabilitação da Conduta Prior Velho - Camarate, na zona do Bairro Sovilar;
- Reabilitação da Conduta de Água Bruta de Valada DN I 250;
- Ampliação da Rede de Distribuição.

## As Contas

O ano de 2015 ficou marcado por um desempenho económico extremamente positivo, tendo-se alcançado um resultado que, expurgando efeitos não recorrentes de outros anos, consubstancia-se no melhor resultado de sempre da Empresa ao longo da sua existência.

O resultado líquido de 2015 ascendeu a 47,1 milhões de EUR, registando uma redução de 6,9 milhões de EUR face ao resultado verificado em 2014, correspondente a uma variação negativa de cerca de 13%. Contudo, expurgando o efeito extraordinário que concorreu em 2014 para a geração do resultado obtido (proveito extraordinário líquido de cerca de 8,6 milhões de EUR referente à execução de um Protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa), o resultado comparável cifrar-se-ia em cerca de 45,4 milhões de EUR, pelo que em termos efetivos regista-se uma variação positiva de cerca de 4%.

A EPAL tem vindo consecutivamente a proceder a medidas de contenção de gastos que concorreram decisivamente para a obtenção deste resultado, com a manutenção em 2015 dos níveis alcançados em 2014 nas rubricas de FSE e Gastos com Pessoal que, aliadas ao aumento do volume de negócios permitem gerar resultados correntes que superam todos os já alcançados em anos anteriores.

O volume de negócios, contrariando a tendência sistemática dos últimos anos, apresenta um aumento de cerca de 2 milhões de EUR (+1,4%), em resultado do efeito conjugado de:

- Incremento de cerca de 5 milhões m<sup>3</sup> no volume vendido;
- Crescimento do número de Clientes Diretos, com um aumento de cerca de 2.000 novos clientes/ano.

Os gastos totais ascenderam a 84,0 milhões de EUR, verificando-se uma redução de cerca de 1,2 milhões de EUR face a 2014, o que representa uma variação de -1,5%.

Ao nível da rubrica de gastos financeiros, em resultado da diminuição das taxas médias de juros de financiamentos, aliado à redução do endividamento da Empresa, constata-se uma redução de 20,4%.

A nível financeiro, a EPAL mantém uma estrutura financeira equilibrada, existindo uma correspondência adequada, em termos de maturidades, entre aquilo que são as suas aplicações de fundos e os seus recursos de financiamento. No final de 2015, o endividamento da Empresa era de 169,5 milhões de EUR, correspondente na totalidade a empréstimos BEI.

A empresa não recorreu em 2015 a qualquer novo financiamento, tendo efetuado reembolsos de capital no valor de cerca de 17,9 milhões de EUR relativos a empréstimos BEI, de acordo com o plano de amortização previsto, fazendo com que a dívida financeira líquida tenha vindo a diminuir significativamente.

A EPAL terminou o ano de 2015 com uma sólida situação financeira, apresentando uma autonomia financeira de 67,6% e um fundo de maneo positivo de 52,4 milhões de EUR. O valor do *Net Debt*/EBITDA em 2015, de 1.2, confirma a sustentabilidade da EPAL em termos financeiros.

## Perspetivas

O exercício de 2016 será muito orientado para a consolidação da estrutura organizacional da empresa e para a melhoria de processos e procedimentos para a gestão e exploração das infraestruturas e sistemas pelos quais é responsável, constituindo, por conseguinte, um enorme desafio que, será superado.

Neste contexto, espera-se o aumento da eficiência, nomeadamente resultante da identificação e otimização das economias de gama e das sinergias, da adoção das melhores práticas e da racionalização das condições de operacionalidade das infraestruturas. Espera-se, ainda, desenvolvimentos no que respeita à rede de saneamento de Lisboa, processo no qual a EPAL sempre manifestou o seu forte interesse, dadas as vantagens para a empresa e para a cidade.

A forte aposta na inovação e desenvolvimento integrou já a cultura da EPAL pelo que o ano 2016 produzirá, novamente, bons resultados, a exemplo do que vem sucedendo nos últimos anos.

A EPAL vai continuar a sua aposta na internacionalização das suas competências e capacidades, consciente das condições que reúne para o efeito e das vantagens que advêm, em termos de prestígio, de experiência e de reforço do seu *know-how*.

No quadro das perspetivas referidas, alicerçadas na sólida sustentabilidade económica e financeira da empresa, a EPAL, em 2016, continuará a promover o desenvolvimento das suas competências e da excelência dos serviços públicos que presta às populações que serve.

# Águas de Santo André

## Enquadramento

A Águas de Santo André, S.A. (AdSA), é uma sociedade de capitais públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio. Através do Contrato de Concessão, assinado em 27 de dezembro de 2001 com o concedente (Estado Português – representado pelo Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território), foi atribuído, em regime de exclusividade, pelo período de 30 anos, a concessão de gestão e exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha, tratamento e destino final de resíduos sólidos de Santo André, que serve a ZILS, a zona urbana de Vila Nova de Santo André e, parcialmente, os municípios de Sines e Santiago do Cacém. Paralelamente, compete a esta sociedade satisfazer as necessidades das indústrias localizadas na Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS), relativamente a água potável, água industrial, água residual e resíduos industriais.

O Contrato de Concessão foi assinado em 27 de dezembro de 2001, em regime de concessão exclusiva por 30 anos, para a exploração e gestão do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André, que serve a ZILS, a zona urbana de Vila Nova de Santo André e, parcialmente, os municípios de Sines e Santiago do Cacém.

Em 2015 a AdSA reforçou o estreitamento de relações com os seus clientes, designadamente com as indústrias da ZILS, com as Câmaras Municipais de Santiago do Cacém e de Sines, com as diversas autoridades nacionais e regionais, e com os demais *stakeholders* da região.

## O Sistema

O sistema de Santo André abrange três vertentes: abastecimento de água, água residual e resíduos industriais. Este sistema serve a Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) e ainda, parcialmente, os municípios de Santiago do Cacém (cidade Nova de Santo André e costa de Santo André) e, pontualmente, sempre que solicitado, a cidade de Sines e Porto Covo.

A água para consumo humano é captada no designado sistema aquífero de Sines, a norte de Vila Nova de Santo André. Este sistema compreende um conjunto de cinco captações subterrâneas ativas. A água captada é bombeada por estações elevatórias para um reservatório em Santo André e outro em Monte Chãos. A rede de água potável abrange duas zonas de abastecimento: a zona de Santo André e a Zona Industrial e Logística de Sines.

O Sistema de água industrial compreende a captação no Rio Sado, em Ermidas do Sado, seguido de uma adução até à Albufeira de Morgavel sendo água posteriormente transportada até ao reservatório em Monte Chãos. Ai inicia-se a distribuição da água industrial às indústrias da ZILS, utilizando uma rede de distribuição própria e independente da de água potável, embora com traçados paralelos.

O Sistema de saneamento de água residual de Santo André compreende a recolha, transporte e tratamento de água residual industrial na Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) da Ribeira de Moinhos, sendo depois descarregadas no mar, através de um emissário submarino.

Na vertente de resíduos industriais, a AdSA tem por atribuição receber os resíduos Industriais provenientes das indústrias situadas na Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) e ainda da ETAR de Ribeira de Moinhos e da estação de tratamento de água (ETA) de Morgavel.

A AdSA ainda recebe lixiviados na ETAR de Ribeira dos Moinhos desde 2006, atividade esta autorizada pelo Concedente de forma continuada, até um limite máximo de 5% do caudal médio afluente à ETAR.

Os municípios, tal como em anos anteriores, representaram menos de 10% do volume de negócios da empresa. A atividade da AdSA está assim centrada fundamentalmente nas grandes indústrias da ZILS e apenas residualmente no abastecimento de água e na recolha e tratamento de águas residuais urbanas.



## Tarifas

As tarifas são calculadas anualmente com base em estudos de viabilidade económico-financeira, e aprovadas pela ERSAR, nos termos da alínea a) do nº3 do artigo 5º dos estatutos da entidade reguladora, e são calculados com base nos encargos eficientes previstos nos contratos de concessão, aceites pela ERSAR para esse efeito, divididos pelas quantidades previsionais.

No caso de Santo André há 7 tarifas diferentes correspondendo às diferentes áreas de negócio que são as seguintes que vai desde o abastecimento de água potável em “alta” e em “baixa”; abastecimento de água industrial, saneamento de água residual urbana, industrial e salina até aos resíduos industriais.

O tarifário para água em “baixa”, está desagregado por escalões. No entanto, para efeitos comparativos com a tarifa média necessária, foi calculado um tarifário médio, tendo por base a tarifa de cada escalão e o correspondente volume de água vendida. Esta análise foi feita para a globalidade do abastecimento em “baixa”, e ainda desagregada para a Zona de Abastecimento de Santo André e para Zona de Abastecimento à Zona Industrial e Logística de Sines. O tarifário para o Efluente Industrial, está desagregado por tipo de efluente e por classes. Relativamente às tarifas da Água Residual Industrial, a AdSA está a tentar uma alteração do tarifário que consiste em propor um aumento das classes mais baixas, (classe I, II e III) por forma a aproximá-las tendencialmente do efetivo custo desse tratamento, e baixando as classes IV e V.

## Desempenho

### Contextualização

Ciente de que uma cultura empresarial sólida é um fator determinante para a afirmação e progresso da empresa, a AdSA apostou fortemente em 2015 em melhorar o seu desempenho em várias frentes de trabalho.

A empresa, no decorrer de 2015, promoveu uma racionalização e um controlo de custos operacionais de forma bastante eficaz, sendo de realçar que ao nível da rubrica dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) se verificou uma redução relativamente a 2014. Esta redução não foi realizada com base em cortes excecionais, mas sim numa racionalização e num controlo de custos, pelo que se apresenta como sustentável.

Também nas áreas da manutenção e gestão de ativos, da eficiência energética, da segurança, da certificação e dos sistemas de informação técnicos se deram, em 2015, passos significativos para, de forma continuada, melhorar os serviços prestados e fomentar uma cultura interna baseada na eficiência e na sustentabilidade.

### Atividade

A AdSA, para além da gestão corrente, deu sequência aos projetos que vinham de 2014, desenvolveu em 2015 um conjunto muito vasto de estudos e projetos e promoveu o lançamento de empreitadas, muitas das quais já se encontram concluídas, sendo que algumas apenas o ficarão no decorrer de 2016.

Em 2015, a AdSA renovou a sua certificação nos sistemas de gestão de Qualidade (NP EN ISO 9001:2008) e de Ambiente (NP EN ISO 14001:2012), alargando o âmbito de certificação destas duas normas a todas as suas atividades, e certificou-se nos sistemas de gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (OSHAS 18001:2007/NP 4397:2008), de Energia (NP EN ISO 50001:2012) e de Responsabilidade Social (SA 8000).

No que respeita à qualidade dos serviços prestados, nomeadamente no que concerne à água fornecida e distribuída, a AdSA efetuou determinações de qualidade da água (em “alta” e em “baixa”) que asseguraram o cumprimento dos valores paramétricos estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 306/07, de 27 de agosto, não se tendo verificado qualquer incumprimento aos valores paramétricos definidos, o que corresponde a um cumprimento de 100,00% da qualidade de água fornecida pela AdSA.

Relativamente ao Cumprimento dos parâmetros de descarga de água residual para o meio recetor, e de acordo com a metodologia de cálculo da ERSAR para o indicador de desempenho ARI5 – temos que, para 100 % da população equivalente servida pela ETAR de Ribeira dos Moinhos o tratamento é satisfatório (cumprimento de 100% dos valores limite de emissão ou percentagem de remoção).

A atividade da empresa em 2015 proporcionou um aumento do volume de negócios e uma diminuição dos custos, nomeadamente na rubrica Fornecimento e Serviços Externos (FSE) e, conseqüentemente verificou-se um aumento do resultado líquido.

Em 2015 a AdSA desenvolveu alguns projetos dignos de referência, dos quais se salientam:

- a conclusão dos Planos Diretores de Abastecimento de Água e de Águas Residuais;
- desenvolvimento do Plano de Segurança da Água, o qual se estima que esteja concluído no final do primeiro semestre de 2016;

- conclusão do projeto para a “Reabilitação da Estação Elevatória de extração de lamas da ETAR de Ribeira dos Moinhos”;
- conclusão do projeto de “Aquisição e Montagem de Grupos Eletrobomba na Captação de Morgavel, da Águas de Santo André, S.A.”

## Investimentos

Em 2015 o valor de investimentos foi de cerca de 2.397 mil EUR e foram iniciadas ou concluídas as seguintes empreitadas:

- Execução da empreitada “Remodelação da obra-de-entrada da ETAR de Ribeira dos Moinhos”.
- Execução da empreitada “Adutora entre o Nó da Petrogal e a ZILS norte – Fase II”.
- Execução da empreitada “Reparação do Emissário Submarino da ETAR da Ribeira dos Moinhos”.
- Execução da empreitada “Remodelação da Obra de Entrada do Emissário de Santiago do Cacém”.
- Execução da empreitada “Remodelação da Caixa de Reunião da Barbuda”.
- Execução da empreitada “Alteração do Depósito de Lamas Oleosas do TROG (Tanque de Remoção de Óleos e Gorduras) da ETAR de Ribeira dos Moinhos”.
- Execução da empreitada “Substituição das Comportas da ETAR de Ribeira dos Moinhos”.
- Execução da empreitada “Execução de Gradil, Varandins e Barreiras de Proteção na ETAR de Ribeira dos Moinhos”.

Durante o ano de 2015, deu-se prioridade à resolução de situações críticas no sistema de águas residuais, nomeadamente à melhoria de condições de recolha e transporte, ao tratamento de odores e à melhoria da eficiência da ETAR de Ribeira de Moinhos.

## As Contas

A Águas de Santo André concluiu mais um ano de atividade com uma prestação de serviços de qualidade e por um desempenho económico positivo, tendo-se alcançado um resultado líquido de 5,12 milhões de EUR, com um volume de negócios de 13,4 milhões de EUR e 2,8 milhões de EUR de investimento sem recurso a endividamento.

Verificou-se um aumento no volume de negócios relativamente a 2014, de 0,741 milhões de EUR, justificado fundamentalmente pela qualidade do efluente recebido com a consequente faturação em classes mais elevadas e faturação dos agravamentos/penalizações.

No tocante à rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), verificou-se uma diminuição no valor de 0,312 milhões de EUR, devido fundamentalmente à redução de gastos em eletricidade, motivado pela diminuição do caudal captado para reposição dos níveis da albufeira de Morgavel.

A empresa recebeu, em 2015, do FIA, o valor de 0,450 milhões de EUR relativo à Resolução do Passivo Ambiental, sendo que, desde o princípio do projeto a AdSA já recebeu o montante global de 9.4 milhões de EUR (FIA e POVT).

## Perspetivas 2016

A atividade a desenvolver em 2016 passa, naturalmente, pela continuidade da implementação da estratégia da empresa com vista a desenvolver, a médio e longo prazo, um conjunto de investimentos que permitam prestar serviços de elevada qualidade e garantir a sustentabilidade ambiental, contribuindo para o desenvolvimento harmonioso da região.

Com o Plano Diretor de Abastecimento de Água e o Plano Diretor de Águas Residuais concluídos e o Plano de Segurança da Água com conclusão prevista até ao fim do primeiro semestre de 2016, a empresa passará a dispor de planos de investimentos físicos e financeiros, priorizados de acordo com análises de risco e, por conseguinte, calendarizados ao longo do restante período da concessão.

Neste contexto, torna-se premente a atualização do EVEF para permitir ajustar os investimentos a realizar de forma otimizada. O ano de 2016 será também mais um ano em que a empresa dedicará especial atenção a uma melhoria dos processos de planeamento, gestão e controlo, seja através de uma revisitação a todos os processos existentes, seja na sua operacionalização quando esta, até ao momento, se tenha mostrado incipiente, e ministrando formação sempre que isso se torne necessário.

Também a educação e a sensibilização ambiental farão parte das preocupações da empresa que, neste âmbito, em parceria com as Câmaras Municipais de Santiago do Cacém e de Sines, irá promover um ciclo de sessões e visitas dirigido à população escolar destes dois concelhos.

A AdSA está a desenvolver as atividades necessárias por forma à obtenção da certificação do Sistema de Gestão da Segurança Alimentar (NP EN ISO 22000:2005), para o produto água potável, que se prevê obter ainda no primeiro semestre de 2016.

# AgdA - Águas Públicas do Alentejo

## Enquadramento

A AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A., foi constituída em 25 de setembro de 2009, tendo por acionistas a AdP SGPS e a AMGAP- Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública do Alentejo.

A AgdA surge na sequência do Contrato de Parceria Pública, para a gestão de forma integrada, dos serviços de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais, celebrado a 13 de agosto de 2009 entre o Estado Português e os municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vidigueira.

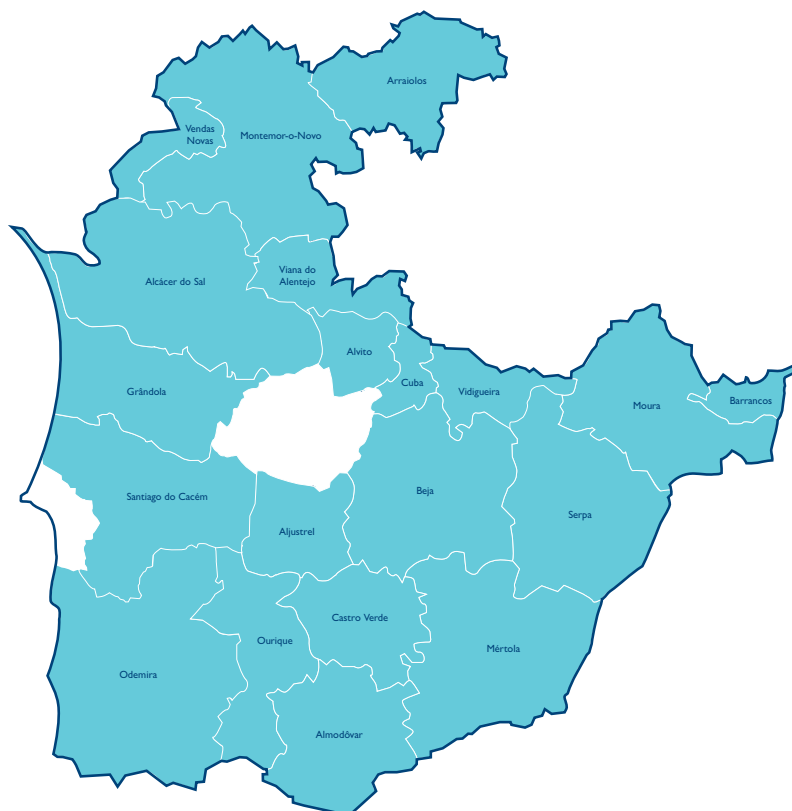
Esta parceria visa garantir a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços de águas em “alta”, numa região com necessidades especiais, nomeadamente problemas de escassez de recursos hídricos e dispersão populacional. Efetivamente o Contrato de Parceria Pública pretende:

- garantir de forma regular, contínua e eficiente, em qualidade e em quantidade, o abastecimento de água para consumo público e o saneamento de águas residuais urbanas a toda a população abrangida;
- promover a conceção, reparação e renovação e assegurar a construção e exploração das infraestruturas, das instalações e equipamentos necessários à captação, tratamento e abastecimento de água para consumo público e à recolha, ao tratamento e à rejeição de águas residuais;
- assegurar a qualidade, continuidade e eficiência dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais à população residente, de forma a promover a saúde pública, o bem-estar das populações, o aumento do emprego local, a proteção do ambiente e a sustentabilidade económico-financeira dos setor;
- contribuir para o desenvolvimento regional e para o ordenamento do território.

## O Sistema

Com este Contrato de Parceria é criado o SPPIAAentejo - Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo, que se decompõe no Sistema Integrado de Abastecimento de Água e no Sistema Integrado de Águas Residuais. Abrange e serve cerca de 245 mil habitantes, o que corresponde a 17,5% do território nacional.

Nos termos do Contrato de Gestão e respetivo aditamento ficou estipulado que seja efetuado o fornecimento para abastecimento de água, em “alta”, a aglomerados com mais de 100 habitantes residentes, Sedes de Freguesia e ainda a glomerados com mais de 50 e menos de 100 habitantes residentes, mas que não distem mais de 500 metros dos troços de condutas adutoras. No abastecimento a solução técnica adotada assenta numa estrutura de 9 sistemas de abastecimento de água: Minutos, Bica Fria, Alvito, Guadiana Sul, Roxo, Monte da Rocha, Santa Clara, Alentejo Litoral Sul e Alentejo Litoral Norte.





No que respeito à atividade de saneamento, nos termos do Contrato de Gestão e respetivo aditamento, ficou estipulado que seja assegurado pela “alta” a recolha e tratamento das águas residuais geradas no SPPIAA Alentejo em aglomerados cujas projeções populacionais estimem mais de 300 habitantes residentes em 2025. Nesta vertente, a solução assenta numa estrutura de 20 sistemas, um por município. A solução técnica adotada passa por construir ou reabilitar ETAR que possam tratar adequadamente os efluentes recolhidos e proceder à sua rejeição em condições e com as características impostas pela legislação aplicável e pelas autoridades competentes, 245.000 habitantes, em 17,5% do território nacional, de forma a promover a saúde pública, o bem-estar das populações, o aumento do emprego local, a proteção do ambiente e a sustentabilidade económico-financeira dos setor.

## Tarifas

Decorrente do previsto em Contrato de Gestão as tarifas a praticar pela AgdA decorrem do Estudo de Viabilidade Económico Financeira para o respetivo período tarifário, assumindo períodos quinquenais, e procuram assegurar a recuperação anual de todos os custos diretos e indiretos ao que acresce a remuneração acionista.

No primeiro período tarifário, de 2010 a 2015, a estrutura tarifária compreendeu uma componente fixa que corresponde a um valor anual, faturado mensalmente, aplicado de acordo com a população potencial servida que visa, tendencialmente, a recuperação dos custos decorrentes da disponibilização dos serviços, e a componente variável que corresponde a um valor unitário, faturado mensalmente, aplicado em função do nível de utilização do serviço, visando recuperar os custos incorridos pela empresa e não recuperáveis pela componente fixa.

Para o ano de 2016, e decorrente da assinatura do Aditamento ao Contrato de Gestão em 22 de dezembro de 2015, a componente fixa da tarifa passará a incluir uma unidade de faturação que corresponde a 50% da População Potencialmente Servida acrescido de 50% dos alojamentos Potencialmente Servidos aplicada a um valor unitário. Manter-se-á o pressuposto de que a componente fixa da tarifa recuperará dos custos decorrentes da disponibilização dos serviços, enquanto, a componente variável recuperará os custos não suportados pela componente fixa.

## Desempenho

### Contextualização

A atividade da AgdA - Águas Publicas do Alentejo, no ano de 2015, foi determinada por um conjunto de fatores internos e externos que implicaram um assinalável esforço de gestão e empenho por parte de todos os seus dirigentes, colaboradores e administradores. A empresa promoveu uma racionalização e controlo dos custos operacionais de forma bastante eficaz o que permitiu manter o seu valor ao nível do ano anterior, apesar de terem entrado em funcionamento um significativo número de infraestruturas de abastecimento e saneamento.

### Atividade

O primeiro período tarifário terminou em 2015, pelo que em obediência ao estipulado nos Contratos de Parceria e de Gestão foi necessário rever o Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) da Parceria visando o estabelecimento das tarifas para o quinquénio 2016-2020. Face à experiência recolhida durante o primeiro quinquénio os Parceiros decidiram ainda aproveitar a oportunidade para promover o ajustamento do clausulado dos Contratos de Parceria e de Gestão.

O processo foi iniciado em 2014 mas foi em 2015 que se procedeu à revisão da configuração da solução técnica do Sistema, com exclusão do Município de Ferreira do Alentejo, bem como à elaboração do EVEF revisto e às propostas de Adendas aos Contratos de Parceria e de Gestão que após profunda e profícua iteração viria a culminar com a assinatura das Adendas aos Contratos pelos Parceiros Estado e Municípios em dezembro de 2015.

As tarifas, os objetivos, a remuneração pelo património municipal afeto à Parceria e o programa de investimentos ficaram, pois, estabelecidos para o período 2016-2020 pelo que a AgdA passou a dispor a partir de janeiro de 2016 dum quadro contratual atualizado no contexto do qual exercerá a sua atividade nesse período relativamente à execução dos investimentos e à operação de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais dos Municípios aderentes.

O ano de 2015 caracterizou-se por ser muito seco, em particular na Região Alentejo, o que provocou uma grande pressão sobre os consumos e sobre as origens com reduções de produtividade nas subterrâneas e descidas de níveis nas superficiais o que conjugado com temperaturas elevadas e permanente ao longo de muito tempo, teve consequência na qualidade da água bruta o que obrigou a redobrados esforços da Empresa para garantir o abastecimento em quantidade e qualidade aos Municípios que integram a Parceria. A situação descrita teve particular relevância na qualidade da água proveniente do Sistema do Roxo nalguns meses de Verão e nas disponibilidades para abastecer alguns dos pequenos sistemas autónomos com qualidade de água garantida. No entanto e de acordo com o indicador da ERSAR de qualidade da água o SPPIAA manteve a classificação de água segura ultrapassando a barreira dos 99% na linha do que vinha acontecendo em anos anteriores, sendo contudo de sublinhar que ainda assim o valor do indicador para o SPPIAA está abaixo da média nacional para os Sistemas “em alta”, o que reforça a necessidade de promover os investimentos necessários para ultrapassar a situação descrita.

Apesar das melhorias verificadas no passado recente perspetiva-se um acréscimo dos níveis de tratamento das águas residuais pela entrada em funcionamento pleno de algumas instalações que se encontravam em fase de testes durante o ano de 2015, nomeadamente as ETAR da Vidigueira e de Alvalade, sendo ainda de salientar a entrada em operação do sistema intercetor de Alcácer do Sal que, completando o sistema de recolha já existente, permite que a ETAR passe a tratar a totalidade das águas residuais de Alcácer do Sal. O desafio da AgdA no que respeita à vertente manutenção deriva do fato de em simultâneo a Empresa operar infraestruturas antigas, e nalguns casos obsoletas, herdadas dos Municípios e infraestruturas novas construídas ou reabilitadas.

Em paralelo no ano de 2015 verificou-se a entrada em pleno funcionamento das ETAR de Alcácer do Sal, de Alvalade, do Cercal, de Ourique, de Aljustrel, de Castro Verde e de Almodôvar o que permitiu reduzir o nº de processos em fase de Contencioso Comunitário por incumprimento da Diretiva das Águas Residuais Urbanas. Nesta componente de tratamento de águas residuais há ainda um investimento previsto que será centrado na construção das ETAR de Beja, de Montemor-o-Novo, de Grândola e de S. Teotónio e na reabilitação das ETAR da Amareleja e de Sr<sup>a</sup> d'Aires - Viana do Alentejo, investimento esse que permitirá encerrar os processos de Contencioso Comunitário em curso por incumprimento da Diretiva das Águas Residuais Urbanas.

### **Investimentos**

O ano de 2015 coincidiu com o final do 1º ciclo de investimentos, correspondente ao período 2010-2015, sendo igualmente coincidente com a conclusão das candidaturas apresentadas ao POVT para financiamento pelo Fundo de Coesão das componentes abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais.

O investimento total ascendeu a 18,7 milhões de EUR, dos quais 10,6 milhões de EUR relativos à componente abastecimento de água e 8,0 milhões de EUR relativos à componente tratamento de águas residuais, valor que comparado com o total do ano anterior evidencia uma redução de 5,7 milhões de EUR, sendo de salientar que tal facto decorre de o ano de 2015 ser o ano terminal de execução das candidaturas com a consequente concentração de esforços na conclusão de empreitadas financiadas em detrimento do lançamento de novas sem garantia de financiamento comunitário.

No contexto dos investimentos executados sublinha-se a entrada em funcionamento da nova ETA do Monte da Rocha que conjugada com a execução da adução a Ourique e a Almodôvar permite garantir o abastecimento em quantidade e qualidade a estes dois Municípios tradicionalmente problemáticos em termos de qualidade da água fornecida e simultaneamente aumentar a garantia de qualidade da água fornecida ao município de Castro Verde.

### **As Contas**

Em 2015 verificou-se uma significativa redução dos créditos municipais resultante do esforço de regularização dos créditos por parte dos Municípios tanto pela via de celebração de acordos de pagamento plurianuais como pela via do pagamento efetivo dos serviços de abastecimento e tratamento de águas residuais prestado pela AgdA. Efetivamente o montante recebido em 2015 ascende a 17,4 milhões de EUR que compara com 13,1 milhões de EUR recebidos em 2014, o que se atendermos a que a faturação ascendeu a 11,3 milhões de EUR permite concluir que houve uma efetiva redução do valor dos créditos municipais o que muito contribuiu para que a AgdA financiasse as suas atividades operacionais sem recurso financiamentos bancários.

O exercício de 2015 foi encerrado com um resultado líquido de 0,146 milhões de EUR registando uma evolução positiva face ao ano anterior.

O volume de negócios da empresa atingiu no exercício de 2015, o valor de 10,4 milhões de EUR, correspondendo ao somatório do valor registado em venda de água no montante de 11,3 milhões de EUR e ao *superavit* de 0,946 milhões de EUR.

Os gastos operacionais atingiram o valor de 12,7 milhões de EUR, destacando-se os Fornecimentos e Serviços Externos, com o maior peso na estrutura de custos, sendo responsáveis por cerca de 57%.

### **Perspetivas 2016**

Para 2016 perspetiva-se que a venda de água se venha a manter aos níveis verificados no passado recente julgando-se que os investimentos que os Municípios venham a efetuar nas remodelações dos seus sistemas em "baixa" no sentido de diminuir as perdas de água fornecida só terão implicações significativas nos anos subsequentes. No entanto a AgdA perspetiva um aumento do volume de negócios decorrente da aplicação das tarifas contratuais ao tratamento de águas residuais nas ETAR novas, nas adquiridas aos Municípios, nas Reabilitadas e nas que não carecem de intervenções.

Prevê-se que a evolução dos créditos municipais continue a tendência decrescente verificada nos anos mais recentes através do pagamento não só dos acordos celebrados mas também dos valores relativos ao fornecimento de água e de tratamento de águas residuais que venham a ocorrer no ano de 2016.

Em 2016 vai dar-se início ao 2º ciclo dos investimentos nas componentes abastecimento de água e tratamento de águas residuais que obrigará à atualização dos projetos de execução da maioria dos subsistemas.

Nesse contexto impõe-se, por um lado, um grande esforço de manutenção corretiva e, por outro lado, idêntico esforço de manutenção preventiva nas antigas instalações e equipamentos.

Perante a dimensão do território, nº de instalações e recursos disponíveis promover-se-á uma solução de *outsourcing* que assegure as componentes corretivas e preventivas da manutenção dos sistemas de abastecimento de água, uma vez que no que respeita ao domínio do tratamento de águas residuais as instalações preconiza-se a manutenção da operação em regime de *outsourcing* compreendendo as vertentes operação e manutenção das mesmas.

## Águas do Algarve

### Enquadramento

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Águas do Algarve S.A. foi criado em 8 de novembro de 2003 com a publicação do Decreto-Lei nº 285/2003.

Com a criação do Sistema Multimunicipal, pelo Decreto-Lei nº 167/2000 conjugado com o Decreto-Lei nº 172/B-2001 de 26 de Maio, foi atribuída à sociedade Águas do Algarve, S.A. a concessão da exploração e gestão do referido sistema tendo sido celebrado o respetivo Contrato de Concessão entre o Estado Português (através do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território) e a Empresa em 26 de maio de 2001. A concessão, pelo Estado português, estabelece um período de 30 anos.

A Águas do Algarve, S.A é uma Sociedade Anónima de direito privado e capitais maioritariamente públicos criada pelo Decreto-Lei nº 168/2000 de 5 de agosto, por fusão das Sociedades Águas do Sotavento Algarvio, S.A. e Águas do Barlavento Algarvio, S.A.

Essas Sociedades foram constituídas, respetivamente, pelo Decreto-Lei nº 130/95, de 5 de junho, e nº 136/95, de 12 de junho, com a responsabilidade pelo cumprimento dos dois contratos de concessão outorgados em 10 de agosto de 1995 com o Estado Português, relativos aos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água ao Sotavento e ao Barlavento Algarvio, criados pelo Decreto-Lei nº 379/93 de 5 de novembro.

### O Sistema

Os Sistemas Multimunicipais de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve abrangem geograficamente os 16 concelhos da região: Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, S. Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Stº António, tendo como principais clientes as respetivas Câmaras Municipais, que também são acionistas da empresa.

O atual sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve poderá fornecer, no horizonte do projeto, até 180 milhões de m<sup>3</sup>/ano, servindo uma população da ordem dos 500.000 habitantes em época baixa e mais de 1.000.000 habitantes, em época alta.

O investimento total em infraestruturas já construídas no sistema de abastecimento, exclusivamente a cargo da empresa – Águas do Algarve, S.A. – totaliza mais de 271 milhões de EUR. O investimento já realizado no sistema de saneamento, exclusivamente a cargo da empresa – Águas do Algarve, S.A. – totaliza mais de 215 milhões de EUR, nos quais está incluído cerca de 40 milhões de EUR de infraestruturas adquiridas aos municípios, prevendo-se ainda realizar cerca de 125 milhões de EUR de investimento até final do período da Concessão, dos quais 21 milhões de EUR são correspondentes a valores de reabilitação.

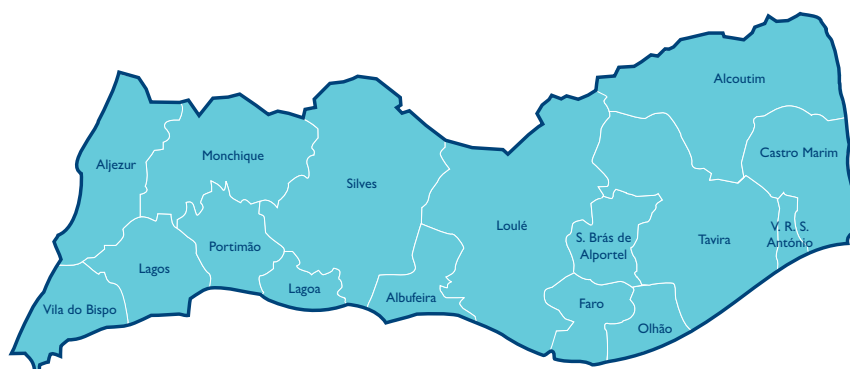
A operação em todo o sistema de abastecimento de água, é assegurada por pessoal interno da Águas do Algarve e a manutenção é assegurada por um prestador de serviços contratado por períodos de 3 anos, que assegura não só a manutenção preventiva e sistemática, mas também a manutenção curativa.

No caso do sistema de saneamento de águas residuais, genericamente a operação e manutenção são asseguradas por prestadores de serviços contratados também por períodos de 3 anos, ficando o pessoal interno apenas para o acompanhamento e controlo das prestações de serviços que operam sobre o sistema.

Dentro desta modalidade existem algumas variantes que se aplicam a cada uma das quatro Zonas de Saneamento em que a região do Algarve está dividida.

Assim, nas zonas 1 e 4 que abrangem os municípios dos extremos ocidental e oriental da região, a responsabilidade da operação e da manutenção são da Águas do Algarve, sendo no entanto a mão-de-obra contratada a prestadores de serviços.

Nas zonas 2 e 3 que abrangem os restantes municípios do centro do Algarve a operação e a manutenção das instalações é totalmente assegurada por prestadores de serviços sendo a Águas do Algarve a responsável por acompanhar e controlar as prestações de serviços, não só em termos quantitativos físicos como em termos qualitativos.



## Tarifas

As tarifas praticadas pelos sistemas multimunicipais são aprovadas pela ERSAR, nos termos da alínea a) do nº3 do artigo 5º dos estatutos da entidade reguladora, e são calculados com base nos encargos eficientes previstos nos contratos de concessão, aceites pela ERSAR para esse efeito, divididos pelas quantidades previsionais.

A Águas do Algarve, S.A., apesar de não ter sido abrangida pelo processo de agregações, está contudo sujeita à estratégia definida para o setor, nomeadamente quanto à banda tarifária prevista nessa estratégia.

As taxas de atualização, aplicadas às tarifas praticadas no ano 2015, correspondem à taxa de inflação prevista para 2016. É de realçar também que as tarifas de 2015 foram as aprovadas pelo Concedente e resultaram iguais às praticadas em 2014.

A tarifa de 2015 foi de 0,4710 EUR/m<sup>3</sup> para a atividade de abastecimento e de 0,6304 EUR/m<sup>3</sup> para a atividade de saneamento. Para ambos os casos as tarifas são idênticas às praticadas em 2014.

## Desempenho

Em termos de eficiência destaca-se a instalação de centrais de produção de energia fotovoltaica, para autoconsumo nas ETA de Tavira e de Alcantarilha, as quais permitem reduzir o consumo energético destas grandes instalações em aproximadamente 30%.

A Águas do Algarve prossegue empenhada na melhoria contínua dos serviços prestados, na minimização e controlo dos aspetos e impactes ambientais da nossa atividade e na promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável, mantendo as certificações já existentes, nomeadamente, do Sistema de Responsabilidade Empresarial, em todas as suas vertentes: Qualidade, Ambiente, Segurança no Trabalho, Responsabilidade Social, Segurança Alimentar, certificação do Produto e ainda a acreditação do Laboratório, Perspetiva também o alargamento do Sistema de Responsabilidade Empresarial à ISO 50001 (Sistemas de Gestão de Energia).

Respondeu-se com sucesso às exigências de redução de gastos, impostas ao setor empresarial do Estado, essencialmente através do aumento de eficiência.

## Atividade

### Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve

O ano 2015 caracterizou-se pela mudança de paradigma relativa à produção e utilização de energia renovável através de fotovoltaicas nas Estações de Tratamento de Água (ETA) de Tavira e de Alcantarilha.

No concelho de Loulé, iniciou-se em 1 de junho o fornecimento de água ao novo Ponto de Entrega de Pedra d'Água. O fornecimento total de água faturada aos Utilizadores em 2015 foi de 68.463.071 m<sup>3</sup>, representando um caudal médio diário de água fornecida de 187.570 m<sup>3</sup>/dia, sendo superior em 5,6% em relação ao ano de 2014. Pela primeira vez em dois anos, o fornecimento total de água faturada superou a soma dos volumes anuais previstos no Contrato de Concessão para o ano 2015, em 0,08%.

Em 2015 realizou-se a transferência de caudais de água tratada através da interligação Barlavento - Sotavento, com recurso às duas Estações Elevatórias Reversíveis, com um volume total transferido no sentido Sotavento – Barlavento de 4.321.118 m<sup>3</sup> de água, o que representa um aumento de cerca de 7,2% de água transferida em relação ao ano anterior. Iniciou-se a transferência de água no sentido Barlavento – Sotavento, no total de 66.281 m<sup>3</sup> a partir de 17 de dezembro de 2015.

A taxa de utilização das Estações de Tratamento de Água (ETA) do SMAAA em 2015 atingiu no mês de agosto, um valor médio de 60% correspondente a 293.134 m<sup>3</sup>/dia, superior em 0,25% ao ano de 2014, tendo-se tratado um volume total de 68.954.875 m<sup>3</sup> de água no ano de 2015, representando um aumento do volume de água tratada de 5,4% em relação ao ano anterior.

A qualidade da água tratada e fornecida aos Utilizadores servidos pelo SMAAA no ano 2015 pode considerar-se excelente, com uma conformidade de 99,9%, tendo-se registado cinco (5) incumprimentos na qualidade da água fornecida no âmbito do PCQA - Plano de Controlo da Qualidade da Água aprovado pela ERSAR, nomeadamente relativos aos parâmetros Enterococos, Bactérias coliformes (por três vezes) e Bromatos, de acordo com os valores paramétricos (VP) estabelecidos no Decreto-Lei n.º 306/07 de 27 de agosto.

### Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve

Durante o ano de 2015, o volume de água residual tratada foi de 43.144.345 m<sup>3</sup>.

Regista-se um gradual aumento do volume de água residual tratada, quando comparados os volumes de 2014 e 2015 com os valores obtidos em 2012 e 2013, o que poderá ser explicado pela situação de crise/abrandamento da atividade económica verificada de 2011 a 2013.

Relativamente ao volume de água residual tratada, verifica-se que 88% ocorreu em ETAR com o nível de tratamento secundário e 11% com um nível de tratamento terciário.

No que respeita à desinfecção microbiológica, 97% do efluente foi tratado em ETAR com sistema de desinfecção por radiação UV, sistema de cloração associado e, ou em lagoas de maturação (as lagoas de maturação, com níveis de remoção microbiológica inferiores, correspondem a 40% do volume total).

Em 2015, efetuaram-se 10.011 determinações para controlo dos efluentes nas ETAR e nos respetivos meios recetores no âmbito do estipulado nas licenças de descarga.

O valor do indicador do cumprimento dos parâmetros de descarga, é largamente influenciado pelos incumprimentos verificados nas ETAR da Companheira, Faro Nascente e Olhão Poente, encontrando-se em curso processos visando a construção de novas ETAR, com processos de tratamento distintos dos atuais.

### Investimentos

Os investimentos realizados no ano totalizaram 13,5 milhões de EUR, com destaque para o que se identifica de seguida.

Na atividade de abastecimento:

- Entrada em funcionamento das centrais fotovoltaicas na ETA de Alcantarilha e Tavira.
- Reforço de adução a Loulé – ligação ao reservatório da Pedra da Água.
- Novo ponto de entrega em Aljezur.

Na atividade de saneamento:

- Construção da ETAR de Vila do Bispo e Sagres, e respetivo sistema elevatório.
- Contratação da empreitada para a construção da nova ETAR da Companheira (concelho de Portimão).
- Sistema de tratamento de águas residuais de S. Marcos da Serra (concelho de Silves).
- Construção da Conduto Elevatória CE3 e Requalificação da Lagoa dos Salgados (concelho de Albufeira).
- Intervenções no Túnel de Portimão.
- Sistema Elevatório de Albufeira Poente., e de Algoz Tunes.
- Ligação de Monchique Norte ao Sistema de Saneamento do Algarve.

### As contas

A Águas do Algarve, S.A. concluiu mais um ano de atividade com uma prestação de serviços de elevada qualidade e com uma subida do volume de negócios resultante do aumento dos caudais faturados, tanto em água como em saneamento, num ano caracterizado como seco e quente.

As contas a receber de clientes, entre 2014 e 2015, baixaram quase 5 milhões de EUR. Desta redução, apenas 1,2 milhões de EUR correspondeu a venda de créditos ao sistema financeiro. A idade dos saldos de clientes baixou para os 209 dias e a situação da grande maioria dos clientes é a de pagamento dentro do prazo de 60 dias.

Paralelamente o desempenho económico-financeiro de 2015 revelou:

- O capital social subscrito ficou inteiramente realizado no ano de 2015.
- O volume de negócios cresceu 4% face a 2014, chegando quase a alcançar 56 milhões de EUR.
- A empresa obteve, em 2015, um resultado líquido de 6,9 milhões de EUR, mais 35% do que no ano de 2014.
- O EBITDA ascendeu a 28,8 milhões de EUR e o *cash-flow* líquido a 19,5 milhões de EUR, representando, respetivamente, 51,5% e 34,9% do volume de negócios.
- Redução de dívidas de Clientes, em cerca de 4,9 milhões de EUR, atingindo o montante de 39,6 milhões de EUR no final de 2015
- O passivo financeiro baixou cerca de 4,4 milhões de EUR face a 31 dez 2014.

### Perspetivas

A Águas do Algarve, S.A. prevê entregar ao Concedente, durante 2016, uma proposta de atualização dos contratos de concessão e respetivos EVEF's em vigor para cada área de negócio, sendo que os prazos propostos serão de 30 anos com início na data de entrega da proposta de revisão.

Início da construção de duas das mais importantes ETAR da região do Algarve, a ETAR da Companheira, no concelho de Portimão e a ETAR de Faro-Olhão, no concelho de Faro.

Como empresa, a Águas do Algarve pretende continuar a enfrentar os desafios futuros com a mesma força, com o mesmo animo que sempre nos orientou, assegurando com toda esta nossa postura, a continuidade da prestação e serviço público de qualidade no fornecimento e água e de recolha e tratamento de águas residuais, nas melhores condições, no que toca à qualidade e preço na área por nós servida, materializada no elevado número de bandeiras azuis que caracterizam a costa algarvia.

## Resíduos

Através do Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março, o Governo aprovou o processo de reprivatização da EGF mediante a alienação de 100% das ações representativas do seu capital social, detido pela AdP SGPS. O mesmo diploma determinou ainda que o processo de alienação se faria por concurso público internacional estabelecendo as fases do mesmo, bem como o direito de aquisição dos trabalhadores de 5% de capital social da EGF, e determinou a opção de venda e direitos de preferência a conceder aos municípios acionistas das entidades gestoras de sistemas multimunicipais nas quais a EGF é acionista. Na Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2014, de 3 de abril, publicada no Diário da República de 8 de abril, o Governo aprovou o caderno de encargos que regula os termos do concurso público de alienação e determinou a sua abertura.

Em 31 de julho de 2014, quatro dos sete concorrentes convidados a apresentar propostas vinculativas para a aquisição das ações da EGF efetivaram as suas propostas. Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 55-B/2014, de 19 de setembro, foi selecionado o Agrupamento SUMA, constituído pelas empresas Suma - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A., Mota - Engil Ambiente e Serviços, SGPS, S.A., e Urbaser, S.A., como vencedor do concurso público de reprivatização da EGF.

No dia 6 de novembro de 2014 foi assinado o contrato de compra e venda de 95% do capital social da EGF entre a AdP SGPS e a Suma Tratamento, S.A., empresa constituída pelos membros do Agrupamento SUMA.

Os restantes 5% do capital estão reservados para aquisição pelos trabalhadores do universo EGF, a ocorrer após a conclusão da transação. No final de julho de 2015, e após decisão favorável da Autoridade da Concorrência, efetuou-se, a transmissão das ações representativas de 95% do capital social desta empresa à SUMA Tratamento, S.A., pelo montante de 154 milhões de EUR. As mais-valias contabilísticas geradas na esfera individual e consolidada são as que se apresentam no quadro seguinte:

	(em milhões de EUR)	
	Consolidado	Individual
Ativo	898,57	-
Passivo	(759,25)	-
Interesses minoritários	(54,29)	-
<b>Grupo EGF</b>	<b>85,03</b>	<b>-</b>
Investimento financeiro	3,03	57,62
	<b>81,99</b>	<b>57,62</b>
RL primeiro semestre 2015	2,98	-
	<b>79,01</b>	<b>57,62</b>
Valor de venda	154,41	154,41
<b>Mais-valia contabilística</b>	<b>75,39</b>	<b>96,79</b>

Nota: A mais-valia gerada nas demonstrações financeiras individuais difere da apresentada no quadro em baixo em resultado de diferentes práticas contabilísticas (nas contas individuais a participação financeira estava valorizada ao custo presumido - *deemed cost* - da data da transição para os IFRS - 2010).

## Internacional

### Enquadramento

Para suportar a estratégia internacional do Grupo, foi criada em 2001 a AdP - Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. (AdP Internacional) que tem por missão conduzir a gestão dos negócios do Grupo AdP fora do território nacional de forma economicamente sustentável, atuando como montra das capacidades e competências do Grupo ao nível internacional e constituindo-se como alavanca para a sua internacionalização.

No âmbito das suas intervenções, assume igualmente um papel de relevo no domínio da cooperação, uma vez que na sustentação de algumas iniciativas promovidas, ou na continuidade das mesmas, está subjacente uma perspetiva de cooperação e responsabilidade social em detrimento de uma lógica de natureza exclusivamente comercial. A sustentabilidade económica é, contudo, um driver fundamental na atividade desenvolvida.

Com uma atividade orientada para uma lógica de sustentabilidade económica e ambiental dos projetos e missões em que se envolve, a AdP Internacional tem como principais linhas de orientação as seguintes:

- consolidar os projetos existentes, privilegiando a expansão de novos negócios, em mercados onde já detenha presença significativa ou experiência relevante;
- sustentar o crescimento da área, na obtenção de novos negócios, numa lógica de minimização dos riscos de investimento e numa perspetiva de *fee-based*;
- fortalecer a estrutura organizacional, focando a gestão na criação de valor para os acionistas e consequentemente no desenvolvimento de novos negócios economicamente sustentáveis.
- apoiar a internacionalização de outras empresas portuguesas do setor do ambiente.

### Principais atividades e acontecimentos

#### Em Moçambique

Na sequência da reorientação estratégica que vem sendo seguida para os negócios em Moçambique, em 2011 a AdP Internacional reiniciou a atividade da Aquatec, que passou a ser a empresa instrumental para a área da consultoria de serviços de assistência técnica para os setores de água, saneamento e resíduos, em Moçambique.

Se, durante 2012, a empresa conseguiu um primeiro contrato de assistência técnica com a Águas da Região de Maputo, os anos de 2013 e 2014 significaram para a Aquatec um período de reduzida atividade, fruto de um conjunto de indefinições políticas sobre os setores de água e saneamento. Só em 2015, se voltou a conseguir um Contrato para elaboração do Plano de Segurança de Água do CRA (Conselho de Regulação da Água).

#### Em Timor-Leste

O mercado timorense registou uma dinâmica significativa durante o ano de 2014, tendo a empresa participada AdP Timor Leste, registado grande atividade, no âmbito da assistência técnica à implementação do *Master Plan* de drenagem e saneamento de Díli. Em 2015, houve lugar a 2 adicionais ao contrato original, embora se tenha registado uma diminuição da atividade da empresa, situação que se espera inverter em 2016.

#### Em Angola

O ano de 2015 foi marcado por uma mudança de paradigma em Angola. Com o término dos contratos APEC e APSO e AT à monitorização e à angariação de 2 novos contratos ao abrigo do PDISA, nas províncias do Huambo e do Uíge, financiados pelo Banco Mundial. Para 2016 é expectável que surjam novas oportunidades de contratos de assistência técnica em províncias de Angola, que serão alvo de financiamento por parte do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

### Indicadores económico/ financeiros

Os indicadores apresentados refletem a natureza instrumental da AdP Internacional, que assegura a transferência de recursos necessária ao desenvolvimento da atividade das suas participadas e o desenvolvimento direto de projetos, nos mercados externos em que está presente, e também através das suas sucursais em Angola (AdP Angola), Cabo Verde (AdP Cabo Verde) e Guiné Bissau (AdP Guiné Bissau).



Indicadores Financeiros	2013	2014	2015	Varição 2015/2014
Volume de negócios	4 339	2 195	<b>3 235</b>	47%
EBITDA (1)	(933)	(2 239)	<b>(488)</b>	78%
Ativo líquido	8 338	9 088	<b>11 601</b>	28%
Passivo	9 135	11 613	<b>12 942</b>	11%
Resultado financeiro	(322)	(393)	<b>(302)</b>	23%
Resultado líquido	(884)	(2 613)	<b>(1 428)</b>	45%

1 Resultado operacional + Amortizações + Provisões

A empresa apresenta um resultado líquido negativo de 1,4 milhões de EUR, que correspondem a uma melhoria de 1,2 milhões de EUR face ao período homólogo.

Verifica-se um aumento de 47% do volume de negócios em 2015, em virtude do início de projetos com maior peso na faturação, nomeadamente os projetos ao abrigo do PDISA, nas províncias do Huambo e do Uíge.

A melhoria do EBITDA verificado em 2015, negativo em 488 mil EUR, verificou-se devido à melhoria do desempenho operacional da empresa. Esta melhoria decorre, por um lado, pelo acréscimo dos proveitos operacionais, provenientes dos novos projetos já referidos e por outro, pela diminuição dos gastos operacionais, via FSE e Gastos com Pessoal, assentes num menor consumo generalizado de gastos com os projetos de 2015 e na saída de colaboradores afetos aos projetos terminados. Estes factos refletiram-se na melhoria do indicador: Plano de Redução de Gastos que, passou de 201% em 2014 para 114% em 2015.

O Passivo da AdP Internacional em 2015 aumentou em cerca de 1,3 milhões de EUR, diretamente relacionado com o aumento do endividamento de curto prazo e incremento do saldo de Fornecedores. Adicionalmente, foi efetuado um reforço das provisões de 750 mil EUR (Aquatec e contingências contratuais).

O Ativo evidencia um crescimento em 2,5 milhões de EUR face a 2014, explicado fundamentalmente pela variação de Clientes e pela redução da rubrica de Disponibilidades. Estes factos consubstanciam-se através da ausência de pagamentos na atividade em Angola e pela necessidade de constituição de depósitos a prazo como caução de garantias concedidas nos novos projetos.

## Perspetivas para 2016

A AdPI pretende dar continuidade ao processo de crescimento sustentado da sua atividade, consolidando a imagem do Grupo AdP nos mercados onde atua, e em novos mercados como Azerbaijão, o Norte de África (em particular Marrocos, Tunísia e Argélia). Neste sentido, é expectável em 2016 o arranque de projetos na Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

Assim, para 2016 é expectável a consolidação da atividade existente, nomeadamente através da consolidação da presença no mercado angolano. Paralelamente e no âmbito do desenvolvimento de novos negócios, pretende-se:

- No mercado angolano, o incremento da atividade, através do reforço do apoio à Direção Nacional de Águas, através do Banco Mundial, tendo em vista a contínua implementação do Programa de Desenvolvimento Institucional ao Sector da Água (PDISA) e na participação em projetos às províncias de Cabinda, Bengo, Kwanza Sul, Namibe, Lubango, Luanda Norte e Luanda Sul através de financiamentos do Banco Africano de Desenvolvimento, com apoios previstos. Também a União Europeia tem previsto um financiamento de 65 milhões de EUR para o setor de águas, ao abrigo do 11º Fundo Europeu para o Desenvolvimento.
- No norte de África, particularmente em Marrocos, com a intensificação de contactos nos sectores de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, tendo em vista a celebração de contratos de assistência técnica ou estabelecimento de parcerias.
- O início de um projeto de *Twinning* no Azerbaijão, visando a capacitação dos seus técnicos do setor de água e saneamento, com financiamento do Banco Asiático de Desenvolvimento.
- Em Timor-Leste, com a perspectiva de celebração de 2 novos contratos de assistência com o Governo Timorense, nos domínios da supervisão de obras e da continuação da AT à DNSB.
- Em Cabo Verde, através dos 2 contratos "Elaboração do *Road Map* dos Resíduos em Cabo Verde", iniciados em dezembro de 2015, em parceria com as empresas Ecovisão e Tese, com financiamento do Programa Fast Start (Cooperação Portuguesa) e "Water Supply System Development Project in Santiago Island", em regime de subcontratação pela empresa Nippon Koei e financiado pela Agência de Cooperação Japonesa (JICA).

## Serviços Partilhados

### Enquadramento

A AdP - Águas de Portugal Serviços Ambientais S.A. (AdP Serviços) constitui o centro de serviços partilhados do Grupo AdP e tem como missão facultar ao Grupo e às respetivas empresas participadas os serviços de suporte comuns que são necessários ao seu funcionamento, de forma eficiente e a preços competitivos, potenciando a obtenção de economias de escala, disponibilizando soluções tecnologicamente avançadas, incorporando boas práticas de gestão e contribuindo decisivamente para a prossecução dos objetivos corporativos do Grupo nas diferentes áreas onde atua.

Na procura permanente de alinhamento da sua atividade operacional com os objetivos corporativos do Grupo, o posicionamento estratégico da AdP Serviços assenta nas seguintes linhas de orientação:

- contribuir para o aumento das sinergias do Grupo, através da uniformização e articulação dos processos de negócio, alinhada com as necessidades e prioridades do Grupo AdP;
- criar e consolidar uma relação de parceria profícua com as empresas participadas, dando resposta eficaz às necessidades do negócio;
- assegurar o alinhamento das competências da AdP Serviços com as necessidades dos seus clientes internos;
- criar condições para o desenvolvimento dessas competências, dotando os colaboradores de recursos e processos que contribuam para o reconhecimento da excelência do serviço prestado;
- desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento de uma cultura de Grupo sólida e reconhecida pelos *stakeholders*.

A atividade operacional da AdP Serviços é assegurada por sete direções funcionais que desempenham, simultaneamente, atividades de natureza corporativa e de serviços partilhados.

Direção/ Área	Missão
Direção de Compras Centralizadas	Concretizar as vantagens negociais decorrentes da dimensão do Grupo, sendo responsável pelo desenvolvimento de processos de negociação centralizada nas áreas consideradas estratégicas, proporcionando assim, em conjugação com o sistema de Compras Eletrónicas, ganhos de processo e mais-valias operacionais que, isoladamente, cada empresa não atingiria.
Direção de Sistemas de Informação	Implementar as estratégias e linhas de orientação definidas pela <i>holding</i> , relativas aos sistemas de informação, tendo como objetivo a sua uniformização e normalização, gerir o ERP do Grupo, a infraestrutura de rede e respetivos sistemas aplicativos das empresas instrumentais.
Direção de Recursos Humanos	Executar, centralmente, atividades processuais de recursos humanos, designadamente gestão de contratos, processamento salarial, formação, recrutamento e seleção, entre outros.
Direção de Engenharia	Prestar serviços de suporte às empresas do Grupo e à <i>holding</i> , visando a consolidação de uma cultura técnica do Grupo, o aumento da eficiência, flexibilidade e agilidade dos processos e a criação de sinergias e economias de escala inerentes a um Grupo, servindo ainda como canal de transmissão do conhecimento técnico acumulado no universo das empresas do Grupo.
Direção de Serviços Financeiros e Contabilidade	Prestar serviços de contabilidade à <i>holding</i> e às empresas instrumentais, bem como de consolidação das contas do Grupo AdP, promovendo a uniformização de princípios, procedimentos e ferramentas, contribuindo para uma crescente melhoria dos processos de negócio das empresas do Grupo.
Direção de Marketing e Comunicação	Prestar às empresas do Grupo um serviço integrado nas vertentes do marketing estratégico, da comunicação e do design gráfico, assumindo como valores fundamentais a criatividade, a eficiência e a qualidade.
Direção Jurídica	Prestar consultoria jurídica às diversas sociedades do Grupo, nos processos de contencioso e nas áreas do direito das sociedades, da regulação, da contratação pública e do direito ambiental.

### Principais atividades e acontecimentos

Durante o ano de 2015, a atividade da AdP Serviços assumiu especial relevância em dois temas estruturantes. Na implementação e na melhoria de processos transversais potencialmente geradores de otimização e eficiência operacional para as empresas do Grupo AdP e no apoio à AdP SGPS nos processos de agregação e verticalização dos sistemas multimunicipais.

Em paralelo, a AdP Serviços apoiou no processo de desenvolvimento e coordenação de alguns Grupos de Coordenação Funcional (GFC), cujo principal objetivo é promover uma maior integração e articulação entre as áreas funcionais e de suporte, contribuindo assim para a captação de sinergias nos processos de negócio, para a racionalização de custos e para uma disseminação transversal das melhores práticas no Grupo AdP.

Destaca-se ainda a atualização que decorreu em julho, dos Níveis de Serviço Estabelecidos (NSE), documento que estabelece as condições da prestação de serviços entre a AdP Serviços e as empresas do Grupo.

Destacam-se os seguintes projetos e iniciativas desenvolvidas pelas direções da AdP Serviços, em 2015:

- Preparação de procedimentos de contratação pública e gestão centralizada dos respetivos contratos, em parceria com as Entidades Gestoras Regionais, para a aquisição de bens e serviços, com elevada especificidade: energia elétrica, combustíveis, reagentes, seguros, comunicações, viaturas operacionais, entre outros, atingindo o valor anual desta carteira 108 milhões de EUR.
- Promoção, no âmbito do GCF de Compras e Logística, dos Planos Anuais de Compras de cada EGR, que permitirão desenvolver o Plano Anual Integrado de Compras para 2016, com identificação de novas rúbricas a centralizar durante o ano de 2016 pela DCL, tal como vigilância e segurança de instalações e serviços de higiene e limpeza.
- Coorientação de diversas teses de mestrado e trabalhos de investigação, em colaboração com as empresas do Grupo, tendo um deles sido galardoado com o prémio Water and Energy Exchange de inovação no tema “Água – Energia”.
- No âmbito da Gestão de Ativos Infraestruturais, condução e suporte aos processos de inventariação, integração de ativos e reconciliação financeira dos mesmos em diversas EGR, visando a uniformização de abordagem e a inventariação num referencial comum para todo o Grupo AdP.
- Avaliação funcional de diversas infraestruturas em diferentes EGR, destacando-se a avaliação de estado de condição a mais de 170 ETAR do sistema da ex-AdZC, através de ferramentas expeditas de avaliação totalmente desenvolvidas pela Direção de Engenharia.
- Alargamento do processamento salarial à EPAL.
- Desenvolvimento de aplicações de Inventariação de ativos para várias empresas do Grupo, no auxílio do processo de inventariação das infraestruturas resultando numa redução significativa do tempo despendido pelas equipas de trabalho. A Aplicação utiliza bases de dados *open source* e foi desenvolvida para ambiente *Web* e para *Tablet*, permitindo a utilização em *offline* nas localizações sem rede sendo posteriormente sincronizadas das bases de dados das várias equipas.
- Suporte da atividade operacional da Águas de Santo André, nas áreas de Engenharia e Gestão de Ativos, Operação e manutenção e gestão de empreitadas.
- Coordenação do Grupo de Trabalho que definiu as “Linhas de Orientação para a implementação da ISO 50001:2012”.
- Conclusão da implementação de Planos de Segurança da Água em entidades gestoras externas ao Grupo AdP, nomeadamente Águas do Porto e Conselho de Regulação da Água de Moçambique.
- *Upgrade* tecnológico na área de armazenamento de dados dos servidores da AdP Serviços (principal e secundário) permitindo uma maior fiabilidade na entrega de serviços corporativos a todos os colaboradores do Grupo AdP.
- Reforço da segurança perimétrica dos sistemas de informação através da implementação de sistemas redundantes de *Firewall*.
- Unificação de todos os endereços de e-mail num único domínio (@adp.pt).
- Implementação, na EPAL, de novo modelo de Contabilidade Analítica em SAP (módulo CO) e módulos de despesas de viagem e liquidação no recebimento de vencimento em alternativa a liquidação por tesouraria.
- Planeamento e execução da Estratégia de Comunicação Comercial para as “baixas” da AdNorte.
- Operacionalização do Plano de Comunicação para as Agregações.
- Apoio ao arranque da parceria do Sistema de Águas da Região do Noroeste e à revisão dos modelos contratuais do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo, na área jurídica.
- Apoio jurídico às empresas do Grupo AdP na execução dos contratos de concessão de parceria/gestão, e na execução e consolidação de processos transversais geradores de otimização e eficiência operacional.
- Melhoria dos processos contabilísticos transversais às empresas do Grupo.

## Benefícios

Na AdP Serviços, no ano de 2015, consolidaram-se as premissas subjacentes à negociação centralizada de energia elétrica em Alta, Média e Baixa Tensão Especial onde, desde o seu início em 2012, os respetivos contratos totalizaram um encargo total na ordem dos 223 milhões de EUR, dos quais 60% foram o resultado das tarifas que resultaram dos respetivos concursos conduzidos pela AdP Serviços, estimando-se os benefícios para o Grupo na ordem dos 16,6 milhões de EUR no quadriénio 2012-2015. Ainda em matéria de negociação de energia elétrica, tirando proveito da experiência adquirida, bem como das ferramentas desenvolvidas, para o ano de 2015 foi conduzido com sucesso um procedimento com acentuada complexidade, para a contratação de energia elétrica em Baixa Tensão Normal, encontrando-se no passado este fornecimento na sua generalidade assegurado pela EDPSU (Comercializador de Último Recurso) não sujeito à concorrência, para um universo superior a 4.200 instalações de utilização de energia elétrica. Para este contrato, o encargo total em 2015 foi na ordem dos 38,6 milhões de EUR, dos quais 38% foram o resultado das tarifas que resultaram do respetivo concurso conduzido pela AdP Serviços, estimando-se um benefício para o Grupo na ordem dos 0,6 milhões de EUR.

Ao longo de 2015 os benefícios diretos para as Empresas Participadas, resultantes dos procedimentos conduzidos pela DCL, e que resultaram da agregação das respetivas necessidades aquisitivas, estimam-se em 7,1 milhões de EUR, aos quais acrescem os benefícios indiretos que se calculam através do produto da extrapolação dos encargos incorridos na sua preparação pelo número de entidades adjudicantes, na ordem dos 3,2 milhões de EUR, representando no seu conjunto 10,3 milhões de EUR.

Ainda como benefícios indiretos, destacam-se as ferramentas desenvolvidas no âmbito do tratamento da informação e da integração automática de faturas, que no seu conjunto permitem um tratamento mais especializado da informação, tirando partido das ferramentas existentes no Grupo, conduzindo a ganhos de eficiência quer ao nível da utilização dos recursos disponíveis ao nível da gestão dos contratos, quer da preparação de procedimentos futuros, potenciando a consolidação de informação com maior aderência às especificidades das empresas.

Na área de Sistemas de Informação destaca-se a redução significativa do número de licenças de sistemas (servidor para alojar os e-mails os exchanges), redução do número de exchanges de 21 para 9 estando previsto reduzir para 4 quando terminada a unificação. Destaca-se a redução de custos de 43% para as empresas do Grupo resultantes da revisão dos NSE's do licenciamento Microsoft.

Realça-se a implementação do novo modelo do módulo de compras no SAP. Estas novas definições permitirão uma maior poupança e controle das despesas efetuadas no Grupo.

## Indicadores económicos/ financeiros

A AdP Serviços obteve em 2015 um resultado líquido positivo de 2,1 milhões de EUR, o que representa um acréscimo de 53% face ao ano anterior, refletindo essencialmente a diminuição em fornecimentos e serviços externos.

O ano de 2015 com um EBITDA de 4,2 milhões de EUR determinou um bom desempenho operacional com um aumento de 31% face ao ano anterior.

As prestações de serviços registaram um ligeiro decréscimo de 2% face ao ano anterior essencialmente pela revisão em baixa dos NSE's no que respeita aos preços unitários dos serviços prestados às empresas. A este respeito destacam-se dois factos: o gasto com o licenciamento Microsoft, registado em 2014 e que em 2015 transitou para imobilizado e os gastos associados ao upgrade de SAP que serão efetivados e reconhecidos apenas em 2016.

Os outros rendimentos e ganhos, 1,56 milhões de EUR (referentes à utilização de escritórios) registaram uma diminuição, dado que em 2015 registou-se a saída do edifício da EGF, devido à reprivatização da empresa, assim como a revisão em baixa do preço por m<sup>2</sup> cobrado à Aquasis.

O ativo registou um crescimento, reflexo do aumento da dívida de clientes, apesar da diminuição do imobilizado (refletindo a depreciação do edifício e das licenças Microsoft).

O passivo ascendeu a 19,2 milhões de EUR refletindo, a diminuição dos empréstimos (amortização empréstimo do edifício), diminuição das dívidas a fornecedores apesar do aumento dos empréstimos correntes (suprimentos SGPS).

(em milhares de EUR)

Indicadores financeiros	2013	2014	2015	Δ 2015/2014
Prestações de serviços	9 726	9 793	9 583	(2%)
Outros rendimentos e ganhos	1 891	1 693	1 560	(8%)
Cashflow operacional (EBITDA) <sup>1</sup>	2 902	3 226	4 236	31%
Resultado operacional	1 806	2 254	3 032	34%
Resultado financeiro	(293)	(235)	(215)	8%
Resultado líquido do exercício	1 013	1 414	2 157	53%
Investimento financeiro	207	207	157	(24%)
Ativo líquido	25 979	27 479	28 738	5%
Ativo corrente	4 530	4 405	6 882	56%
Ativo não corrente	21 449	23 074	21 856	(5%)
Passivo corrente	6 194	7 715	8 472	10%
Passivo não corrente	13 843	12 409	10 754	(13%)

<sup>1</sup> Resultado operacional + Amortizações + Provisões

## Perspetivas para 2016

Para 2016, na perspetiva externa, a atividade da AdP Serviços irá centrar-se nas seguintes linhas de ação:

- Uniformizar processos de negócio (no âmbito dos Grupos de Coordenação Funcional).
- Concretizar melhor a missão de veículo de partilha de boas práticas no Grupo.
- Incrementar a utilização do SAP como base de execução rotineira dos processos de negócio nucleares, maximizando a mobilidade.
- Reforçar os processos de apoio às empresas no desenvolvimento e concretização da integração dos sistemas em "baixa".

Na perspetiva interna, salientam-se as seguintes prioridades: **(i)** incrementar a utilização do SAP como base de execução rotineira dos processos de negócio nucleares, maximizando a mobilidade; **(ii)** rever Níveis de Serviço Estabelecidos (NSE) em algumas linhas de serviço para melhor alinhamento com as expectativas das Empresas; e **(iii)** melhorar a demonstração sistemática dos resultados/benefícios obtidos para o Grupo pela atividade da AdP Serviços. Globalmente, destacam-se as seguintes atividades como prioritárias:

- atualização do ERP utilizado pelo Grupo AdP para uma nova versão, cuja totalidade de investimento está previsto no orçamento de 2016;
- enfoque no Projeto das Baixas, cuja responsabilidade técnica foi atribuída à AdP Serviços;
- atualização da solução de Gestão Documental;
- implementação do Processo de Compras, tirando partido do ERP em utilização no Grupo, de modo a potenciar as melhores práticas, maximizando o binómio eficiência/ *compliance*, com a consolidação da ferramenta de gestão integrada da frota e com a monitorização e acompanhamento do Plano Anual Integrado de Compras do Grupo AdP;
- atualização do modelo técnico de projeção das variáveis críticas dos estudos de viabilidade económica e financeira para todas as empresas multimunicipais e que servem de base aos projetos de integração dos sistemas em “baixa”;
- continuação do projeto de inventariação dos ativos infraestruturais das empresas multimunicipais, cuja responsabilidade foi atribuída à AdP Serviços;
- criação de uma base de dados jurídica, partilhada com acesso geral de documentos, nomeadamente contratos de concessão, contratos, pareceres, acórdãos, entre outros documentos relevantes e elaboração da *Newsletter* Jurídica;
- melhoria na qualidade da informação financeira do Grupo através da revisão do Modelo de Contabilidade Analítico, da implementação do classificador contabilístico e da implementação de um sistema “automático” de faturação intragrupo;
- operacionalização da Gestão de Segurança de Barragens, Títulos de utilização de Recursos Hídricos, Modelação Técnica, Instalações de Tratamento em Incumprimento;
- desenvolvimento e lançamento da solução AQUAMOD (vertente “alta” e vertente “baixa”);
- desenvolvimento de planos de segurança da água em entidades internas e externas ao Grupo AdP;
- fortalecimento da relação institucional com a APA, ERSAR e outros *stakeholders*.

# Energia

## Enquadramento

A AdP Energias - Energias Renováveis e Serviços Ambientais, S.A. (AdP Energias) tem por objeto a realização de atividades no âmbito da gestão ambiental, designadamente produção, aproveitamento e entrega a consumidores externos das diversas formas de energia renovável, no estabelecimento de sistemas de recolha, transporte, tratamento ou valorização de lamas e sua aplicação ou destino final, no desenvolvimento de processos ou instalações para a melhoria da eficiência energética e a consultoria e prestação de serviços nas mesmas áreas, em áreas semelhantes, acessórias ou complementares, e noutros setores das indústrias do ambiente.

## Principais atividades e acontecimentos

Durante o ano de 2015, a AdP Energias continuou a desenvolver os trabalhos de reforço da estratégia preconizada para a empresa, não só na área das renováveis, maximizando o aproveitamento energético dos recursos endógenos do Grupo AdP, como também na área da eficiência energética, procurando a racionalização dos consumos energéticos e redução ou compensação das suas emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE) através da criação de um Plano Integrado de Eficiência Energética (PIEE).

No final de 2015, ficou concluído o trabalho relativo à elaboração de diagnósticos energéticos, os quais deram origem a medidas de otimização dos consumos de energia no âmbito do Plano Integrado de Eficiência Energética (PIEE).

A AdP Energias manteve a participação financeira de 40% na sociedade MIESE, Vila Real/Alijó – Sistemas Energéticos a Biomassa, Lda., continuando o esforço de alienação desta participação financeira.

### Fotovoltaica – Microprodução

A parceria iniciada em 2009, entre a AdP Energias e as diferentes Entidades Gestoras (EG) de Sistemas Multimunicipais (SMM) para o desenvolvimento e instalação de centrais de Microprodução solar fotovoltaica manteve-se, encontrando-se as Centrais, no seu 5º ano de produção e venda à Rede Elétrica de Serviço Público (RESP). O ano de 2015 apresentou melhorias significativas face ao anterior, mas ainda assim existiram algumas perturbações no funcionamento normal de algumas centrais, causadas por questões de natureza meteorológica, que levaram à avaria de alguns equipamentos provocando por isso reduções naturais na produção.

### Fotovoltaica – Miniprodução

Encontram-se atualmente em produção 10 Centrais de Miniprodução solar fotovoltaica. Tal como no caso das centrais de Microprodução, também estas centrais foram construídas em Parceria com as EG dos SMM:

- 4 Centrais de mini produção encontram-se no seu 3º ano de produção e venda de energia à RESP, e estão integradas numa parceria desenvolvida em 2012 entre a AdP Energias e empresas do Grupo.
- As restantes 6 centrais foram construídas no âmbito de uma parceria tipo Modelo Energy Services Company (ESCO) envolvendo também a AdP Energias, empresas do Grupo e o Parceiro, selecionado através de uma consulta ao mercado, Galp Power, S.A. Estas últimas 6 centrais tiveram em 2015 o seu segundo ano completo de produção e venda de energia RESP.

### Micro-Hídricas

A construção da Pequena Central Hidroelétrica de Beiriz ficou concluída em junho de 2015 tendo sido efetuada a sua ligação à Rede Elétrica Serviço Público em julho. Esta obra resulta da Parceria entre a AdP Energias e a Águas do Noroeste, desde 1 de julho com a designação de Águas do Norte.

## Benefícios

No âmbito da estratégia concertada entre a AdP Energias e as empresas participadas do Grupo AdP para o desenvolvimento e implementação do PIEE estão desenvolvidos trabalhos assentes na otimização dos consumos pela via da utilização racional da energia. Este trabalho, iniciado em 2012, pretende dinamizar e promover projetos de Eficiência Energética e de Produção de Energia em Regime Especial nas empresas do Grupo AdP.

Foi iniciada a 1ª fase do trabalho para a implementação do PIEE e que consiste na elaboração de diagnóstico energético que nos permitirão definir de metas e objetivos harmonizados que fomentem a redução dos consumos de energia através da eficiência na sua utilização no Grupo AdP, com particular enfoque nas EG de SMM de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais.

Todo o trabalho desenvolvido foi realizado em parceria com as várias empresas EG dos SMM.

## Indicadores económico/ financeiros

(em milhares de EUR)

Indicadores financeiros	2013	2014	2015	Δ 2015/2014
Volume de negócios	707	679	<b>786</b>	16%
Cashflow operacional (EBITDA) †	409	391	<b>362</b>	(7%)
Resultado operacional	141	132	<b>93</b>	(30%)
Resultado financeiro	(87)	(68)	<b>(41)</b>	100%
Resultado líquido do exercício	51	57	<b>47</b>	(100%)
Investimentos financeiros em participadas	327	327	<b>327</b>	0%
Ativo líquido	4 205	4 244	<b>4 438</b>	5%
Passivo	1 323	1 306	<b>1 453</b>	11%
Endividamento - Suprimentos	1 200	1 200	<b>1 200</b>	0%

† EBITDA = Resultado operacional + Amortizações + Provisões

A AdP Energias concluiu o seu exercício económico de 2015 com um resultado líquido positivo de 47 mil EUR, o que traduz em um decréscimo de 17% face ao resultado líquido de 2014 (57 mil EUR). Em 2015 a AdP Energias manteve os resultados líquidos positivos pelo 4º ano consecutivo.

Para este resultado contribuiu a diminuição do resultado operacional (93 mil EUR em 2015 que comparam com 132 mil EUR em 2014). Esta variação resultou dum maior crescimento dos gastos operacionais relativamente aos rendimentos operacionais, face ao ano de 2014. O decréscimo do volume de negócios de 28 mil EUR (786 mil EUR em 2015 e 679 mil EUR em 2014, o que representou 16%) deve-se principalmente à atividade de Microgeração.

Em 2015, o EBITDA atingiu 362 mil EUR, registando um decréscimo de 28 mil EUR (7%) face a 2014.

### Perspetivas para 2016

Um dos grandes desafios para 2016 e próximos anos é a implementação de um Plano Integrado de Gestão de Energia nas empresas do Grupo. Assim, a AdP Energias pretende desenvolver uma estratégia assente:

- na produção de energia em regime de autoconsumo e na otimização;
- na otimização dos consumos de energia;
- na valorização energética dos recursos endógenos disponíveis.

Para a realização do proposto a AdP Energias recorrerá ao quadro legislativo existente e procurará formas concertadas de financiamento, quer comunitário, quer através de parcerias ESCO.

## Sustentabilidade e desempenho

### Enquadramento

Prosseguimos em 2015 o nosso empenho em continuar a contribuir de forma relevante para a promoção de um futuro sustentável, através da compatibilização de um crescimento económico com a responsabilidade ambiental, a justiça social e a qualidade de vida das populações de hoje e das gerações futuras.

O Grupo AdP, enquanto ator com função ativa na sociedade e no ambiente, está empenhado numa gestão adequada dos seus recursos, de forma a promover uma operação mais eficiente, que garanta uma melhor qualidade do serviço prestado, a melhores tarifas para a comunidade.

O Grupo AdP acredita que a sustentabilidade se consegue criando relações biunívocas - simbioses - com o ambiente, com os acionistas e colaboradores, com a comunidade e com as demais partes interessadas, numa relação de estreita interdependência.

A estratégia de sustentabilidade do Grupo AdP resulta de entre outras, da análise das orientações de gestão e da estratégia de negócio, do plano sectorial PENZAAR, da reflexão sobre as expectativas dos *stakeholders*, da consolidação das melhores práticas existentes, dos compromissos assumidos com a subscrição do Global Compact no âmbito das Nações Unidas e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A partir deste trabalho, identificaram-se os principais desafios do Grupo em matéria de sustentabilidade e definiram-se os Princípios e Compromissos.

Durante o ano de 2015 o Grupo reviu a sua estratégia de sustentabilidade ajustando os princípios e compromissos e definindo novos objetivos e metas.

## Estratégia de Sustentabilidade

### Simbiose com Ambiente

**Princípio:** Gerimos o ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza

**Compromissos:**

- Conservar e valorizar as massas de água
- Minimizar a produção de resíduos e valorizar os subprodutos
- Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas
- Apostar na Investigação e Desenvolvimento

**Princípio:** Contribuímos para o combate às alterações climáticas

**Compromisso:**

- Garantir a ecoeficiência do Grupo

### Simbiose com os Acionistas e Clientes

**Princípio:** Garantimos a prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente

**Compromissos:**

- Garantir a sustentabilidade económico-financeira do Grupo, criando valor para os acionistas e demais partes interessadas
- Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão do Grupo
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável

**Princípio:** Prestamos um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida

**Compromissos:**

- Garantir a acessibilidade aos serviços de água e saneamento, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações
- Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço e segurança do produto
- Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade

### Simbiose com os Colaboradores

**Princípio:** Valorizamos a relação com os colaboradores, garantindo o crescente *know-how* do Grupo

**Compromissos:**

- Investir no desenvolvimento dos colaboradores
- Garantir a igualdade de oportunidades
- Garantir a segurança e saúde no trabalho
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz

### Simbiose com a Comunidade

**Princípio:** Promovemos a aproximação crescente à comunidade

**Compromissos:**

- Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento
- Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais
- Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento.

A comunicação com as partes interessadas desenvolve-se através de múltiplos canais, diretos e indiretos, sendo o Relatório de Sustentabilidade o documento principal de materialização desta política de transparência.

Este relatório, anualmente publicado desde há sete anos, integra o balanço consolidado da atividade da *holding* e das empresas detidas direta ou indiretamente pela AdP SGPS, evidenciando as estratégias adotadas, o grau de cumprimento das metas fixadas e o relato das boas práticas protagonizadas pelas empresas participadas cujas operações abrangem o País de norte a sul e do interior ao litoral.

O Relatório de Sustentabilidade de 2015, em continuidade com as edições anteriores, segue as diretrizes do GRI – Global Report Initiative e os referenciais da ERSAR, podendo ser consultado no sítio da AdP em [www.adp.pt](http://www.adp.pt).



Nos aspetos relevantes da atividade de 2015, destaca-se a prossecução da política de desenvolvimento e melhoria contínua dos seus processos, no sentido da prestação de um serviço público de qualidade e da diversificação numa ótica de aumento da eficiência, para a qual contribuem fortemente as certificações dos sistemas de Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social, numa lógica de transparência e credibilidade. Em 2015, 92% das empresas do Grupo garantiram a sua certificação na ISO 9001, 85% na ISO 14001, 85% na OSHAS 18001 e 69% na SA8000.

A destacar, igualmente, o reforço do compromisso com os princípios do Global Compact, que abrangem as áreas dos direitos humanos, das práticas laborais, da proteção ambiental e os mecanismos anticorrupção.

Ao nível da Responsabilidade Social, o Grupo manteve a aposta em políticas corporativas, nomeadamente dando continuidade ao programa de atribuição de bolsas de estudo com vista a contribuir para o desenvolvimento e aprendizagem dos filhos dos seus colaboradores. Em 2015, foram atribuídas 20 bolsas de estudo de ensino superior no valor de 1.200 EUR e 15 bolsas destinadas à educação especial no valor de 1.000 EUR. De realçar que, no âmbito das bolsas de ensino superior atribuídas, sete representam uma renovação do apoio concedido em anos anteriores, incentivando a continuidade dos estudos.

Também de realçar a ação “*Bootcamp* em Empreendedorismo Social Águas de Portugal” dinamizada em parceria com o IES/SBS em que 40 colaboradores de todas as empresas do Grupo AdP, ligados à área da sustentabilidade e responsabilidade social, partiram para uma formação intensiva rumo ao Empreendedorismo Social. A iniciativa teve por objetivos promover o encontro e partilha entre estes e, simultaneamente, proporcionar um momento formativo com relevância para o desenvolvimento e implementação de novos projetos na área de responsabilidade social. Muitas foram as ideias partilhadas durante as 48 horas de formação, que culminaram com a apresentação de 10 projetos de empreendedorismo social, de diversas áreas como o ambiente, saúde, educação, cultura e desenvolvimento comunitário.

Também no âmbito do Programa de Voluntariado, foram protagonizadas algumas iniciativas, sendo de destacar a campanha de Recolha de Sangue e Inscrição como Dador de Medula Óssea e a Campanha “Gota a gota alegramos no Natal” que consistiu na recolha de alimentos, bens de higiene pessoal e brinquedos destinados a famílias carenciadas. As ofertas, que destacaram o espírito de partilha dos colaboradores da AdP, tornaram possível que o Natal de 20 famílias, num total de 71 pessoas, referenciadas pela Associação de Moradores do Bairro da Boavista tivesse um brilho diferente. Os Voluntários também se uniram e criaram o Banco de Roupas da Unidade Integrativa para Pessoas em Situação de Sem-Abrigo da Associação de Assistência de São Paulo. Um trabalho de equipa com o envolvimento dos prestadores de serviços internos Saniambiente e Sotécnica que permitirá à Associação de Assistência de São Paulo e à Novos Rostos Novos Desafios uma ação rápida e eficiente aquando da ativação do Plano de Contingência para os Sem-Abrigo numa situação de Vaga de frio, no âmbito da qual são responsáveis pela prestação de auxílio à população de Lisboa.

## Stakeholders (partes interessadas)

Por *stakeholder* entende-se uma pessoa ou grupo que influencia ou é influenciado pelo alcance dos objetivos de uma organização.

A envolvimento dos *stakeholders* na atividade do Grupo AdP passa por um exercício de partilha e transparência da empresa na sua relação com a sociedade e, em particular, com as entidades que têm impacto ou são impactadas pelas empresas do Grupo.

O Grupo AdP identificou como principais *stakeholders* os seguintes grupos:



Através das Áreas de Planeamento e Controlo de Gestão e da Área de Regulação, o Grupo AdP pretende manter um adequado relacionamento institucional e informativo com o universo dos *stakeholders* acima descritos.

Estas áreas atuam como interlocutores entre a comissão executiva e os *stakeholders*, garantindo um envolvimento e uma comunicação profissional e constante com estes, sendo responsáveis pela celeridade, credibilidade e robustez de toda a informação disponível.

Para tal, são envidados esforços e estabelecidas competências que garantem o fluxo de comunicação constante com todas as entidades interessadas e disponibilizando toda a informação necessária, observando as todas disposições formais, legais e regulamentares aplicáveis. Só assim, se dá resposta às solicitações de informação que lhe são dirigidas.

A responsabilidade do Grupo AdP neste âmbito é acrescida e particularmente sensível pelo facto de prestar serviços de carácter público, constituindo o seu *core business* uma contribuição decisiva para o desenvolvimento sustentável do país.

## Deveres especiais de prestação de informação

O Grupo AdP cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, sempre assente no princípio da transparência e assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

## Gestão do risco

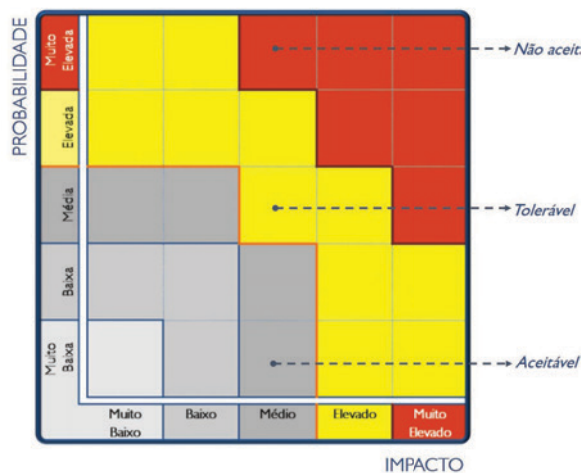
O Grupo AdP e em particular, o Conselho de Administração da AdP SGPS, dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, a qual é alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos da atividade que resultam da operação diária.

O processo de gestão do risco empresarial implementado no Grupo possibilita uma avaliação integrada do risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, por forma a proteger os seus investimentos e ativos.

Os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), a qual apresentamos em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz.



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputação;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco tem por missão a identificação dos riscos inerentes aos negócios do Grupo AdP, a realização de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade para avaliar os resultados.

Reportando diretamente ao conselho de administração da AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A., é reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No seguimento das orientações emanadas pela tutela, ocorreu em 2015 a reestruturação do Grupo AdP, com a extinção de várias empresas gestoras dos sistemas multimunicipais existentes e a criação de 3 novas empresas. Tendo por base a complexidade e criticidade do processo, foi entendimento da Administração da AdP SGPS, não proceder à avaliação do risco do Grupo AdP e respetivas empresas participadas para o ano em questão, processo que será retomado em 2016.

Não obstante, considerando que as responsabilidades, direitos e operação das empresas cessantes foram transferidos para as empresas criadas, entende-se que em 2015 se mantêm, genericamente, os principais riscos a que o Grupo e a AdP SGPS se encontravam expostos em 2014, nomeadamente:

- Catástrofe;
- Envolvente política, económica e financeira;
- Sustentabilidade financeira:
- Gestão de talentos;
- Relacionamento com municípios;
- Reputação e Imagem;
- Conformidade das decisões colegiais com o ordenamento jurídico;
- Capacidade técnica e humana; e
- Regulação.

Subsequentemente serão retomadas as ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

## Gestão do capital humano

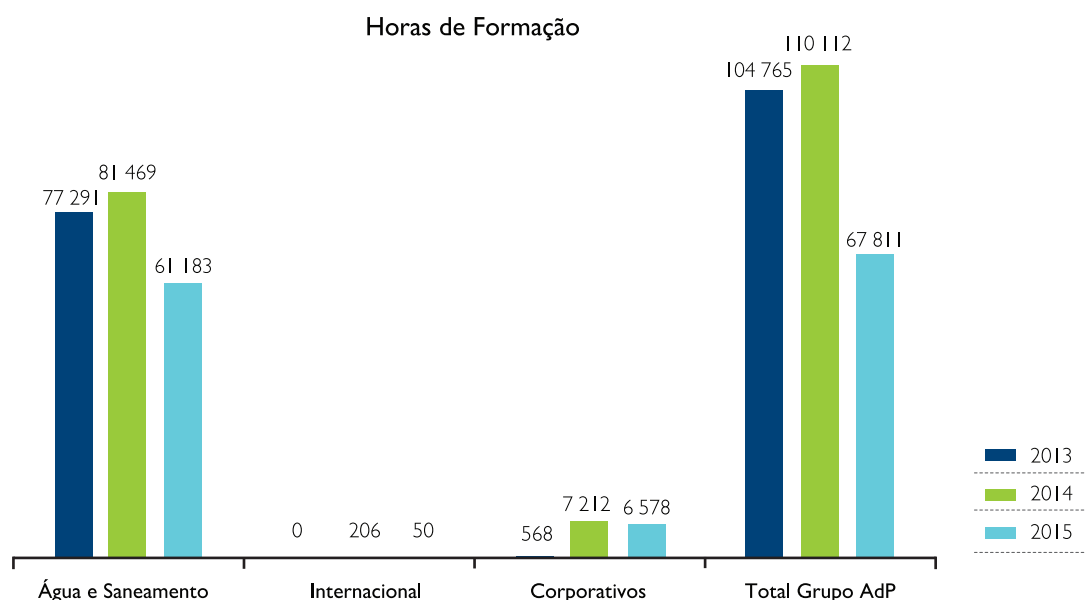
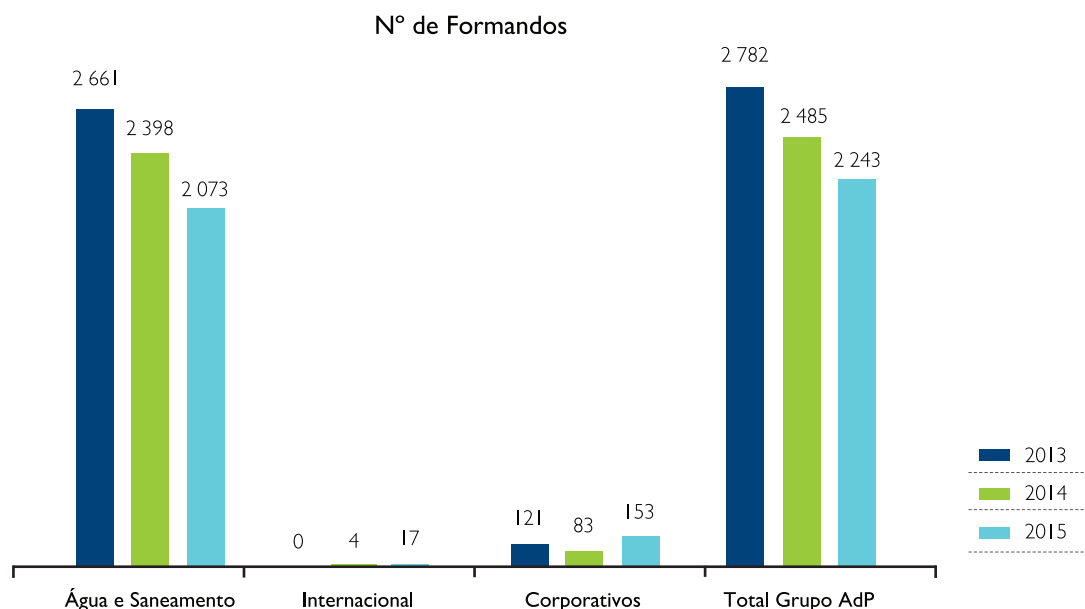
Os nossos colaboradores contribuem de forma decisiva para o sucesso do Grupo AdP. É por este motivo que apostamos em políticas e práticas de gestão de recursos humanos orientadas para o desenvolvimento de competências e para o fortalecimento da motivação, contribuindo ativamente para a sua valorização profissional.

### Formação e desenvolvimento

Corporizando a cultura de melhoria contínua inscrita na nossa estratégia, entendemos que é fundamental dotar os nossos recursos humanos com as competências necessárias, que lhes permitam realizar todo o seu potencial, contribuindo assim para o sucesso da AdP. É, com este pressuposto que o Grupo aborda as matérias relacionadas com a formação e desenvolvimento pessoal e profissional de cada um dos seus quadros.

Os processos de planeamento, gestão e avaliação da formação, visam dar resposta às necessidades formativas identificadas e garantir a qualidade, eficácia e avaliação das mesmas. São igualmente dinamizadas ações de formação de cariz transversal e estratégico, com vista a promover o desenvolvimento organizacional, assim como o reforço e consolidação de valores de partilha e de trabalho e desenvolvimento alinhado e conjunto.

Em 2015 o número de horas de formação foi inferior ao verificado em anos anteriores, em resultado do processo de reestruturação ocorrido no Grupo AdP. A complexidade deste processo obrigou à alteração das estruturas funcionais, e ao desenho e implementação de novos processos de gestão de recursos humanos, verificando-se a necessidade de reavaliar as necessidades de desenvolvimento dos colaboradores.



## Gestão de carreiras

A mobilidade interna de colaboradores é uma prática que valorizamos e estimulamos no Grupo e que constitui um fator importante na evolução profissional dos nossos recursos humanos. O recrutamento interno de profissionais para alocar a projetos e/ou para suprir necessidades de *know-how* específico é um processo que acrescenta valor à AdP e possibilita aos colaboradores a exposição a novos contextos e desafios que potenciam a aquisição de aprendizagens e competências transversais.

A Política Corporativa de Mobilidade Geográfica, implementada em 2015, tem dado um contributo ativo para a dinamização de processos de mobilidade funcional ao garantir um conjunto de apoios aos colaboradores, em mobilidade, destinados a facilitar e apoiar a transição e a instalação no novo local de trabalho.

## Igualdade de género e conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional

A Política de Igualdade de Género da AdP assenta em dois pilares base:

- Igualdade de tratamento e de oportunidades
- Conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional

Com base nesta Política foi implementado um Plano para a Igualdade organizado em seis áreas agregadoras:

- Estratégia, missão e valores;
- Igualdade de tratamento e de oportunidades;
- Conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional;
- Diálogo social e participação;
- Formação e sensibilização;
- Comunicação e imagem.

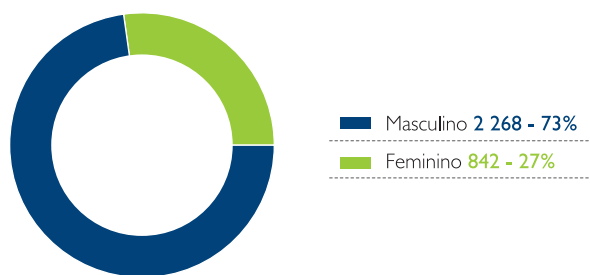
O Plano para a Igualdade é composto por iniciativas e metas que concorrem para a prossecução dos seguintes objetivos:

- Inclusão, no planeamento estratégico, de objetivos explícitos e mensuráveis que visem a promoção da igualdade entre homens e mulheres.
- Elaboração ou revisão dos Códigos de Conduta com inclusão do princípio da Igualdade de Género.
- Promoção da equidade na representação de género na composição de júris e comissões.
- Adoção de manuais de acolhimento que facilitem o processo de integração de novos trabalhadores.
- Criação e manutenção de informação, tratada por género, relativa aos processos de recrutamento e seleção de pessoal.
- Divulgação regular de informação relativa aos direitos e deveres dos trabalhadores e das trabalhadoras em matéria de igualdade, não discriminação, saúde, cidadania e maternidade/paternidade.
- Aproveitamento das tecnologias de informação para criação de novas formas de organização e gestão do trabalho, acessíveis a trabalhadores e trabalhadoras que facilitem a conciliação trabalho-família.
- Divulgação dos recursos existentes na área geográfica da empresa que facilitem a conciliação trabalho-família.
- Celebração de protocolos com entidades externas, que tragam valor acrescentado aos colaboradores na gestão das suas necessidades.
- Realização de iniciativas para debate de ideias sobre a promoção da igualdade entre homens e mulheres e a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.
- Criação e divulgação de canais de comunicação que permitam a apresentação de sugestões por parte dos trabalhadores.
- Consulta aos trabalhadores sobre o grau de satisfação com as políticas e medidas de Igualdade de Género implementadas.
- Promoção, em parceria com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, de ações de sensibilização/formação sobre Igualdade de Género.
- Promoção e realização de ações de sensibilização/ formação sobre temas relacionados com o equilíbrio entre a vida pessoal, familiar e profissional.
- Utilização de uma linguagem (escrita, não escrita e imagens) neutra, inclusiva e não discriminatória nos processos de comunicação internos e externos.

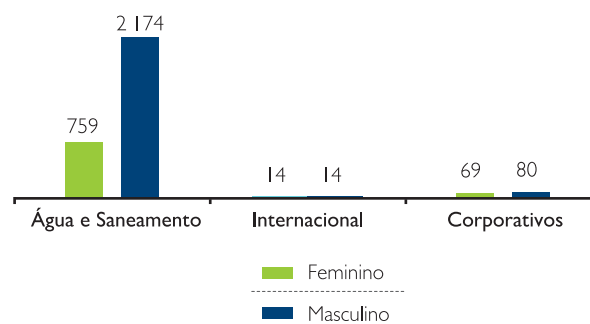
A análise da distribuição dos recursos humanos por género revela uma maior representatividade do género masculino nas atividades de cariz mais operacional. Nas atividades administrativas e de suporte, esta distribuição é equilibrada.

A maioria dos colaboradores do Grupo desempenha funções técnicas nas áreas de operação e manutenção. A menor representatividade do género feminino prende-se com a fraca atratividade que as funções nestas áreas têm para as pessoas deste género. O facto de existirem apenas 8% de mulheres em funções enquadradas nas áreas de operação e manutenção influencia muito a estatística global.

Distribuição por Género



Distribuição por Género



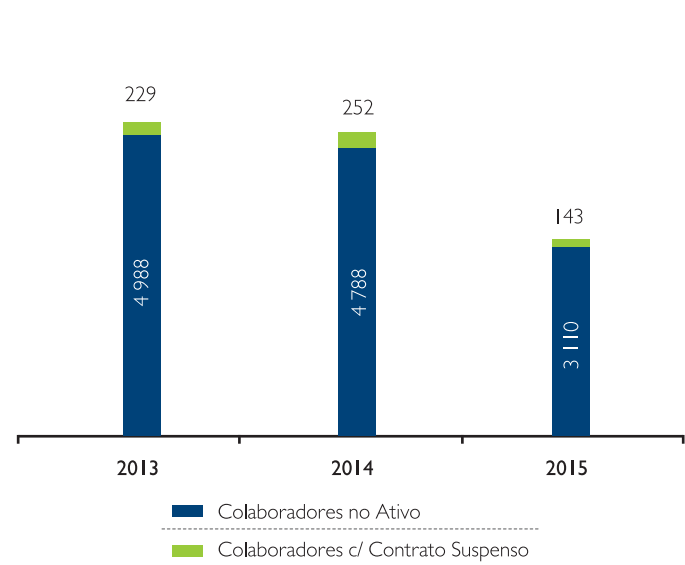
Em cumprimento do previsto no n.º2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdP SGPS promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, através do seu relatório anual de sustentabilidade.

### Caracterização dos recursos humanos do Grupo a 31 de dezembro de 2015

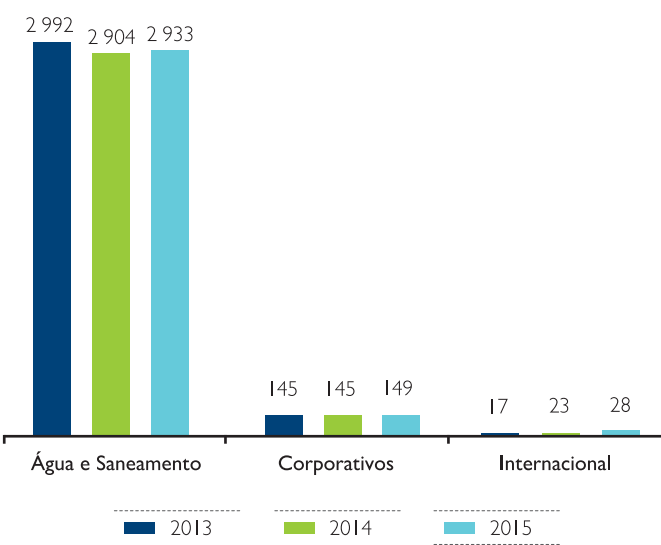
Face a 2014, o número total de colaboradores ativos registou uma redução de 35%, fruto, principalmente, do processo de reprivatização da área dos resíduos. Este processo resultou na saída de cerca de 1.700 colaboradores e colaboradoras do Grupo AdP.

Excluindo o negócio de resíduos da comparação com os anos anteriores, verificou-se uma variação de 1,2% nos recursos humanos do Grupo.

Número de Colaboradores



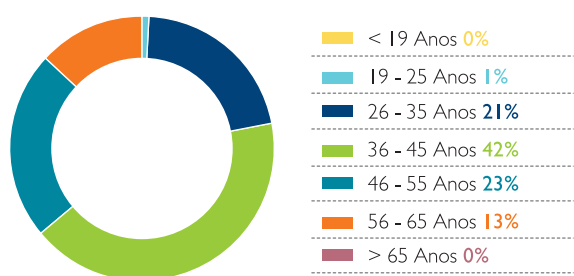
Nº de Colaboradores ativos \*



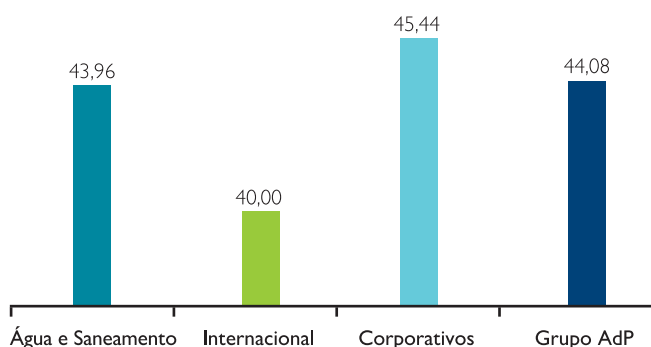
\* Os dados apresentados não contemplam a informação relativa à área de resíduos para permitir uma base comparável.

A média etária dos colaboradores situou-se nos 44 anos. A faixa etária mais representativa no Grupo é a que inclui os colaboradores com idades compreendidas entre os 36 e os 45 anos (42%).

Distribuição Etária dos Colaboradores no Ativo

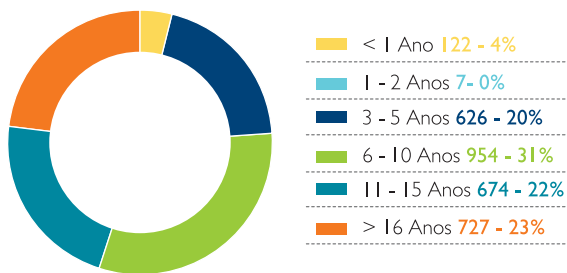


Média de Idades dos Colaboradores no Ativo

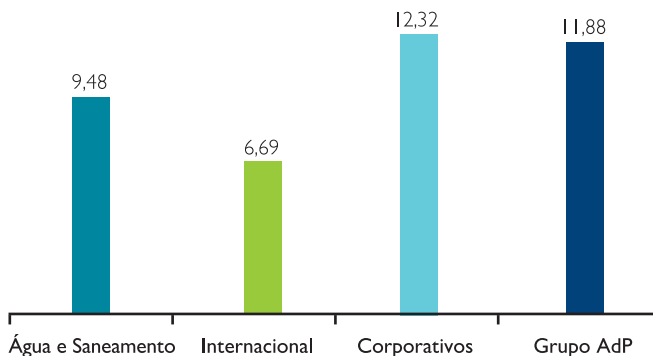


A antiguidade média dos colaboradores do Grupo é de 11,88 anos. Embora o Grupo AdP tenha sido constituído em 1993, a integração de empresas pré-existentes como a EPAL, influenciam este indicador. A antiguidade média da EPAL, a mais elevada das empresas do Grupo, é de 22 anos. O intervalo compreendido entre 6 e 10 anos representa 31% do total de recursos humanos.

### Antiguidade dos Colaboradores no Ativo

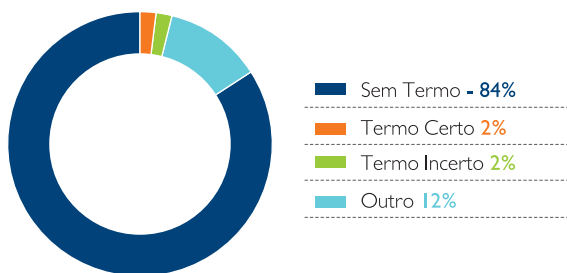


### Antiguidade Média dos Colaboradores no Ativo

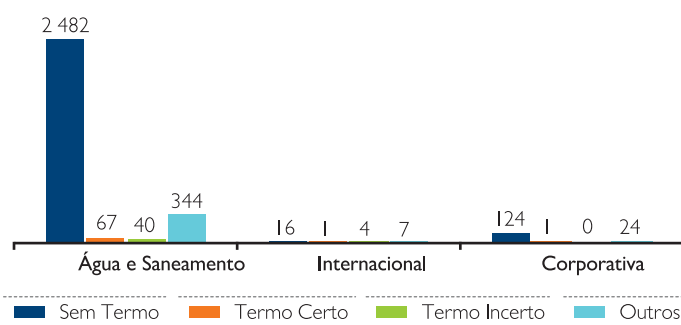


No que respeita aos vínculos contratuais, o regime de contrato de trabalho predominante é o “contrato sem termo”, representando 84,3% do total de contratos individuais de trabalho existentes. Na modalidade “Outro” encontram-se colaboradores em regime de cedência ocasional dentro do Grupo e Cedência de Interesse Público. Uma vez que estes colaboradores também possuem contrato sem termo com a sua empresa de origem, na prática, este regime contratual representa 96,4% do total de contratos individuais de trabalho existentes.

### Situação Contratual dos Colaboradores no Ativo

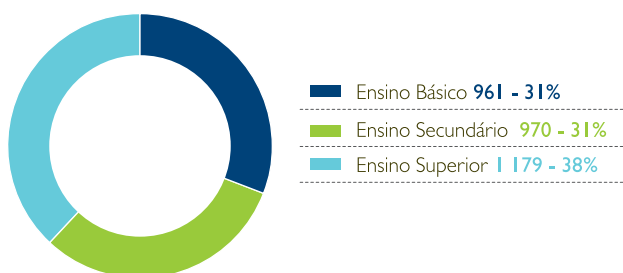


### Situação Contratual dos Colaboradores



A análise do nível de habilitações literárias revela que a formação superior é detida por 38% dos colaboradores do Grupo.

### Habilitações Literárias dos Colaboradores no Ativo



A distribuição de horas produtivas e não produtivas no Grupo situa-se dentro dos parâmetros normais, para ao respetivos setores de atividade, sendo que as horas de ausência representaram, no ano de 2015, 5% do potencial de horas trabalháveis.

### Tempo de Trabalho



## Análise económica e financeira

### Sumário executivo

No ano de 2015, o setor de atuação do Grupo foi afetado por um conjunto extraordinário de fatores de natureza estratégica, legislativa/regulatória e macroeconómica. Neste contexto de desafio e de mudança, o Grupo demonstrou capacidade de adaptação e reação, também traduzida na performance económico-financeira que os resultados refletem.

O resultado líquido do Grupo AdP cifrou-se em cerca de 166 milhões de EUR, o que representa um aumento de 63,6 milhões de EUR relativo ao exercício financeiro de 2014.

A impulsionar este resultado esteve o desempenho operacional do Grupo e o impacto da alienação do negócio de resíduos.

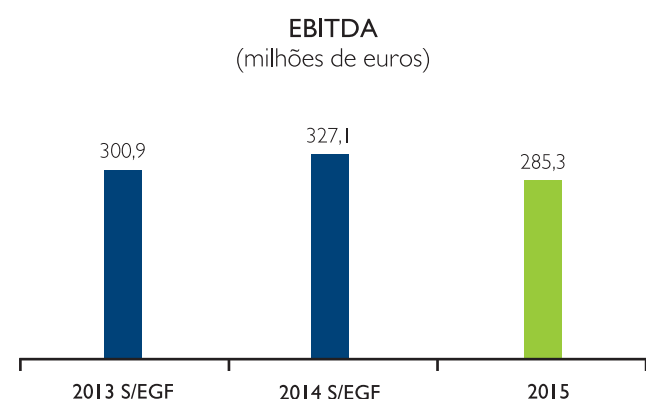
Do desempenho operacional em 2015, destacam-se os seguintes factos:

- pressupostos inerentes à reestruturação realizada e implementada a partir do 2º semestre, no segmento *core* de atividade do Grupo;
- melhoria das condições de financiamento médio e do volume de endividamento global do Grupo;
- acolhimento das recomendações e orientações dirigidas ao SEE, designadamente as decorrentes da LOE para 2015.

Pode afirmar-se que em 2015, apesar do ano extraordinário que constituiu, o resultado consolidado atingido pelo Grupo é consistente com o que tem vindo a ser registado historicamente.

### Análise de resultados

Em 2015, O EBITDA do grupo atingiu os 285,3 milhões de EUR, verificando-se uma redução de 41,8 milhões de EUR face a 2014, o que representa um decréscimo de 12,8%.



A condicionar este indicador está a redução da faturação do Grupo, muito provocada pela redução geral das tarifas praticadas nas novas empresas agregadas. É importante sublinhar que estas novas empresas representam mais de 70% e 90% do volume de atividade nas vertentes, em “alta” de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, respetivamente.

Destaque-se também e como consequência da reestruturação realizada, no ano de 2015, o aumento das amortizações associadas ao investimento, em virtude da variação do prazo das concessões e um aumento do desvio de recuperação de gastos provocado por reconhecimentos associados às ex-empresas. Neste âmbito, refira-se o registo da imparidade, no valor de 19,6 milhões de EUR, associada à extinta empresa Águas do Zêzere e Côa (*vide* nota 18.3 do anexo às contas consolidadas).

O efeito combinado dos fatores expostos, aliado ao esforço contínuo de contenção de gastos, resultou num resultado operacional em 2015, de 208 milhões de EUR, o que representou uma redução de, sensivelmente 8 milhões de EUR face a 2014.

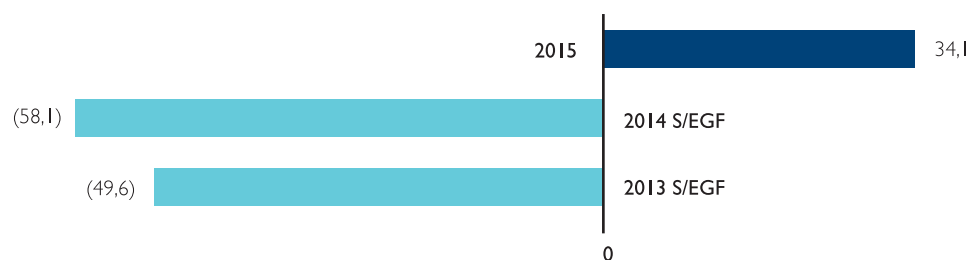
Esta mesma variação pode ser constatada na nota 35 do anexo às contas.

Foi adicionado nas contas do presente exercício o rédito e gastos associados aos serviços de construção, cujo impacto no resultado operacional e no resultado líquido é nulo.

Os resultados financeiros, sem a inclusão dos ganhos relativos à alienação da EGF ascendem a cerca de 41,3 milhões de EUR negativos, tendo-se verificado uma melhoria de 16,7 milhões de EUR face a 2014 para a qual contribuíram a redução do custo médio do capital e a redução do endividamento.



## Resultados Financeiros (milhões de euros)



Com efeito esta melhoria da função financeira consubstanciou-se na redução de 21,4 milhões de EUR de gastos financeiros, decorrentes da redução do endividamento de 324 milhões de EUR e da redução da taxa de juro média do Grupo em cerca de 18%. Simultaneamente, verificou-se a redução de 4,7 milhões de EUR nas receitas de aplicações financeiras, consequência da redução simultânea dos montantes aplicados.

### Análise da dívida

O total do endividamento bruto do Grupo AdP foi de 2.414,8 milhões de EUR em 2015, tendo sido reduzido em 323,7 milhões de EUR, face a 2014. Para esse valor contribuiu o montante recebido no ano da alienação da EGF com a respetiva dívida financeira, a redução dos excedentes e a recuperação de dívida de clientes. Caso se considere o valor do endividamento líquido das disponibilidades e aplicações permanentes (nomeadamente o fundo contratual de reconstituição do capital), obtêm-se o valor de 2.141,3 milhões de EUR, representando uma redução no ano de 206 milhões de EUR.

De realçar o peso da componente de financiamento de longo prazo, que atinge cerca 85,5% do endividamento bruto do Grupo, ou 96,5% do endividamento líquido.

O endividamento de médio e longo prazo (2.065,7 milhões de EUR) assenta em empréstimos contratados junto do Banco Europeu de Investimento (BEI) e a empréstimos obtidos através da emissão de obrigações efetuada através de colocações privadas.

### Estrutura de financiamento

No seguimento da gestão financeira prudencial seguida pelo Grupo AdP, mais de 60% da dívida do grupo a médio e longo prazo encontram-se negociados a taxa fixa. O *spread* médio da dívida de longo prazo é inferior a 50 bps, quer seja aplicado sobre a taxa variável indexante quer sobre a taxa fixa no momento da sua fixação.

O custo financeiro total em 2015 foi de 2,8%, sendo de 2,85% nos financiamentos do BEI e de 0,97% nos financiamentos de médio e longo prazo colocado diretamente pela AdP SGPS junto ao mercado sob a forma de colocação privada de dívida, quer sob a forma de mútuo ou de obrigações.

As receitas resultantes da alienação da EGF, associadas a uma melhor eficiência na gestão dos excedentes proporcionados pelo processo de reorganização territorial permitiu a redução do endividamento externo do Grupo em mais de 320 milhões de EUR no decurso do ano.

Este facto, associado à redução do indexante e do *spread* de crédito sobre a componente do financiamento de curto prazo, permitiu uma redução dos custos financeiros em 21 milhões de EUR. Deste valor sobressai a redução do custo do financiamento de curto prazo em 16,9 milhões de EUR, em resultado da conjugação dos fatores mencionados (redução significativa do endividamento, do indexante e do *spread* de crédito associado).

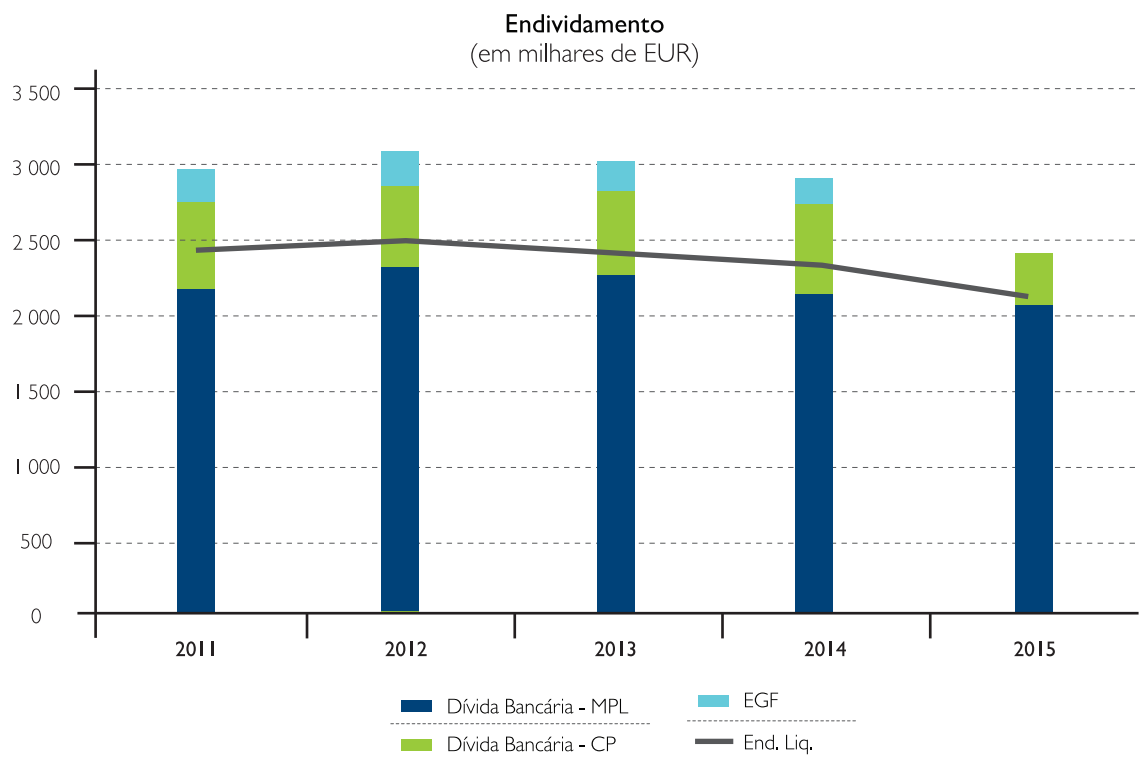
Com o objetivo de redução do risco de liquidez iniciou-se em 2015 mais uma emissão de obrigações a 12 anos (emitidas em 2016), com custos inferiores aos atualmente vigentes para as linhas de curto prazo.

A redução da exposição do grupo ao risco de crédito e a continuação da tendência de redução do endividamento associada à redução dos *spreads* bancários médios, levará à continuação da tendência de redução deste custo em 2016.

Os encargos financeiros relativos ao endividamento de médio e longo prazo junto do BEI registaram um ligeiro aumento em resultado da escolha da modalidade de taxa fixa. A taxa média foi de 2,85%. O financiamento de longo prazo efetuado pela AdP SGPS por colocação direta junto ao mercado Japonês e europeu registou um custo total médio de 1,3%, incluindo a totalidade dos custos, incluindo a componente dos derivados contratados.

Para o conjunto dos resultados financeiros há a adicionar o valor positivo da variação de valor de mercado dos derivativos, em cerca de 3,9 milhões de EUR.

Os juros suportados representam um custo de aproximadamente 2,8% relativamente ao total do endividamento médio do Grupo.



A estrutura de financiamento do investimento montada no decurso dos últimos anos permitiu a redução da volatilidade dos custos financeiros, quer pelo peso que o endividamento de longo prazo tem no total do endividamento quer pela significativa componente de taxa fixa. Nesse sentido a componente de taxa fixa no total da dívida bancária reflete a manutenção duma estrutura de financiamento conservadora.

A prossecução do investimento previsto nos contratos de concessão dos sistemas multimunicipais, decorrente dos objetivos traçados nos planos estratégicos para o setor da água tem conduzido a um volume de endividamento direcionado para o investimento bem como com as necessidades de fundo de maneio relacionadas com a dívida de clientes vencida ou objeto de acordos de pagamento.

Atendendo às limitações impostas às empresas do setor empresarial do Estado quanto à evolução do nível de endividamento e considerando o aumento do prazo médio de recebimento dos créditos municipais, o Grupo AdP iniciou em 2011 um programa de contenção do investimento, que passou pela racionalização e recalendarização dos investimentos previstos nos contratos de concessão. Durante o ano de 2015, apesar de se manterem os constrangimentos mencionados, foi possível iniciar a preparação do novo ciclo de investimentos. É expectável que o volume de investimento se mantenha nos valores presentes no decurso dos próximos anos.

## Risco financeiro

As atividades do Grupo estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo AdP procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela *holding* do Grupo.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos *cash-flows* da dívida às flutuações do mercado através quer através da contratação de instrumentos financeiros derivados, quer mediante a escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

Adotando uma posição conservadora e tendo em atenção as características de longo prazo dos ativos tem sido privilegiada a obtenção de financiamentos de longo prazo, com particular ênfase no BEI. Adicionalmente a AdP SGPS iniciou em 2004 um processo de obtenção de financiamentos externos, tendo efetuado uma colocação privada de dívida em 2005 e três emissões particulares de

obrigações em 2007. Aproveitando a criação de uma oportunidade no mercado, desencadeou no presente ano o processo para mais uma emissão de obrigações de 75 milhões de EUR, que se veio a concretizar já em fevereiro de 2016.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia para o Grupo em matéria de serviço da dívida.

Relativamente ao regime de taxa de juro, tendo em conta o perfil de reintegração dos investimentos, tem vindo a ser privilegiado a contratação de empréstimos com um regime de taxa fixa (diretamente ou através da contratação de instrumentos financeiros de cobertura). Esta estratégia permitiu que mais de dois terços da dívida de longo prazo esteja contratada em regime de taxa fixa e, consequentemente, imune a oscilações futuras da taxa de juro.

## Princípio de Unidade de Tesouraria

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam, da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constituiu-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente como objetivo final o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada. Nesse sentido:

- acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
- encetou negociações logo em 1997 com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de EUR;
- em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, tendo vindo a culminar com a concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de EUR;
- apoiou a montagem de uma linha de apoio aos financiamentos do setor dos resíduos sólidos junto do BEI, no montante total de 145 milhões de EUR, destinados a financiar parcialmente os investimentos da última fase;
- dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS iniciou um processo de acesso aos mercados externos em 2003, concretizando uma colocação privada de dívida a 10 anos no Japão em 2005 e procedendo a três emissões de obrigações com colocação privada em 2007, a 15 e 20 anos, num total de 600 milhões de EUR;
- iniciou contactos com entidades externas para colocação de dívida de longo prazo, com o objetivo de preparação do mercado para a colocação futura deste tipo de dívida para financiamento das necessidades do Grupo.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais na componente relativa ao investimento e fundo de manuseio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais tem a ver com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado, até ao presente, ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas existentes ao nível dos sistemas do interior. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido ao Grupo manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplicou os seus excedentes permanentes de tesouraria junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., mantendo os excedentes temporários como caução das linhas de financiamento de curto prazo obtidas junto do sistema financeiro, de forma a servir de garantia da continuação dos apoios por parte dos bancos, tendo pedido para tal, e nos termos da lei, autorização às tutelas para a dispensa parcial de cumprimento para esta componente dos excedentes não permanentes, autorização essa concedida em termos anuais, e que foi concedida para 2015.

## Investigação, desenvolvimento e inovação

Durante o ano de 2015 a Direção de I&D do Grupo AdP integrou a plataforma europeia WssTp – The European Water Platform. A WssTP conta atualmente com 153 membros e uma rede superior a 700 contactos na indústria, instituições científicas e entidades gestoras. A integração da plataforma permite:

- o acesso a documentos técnicos do estado da arte de tendências tecnológicas e normativas europeias;
- a possibilidade de realização de eventos de *networking*;
- a disseminação e apoio na constituição de consórcios a candidaturas de projetos europeus de I&D+I;

Ainda no ano, assistiu-se à criação de quatro novos grupos de ação no âmbito da Parceria Europeia de Inovação no domínio da Água (EIP Water), entre os quais o grupo, do qual o Grupo AdP faz parte, dedicado ao desenvolvimento de soluções de tratamento *low-cost* no âmbito da gestão da água. "Nature-based technologies for innovation in water management (NatureWat)".

Liderado pela Universidade Politécnica da Catalunha, o NatureWat irá atuar no domínio dos serviços dos ecossistemas, através da identificação das prioridades de atuação nesta área e do desenvolvimento de novas soluções tecnológicas de base natural que possam dar resposta às necessidades identificadas, tendo por prioridade a criação de soluções inovadoras com baixos custos de investimento e energeticamente eficientes.

Simultaneamente, o Grupo integrou o novo Programa Doutoral da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (FMUL), aprovado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) designado por EnviHealth&Co., que será desenvolvido em ambiente empresarial, nomeadamente na EPAL, sendo inteiramente devotado à Saúde Ambiental e áreas afins. Este projeto terá a duração de 4 anos, constituindo-se o primeiro ano (2016) como um ano curricular e decorrerá na Faculdade de Medicina de Lisboa.

### Portal do conhecimento

Com lançamento previsto para o primeiro trimestre de 2016, foi concluída a conceção e definição de conteúdos do portal do conhecimento do Grupo AdP, que terá como objetivo a divulgação interna e o suporte das atividades de I&D e Inovação do Grupo AdP.

### Projetos I&D+I em curso

#### ARTICA

Deu-se continuidade ao projeto "A multivariable advanced control product for sustainable performance of nutrient removal urban WWTPs (ARTICA)", para demonstração da aplicação da tecnologia ARTICA na ETAR de Chelas, do programa de financiamento Eco-Innovation (<http://www.artica4nr.eu/>).

O projeto ARTICA tem como objetivo a demonstração da aplicação de um controlador inteligente para ETAR de lamas ativadas com remoção de azoto, tendo em vista a otimização em tempo real da recirculação de lamas, nitratos e caudal de ar de processo, para respetiva redução de custos energéticos.

Prevê-se, igualmente, a demonstração da solução na ETAR de Castelo Branco, tendo-se iniciado em 2015 os trabalhos relacionados com diagnóstico e especificações dos locais da instalação.

#### Portal Água-Energia

Deu-se início à segunda fase de desenvolvimento do Portal da Energia. O projeto de I&D+I portal água-energia visa possibilitar às empresas do Grupo AdP o acesso atualizado diariamente dos consumos de energia de 15 em 15 minutos, disponíveis na plataforma da EDP distribuição e constituir uma ferramenta de *Business Intelligence*, tendo em vista a implementação de *benchmarking* operacional, como ferramenta transversal de apoio à decisão desde a gestão de topo, financeira e técnica. É um projeto I&D+I interno, liderado pela área de I&D da AdP SGPS, tendo como parceiros a Direção de Compras e a Direção de Sistemas de Informação da AdP Serviços.

#### Aquavir

Deu-se continuidade ao Projeto AQUAVIR (FP7-NMP-2013-SMALL-7) liderado pelo Departamento de Micro e Nanotecnologia da Universidade Técnica da Dinamarca (DTU), no qual a Simtejo e a EPAL participam, na qualidade de utilizador final. Este projeto pretende testar, validar e divulgar um sistema inovador portátil de monitorização de três tipos de vírus entéricos humanos em diferentes locais geográficos e para diferentes aplicações, nomeadamente em águas residuais tratadas durante um período de 36 meses.

#### SmartWater4Energy

O projeto Smart Water 4 Energy (SW4E), concluído em 2015, foi financiado pelo QREN em co-promoção com o consórcio formado pelas empresas Ex-Simtejo (Promotor), ISQ e Hidromod. No projeto Smart Water 4 Energy (SW4E) foi desenvolvido um sistema inteligente para a gestão energética das ETAR que permite contribuir para diminuir o consumo energético no processo de tratamento

de águas residuais em simultâneo adotar limites mais exigentes a nível da qualidade do efluente a descarregar nos meios recetores. O sistema inteligente de apoio à gestão energética em tempo real foi consubstanciado na plataforma SW4E e demonstrado com sucesso nos casos de estudo das ETAR de Frielas e Alcântara.

## LIFE SWSS

Projeto Europeu LIFE (SWSS) com a referência LIFE I4 ENV/PT/000508, "Smart Water Supply Systems". LIFE SWSS - Smart Water Supply Systems é a designação do projeto de I&D que tem por principal objetivo a criação de uma plataforma de apoio à decisão e gestão operacional das entidades gestoras tendo em vista diminuir o consumo de energia e consequentemente as emissões de gases com efeito de estufa.

O projeto LIFE SWSS conta com os seguintes parceiros, ISQ (coordenador), AdP, Hidromod, AdA e EPAL. Quando o projeto foi submetido à União Europeia em 2014, as empresas Ex-Águas do Oeste e Ex-Águas do Centro integraram o consórcio da candidatura.

## LIFE IMPETUS

Projeto Europeu LIFE IMPETUS, com a referência LIFE I4 ENV/PT/000379: "Improving current barriers for controlling pharmaceutical compounds in urban wastewater treatment plants". O Projeto LIFE IMPETUS visa apresentar medidas viáveis para melhorar a remoção de produtos farmacêuticos em ETAR urbanas pelo tratamento convencional de lamas ativadas, processo biológico muito utilizado no tratamento de águas residuais.

Este projeto tem como participante a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), que coordena o projeto, a Águas do Algarve, S.A., Environment and Regional Development Consulting, Lda. (EHS), Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (FFUL), Universidade do Algarve (UAlg).

Quando o projeto foi submetido à União Europeia em 2014, também fazia parte dos participantes a empresa extinta Simtejo – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A. Com a fusão e integração da Ex-Simtejo na EPAL, em 2015, este projeto passou efetivamente a contar com a Direção de Operações de Saneamento e de Investigação e Desenvolvimento da EPAL, formada aquando da reestruturação desta empresa.

Destacam-se também os projetos em curso na Águas do Algarve e EPAL, nomeadamente, LIFE Hymemn, SafeWater e Bingo, respetivamente.

## Programas de financiamento de projetos de I&D+I

Em 2015 o Grupo AdP integrou várias candidaturas em de programas de financiamento nacionais e internacionais, nomeadamente, H2020, LIFE, P2020 e Interreg, das quais se destacam:

- Candidatura RESCCUE - RESilience to cope with Climate Change in Urban arEas - H2020 - DRS-09-201: o consórcio é liderado pela AQUATEC (Barcelona), tendo como parceiros para o caso de estudo nacional: LNEC, HIDRA, Proteção civil CMLisboa, EDP Distribuição, Transportes de Lisboa e Águas de Portugal. Visa a implementação em grande escala de soluções tecnológicas em ambiente real, tendo em vista potenciar os stakeholders em cenários de alterações climáticas.
- Candidatura TWIST - Estratégia Transnacional para a Inovação no domínio da Água – Interreg Sudoe: o consórcio é liderado pelo Centa (Andaluzia), tendo como parceiros nacionais: IST, PPA e Águas de Portugal. Visa reforçar as sinergias e redes no domínio da I&D+I a nível transnacional em setores específicos através de especializações inteligentes.

## Factos relevantes após o encerramento do exercício

No final do primeiro trimestre de 2016, a Tutela Sectorial anunciou as principais linhas orientadoras subjacentes à estratégia do Governo para o setor do ambiente «Compromisso Nacional para a Sustentabilidade dos Serviços Públicos da Água».

## Cumprimento das orientações legais

**Objetivos de Gestão, previstos no artigo 38º do DL nº133/2013, de 3 de outubro, de forma quantificada e metas a atingir em conformidade com o plano de atividades e orçamento aprovado**

Os objetivos de gestão da AdP SGPS foram estabelecidos para o mandato 2015-2017, sendo anualizáveis conforme contrato de gestão respetivo. As metas definidas e avaliadas estão conforme fixado na Deliberação Social Unânime, de 24 de julho de 2015. De igual forma foi definido o respetivo modo de avaliação.

A Avaliação Global de Desempenho foi de 2,6, o que corresponde ao grau de Superado.

Indicadores	META	Modo de Avaliação	Valor atingido	Avaliação
<b>Redução de Órgãos Sociais</b>	Redução de 67%.	ROS < 67% - não atingido 67% ≤ ROS < 68% - atingido ROS ≥ 68% - superado	68 %	Superado
<b>Redução de Custos Operacionais nas empresas agregadas</b>	Redução de 20 milhões de EUR por ano.	RGO < €20 MM - não atingido €20 MM ≤ RGO < €22 MM - atingido RGO ≥ €22 MM - superado	31,5 milhões de EUR	Superado
<b>Plano de Redução de Custos</b>	Não permitir um aumento do peso dos custos indicados no volume de negócios na atividade comparável de 2015 com 2014.	PGR 2015 > 110% PGR 2014 - não atingido 110% PGR 2014 ≤ PGR 2015 < 90% PGR 2014 - atingido PGR 2015 ≤ 90% PGR 2014 - superado	107%	Atingido
<b>Dívida Comercial de devedores municipais</b>	Não incremento do stock de dívida vencida municipal.	DCDMA > 120% - não atingido 80% ≤ DCDMA ≤ 120% - atingido DCDMA < 80% - superado	69 %	Superado
<b>Degradação da tesouraria de exploração</b>	Não degradação da tesouraria, atendendo à limitação à evolução do crescimento do endividamento e à degradação do PMR a que temos vindo a assistir.	DTE > 100% - não atingido 75% < DTE ≤ 100% - atingido DTE ≤ 75% - superado	94 %	Atingido
<b>Qualidade da Água</b>	Não deterioração da qualidade da água fornecida nos sistemas multimunicipais, na EPAL e nas parcerias Estado Autarquias, efetuando a avaliação nos termos do indicador da ERSAR, mesmo que esta entidade não tenha procedido à auditoria da qualidade da água.	[QA 2015/QA 2014] < 97,5% - não atingido 97,5% ≤ [QA 2015/QA 2014] ≤ 100% - atingido [QA 2015/QA 2014] > 100% - superado	100,1 %	Superado
<b>Qualidade das Águas Residuais</b>	Não deterioração da qualidade da água fornecida nos sistemas multimunicipais e nas parcerias Estado Autarquias, efetuando a avaliação nos termos do indicador da ERSAR, mesmo que esta entidade não tenha procedido à auditoria da qualidade das águas residuais.	[QAR 2015/QAR 2014] < 95% - não atingido [95% ≤ QAR 2015/QAR 2014] ≤ 100% - atingido [QAR 2015/QAR 2014] > 100% - superado	99,8 %	Atingido
<b>Prestação de informação a entidades externas</b>	Manter um grau de reabertura dos pedidos de informação equivalente a 10% dos pedidos.	PIEE > 10% - não atingido 7,5% < PIEE ≤ 10% - atingido PIEE ≥ 7,5% - superado	16 %	Não atingido
<b>Orçamentos e Projetos Tarifários (OPT)</b>	Entrega até 30 de setembro de todos os SMM, exceto para a Águas de Santo André cuja data contratual é 31 de outubro.	Pelo menos 1 OPT não entregue na data prevista contratualmente - não atingido Todos os OPT entregues na data contratualmente prevista - atingido	100 %	Atingido

Notas:

(1) Conforme fixado na Deliberação Social Unânime, de 24 de julho de 2015.

(2) Quando um dos objetivos não for avaliado, a sua ponderação é repartida de forma equitativa pelos restantes objetivos.

(3) Modo de avaliação: Não atingido 1 | Atingido 2 | Superado 3

Avaliação dos gestores: Desadequado < 1,8 | Adequado 1,8 ≤ Avaliação < 2,5 | Superado ≥ 2,5

(4) O indicador com avaliação de não atingido justifica-se pelo seguinte: Decorrente ao processo de reestruturação verificaram-se constrangimentos extraordinários na preparação de informação a reportar. Sem prejuízo do esforço realizado para cumprimento dos prazos definidos, verificou-se a necessidade, numa fase posterior, de pedidos de reabertura das diversas plataformas, para inscrição e preenchimento da informação final

**Da gestão do risco financeiro e do cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2015 na Lei nº82-B/2014, de 31 de dezembro, apurados nos termos das orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos IPG-2015**

As atividades do Grupo estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo AdP procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela *holding* do Grupo.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos *cash-flows* da dívida às flutuações do mercado através da contratação de instrumentos financeiros estruturados e procurando obter a correspondente redução dos encargos financeiros.

Adotando uma posição conservadora e tendo em atenção as características de longo prazo dos ativos tem sido privilegiada a obtenção de financiamentos de longo prazo, com particular ênfase no BEI. Adicionalmente a AdP SGPS iniciou em 2004 um processo de obtenção de financiamentos externos, tendo efetuado uma colocação privada de dívida em 2005 e três emissões particulares de obrigações em 2007 e 2008.

Durante 2015 iniciou o processo de mais uma emissão obrigacionista a 12 anos, no valor de 75 milhões de EUR, a qual foi concretizada em fevereiro de 2016.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia para o Grupo em matéria de serviço da dívida.

Relativamente ao regime de taxa de juro, tendo em conta o perfil de reintegração dos investimentos, tem vindo a ser privilegiado a contratação de empréstimos com um regime de taxa fixa (diretamente ou através da contratação de instrumentos financeiros de cobertura). Esta estratégia permitiu que cerca de dois terços da dívida de longo prazo esteja contratada em regime de taxa fixa e, consequentemente, imune a oscilações futuras da taxa de juro.

	2015	2014	2013
Encargos financeiros (un:000Eur)	74 671	91 234	100 937
Taxa média de financiamento (%)	2,80%	3,26%	3,53%

Passivo remunerado	2015	Valor final do ano		Var. 2015/14	
		2014	2013	Valor	%
Financiamentos obtidos (un:000Eur)	2 414 824	2 738 545	2 836 004	(323 721)	(13,3%)
DGTF					
Aumento de capital					
Dotação					
Conversão créditos					
Endividamento ajustado	0	0	0	0	0

Da evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho nº9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (“Arrears”), conforme definidos no Decreto-Lei nº65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição (dados individuais da AdP SGPS).

	2015	2014	Variação	
			Valor	%
Prazo (dias)	41	57	-16	-28,3

Aproximadamente 75% da dívida de fornecedores é para com empresas do Grupo (Serviços Partilhados). Em média o prazo diminuiu de 2014 para 2015. Saliente-se que o prazo atingido tem também inerente a gestão centralizada da tesouraria corporativa (gestão dos pagamentos e recebimentos) entre a AdP SGPS e as restantes empresas do Grupo, em particular da AdP Serviços.

Dívidas Vencidas	2015 Valor das dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º DL n.º 65-A/2011 (EUR)				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	Após 360 dias
Aquisições de bens e serviços	131 830,93	23 257,30	505,92	6 266,23	7 186,64
Aquisições de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>131 830,93</b>	<b>23 257,30</b>	<b>505,92</b>	<b>6 266,23</b>	<b>7 186,64</b>

As diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas

Não foram emitidas recomendações pelos acionistas, aquando da aprovação de contas.

Das remunerações, designadamente:

### Mesa da Assembleia-Geral

#### Mandato 2012-2014

Mandato Início - Fim	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (EUR)	Remuneração Anual (EUR)			Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
				Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	
2012-2014	Presidente	Ana Cristina Rodrigues	650,00	1 950,00	195,00	39,00	1 794,00
2012-2014	Vice-Presidente	Maria Fernanda Martins	520,00	1 560,00	156,00	31,20	1 435,20
2012-2014	Secretário	Manuel Gouveia Pereira	400,00	1 200,00	0,00	0,00	1 200,00

#### Mandato 2015-2017

Mandato Início - Fim	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (EUR)	Remuneração Anual (EUR)			Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
				Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	
2015-2017	Presidente	Ana Cristina Rodrigues	650,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2015-2017	Vice-Presidente	Maria Fernanda Martins	520,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2015-2017	Secretário	Manuel Gouveia Pereira	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00

### Conselho de Administração

#### Mandato 2012-2014

Mandato Início - Fim	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (O/D)
			Forma	Data	
2012-2014	Presidente	Afonso Lobato de Faria	AG	02/02/2012	
2012-2014	Vogal Executivo	Álvaro Castello-Branco	AG	02/02/2012	
2012-2014	Vogal Executivo	Gonçalo Martins Barata	AG	02/02/2012	
2012-2014	Vogal Executivo	Manuel Fernandes Thomaz	AG	02/02/2012	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. D
2012-2014	Vogal Executivo	Manuel Frexes	AG	02/02/2012	

OPRLO - Opção pela remuneração do lugar de origem | O/D -Origem/ Destino

#### Mandato 2015-2017

Mandato Início - Fim	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (O/D)
			Forma	Data	
2015-2017	Presidente	Afonso Lobato de Faria	AG	16/06/2015	
2015-2017	Vogal Executivo	Gonçalo Martins Barata	AG	16/06/2015	
2015-2017	Vogal Executivo	Manuel Fernandes Thomaz	AG	16/06/2015	
2015-2017	Vogal Executivo	Cláudio Miguel Andre de Sousa Jesus	AG	16/06/2015	
2015-2017	Vogal Executivo	José Manuel Sardinha	AG	16/06/2015	
2015-2017	Vogal Não Executivo	José Manuel Barros	AG	16/06/2015	

OPRLO - Opção pela remuneração do lugar de origem | O/D - Origem/ Destino



## Mandato 2012-2014

Nome	EGP			
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas de representação
Afonso Lobato de Faria	S	A	5 722,75	2 289,10
Álvaro Castello-Branco	S	A	-	-
Gonçalo Martins Barata	S	A	4 578,20	1 831,28
Manuel Fernandes Thomaz	S	A	5 722,75	2 222,25
Manuel Frexes	S	A	4 578,20	1 831,28

EGP - Estatuto do Gestor Público

## Mandato 2015-2017

Nome	EGP			
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas de representação
Afonso Lobato de Faria	S	A	5 722,75	2 289,10
Manuel Fernandes Thomaz(1)	S	A	5 150,47	2 060,19
Gonçalo Martins Barata	S	A	4 578,20	1 831,28
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (2)	S	A	4 578,20	1 831,28
José Manuel Sardinha (3)	S	A	-	-

EGP - Estatuto do Gestor Público

(1) A partir de 01-07-2015 a remuneração passou a ser paga na AdNorte, empresa na qual é Presidente do CA.

(2) A partir de 01-07-2015 a remuneração passou a ser paga na AdCL, empresa na qual é Presidente do CA.

(3) A remuneração manteve-se na EPAL, empresa na qual é Presidente do CA.

## Mandato 2012-2014

Membro do Órgão de Administração	Fixa	Remuneração Anual 2015 (EUR)				Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
		Variável	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	
Afonso Lobato de Faria	49 511,52	-	49 511,52	7 179,27	940,72	43 272,97
Álvaro Castello-Branco	-	-	-	-	-	-
Gonçalo Martins Barata	39 609,22	-	39 609,22	5 743,57	752,57	34 618,22
Manuel Fernandes Thomaz	49 177,27	-	49 177,27	7 040,93	916,95	43 053,28
Manuel Frexes	39 609,22	-	39 609,22	5 541,31	712,16	34 780,07

a) Inclui a redução da Lei nº 12 -A/2010, de 30 de junho.

## Mandato 2015-2017

Membro do Órgão de Administração	Fixa	Remuneração Anual 2015 (EUR)				Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
		Variável	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	
Afonso Lobato de Faria	58 076,18	-	58 076,18	8 421,16	1 103,45	50 758,47
Manuel Fernandes Thomaz (1)	4 258,81	-	4 258,81	609,75	79,41	3 728,47
Gonçalo Martins Barata	46 460,94	-	46 460,94	6 737,11	882,75	40 606,58
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (2)	3 407,05	-	3 407,05	373,84	40,67	3 073,88
José Manuel Sardinha (3)	-	-	-	-	-	-

1) Referente ao período de 17-06-2015 a 30-06-2015.

2) Referente ao período de 17-06-2015 a 30-06-2015.

3) Optou por manter a remuneração da EPAL.

a) Inclui a redução da Lei nº 12 -A/2010, de 30 de junho.

## Mandato 2012-2014

Nome	Benefícios sociais (EUR)							
	Valor do subsídio de alimentação		Regime de Proteção Social		Seguro de vida	Seguro de saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	Regime	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Identificação	Encargo anual da entidade
Afonso Lobato de Faria	4,27	478,24	Seg. Social	11 121,56	852,07	582,34	-	-
Álvaro Castello-Branco	-	-	-	-	-	-	-	-
Gonçalo Martins Barata	4,27	491,05	Seg. Social	8 804,67	681,66	163,68	-	-
Manuel Fernandes Thomaz	6,41	717,92	Seg. Social	10 512,02	681,66	706,67	-	-
Manuel Frexes	4,27	473,97	Seg. Social	6 110,32	211,03	1 103,71	-	-

## Mandato 2015-2017

Nome	Benefícios sociais (EUR)							
	Valor do subsídio de alimentação		Regime de Proteção Social		Seguro de vida	Seguro de saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	Regime	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Identificação	Encargo anual da entidade
Afonso Lobato de Faria	4,27	572,18	Seg. Social	12 875,22	1 007,00	683,62	-	-
Manuel Fernandes Thomaz (1)	6,41	64,10	Seg. Social	1 167,35	63,29	64,24	-	-
Gonçalo Martins Barata	4,27	580,72	Seg. Social	10 191,63	805,59	193,44	-	-
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (2)	6,41	64,10	Seg. Social	773,45	-	-	-	-
José Manuel Sardinha (3)	-	-	-	-	-	-	-	-

(1) Referente ao período de 17-06-2015 a 30-06-2015.

(2) Referente ao período de 17-06-2015 a 30-06-2015.

(3) Optou por manter a remuneração da EPAL.

## Mandato 2012-2014

Nome	Acumulação de funções		
	Entidade	Função	Regime
Afonso Lobato de Faria	AdP - Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A.	Presidente (não executivo)	Público
Álvaro Castello-Branco	Águas do Douro e Paiva, S.A.	Presidente Executivo	Público
	AdP - Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A.	Vogal (não executivo)	Público
Gonçalo Martins Barata	AdP - Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.	Presidente (não executivo)	Público
	AdP Energias - Energias Renováveis e Serviços Ambientais, S.A.	Vogal (não executivo)	Público
Manuel Fernandes Thomaz	Águas da Região de Aveiro, S.A.	Presidente Executivo	Público
Manuel Frexes	AdP Energias - Energias Renováveis e Serviços Ambientais, S.A.	Presidente (não executivo)	Público
	Águas do Centro, S.A.	Presidente (não executivo)	Público

## Mandato 2015-2017

Nome	Acumulação de funções		
	Entidade	Função	Regime
Afonso Lobato de Faria	AdP - Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A.	Presidente (não executivo)	Público
Gonçalo Martins Barata	AdP - Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.	Presidente (não executivo)	Público
	AdP Energias - Energias Renováveis e Serviços Ambientais, S.A.	Vogal (não executivo)	Público
Manuel Fernandes Thomaz	Águas da Região de Aveiro, S.A.	Presidente Executivo	Público
	Águas do Norte, S.A.	Presidente Executivo	Público
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus	Águas do Centro Litoral, S.A.	Presidente Executivo	Público
	AdP - Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A.	Vogal (não executivo)	Público
José Manuel Sardinha	EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	Presidente Executivo	Público
	Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	Presidente Executivo	Público

### Gastos com comunicações móveis (EUR)

Nome	Plafond mensal definido	Valor anual	Observações
Afonso Lobato de Faria	80,00	798,23	-
Álvaro Castello-Branco	80,00	-	Até 16-06-2015
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (2)	80,00	9,14	-
Gonçalo Martins Barata	80,00	652,63	-
José Manuel Leitão Sardinha (3)	80,00	-	Desde 17-06-2015
Manuel Fernandes Thomaz (1)	80,00	4 12,59	-
Manuel Frexes	80,00	2 067,65	Os gastos incorridos, acima do <i>plafond</i> , foram devidos a utilização profissional Até 16-06-2015

(1) Referente ao período de 01-01-2015 a 30-06-2015.

(2) Referente ao período de 17-06-2015 a 30-06-2015.

(3) Optou por manter a remuneração da EPAL.

### Encargos com viaturas

Nome	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano início	Ano termo	Nº Prestações	Valor da renda mensal	Valor anual
Afonso Lobato de Faria	S	27/05/2009	77 862,78 EUR	AOV	2009	2016	84	1 232,15	14 785,80
Álvaro Castello-Branco	S	16/04/2009	51 358,07 EUR	AOV	2009	2015	70	955,41	-
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (2)	S	16/04/2009	51 358,07 EUR	AOV	2009	2015	70	955,42	477,71
Gonçalo Martins Barata	S	17/04/2009	52 885,30 EUR	AOV	2009	2015	72	1 101,64	13 219,68
José Manuel Leitão Sardinha (3)	S	13/11/2013	29 896,75 EUR	AOV	2013	2015	18	1 309,82	-
Manuel Fernandes Thomaz (1)	S	16/04/2009	54 694,67 EUR	AOV	2009	2015	72	893,02	5 358,12
Manuel Frexes (até 16-6-2015)	S	13/11/2013	29 896,75 EUR	AOV	2013	2015	18	1 309,82	12 426,11

(1) Referente ao período de 01-01-2015 a 30-06-2015.

(2) Referente ao período de 17-06-2015 a 30-06-2015.

(3) Optou por manter a remuneração da EPAL.

Nota: o gasto anual que ultrapasse o valor anual estabelecido decorre exclusivamente de utilização profissional.

### Plafond mensal definido para

### Gastos anuais associados a Viaturas

Nome	combustível e portagens	Gastos anuais associados a Viaturas				Observações
		Combustível	Portagens	Outras reparações	Seguro	
Afonso Lobato de Faria	572,27	3 393,32	1 468,20	413,28	898,46	
Álvaro Castello-Branco	457,82	-	-	-	-	
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (2)	457,82	-	-	-	-	
Gonçalo Martins Barata	457,82	1 281,80	585,15	354,24	701,20	
José Manuel Leitão Sardinha (3)	457,82	-	-	-	-	
Manuel Fernandes Thomaz (1)	457,82	2 240,72	1 187,35	181,61	378,40	
Manuel Frexes (até 16-6-2015)	457,82	3 560,20	1 899,25	1 964,37	267,60	

(1) Referente ao período de 01-01-2015 a 30-06-2015

(2) Referente ao período de 17-06-2015 a 30-06-2015

(3) Optou por manter a remuneração da EPAL.

### Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço

Nome	Deslocações em serviço	Custo com alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens
				Identificar	Valor	
Afonso Lobato de Faria	4 181,35	297,00	276,99	Refeições e Estacionamento	292,00	5.047,34
Álvaro Castello-Branco (até 16-6-2015)				Refeições e Estacionamento	-	
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (2)	-	-	-	Refeições e Estacionamento	-	-
Gonçalo Martins Barata	77,45			Refeições e Estacionamento	230,70	308,15
José Manuel Leitão Sardinha (3)				Refeições e Estacionamento	-	
Manuel Fernandes Thomaz (1)	895,41	631,00	134,03	Refeições e Estacionamento	275,55	1.935,99
Manuel Frexes (até 16-6-2015)	3 144,60			Refeições e Estacionamento	656,57	3.801,17

(1) Referente ao período de 01-01-2015 a 30-06-2015.

(2) Referente ao período de 17-06-2015 a 30-06-2015.

(3) Optou por manter a remuneração da EPAL.

Conselho Fiscal  
Mandato 2012-2014

Início - Fim	Cargo	Nome	Doc	Data	Estatuto Remuneratório Mensal Fixado (EUR)
2012-2014	Presidente	Carla Maria Ribeiro	Deliberação Unânime Escrita	01/11/2014	1 602,37
2012-2014	Vogal	Ana Luisa Gomes	AG	02/02/2012	1 201,78
2012-2014	Vogal	Mario Carrega	AG	02/02/2012	1 201,78

Mandato 2015-2017

Início - Fim	Cargo	Nome	Doc	Data	Estatuto Remuneratório Mensal Fixado (EUR)
2015-2017	Presidente	Carla Maria Ribeiro	AG	16/06/2015	1 602,37
2015-2017	Vogal	Ana Luisa Gomes	AG	16/06/2015	1 201,78
2015-2017	Vogal	Mario Carrega	AG	16/06/2015	1 201,78

Mandato 2012-2014

Remuneração Anual 2015 (EUR)

Nome	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2) a)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Carla Maria Ribeiro	10 322,75	1 368,19	178,39	9 132,95
Ana Luisa Gomes	7 742,08	1 112,09	144,99	6 774,98
Mario Carrega	7 742,08	1 112,09	144,99	6 774,98

a) Inclui a redução da Lei nº 12 -A/2010, de 30 de junho.

Mandato 2015-2017

Remuneração Anual 2015 (EUR)

Nome	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2) a)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Carla Maria Ribeiro I)	10 374,53	1 605,09	209,28	8 978,72
Ana Luisa Gomes	9 082,84	1 304,68	170,10	7 948,26
Mario Carrega	9 082,84	1 304,68	170,10	7 948,26

a) Inclui a redução da Lei nº 12 -A/2010, de 30 de junho.

I) Suspendeu o pagamento de vencimento a partir de 01-12-2015.

ROC/ Fiscal Único

Mandato Início - Fim	Cargo	Identificação SROC/ROC			Forma na CMVM	Designação		Nº de mandatos exercidos na Sociedade
		Nome	Número	Nº Registo de Inscrição na OROC		Data	Contratada	
2015-2017	ROC	Alves da Cunha, A. Dias & Associados	74 OROC	2699	AG	16/06/2015	21 680,00	3

Remuneração Anual 2015 (EUR)

Nome	Bruta	Redução (Lei OE)	Bruta após reduções
Alves da Cunha, A. Dias & Associados	21 680,00	Não aplicável. A remuneração do ROC está indexada à do PCA	21 680,00

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)				Data da contratação		Remuneração anual (EUR)	
Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Data	Período	Valor da prestação de serviços	Valor Final	
Ernst & Young	178	9011	2009	2009-2011; 2012-2014; 2015	72 350,00	72 350,00	

Da suspensão do pagamento de complemento de pensões pelas empresas que tenham apresentado resultados líquidos negativos nos três últimos exercícios (2014, 2013 e 2012), nos termos do n.º 3 do artigo 78º da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro  
A AdP – Águas de Portugal, SGPS S.A. não paga complementos de pensões.

Da aplicação do disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei nº8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

- À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;
- O não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei nº8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa e ainda ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Da aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que proíbe a realização de despesas não documentadas

A AdP SGPS dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, não aceitando despesas não documentadas.

Da elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

Em cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdP SGPS S.A. promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, através do seu relatório anual de sustentabilidade.

#### Da Contratação Pública

O Grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados - a AdP - Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A. - que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro, foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto diferenciado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras Centralizadas da AdP Serviços, que funciona como central de compras do Grupo. A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se na medida em que permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade. Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades se revestem de particularidades específicas e relevantes, designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes.

De entre o universo das categorias contratadas é de destacar a energia elétrica, com um conjunto vasto de instalações incluídas na Alta Tensão, Média Tensão, Baixa Tensão Normal e Baixa Tensão Especial, onde a escala proporcionada pelo universo do Grupo tem permitido a obtenção de sinergias muito significativas, que têm produzido excelentes resultados ao nível da centralização de aquisições.

Outra das categorias relevantes é a relativa à contratação da carteira de seguros do Grupo, adaptada à realidade e às necessidades de um conjunto muito vasto de empresas, com grande número de instalações e com riscos específicos decorrentes da sua atividade, que no contrato agregado são diluídos em resultado da diversificação operada. Neste campo, a solução agregada para a cobertura da responsabilidade ambiental constitui um bom exemplo das vantagens decorrentes da contratação centralizada.

Na sua atividade a Direção de Compras Centralizadas da AdP Serviços, tramita anualmente um vasto conjunto de procedimentos de contratação pública, estudando o mercado e recorrendo às soluções mais eficientes e adaptadas a cada categoria desenvolvendo as ferramentas e metodologias subsequentes para a captura de valor, destacando-se, no presente ano, o desenvolvimento de procedimentos de contratação de viaturas em regime de AOV, de Energia em Alta Tensão, Média Tensão e Baixa Tensão Especial, Serviços de Vigilância e Segurança, Reagentes, Economato, Contratação de Seguros Patrimoniais e Acidentes de Trabalho para o Grupo AdP, entre outros.

Paralelamente e atendendo a dimensão considerável dos processos de contratação existentes no seio das empresas participadas, foi realizado, em 2015 um trabalho (iniciado em 2014) sobre a aplicação da contratação pública nas empresas participadas do Grupo AdP. Esta análise, efetuada por amostragem em cada uma das empresas, visou avaliar o cumprimento dos formalismos legais definidos

ao abrigo do Código dos Contratos Públicos (CCP), aferir sobre o nível de maturidade processual, oportunidades de melhoria e boas práticas implementadas existentes e necessidades de formação jurídica.

Foram apresentados, por empresa, os resultados obtidos e recomendações aplicáveis, o que possibilitou uma implementação imediata para as situações mais prementes. Foram ainda, expostas à Administração da AdP SGPS as conclusões globais do trabalho desenvolvido e as recomendações a implementar no Grupo AdP, quer centralmente quer nas empresas participadas, por forma a reforçar os procedimentos já implementados.

#### **Da elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção conforme o disposto no n.º I do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro**

Dando cumprimento ao disposto no n.º I do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual sobre prevenção da corrupção relativo a 2015, no qual se congrega sumariamente a avaliação das empresas do Grupo AdP, foi aprovado pela CE da AdP SGPS em 5-4-2016, tendo o mesmo sido remetido às entidades oficiais e publicitado no site da empresa em [http://www.adp.pt/downloads/file8\\_pt.pdf](http://www.adp.pt/downloads/file8_pt.pdf)

#### **Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)**

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias. Desde então foram conduzidos 12 procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP, perfazendo os respetivos contratos o montante de 10,2 milhões de EUR, por intermédio dos acordos quadro abaixo indicados:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de *software* e serviços conexos.

Recorreu-se a este figurino, quando validada a aderência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela AdP Serviços, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim à AdP Serviços uma gestão mais eficiente dos seus recursos.

#### **Medidas tomadas no âmbito da frota automóvel relativamente às orientações previstas n.º4 do artigo 61.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, complementadas com os Despachos n.º I 182/13-SET, de 12 de junho (comunicado através de Ofício Circular n.º 4238, de 1 de julho) e Despacho n.º 1668/13-SET, de 6 de setembro (comunicado através de Ofício Circular n.º 7408, de 2 de dezembro)**

Em cumprimento da legislação e orientações sob a matéria em epígrafe, o Grupo AdP tem vindo a desenvolver um esforço de redução de custos associados à frota automóvel. Pese embora a sua não inclusão no Parque de Veículos do Estado (PVE), na gestão da sua frota automóvel, o Grupo AdP tem presente a norma que remete para a necessidade de se proceder ao abate de veículos em fim de vida, nos termos previstos na legislação em vigor, em particular o Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23 de agosto, centrando a sua atuação na racionalização da frota e na redução dos custos associados à sua gestão. Nesse sentido, o Grupo AdP tem vindo a proceder à prorrogação dos contratos de AOV, nas situações em que tal opção seja adequado em função da conjugação entre o limite da quilometragem técnica máxima admissível e da duração temporal máxima possível para o contrato, e em que se evidencie que dessa forma se obtém um custo inferior ao que resultaria do recurso à contratação de novo AOV. Estas prorrogações contratuais são antecedidas do cumprimento da obrigatoriedade de comunicação prévia à ESPAP – Entidade dos Serviços Partilhados da Administração Pública, IP, dando-se conhecimento à DGTF. Em paralelo, o Grupo AdP procedeu à redefinição em baixa, dos *plafonds* disponíveis para as rendas de veículos das categorias profissionais com viatura atribuída. Desta forma, expandiu-se para toda a organização a redução operada para os órgãos sociais, determinada pela função acionista. A futura contratação de viaturas será efetuada ao abrigo do Acordo Quadro celebrado com a ESPAP.

**Quantificar o impacto das medidas de redução de gastos operacionais previstas no n.º I artigo 61.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, justificando o eventual não cumprimento das orientações e objetivos definidos, Atente-se que, no caso das empresas com EBITDA positivo, a redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios é aferida face ao exercício anterior.**

Quadro do Ofício n.º 712 de 12 de fevereiro de 2016

(em milhares de EUR)

PRC	Meta	2015 Exec	2014 Exec	2013 Exec	2012 Exec	2011 Exec	2010 Exec	2015/2014		2015/2010	
								Var. Abs.	Var. %	Var. Abs.	Var. %
CMVMC		19 947	19 466	19 472	33 095	32 900	30 281	480	2%	(10 335)	(34%)
FSE		185 683	174 001	177 589	222 350	216 265	224 717	11 682	7%	(39 034)	(17%)
Gastos com o pessoal (sem indemnizações)		89 601	88 790	97 261	120 354	130 806	145 755	810	1%	(56 154)	(39%)
Gastos Operacionais =(1)+(2)+(3)		295 230	282 258	294 322	375 800	379 970	400 753	12 972	5%	(105 522)	(26%)
Volume de negócios (VN)		579 746	599 878	599 567	726 170	721 951	687 143	(20 132)	(3%)	(107 397)	(16%)
Peso dos gastos/VN = (4)/(5)		50,92%	47,05%	49,09%	51,75%	52,63%	58,32%	3,87%	8,23%	(7,40%)	(13%)

Lei OE 2015 - Art.º 61 n.º3

(em milhares de EUR)

Comunicações	Linha com 2014	4 583	4 571	4 947	5 730	6 121	5 889	12	0,26%	(1 306)	(22%)
Deslocações/Estadas	Linha com 2014	1 821	1 690	1 805	3 381	3 110	3 575	131	7,74%	(1 753)	(49%)
Ajudas de custo	Linha com 2014	142	590	582	0	0	0	(448)	(76%)	142	

Número de Trabalhadores		3 253	3 234	3 321	5 342	5 318	n.a.	19	1%	n.a.	n.a.
Número de Efetivos		3 110	3 072	3 154	5 244	5 285	n.a.	38	1%	n.a.	n.a.
Número de Cargos de Direção		94	164	163	209	225	n.a.	(70)	(43%)	n.a.	n.a.
N.ºTrabalhadores/Cargos Direção		35	20	20	26	24		15	75%		

Viaturas

(em milhares de EUR)

N.º de viaturas	Menor que 2014	1 267	1 286	1 359	n.a.	n.a.	n.a.	(19)	(1%)	n.a.	n.a.
Gastos com viaturas	Menor que 2014	4 181	4 514	4 879	n.a.	n.a.	n.a.	(332)	(7%)	n.a.	n.a.

Convém salientar que o PRC foi em 2015 forte e negativamente condicionado pelos impactos do processo de reestruturação do Grupo AdP. Com efeito, este condicionalmente é explicado, quer por via da redução do volume de negócios de, sensivelmente 20MEur (resultado da redução tarifária e da alteração de metodologias de faturação), quer através da necessidade de incorrer em gastos diretamente relacionados com o supracitado processo e com o processo de alienação da EGF (aproximadamente 3,1 milhões de EUR). Uma análise similar, retiradas as condicionantes acima referidas aponta para um valor de PRC de 2015 em linha com o constatado em 2014.

**Do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme previsto no artigo 28º do Decreto-Lei n.º n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no artigo 125.º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, em caso de ter sido autorizada exceção, deverá ser indicado o Despacho autorizador, assim como a data de entrega da receita do Estado do montante de juros auferido em incumprimento da UTE**

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam, da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constituiu-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente como objetivo final o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada. Nesse sentido:

- acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
- encetou negociações logo em 1997 com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de EUR;
- em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, tendo vindo a culminar com a concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1 472 milhões de EUR;
- apoiou a montagem de uma linha de apoio aos financiamentos do setor dos resíduos sólidos junto do BEI, no montante total de 145 milhões de EUR, destinados a financiar parcialmente os investimentos da última fase;
- dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS iniciou um processo de acesso aos mercados externos em 2003, concretizando uma colocação privada de dívida a 10 anos no Japão em 2005 e procedendo a três emissões de obrigações com colocação privada em 2007, a 15 e 20 anos, num total de 600 milhões de EUR;
- iniciou contactos com entidades externas para colocação de dívida de longo prazo, com o objetivo de preparação do mercado para a colocação futura deste tipo de dívida para financiamento das necessidades do Grupo.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais na componente relativa ao investimento e fundo de manuseio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais tem a ver com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado, até ao presente, ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas existentes ao nível dos sistemas do interior. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido ao Grupo manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplicou os seus excedentes permanentes de tesouraria junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., mantendo os excedentes temporários como caução das linhas de financiamento de curto prazo obtidas junto do sistema financeiro, de forma a servir de garantia da continuação dos apoios por parte dos bancos, tendo pedido para tal, e nos termos da lei, autorização às tutelas para a dispensa parcial de cumprimento para esta componente dos excedentes não permanentes, autorização essa concedida em termos anuais, e que foi concedida para 2015.

A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade das empresas do Grupo AdP são desenvolvidas pela AdP SGPS, no âmbito do seu objeto social, procurando a *holding* criar os meios necessários para fazer face às necessidades das sociedades que constam do seu portefólio, tendo sempre presente o objetivo de manter o equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras do Grupo, com reduzidos impactos na atividade de exploração das suas empresas participadas. Os excedentes permanentes de tesouraria foram aplicados junto do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, mantendo-se os excedentes temporários como caução das linhas de financiamento de curto prazo obtidas. Para este efeito foi solicitada pela AdP SGPS, nos termos do artigo 124.º, n.º 1, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a dispensa do cumprimento do princípio de unidade de tesouraria do Estado (PUTE). Esta dispensa foi, nos termos da referida lei, conferida às empresas do Grupo AdP através do Despacho n.º 834/2015 emitido pela Senhora Secretária de Estado do Tesouro.

**Adicionalmente, deverão ser divulgadas as recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas, bem como das medidas tomadas para a sua adoção e o respetivo resultado**

Em 2015, não houve recomendações do Tribunal de Contas à AdP SGPS.



Deverá, ainda, ser preenchido o quadro infra relativo à informação que se encontrava divulgada a 31 de dezembro de 2015 no sítio da internet do SEE (portal da DGTF)

Informação a constar no Site do SEE	S	N	Divulgação		Comentários
			NA	Data Atualização	
Estatutos			X		<i>vide nota</i>
Caracterização da Empresa			X		<i>vide nota</i>
Função de tutela e acionista			X		<i>vide nota</i>
Modelo de Governo/ Membros dos Órgãos Sociais:			X		<i>vide nota</i>
Identificação dos Órgãos Sociais			X		<i>vide nota</i>
Estatuto remuneratório fixado			X		<i>vide nota</i>
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais			X		<i>vide nota</i>
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração			X		<i>vide nota</i>
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais			X		<i>vide nota</i>
Esforço Financeiro Público			X		<i>vide nota</i>
Ficha Síntese			X		<i>vide nota</i>
Informação Financeira histórica e atual			X		<i>vide nota</i>
Princípios de Bom Governo			X		<i>vide nota</i>
Regulamentos internos e externos a que a Empresa está sujeita			X		<i>vide nota</i>
Transações relevantes com entidades relacionadas			X		<i>vide nota</i>
Outras transações			X		<i>vide nota</i>
Análise de sustentabilidade económica, social e ambiental			X		<i>vide nota</i>
- Económico			X		<i>vide nota</i>
- Social			X		<i>vide nota</i>
- Ambiental			X		<i>vide nota</i>
Avaliação do cumprimento dos Princípios de Bom Governo			X		<i>vide nota</i>
Código de Ética			X		<i>vide nota</i>

Legenda: S – Sim; N – Não; NA - Não Aplicável

Nota: Conforme orientações da DGTF, a AdP não divulga informação no sítio do SEE na internet em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	NA		
<b>Objetivos de Gestão:</b>	X			Superado	De acordo com os objetivos de gestão anuais estabelecidos a avaliação global de Desempenho seria Superado caso o valor atingido fosse superior a 2,5
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>	X			2,8%	Redução face a 2014 em função duma maior eficiência da estrutura de financiamento e da melhoria das condições de financiamento
<b>Limite de Crescimento do Endividamento</b>	X			Redução de 323,7 mil EUR	
<b>Evolução do PMP a fornecedores</b>	X			Redução em 16 dias. Resultante de 57 no 4º trimestre de 2014 e 41 dias cada cada ano no 4º trimestre de 2015	Aproximadamente 75% da dívida de fornecedores é para com empresas do Grupo (Serviços Partilhados). Em média o prazo diminuiu de 2014 para 2015. Contudo esta variação foi negativamente influenciada pelo aumento da dívida de, fornecedores em dezembro. Saliente-se que o prazo atingido tem também inerente a gestão centralizada da tesouraria corporativa (gestão dos pagamentos e recebimentos) entre a AdP SGPS e as restantes empresas do Grupo, em particular da AdP Serviços.
<b>Atrasos nos Pagamentos (Arrears)</b>	X			37 217 EUR	Em linha com o verificado em 2014 (valores imateriais)
<b>Recomendações do Acionista na aprovação de contas</b> Recomendação 1 Recomendação 2 Etc.			X		Não foram feitas recomendações na aprovação de contas
<b>Remunerações:</b> Não atribuição de prémios de gestão, nos termos Art.º 41º da Lei 82-B/2014	X			NA	
Órgãos Sociais - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2015	X			43 287,99 EUR	
Auditor externo - redução e reversões remuneratória nos termos do Artº 75º da Lei n.º 82-B/2014	X			Total da redução remuneratória em 2015	Inclui Conselho Fiscal
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2015	X			225 447,71 EUR	
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias nos termos do Art.º 38º da Lei 82-B/2014	X			NA	
<b>EGP - artigo 32º</b> Utilização de cartões de crédito	X				
Reembolso de despesas de representação pessoal	X				
Despesas não documentadas – n.º 2 do artigo 16º do DL n.º 133/2013					
Proibição de realização de despesas não documentadas	X				
Promoção da igualdade salarial entre homens e mulheres – n.º 2 da RCM n.º 18/2014					
Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres	X			2015 www.adp.pt	
<b>Contratação Pública</b> Aplicação das normas de contratação pública pela empresa			X		A AdP SGPS não está sujeita ao regime Código de Contratação Pública, por não configurar "organismo de direito público" para efeitos daquela legislação posição sustentada em parecer jurídico da Sérvulo, Advogados, de 11 de abril de 2008.
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	X				
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		Não foram submetidos contratos a visto prévio do TC
Prevenção da Corrupção – n.º 1 do artigo 46º do DL n.º 133/2013					
Elaboração e divulgação do relatório anual	X			www.adp.pt	
<b>Auditorias do Tribunal de Contas</b> Recomendação 1			X		Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas
Recomendação 2					
Etc.					
<b>Parque Automóvel</b> N.º de viaturas	X			menos 16 viaturas	O Grupo AdP apenas contratualiza novas viaturas diretamente afetas à atividade operacional. Embora com um ligeiro decréscimo, o valor de 2015 está alinhado com 2014.
Gastos com viaturas				Menos 0,332 milhões de EUR	A variação constatada decorre do efeito de existirem viaturas em final de contrato/recondicionamento.

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	NA		
<b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas</b> (Art.º 62º da Lei 82-B/2014)		X			O PRC, foi em 2015, condicionado pelos impactos do processo de reestruturação do Grupo AdP e pelo processo de alienação da EGF. Uma análise sem estes fatores indica um valor de PRC de 2015 em linha com 2014.
<b>Redução de Trabalhadores</b> (Art.º 60º da Lei 82-B/2014)					
Nº de trabalhadores	X			3 110	Dados consolidados relativos a colaboradores ativos
Volume de negócios / N.º de trabalhadores	X			215 392	Dados consolidados relativos a colaboradores ativos
Nº de cargos dirigentes	X			94	Dados consolidados relativos a cargos de chefia com reporte direto ao Conselho de Administração
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria</b> (Art.º 125º da Lei 82-B/2014 / artigo 28.º do DL 133/2013)					
Disponibilidades Centralizadas no IGCP	X			49,4%	
Juros auferidos em incumprimento da UTE			X		Foi solicitada pela AdP SGPS, nos termos do artigo 124.º, n.º 1, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a dispensa do cumprimento do princípio de unidade de tesouraria do Estado (PUT). Esta dispensa foi, nos termos da referida lei, conferida às empresas do Grupo AdP através do Despacho n.º 834/2015 emitido pela Senhora Secretária de Estado do Tesouro.

## Perspetivas futuras

Constituindo-se como instrumento empresarial do Estado para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, o Grupo AdP tem como principal prioridade promover a universalidade, a continuidade, a qualidade do serviço e a sustentabilidade na prestação de serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

Neste contexto, e em articulação com as políticas estratégicas setoriais, continuará a desenvolver a sua atuação num quadro de racionalidade empresarial, de otimização permanente dos seus níveis de eficiência e da qualidade do serviço prestado e respeitando elevados padrões de qualidade e segurança.

Assegurar a racionalização dos investimentos necessários à prestação dos serviços, com enfoque no dimensionamento adequado das novas infraestruturas e na gestão sustentável das já existentes, e prosseguir a promoção das boas práticas, desenvolvendo soluções integradas para gestão do ciclo urbano da água continuarão a ser os principais enfoques do Grupo AdP para o futuro.

Neste contexto, destaca-se a experiência acumulada nos últimos anos, no Grupo AdP, ao nível dos estudos técnicos e económico-financeiros de conceção de sistemas integrados em "baixa", no desenvolvimento de sistemas de gestão de informação e de ferramentas de modelação técnica de longo prazo. Todo este conhecimento é uma mais-valia para os processos preparatórios de montagem de novas entidades agregadas em "baixa" e um capital de valorização de Grupo AdP enquanto parceiro no apoio à concretização dessas novas soluções.

A materialização de projetos e soluções inovadoras nas diversas áreas de atividade do Grupo das empresas do Grupo AdP, suportada numa cultura de inovação crescente será também uma aposta a prosseguir. O desenvolvimento dos projetos que já estão no terreno e o reforço da investigação e desenvolvimento de novas abordagens no contexto do novo paradigma da economia circular, adaptação às alterações climáticas com aumento dos níveis de eficiência e resiliência serão aspetos centrais da estratégia de inovação do Grupo, assim como a continuação da aposta na dinamização de parcerias ao nível nacional e internacional com centros de investigação e com outros parceiros do setor, com resultados na disponibilização de produtos e serviços com dimensão internacional.

A promoção de valores socialmente responsáveis, nomeadamente através da prossecução de objetivos sociais e ambientais e da competitividade no mercado e do desenvolvimento socioeconómico das regiões, a par da sensibilização e satisfação dos clientes e do investimento na valorização profissional e pessoal dos colaboradores continuará igualmente a pautar a atuação do Grupo.

No que respeita à reorganização do setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, o Grupo AdP prosseguirá a sua atuação nos termos definidos pelo Governo, visando apoiar a contínua melhoria da eficiência na prestação de serviços e a promoção da coesão territorial, valorizando soluções que conciliem o indispensável crescimento económico com um menor consumo de recursos naturais e promovam a equidade social e a qualidade de vida das populações.

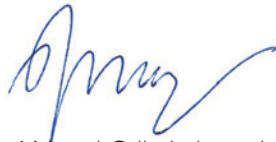
## Considerações finais

O Conselho de Administração reconhece e agradece o empenho a todos os que, direta e indiretamente, promoveram a concretização dos objetivos do Grupo AdP para o exercício de 2015, designadamente:

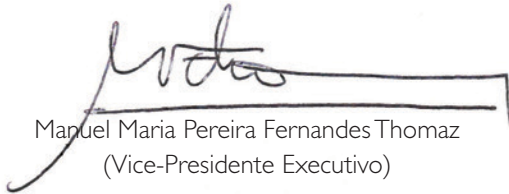
- aos colaboradores de todas as empresas do Grupo pelo esforço, dedicação, competência e profissionalismo com que desempenharam as tarefas que lhes foram confiadas;
- aos Administradores e Gestores pelo empenho na liderança e gestão de elevada qualidade nas várias empresas do Grupo;
- aos Membros dos Órgãos Sociais pelo acompanhamento isento e competente da atividade da empresa;
- aos Acionistas pelas orientações, empenho, confiança e apoio concedidos;
- aos Clientes, parceiros privados e instituições financeiras, pela renovada confiança;
- à Entidade Reguladora pela disponibilidade e colaboração;
- às Entidades Oficiais nacionais e internacionais do setor do ambiente com quem se mantiveram relações institucionais cordiais e profícuas ao longo do ano;
- aos senhores Ministros e demais membros dos gabinetes dos Ministérios da tutela sectorial e financeira do Grupo AdP.

Lisboa, 21 de abril de 2016

### O Conselho de Administração



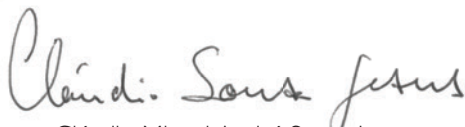
Afonso José Marçal Grilo Lobato de Faria  
(Presidente)



Manuel Maria Pereira Fernandes Thomaz  
(Vice-Presidente Executivo)



Gonçalo Ayala Martins Barata  
(Vogal Executivo)



Cláudio Miguel André Sousa Jesus  
(Vogal Executivo)



José Manuel Leitão Sardinha  
(Vogal Executivo)



José Manuel Barros  
(Vogal não Executivo)

## Proposta de aplicação dos resultados

O resultado líquido da AdP SGPS no exercício de 2015 ascendeu a 143.609.084,00 EUR (cento e quarenta e três milhões, seiscentos e nove mil, e oitenta e quatro EUR).

Considerando o exposto, o Conselho de Administração, nos termos do artigo 19º do contrato de sociedade e dos artigos 31º a 33º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe que o resultado líquido do exercício de 2015, apurado nas demonstrações financeiras individuais, tenha a seguinte aplicação.

- Para Reserva legal – 7.180.454,00 EUR (sete milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e cinquenta e quatro EUR);
- Para Resultados transitados – 96.786.609,00 EUR (noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e seis mil, seiscentos e nove EUR), decorrente da obrigação de aplicação do montante da mais-valia gerada em resultado do processo de alienação da participação financeira na EGF, para amortização de dívida (artigo 17º do Decreto-Lei nº45/2014, de 20 de março).
- Para Resultados transitados – 16.230.783,00 EUR (dezasseis milhões, duzentos e trinta mil, setecentos e oitenta e três EUR), para resultados transitados;
- Para distribuição de dividendos – 23.411.238,00 EUR (vinte e três milhões, quatrocentos e onze mil, duzentos e trinta e oito EUR).

Lisboa, 21 de abril de 2016

## Anexo ao Relatório

Na data de encerramento do exercício de 2015, o capital social da AdP SGPS era integralmente detido pelos seguintes acionistas:

Acionistas	%	Ações	Valor (EUR)
Parcaixa, SGPS, S.A.	19,00	16 511 000	82 555 000
Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	81,00	70 389 000	351 945 000
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>86 900 000</b>	<b>434 500 000</b>

Em cumprimento com as disposições legais vigentes, informa-se que não se encontram em mora quaisquer dívidas ao Setor Público Estatal.

# Relatório do Administrador não Executivo

## **Relatório do Administrador não Executivo sobre o desempenho dos Administradores Executivos**

### **1. Introdução**

Nos termos do artigo 7º do Decreto-Lei 8/2012, de 18 de janeiro, na qualidade de Administrador não Executivo cumpre-me apresentar um relatório sobre o desempenho dos Administradores Executivos.

### **2. Atividade**

Nos termos da lei, e no exercício das competências que o Estatuto do Gestor Público e os estatutos da sociedade determinam, acompanhei, com as limitações decorrentes da qualidade de administrador não executivo, a gestão da empresa ao longo do exercício de 2015 podendo por isso dar nota do desempenho da Comissão Executiva e de cada um dos membros.

Tanto quanto é do meu conhecimento, a informação apresentada quer no Relatório de Gestão quer no Relatório de Governo Societário traduz de forma adequada a atividade desenvolvida pela sociedade ao longo do ano de 2015 e cumpre, em termos gerais, o quadro normativo específico para as empresas que integram o Setor Empresarial do Estado.

Em particular, e conforme detalhadamente se evidencia no Relatório de Gestão, é de salientar que as orientações legais foram cumpridas, tendo igualmente sido respeitadas as normas e os princípios sobre Práticas de Bom Governo definidas no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e nos regulamentos emitidos sobre a matéria pela Direção Geral do Tesouro e Finanças, verificando-se que o Relatório do Governo Societário segue as normas constantes dos artº 54º do referido diploma e o modelo constante das orientações recebidas, incluindo uma grelha referente às práticas de boa governação societária.

### **3. Parecer**

No âmbito da atividade desenvolvida e do acompanhamento efetuado nada chegou ao meu conhecimento que me impeça de manifestar uma apreciação globalmente positiva sobre o desempenho dos Administradores Executivos podendo ainda dar testemunho do seu empenho e diligência na condução dos negócios da sociedade, com rigor e transparência, tendo sempre em vista o cumprimento das orientações estratégicas definidas.

Lisboa, 21 de abril de 2016

O Administrador não Executivo



**José Manuel Barros**







# As Contas

Demonstrações Financeiras  
de 2015



A large, textured green watercolor brushstroke that serves as a background for the text. The color transitions from a darker green at the top to a lighter, yellowish-green at the bottom, with irregular, feathered edges.

*As Contas*

# Demonstrações financeiras separadas

## Índice

Demonstração da posição financeira .....	119
Demonstração dos resultados do período .....	120
Demonstração do rendimento integral .....	120
Demonstração das variações do capital próprio .....	121
Demonstração dos fluxos de caixa .....	122
Notas às demonstrações financeiras .....	123
<b>1. Atividade económica da AdP SGPS S.A. ....</b>	<b>123</b>
1.1 Introdução .....	123
1.2 Atividade .....	123
1.3 Acionistas .....	123
1.4 Aprovação das demonstrações financeiras .....	124
<b>2. Políticas contabilísticas .....</b>	<b>124</b>
2.1 Bases de apresentação .....	124
2.2 Participações financeiras em subsidiárias e associadas .....	126
2.3 Conversão cambial .....	127
2.4 Ativos fixos tangíveis .....	128
2.5 Ativos intangíveis .....	129
2.6 Ativos e passivos financeiros .....	129
2.7 Hierarquia do justo valor .....	130
2.8 Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura .....	130
2.9 Clientes e outras contas a receber .....	131
2.10 Caixa e equivalentes de caixa .....	131
2.11 Imparidade .....	131
2.12 Capital .....	132
2.13 Dividendos a pagar .....	132
2.14 Subsídios do governo .....	132
2.15 Provisões, ativos e passivos contingentes .....	132
2.16 Fiscalidade .....	133
2.17 Rédito .....	133
2.18 Trabalhos para a própria entidade .....	133
2.19 Gastos e perdas .....	133
2.20 Eventos subsequentes .....	134
<b>3. Políticas de gestão do risco financeiro .....</b>	<b>134</b>
3.1 Fatores de risco .....	134
3.2 Risco de crédito .....	134
3.3 Risco de taxa de câmbio .....	135
3.4 Risco de liquidez .....	135
3.5 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro .....	135
3.6 Risco de capital .....	135
<b>4. Estimativas e julgamentos .....</b>	<b>136</b>
4.1 Provisões e ajustamentos .....	136
4.2 Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis .....	136
4.3 Imparidade .....	136
4.4 Justo valor de derivados .....	136
<b>5. Factos relevantes que afetam a comparabilidade dos exercícios .....</b>	<b>137</b>
5.1 Classificação do Grupo EGF como detido para venda/operações descontinuadas .....	137
5.2 Reorganização territorial .....	137
<b>6. Instrumentos financeiros por categoria do IAS 39 .....</b>	<b>138</b>
<b>7. Ativos fixos tangíveis .....</b>	<b>138</b>
7.1 Movimentos do período .....	138
<b>8. Investimentos financeiros .....</b>	<b>139</b>

8.1	Movimentos do período .....	139
8.2	Valor individual das participações .....	140
<b>9.</b>	<b>Empréstimos a empresas do Grupo (médio e longo prazo) .....</b>	<b>141</b>
9.1	Movimentos do período .....	141
<b>10.</b>	<b>Clientes .....</b>	<b>142</b>
<b>11.</b>	<b>Empresas do Grupo .....</b>	<b>143</b>
11.1	Imposto - consolidado fiscal .....	143
<b>12.</b>	<b>Outras contas a receber - correntes .....</b>	<b>143</b>
<b>13.</b>	<b>Imposto sobre o rendimento do exercício .....</b>	<b>143</b>
13.1	Cálculo do imposto .....	144
13.2	Taxa efetiva do imposto .....	144
13.3	Imposto do exercício .....	144
<b>14.</b>	<b>Caixa e equivalentes de caixa .....</b>	<b>144</b>
<b>15.</b>	<b>Capital próprio .....</b>	<b>145</b>
15.1	Resultado Líquido e rendimento integral por ação .....	145
<b>16.</b>	<b>Provisões .....</b>	<b>145</b>
16.1	Movimentos do período .....	145
<b>17.</b>	<b>Empréstimos .....</b>	<b>146</b>
17.1	Empréstimos por maturidade .....	146
17.2	Empréstimos por tipo de taxa .....	146
<b>18.</b>	<b>Instrumentos financeiros derivados .....</b>	<b>146</b>
<b>19.</b>	<b>Fornecedores .....</b>	<b>147</b>
<b>20.</b>	<b>Outros passivos correntes .....</b>	<b>147</b>
20.1	Estado e outros entes públicos .....	147
20.2	Consolidado fiscal .....	148
<b>21.</b>	<b>Prestação de serviços .....</b>	<b>148</b>
<b>22.</b>	<b>Fornecimentos e serviços externos .....</b>	<b>149</b>
<b>23.</b>	<b>Gastos com pessoal .....</b>	<b>149</b>
23.1	Remunerações dos órgãos sociais .....	149
23.2	Número de pessoas ao serviço da empresa .....	150
<b>24.</b>	<b>Amortizações, depreciações e reversões do exercício .....</b>	<b>150</b>
<b>25.</b>	<b>Outros gastos operacionais .....</b>	<b>150</b>
<b>26.</b>	<b>Outros rendimentos operacionais .....</b>	<b>150</b>
<b>27.</b>	<b>Gastos financeiros .....</b>	<b>150</b>
<b>28.</b>	<b>Rendimentos financeiros .....</b>	<b>151</b>
<b>29.</b>	<b>Rendimentos de participações financeiras .....</b>	<b>151</b>
<b>30.</b>	<b>Ativos e passivos detidos para venda e resultados de operações descontinuadas .....</b>	<b>151</b>
<b>31.</b>	<b>Transações com entidades relacionadas .....</b>	<b>152</b>
<b>32.</b>	<b>Ativos e passivos contingentes .....</b>	<b>152</b>
<b>33.</b>	<b>Informações exigidas por diploma legal .....</b>	<b>153</b>
<b>34.</b>	<b>Litígios e contingências .....</b>	<b>153</b>
<b>35.</b>	<b>Informações relevantes .....</b>	<b>153</b>
35.1	Alienação do Grupo EGF .....	153
35.2	Reorganização territorial do Grupo AdP .....	153
<b>36.</b>	<b>Eventos subsequentes .....</b>	<b>154</b>

## Demonstração da posição financeira

	Notas	2015	2014
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativo fixo tangível	7	304	929
Investimentos financeiros	8	704 377 712	699 377 087
Empréstimos a empresas do Grupo	9	450 214 071	208 616 172
		<b>1 154 592 087</b>	<b>907 994 188</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Clientes	10	15 530 855	12 338 524
Empresas do Grupo	11	23 901 838	126 038 718
Outras contas a receber	12	2 083 553	3 052 971
Imposto do exercício	13	28 727	1 906 084
Caixa e equivalentes de caixa	14	72 947 967	148 963 703
		<b>114 492 940</b>	<b>292 300 000</b>
Ativos detidos para venda	30	-	66 066 525
<b>Total do ativo</b>		<b>1 269 085 027</b>	<b>1 266 360 713</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital social	15	434 500 000	434 500 000
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas		25 571 780	25 571 780
Reserva de justo valor		(2 200 772)	(2 749 242)
Reservas legais		20 730 230	18 331 201
Resultados transitados		100 810 338	79 219 074
Resultado líquido do exercício		143 609 084	47 980 586
<b>Total do capital próprio</b>		<b>723 020 660</b>	<b>602 853 399</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	16	18 536 439	16 453 370
Empréstimos bancários	17	500 000 000	500 000 000
Instrumentos financeiros derivados	18	15 725 111	18 159 628
		<b>534 261 550</b>	<b>534 612 998</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Empréstimos bancários	17	5 000 000	107 014 660
Fornecedores	19	870 368	640 643
Outras contas a pagar	20	5 932 449	20 918 126
		<b>11 802 817</b>	<b>128 573 429</b>
Passivos detidos para venda	30	-	320 887
<b>Total do passivo</b>		<b>546 064 367</b>	<b>663 507 314</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>		<b>1 269 085 027</b>	<b>1 266 360 713</b>

### O Conselho de Administração

Afonso José Marçal Grilo Lobato de Faria (Presidente)  
 Manuel Maria Pereira Fernandes Thomaz (Vice-Presidente Executivo)  
 Gonçalo Ayala Martins Barata (Vogal Executivo)  
 Cláudio Miguel André Sousa Jesus (Vogal Executivo)  
 José Manuel Leitão Sardinha (Vogal Executivo)  
 José Manuel Barros (Vogal não Executivo)

### O Técnico Oficial de Contas

Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

## Demonstração dos resultados do período

	Notas	2015	2014
Prestação de serviços	21	9 639 205	10 471 614
<b>Volume de negócios</b>		<b>9 639 205</b>	<b>10 471 614</b>
Fornecimentos e serviços externos	22	(8 669 936)	(4 810 377)
Gastos com pessoal	23	(4 455 036)	(4 392 590)
Amortizações do exercício	24	(625)	(1 127)
Provisões e reversões do exercício	16	(2 083 069)	(3 445 386)
Outros gastos operacionais	25	(78 893)	(108 249)
Outros proveitos e ganhos operacionais	26	216 164	993 033
<b>Resultados operacionais</b>		<b>(5 432 190)</b>	<b>(1 293 082)</b>
Gastos financeiros	27	(11 176 229)	(18 275 375)
Rendimentos financeiros	28	23 215 472	27 477 937
Ganhos de participações financeiras	29	134 961 796	39 399 104
<b>Resultados financeiros</b>		<b>147 001 039</b>	<b>48 601 666</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>141 568 849</b>	<b>47 308 584</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	13	(3 096 121)	(3 015 735)
<b>Resultado líquido das operações continuadas</b>		<b>138 472 728</b>	<b>44 292 849</b>
Resultado líquido das operações descontinuadas	30	5 136 356	3 687 737
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>143 609 084</b>	<b>47 980 586</b>
<b>Resultado por ação (básico e diluído)</b>	<b>16</b>	<b>1,65</b>	<b>0,55</b>

## Demonstração do rendimento integral

	2015	2014
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>143 609 084</b>	<b>47 980 586</b>
Justo valor dos instrumentos de cobertura de fluxo de caixa	548 470	(2 031 079)
<b>Rendimento integral</b>	<b>144 157 554</b>	<b>45 949 507</b>
<b>Rendimento integral por ação</b>	<b>1,66</b>	<b>0,53</b>

### O Conselho de Administração

Afonso José Marçal Grilo Lobato de Faria (Presidente)  
 Manuel Maria Pereira Fernandes Thomaz (Vice-Presidente Executivo)  
 Gonçalo Ayala Martins Barata (Vogal Executivo)  
 Cláudio Miguel André Sousa Jesus (Vogal Executivo)  
 José Manuel Leitão Sardinha (Vogal Executivo)  
 José Manuel Barros (Vogal não Executivo)

### O Técnico Oficial de Contas

Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro



## Demonstração das variações do capital próprio

	Capital Social	Ajustamentos partes capital	Reserva legal	Out. reservas Instr. cobertura fluxo caixa	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
<b>Saldos 31 dezembro 2013</b>	<b>434 500 000</b>	<b>26 056 136</b>	<b>15 001 702</b>	<b>(718 163)</b>	<b>46 974 232</b>	<b>66 589 986</b>	<b>588 403 893</b>
Realização das reservas de reavaliação (filiais)	-	(484 356)	-	-	484 356	-	-
MTM dos ajustamentos de cobertura	-	-	-	(2 031 079)	-	-	(2 031 079)
Aplicação do resultado de 2013	-	-	3 329 499	-	63 260 486	(66 589 986)	(1)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(31 500 000)	-	(31 500 000)
Resultado líquido do exercício de 2014	-	-	-	-	-	47 980 586	47 980 586
<b>Saldos 31 dezembro 2014</b>	<b>434 500 000</b>	<b>25 571 780</b>	<b>18 331 201</b>	<b>(2 749 242)</b>	<b>79 219 074</b>	<b>47 980 586</b>	<b>602 853 399</b>
Realização das reservas de reavaliação (filiais)	-	-	-	-	-	-	-
MTM dos ajustamentos de cobertura	-	-	-	548 470	-	-	548 470
Aplicação do resultado de 2014	-	-	2 399 029	-	45 581 557	(47 980 586)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(23 990 293)	-	(23 990 293)
Resultado líquido do exercício de 2015	-	-	-	-	-	143 609 084	143 609 084
<b>Saldos 31 dezembro 2015</b>	<b>434 500 000</b>	<b>25 571 780</b>	<b>20 730 230</b>	<b>(2 200 772)</b>	<b>100 810 338</b>	<b>143 609 084</b>	<b>723 020 660</b>

### O Conselho de Administração

Afonso José Marçal Grilo Lobato de Faria (Presidente)  
 Manuel Maria Pereira Fernandes Thomaz (Vice-Presidente Executivo)  
 Gonçalo Ayala Martins Barata (Vogal Executivo)  
 Cláudio Miguel André Sousa Jesus (Vogal Executivo)  
 José Manuel Leitão Sardinha (Vogal Executivo)  
 José Manuel Barros (Vogal não Executivo)

### O Técnico Oficial de Contas

Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

## Demonstração dos fluxos de caixa

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Atividades operacionais</b>		
Recebimento de clientes	31 790 098	61 026 146
Pagamentos a fornecedores	(8 313 090)	(5 520 200)
Pagamentos ao pessoal		
Vencimentos	(2 088 328)	(1 871 231)
Segurança Social	(994 129)	(990 911)
Outros	(122 700)	(134 295)
Recebimento/ (pagamento) de Imposto sobre o rendimento e IVA	2 354 074	(20 424 959)
Outros recebimentos/(pagamentos) relacionados com a atividade operacional	(1 616 751)	(756 728)
<b>Total das atividades operacionais (1)</b>	<b>21 009 174</b>	<b>31 327 822</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	140 165 519	5 807 478
Apoios de tesouraria	154 244 684	12 750 000
Suprimentos	169 285 843	10 008 520
Juros e proveitos similares	439 488	2 651 282
Dividendos	40 175 188	40 409 521
<b>Subtotal</b>	<b>504 310 722</b>	<b>71 626 801</b>
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(3 618 303)	(27 114 680)
Apoios de tesouraria	(57 363 464)	(53 100 000)
Suprimentos	(406 883 742)	(30 272 174)
Ativos fixos tangíveis	-	(789)
<b>Subtotal</b>	<b>(467 865 509)</b>	<b>(110 487 643)</b>
<b>Total das atividades de investimento (2)</b>	<b>36 445 213</b>	<b>(38 860 842)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	22 500 000	20 000 000
<b>Subtotal</b>	<b>22 500 000</b>	<b>20 000 000</b>
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(122 500 000)	(20 455 822)
Juros e gastos similares	(9 479 829)	(11 500 868)
Dividendos	(23 990 294)	(31 500 000)
<b>Subtotal</b>	<b>(155 970 123)</b>	<b>(63 456 690)</b>
<b>Total das atividades de financiamento (3)</b>	<b>(133 470 123)</b>	<b>(43 456 690)</b>
Fluxo de caixa das operações descontinuadas	-	8 639 183
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>	<b>(76 015 736)</b>	<b>(42 350 527)</b>
<b>Efeitos das diferenças de câmbio</b>		
Caixa e seus equivalentes no início do período	148 963 703	191 314 230
Caixa e seus equivalentes no fim do período	72 947 967	148 963 703
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(76 015 736)</b>	<b>(42 350 527)</b>

### O Conselho de Administração

Afonso José Marçal Grilo Lobato de Faria (Presidente)  
 Manuel Maria Pereira Fernandes Thomaz (Vice-Presidente Executivo)  
 Gonçalo Ayala Martins Barata (Vogal Executivo)  
 Cláudio Miguel André Sousa Jesus (Vogal Executivo)  
 José Manuel Leitão Sardinha (Vogal Executivo)  
 José Manuel Barros (Vogal não Executivo)

### O Técnico Oficial de Contas

Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

# Notas às demonstrações financeiras

## I. Atividade económica da AdP S.G.P.S., S.A.

### I.1. Introdução

A AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. (adiante designada também por AdP, ou Empresa) foi constituída em 29 de setembro de 1993, tendo a sua sede social na Rua Visconde Seabra n.º3, em Lisboa. A AdP tem como atividade principal a gestão de participações sociais, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

### I.2. Atividade

A AdP foi constituída em 1993, tendo-lhe sido cometida a responsabilidade pelo desenvolvimento, em Portugal, dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas. Em 1996, a missão da empresa assumiu maior abrangência, iniciando-se um processo de diversificação ao nível dos segmentos de negócio e ao nível geográfico, alargando a sua intervenção ao segmento dos sistemas de distribuição de água e de recolha de efluentes diretamente às populações servidas, nos mercados nacional e internacional. No exercício de 2000, no quadro das orientações estratégicas conducentes à consolidação do principal grupo empresarial na área do ambiente, a AdP passou a deter a totalidade do capital da Empresa Geral do Fomento, S.A. (EGF) e, através desta, o controlo das suas participadas, às quais fora atribuída a responsabilidade pelo desenvolvimento dos sistemas multimunicipais de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2004, de 16 de junho, que definiu as linhas gerais para um modelo de reestruturação do setor das Águas em Portugal, redefiniu o posicionamento estratégico do Grupo AdP, centrado na conclusão do ciclo de infraestruturas de saneamento básico e instrumental na referida reestruturação empresarial do setor. O Grupo AdP deveria assim prosseguir a sua atividade em áreas *core* e alienar ou autonomizar as demais. Em março de 2005, o Programa do XVII Governo Constitucional enfatiza o contributo do Grupo AdP para o desafio nacional que representa a qualificação das infraestruturas ambientais e a respetiva gestão, de forma a se alcançarem níveis de atendimento próprios dos países desenvolvidos, antecipando uma estratégia para o setor empresarial das águas e dos resíduos alternativa à que decorre da Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2004. As orientações formuladas apontam para a consolidação deste grupo empresarial, dotado de condições para assegurar o desenvolvimento da política pública de ambiente para o setor em domínios como o abastecimento de água, o saneamento e o tratamento de resíduos, sem prejuízo do estabelecimento de parcerias estratégicas que permitam reforçar a sua capacidade de resposta, desenvolver capacidades nacionais e estruturar os investimentos, tendo em vista as metas do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR) e do Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU). O despacho conjunto n.º 169/2006 dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional aprovou a recomendação ao conselho de administração da AdP sobre a missão da empresa no mandato em curso, onde, por Unidade de Negócio, são definidas as respetivas missões e orientações. O modelo de negócio prevaemente no âmbito do Grupo AdP assenta nos contratos de concessão estabelecidos entre o Estado Português e cada uma das empresas participadas do Grupo AdP, em que são estabelecidas as regras para a exploração e gestão dos respetivos sistemas multimunicipais, em regime de exclusividade por um prazo de vinte e cinco a trinta anos. As referidas concessões estabelecem os critérios de fixação e aprovação das tarifas a praticar pelas empresas em cada ano, de modo a garantir um adequado equilíbrio financeiro das concessões, obedecendo aos seguintes critérios:

- a) assegurar, dentro do período da concessão, a amortização do montante efetivo do investimento inicial a cargo da concessionária, deduzido das participações e subsídios a fundo perdido;
- b) assegurar o bom funcionamento, conservação e segurança de todos os bens afetos à concessão, bem como a substituição prevista desses bens;
- c) atender ao nível de custos necessários para uma gestão eficiente do sistema e à existência de receitas não provenientes da tarifa;
- d) assegurar o pagamento das despesas de funcionamento da Comissão de Acompanhamento, atual entidade reguladora ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), bem como assegurar uma adequada remuneração dos capitais próprios da concessionária, tendo por base a data de realização do capital.

### I.3 Acionistas

São acionistas da AdP:

	% Capital	Valor subscrito	N.º de ações	Tipo de ações
Parpública, SGPS, S.A.	81,00%	351 945 000	70 389 000	Nominativas
Parcaixa, SGPS, S.A.	19,00%	82 555 000	16 511 000	Nominativas
	<b>100,00%</b>	<b>434 500 000</b>	<b>86 900 000</b>	

## 1.4 Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 21 de abril de 2016. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

## 2. Políticas contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras separadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2015.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

### 2.1 Bases de apresentação

#### 2.1.1 Introdução

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da AdP foram preparadas segundo a base do custo histórico, exceto no que respeita aos instrumentos financeiros derivados e investimentos financeiros detidos para negociação os quais se encontram registados ao respetivo justo valor (valor de mercado). A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

#### 2.1.2 Novas normas e alteração de políticas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos, que decorram da aplicação de novas normas emitidas após 31 de dezembro de 2014.

#### 1. Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

#### 2. Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015

O conjunto das novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015, são as seguintes:

- Adoção da IFRIC 21 Taxas (Regulamento n.º 634/2014, de 13 de junho de 2014); esta interpretação diz respeito à contabilização de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa caso esse passivo seja abrangido pela IAS 37. Diz igualmente respeito à contabilização de um passivo pelo pagamento de uma taxa cujo calendário e montante são conhecidos. Contudo, esta interpretação não diz respeito à contabilização dos custos decorrentes do reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa. As entidades deverão aplicar outras normas para determinar se o reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa dá origem a um ativo ou a uma despesa, não estando igualmente abrangidas: **a)** saídas de recursos abrangidas pelo âmbito de aplicação de outras normas (como por exemplo os impostos sobre o rendimento, que são do âmbito da IAS 12 Impostos sobre o rendimento); e **b)** coimas ou outras sanções aplicadas por infração da legislação. A interpretação esclarece que uma entidade reconhece um passivo para uma taxa quando a atividade que desencadeia pagamento ocorre, tal conforme identificada pela legislação pertinente. Para uma taxa que é desencadeada ao atingir um limiar mínimo, esta interpretação clarifica que nenhuma responsabilidade deve ser antecipada antes do limite mínimo especificado ser atingido. Uma entidade deve aplicar, no relatório financeiro intercalar, os mesmos princípios de reconhecimento de taxas que aplica nas demonstrações financeiras anuais, sendo requerida aplicação retrospectiva.

- Melhoramentos anuais: ciclo de 2011-2013 (Regulamento n.º 1361/2014, de 19 de dezembro de 2014); os melhoramentos incluem emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue:

IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais – Exceções do âmbito para acordos conjuntos; as emendas clarificam que a IFRS 3 não se aplica à contabilização da formação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.

IFRS 13 Mensuração pelo justo valor – Âmbito do parágrafo 52 (exceção de “portfolio”); no contexto da exceção de mensuração do justo valor exposta no parágrafo 48, as emendas clarificam que as referências a ativos financeiros e passivos financeiros nos parágrafos 48-51 e 53-56 devem entender-se como aplicáveis a todos os contratos abrangidos e contabilizados de acordo com a IAS 39, quer preencham ou não as definições de ativos financeiros ou de passivos financeiros que constam da IAS 32.

IAS 40 Propriedades de investimento – Inter-relação IAS 40 e IFRS 13> As emendas requerem que uma entidade utilize as orientações da IAS 40 e da IFRS 3 para a contabilização da propriedade de investimento (ou negócio), não introduzindo um novo tratamento contabilístico. Estas emendas têm por objetivo clarificar que deverá ser aplicado um julgamento na determinação sobre se uma transação configura: **(i)** uma aquisição de um ativo (um grupo de ativos) que deverá ser contabilizada de acordo com a IAS 40, ou **(ii)** uma concentração de atividades que deverá ser contabilizada de acordo com a IFRS 3.

### **3. Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2016**

- Melhoramentos anuais: ciclo de 2010-2012 (Regulamento n.º 2015/28, de 17 de dezembro de 2014); os melhoramentos incluem emendas a oito normas internacionais de contabilidade, como segue:

IFRS 2 Pagamento com Base em Ações – Definições de condições de aquisição; as emendas enaltecem a definição atual de condições de aquisição (“*vesting conditions*”) por meio da adição de definições separadas para condições de desempenho e para condições de aquisição. As emendas também vêm clarificar as definições dos dois tipos de condições de aquisição (*vesting*) e de não aquisição (*non-vesting*).

IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais – Contabilização da retribuição contingente; as emendas pretendem clarificar que: **(i)** toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser mensurada pelo justo valor à data do reconhecimento inicial; **(ii)** o parágrafo 40 da IFRS 3 requer que a retribuição contingente que seja um instrumento financeiro deverá ser apresentada como capital próprio ou como passivo em conformidade com a IAS 32; e **(iii)** toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser subsequentemente mensurada ao justo valor através dos lucros ou prejuízos. Decorrentes das emendas à IFRS 3 são também emendadas a IAS 37, IAS 39 e IFRS 9.

IFRS 8 Segmentos Operacionais; as emendas vêm clarificar os requisitos de: **(i)** divulgação de juízos de valor dos órgãos de gestão na aplicação dos critérios de agregação de segmentos operacionais; e **(ii)** apresentação de reconciliação do total dos ativos dos segmentos relatáveis com os ativos da entidade.

IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis – Modelo de revalorização: as emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos tangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas – Serviços de pessoal-chave da gerência; as emendas alargam o conceito de entidade que é relacionada com uma entidade relatora a: entidades, ou qualquer membro de um grupo em que se inserem, que fornecem serviços de pessoal-chave da gerência à entidade relatora ou à sua empresa-mãe e adicionam requisitos de divulgação relacionados com prestação de serviços de pessoal-chave da gerência prestados por uma entidade de gestão

IAS 38 Ativos intangíveis – Modelo de valorização; as emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos intangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.

- IAS 19 Benefícios dos Empregados (Regulamento n.º 2015/29, de 17 de dezembro de 2014); as emendas clarificam a orientação para as entidades na atribuição de contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço e requerem que as entidades atribuam as contribuições associadas aos serviços de acordo com o parágrafo 70, ou seja, utilizando a fórmula de contribuição do plano ou um método linear. Adicionalmente, as emendas acrescentam em apêndice um guia de aplicação para as contribuições dos empregados ou de partes terceiras. Estas emendas visam a redução de complexidade por via da introdução de um expediente prático que permite a uma entidade reconhecer as contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço que são independentes do número de anos de serviço, como uma redução do custo do serviço, no período em que o serviço associado é prestado.

- Agricultura – Plantas destinadas à produção: Emendas à IAS 16 e à IAS 41 (Regulamento n.º 2015/2113, de 23 de novembro de 2015); as emendas à IAS 16 e à IAS 41 vêm determinar que as plantas exclusivamente utilizadas para o cultivo de produtos ao longo de vários períodos, designadas de plantas destinadas à produção, passam a ser contabilizadas da mesma forma que os ativos fixos tangíveis de acordo com a IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis, uma vez que a sua exploração é semelhante à das atividades industriais.

- Emendas à IFRS 11 Acordos Conjuntos (Regulamento n.º 2015/2173, de 24 de novembro de 2015); as emendas fornecem novas orientações sobre o tratamento contabilístico das aquisições de interesses em operações conjuntas cujas atividades constituem atividades empresariais, nomeadamente referindo que quando uma entidade adquire um interesse numa operação conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial, na aceção da IFRS 3, deve aplicar de forma proporcional à sua parte, todos os princípios de contabilização

das concentrações de atividades empresariais definidos na IFRS 3 e noutras IFRS, que não entrem em conflito com a IFRS 11, e deve apresentar as informações nelas exigidas em relação às concentrações de atividades empresariais. Tal aplica-se à aquisição tanto do interesse inicial como de interesses adicionais numa operação conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial.

- Clarificação dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização: Emendas à IAS 16 e à IAS 38 (Regulamento n.º 2015/2231, de 2 de dezembro de 2015); a emenda à IAS 16 vem clarificar que não é adequada a utilização de um método de depreciação de um ativo fixo tangível baseado nos proveitos gerados por uma atividade. Por outro lado, a emenda à IAS 38 vem clarificar que só em circunstâncias muito limitadas é que é possível ultrapassar a presunção de que um método de amortização de um ativo intangível baseado nos proveitos gerados pela atividade é inadequado.

- Melhoramentos anuais: ciclo 2012-2014 (Regulamento n.º 2015/2343, de 15 de dezembro de 2015), os melhoramentos incluem emendas a cinco normas internacionais de contabilidade, como segue:

IFRS 5 Ativos não correntes detidos para venda e unidade operacionais descontinuadas – As emendas vêm clarificar que se uma entidade reclassificar um ativo ou grupo para alienação diretamente de detido para venda para detido para distribuição aos proprietários, ou diretamente de detido para distribuição aos proprietários para detido para venda, a alteração na classificação passa a ser considerada uma continuação do plano inicial de alienação.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações – Vem clarificar que as emendas introduzidas através do documento Divulgações – Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros (Emendas à IFRS 7), devem ser aplicadas aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2013. As entidades devem apresentar as divulgações exigidas por essas emendas retroativamente. Vem ainda clarificar que quando uma entidade transfere um ativo financeiro, pode reter o direito ao serviço (de dívida) ao ativo financeiro em troca de comissões incluídas, por exemplo, num contrato por serviço. A entidade avalia o contrato por serviço para decidir se a entidade mantém um envolvimento continuado em resultado desse contrato para efeito dos requisitos de divulgação.

IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro - As emendas a esta Norma estão diretamente relacionadas com as emendas efetuadas à IFRS 7 anteriormente referidas.

IAS 19 Benefícios dos Empregados – As emendas vêm clarificar que para as moedas (passa a ser independente do país) para as quais não haja um mercado ativo em obrigações de alta qualidade de empresas, devem ser usados os rendimentos de mercado (no fim do período de relato) em obrigações governamentais expressas nessa moeda.

IAS 34 Relato Financeiro Intercalar – As emendas vêm clarificar que as divulgações evidenciadas no parágrafo 16-A da IAS 34 devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras intercalares ou por referência cruzada às demonstrações financeiras intercalares, em outras demonstrações que estejam disponíveis aos utentes das demonstrações financeiras nas mesmas condições e na mesma altura que as demonstrações financeiras intercalares. Se os utentes das demonstrações financeiras intercalares não têm acesso à informação incluída por referência cruzada nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar está incompleto.

- Iniciativa de divulgação: Emendas à IAS 1 (Regulamento n.º 2015/2406, de 18 de dezembro de 2015); as alterações à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras visam melhorar a eficácia da divulgação e incentivar as empresas a aplicarem o seu julgamento profissional na determinação das informações a divulgar nas suas demonstrações financeiras aquando da aplicação da IAS 1.

- Método da Equivalência Patrimonial no âmbito das Demonstrações Financeiras Separadas: Emendas à IAS 27 (Regulamento n.º 2015/2441, de 19 de dezembro de 2015); as alterações à IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas consistem em permitir que as entidades possam utilizar o método da equivalência patrimonial, tal como descrito na IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, para contabilizar os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas suas demonstrações financeiras separadas.

As alterações e emendas nas normas acima referidas ou não são aplicáveis ou não é expectável que da sua adoção resulte qualquer efeito relevante nas demonstrações financeiras da AdP.

## 2.2 Participações financeiras em subsidiárias e associadas

As participações financeiras são reconhecidas no balanço da AdP na data da obtenção de controlo ou influência significativa, ou de negociação ou da contratação, que é a data em que a AdP se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Na transição as participações financeiras foram reconhecidas de acordo com o custo presumido ou custo considerado (parágrafo 31, IFRS 1), ou seja pelo valor que foi transposto das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o anterior normativo naquela data, em alternativa ao custo de aquisição. No momento inicial, as participações financeiras são reconhecidas pelo custo de aquisição acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis. Estes ativos são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da AdP ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) a AdP tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii)

não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a AdP tenha transferido o controlo sobre os ativos. O reconhecimento de dividendos é registado em resultados na data em que estes forem declarados.

As empresas do Grupo são (ver nota 5.2):

Unidade de Negócio/ Empresa	Sede	% de capital detido		Capital social
<b>Água e Saneamento</b>				
Águas do Norte, S.A.	Vila Real	59,59%	EUR	152 198 130
Águas do Centro Litoral, S.A.	Coimbra	60,33%	EUR	39 974 868
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	Guarda	59,38%	EUR	167 807 560
Águas do Algarve, S.A.	Faro	54,0%	EUR	29 230 875
Águas de Santo André, S.A.	Vila Nova de Santo André	100,0%	EUR	1 000 000
AgdA - Águas Públicas Alentejo, S.A.	Beja	51,0%	EUR	500 000
AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	Aveiro	51,0%	EUR	15 000 000
EPAL, S.A.	Lisboa	100,0%	EUR	150 000 000
<b>Internacional</b>				
AdP Internacional, S.A.	Lisboa	100,0%	EUR	175 000
Águas de Timor, S.A.	Dili - Timor-Leste	100,0%	EUR	5 002
Águas do Brasil, S.A.	Rio de Janeiro - Brasil	100,0%	BRL	2 050 100
Aquatec, Lda.	Maputo - Moçambique	100,0%	MZN	2 476 580
<b>Corporativos</b>				
AdP Serviços, S.A.	Lisboa	100,0%	EUR	50 000
Aquasis, S.A.	Lisboa	55,0%	EUR	50 000
AdP Energias, S.A.	Lisboa	100,0%	EUR	250 000
<b>Associadas</b>				
Trevo Oeste, S.A.	Alcobaça	43,2%		1 336 085

## 2.3 Conversão cambial

### 2.3.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da AdP estão mensuradas na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da AdP e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

### 2.3.2 Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas, são assim registadas em resultados do exercício ou em "Outras reservas", consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da AdP de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

### 2.3.3 Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

País	Moeda	31.12.2015		31.12.2014	
		médio	final	médio	final
Brasil	Reais	4,23	4,31	3,22	3,25
Cabo Verde	Escudo C.V.	110,27	110,27	110,27	110,27
Moçambique	Meticais	43,53	49,29	38,53	40,67
Japão	Iene	132,34	131,07	145,23	147,06
E.U.A.	USD	1,09	1,09	1,22	1,23

Fonte: Banco de Portugal

## 2.4 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor de balanço.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até ao momento em que ficam disponíveis para uso.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nas seguintes percentagens:

Naturezas	Taxa anual máxima
Edifícios e outras construções	2,00%
Equipamento básico	12,50%
Equipamento de transporte	25,00%
Ferramentas e utensílios	14,28%
Equipamento administrativo	14,28%

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela AdP. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

### 2.4.1 Locação

As locações de ativos, relativamente aos quais a AdP detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem são classificadas como locações financeiras. Serão igualmente de classificar como locações financeiras, acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza, sendo a sua classificação feita em função da substância e não da forma do contrato. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação sendo a responsabilidade reconhecida, líquida de encargos financeiros, em outros passivos a longo prazo. Os ativos adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo, e o prazo do contrato de locação. Todas as outras locações serão classificadas como locações operacionais. Os pagamentos destas são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período de locação.



## 2.5 Ativos intangíveis

### 2.5.1 Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de *software*, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*. Os custos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de 3 a 6 anos.

## 2.6 Ativos e passivos financeiros

### 2.6.1 Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros a AdP são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento e é determinada no momento de reconhecimento inicial (data da negociação – *trade date*) dos investimentos e reavaliada em cada data de relato subsequente. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. A AdP classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **i)** empréstimos e contas a receber; **ii)** investimentos detidos até à maturidade; **iii)** investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (detido para negociação); **iv)** ativos financeiros disponíveis para venda.

#### Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas: **(i)** ativos originados do decurso normal das atividades operacionais e outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar; e **(ii)** investimentos efetuados nas empresas com concessões multimunicipais, que de acordo com as condições particulares dos contratos de concessão subjacentes, se qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, para que reflitam o seu valor realizável líquido.

São registadas perdas por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a AdP não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; incumprimento há mais de 6 meses; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

#### Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a AdP tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

#### Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados

Esta categoria engloba: **(i)** os ativos financeiros de negociação que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo; **(ii)** os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Nesta categoria integram-se os derivados que não se qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura.

As alterações de justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício. Estes ativos são classificados como ativos correntes se forem detidos para venda ou se for expectável a sua realização num período de 12 meses, após a data do balanço.

#### Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: **(i)** a empresa tem intenção de manter por tempo indeterminado; **(ii)** são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou **(iii)** não se enquadram nas categorias acima referidas. São apresentados como ativos não correntes, exceto se houver a intenção de os alienar nos 12 meses seguintes à data de balanço.

Após o reconhecimento individual, os ativos disponíveis para venda são registados ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda, sendo as respetivas variações de justo valor reconhecidas diretamente nos capitais próprios, na rubrica de "Reserva de justo valor", até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. No caso dos instrumentos de capital um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor abaixo do custo é determinante para determinar a existência de imparidade.

Os instrumentos de capital que não sejam participações em empresas participadas, empreendimentos conjuntos ou associadas, são classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a IAS 39. Caso não exista valor de mercado, estes ativos são mantidos ao custo de aquisição, sujeitos a testes de imparidade.

### 2.6.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: **(i)** passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; **(ii)** outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos obtidos e Fornecedores e outras contas a pagar.

#### Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados, incluem passivos não derivados com o objetivo de vender no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não se qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados são reconhecidos em resultados do período.

#### Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecida em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se a AdP for liquidar o passivo nos próximos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor; e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

## 2.7 Hierarquia do justo valor

Os ativos e passivos financeiros da AdP mensurados ao justo valor são classificados de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor previstos na IFRS 7: **Nível 1**, justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência do balanço. Neste nível incluem-se essencialmente instrumentos de capital, dívida (por exemplo NYSE Euronext) e futuros cotados em mercados ativos; **Nível 2**, o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação. Os principais *inputs* dos modelos utilizados são observáveis no mercado. Neste nível incluem-se por exemplo os derivados *over-the-counter*; e **Nível 3**, o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado. O quadro com os ativos e passivos financeiros ao justo valor classificados por nível é apresentado na nota 6.

## 2.8 Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

A AdP utiliza derivados com o único objetivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra sujeito. De acordo com as suas políticas financeiras, a AdP não utiliza derivados para especulação. Apesar de os derivados contratados pela AdP corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos se qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos do IAS 39. Os instrumentos que não se qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são registados no balanço pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em resultados financeiros. Sempre que disponível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado. Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

## 2.8.1 Contabilidade de cobertura

A contabilidade de cobertura é utilizada sempre que exista uma relação entre o elemento coberto e o instrumento de cobertura, que verifique as seguintes condições:

- i) à data do início da relação de cobertura a mesma encontra-se identificada e formalmente documentada;
- ii) existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação (prospectivamente) e ao longo da operação (retrospectivamente);
- iii) para operações de cobertura de fluxos de caixa, os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer;
- iv) a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como tendo sido altamente eficaz durante todo o período de relato financeiro para o qual a cobertura foi designada.

A 1 de janeiro de 2012, reuniram-se os requisitos necessários exigidos pelo IAS 39, para que um dos derivados que a empresa tem sejam considerados como de cobertura. As variações do justo valor dos instrumentos financeiros de derivados que sejam classificados como de cobertura são registadas diretamente em capital próprio.

## 2.9 Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados ao Grupo no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de perdas por imparidade.

## 2.10 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até seis meses. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

## 2.11 Imparidade

### 2.11.1 Imparidade de ativos financeiros

A AdP analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

#### Ativos financeiros disponíveis para venda

No caso de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, um declínio prolongado ou significativo no justo valor do instrumento abaixo do seu custo é considerado como um indicador que os instrumentos se encontram em imparidade. Se alguma evidência semelhante existir para ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, a perda acumulada – mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, menos qualquer perda por imparidade do ativo financeiro que já tenha sido reconhecida em resultados – é removida de capitais próprios e reconhecida na demonstração de resultados. Perdas por imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são revertidas através da demonstração de resultados.

#### Clientes, devedores e outros ativos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que a AdP não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: (i) análise de incumprimento; (ii) dificuldades financeiras do devedor; (iii) probabilidade de falência do devedor.

As perdas por imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou de outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

### 2.11.2 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos da AdP são analisados à data de cada balanço de forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Para os outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço. É determinado o valor recuperável dos ativos da AdP para os quais existem indicações de potenciais perdas por imparidade. Sempre que o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a AdP efetua uma análise da imparidade, no entanto na medida em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

#### **Determinação da quantia recuperável dos ativos**

A quantia recuperável dos valores a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

#### **Reversão de perdas por imparidade**

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

## **2.12 Capital**

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

## **2.13 Dividendos a pagar**

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

## **2.14 Subsídios do governo**

Os subsídios (relacionados com ativos) para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a AdP cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

## **2.15 Provisões, ativos e passivos contingentes**

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AdP divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

#### **Ativos e passivos contingentes**

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

## 2.16 Fiscalidade

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando a AdP seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em "Outras reservas" consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

## 2.17 Rédito

O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos.

### 2.17.1 Prestação de serviços

O rédito é reconhecido com base na prestação do serviço, no período em que esta ocorre.

### 2.17.2 Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

Quando uma conta a receber é ajustada por imparidade, a AdP reduz o seu valor contabilístico para o seu valor recuperável, no entanto os *cash-flows* futuros estimados continuam a ser descontados à taxa de juro efetiva inicial (antes da imparidade) e a regularização do desconto a ser considerado como um rendimento de juros.

### 2.17.3 Dividendos a receber

Os dividendos serão reconhecidos quando o direito do acionista for estabelecido, o que geralmente ocorre por decisão da Assembleia-Geral da subsidiária ou associada.

## 2.18 Trabalhos para a própria entidade

Nesta rubrica são reconhecidos os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

## 2.19 Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

## 2.20 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

## 3. Políticas de gestão do risco financeiro

### 3.1 Fatores de risco

As atividades da AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de taxa de juro, risco fluxos de caixa associado à taxa de juro). O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

### 3.2 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a AdP. A AdP está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes e a suprimentos concedidos. Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado (às empresas do Grupo). No entanto dada a situação económica e financeira particular do país no último ano, com consequências diretas junto das autarquias locais o não pagamento às empresas do Grupo pode ter implicações diretas no risco de crédito. O Grupo AdP tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de mora junto de alguns municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida das empresas do Grupo. As perdas por imparidade para contas a receber são calculadas considerando: **i)** o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; **ii)** o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e **iii)** a condição financeira do cliente.

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdP ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2015, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

<b>Ativos financeiros bancários</b>	<b>2015</b>
Depósitos à ordem	8 647 536
Depósitos a prazo	64 300 000
	<b>72 947 536</b>

<b>Rating</b>	<b>2015</b>
Ba1	34 747 000
B1	891 183
Caa1	23 860 811
Ba3	896 032
Baa1	554 713
Baa3	47 024
Caa2	11 679 976
n.a	270 797
	<b>72 947 536</b>

Nota: notação de *rating* da Moody's obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2016.

### 3.3 Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio, deriva fundamentalmente do financiamento em moeda estrangeira e de futuras transações comerciais. Este risco consubstancia-se no financiamento em moeda estrangeira e em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional da AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando *swaps* centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos. A AdP possui investimentos denominados em moeda estrangeira, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco de taxa de câmbio pela conversão, bem como financiamentos em moeda estrangeira expostos ao risco de taxa de câmbio. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é gerida através da contratação de empréstimos na mesma moeda, e dos empréstimos com *swaps* de cobertura de taxa de câmbio.

### 3.4 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida fluuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida fluuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A AdP efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos. Neste último exercício esta prática tem sido altamente condicionada pelas conhecidas dificuldades em aceder aos mercados de crédito em Portugal, bem como pelo crescente aumento das dívidas de clientes.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdP por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

<b>2015</b>	<b>&lt; 1 ano</b>	<b>1 a 5 anos</b>	<b>&gt; 5 anos</b>
Financiamentos	5 000 000	-	500 000 000
Fornecedores e outros passivos	6 802 817	-	-

<b>2014</b>	<b>&lt; 1 ano</b>	<b>1 a 5 anos</b>	<b>&gt; 5 anos</b>
Financiamentos	107 014 660	-	500 000 000
Fornecedores e outros passivos	21 558 769	-	-

### 3.5 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro da AdP advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AdP ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AdP ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A AdP gere o risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, mediante a contratação de *swaps* que permitam a conversão de empréstimos com juros calculados à taxa variável em empréstimos com juros calculados à taxa fixa.

#### Análise de sensibilidade à variação de taxa de juro

		<b>2015</b>	<b>2014</b>
Juros suportados	Real	6 655 209	8 225 135
Juros suportados	tx média +1%	11 705 209	12 686 445
Juros suportados	tx média -1%	1 605 209	6 730 899

### 3.6 Risco de capital

O objetivo da AdP em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face balanço é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas participadas. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Empréstimos não correntes	500 000 000	500 000 000
Empréstimos correntes	5 000 000	107 014 660
Disponibilidades	(72 947 967)	(148 963 703)
<b>Dívida</b>	<b>432 052 033</b>	<b>458 050 957</b>
Total do capital próprio	723 020 660	602 853 399
<b>Capital</b>	<b>1 155 072 693</b>	<b>1 060 904 356</b>
<b>Dívida/ Total do capital</b>	<b>0,37</b>	<b>0,43</b>

## 4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AdP são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

### 4.1 Provisões e ajustamentos

A AdP analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A AdP é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências (nota 16).

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### 4.2 Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para a determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

### 4.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AdP, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à AdP. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da AdP não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados. Se por efeito da avaliação atualmente em curso for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da AdP.

### 4.4 Justo valor de derivados

O justo valor dos instrumentos financeiros que não têm mercado ativo, é determinado com base em avaliações que refletem o *mark-to-market* desses instrumentos. A AdP utiliza o julgamento para a seleção das técnicas de avaliação e os pressupostos a utilizar para a avaliação dos derivados contratados à data do reporte financeiro.



## 5. Factos relevantes que afetam a comparabilidade dos exercícios

### 5.1 Classificação do Grupo EGF como detido para venda/operações descontinuadas

Através do Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março, o Governo aprovou o processo de reprivatização da EGF mediante a alienação de 100% das ações representativas do seu capital social, detido pela AdP. O mesmo diploma determinou ainda que o processo de alienação se faria por concurso público internacional estabelecendo as fases do mesmo bem como o direito de aquisição dos trabalhadores de 5% de capital social da EGF e determinou a opção de venda e direitos de preferência a conceder aos municípios acionistas das entidades gestoras de sistemas multimunicipais nas quais a EGF é acionista. Na Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2014, de 3 de abril, publicada no Diário da República de 8 de abril, o Governo aprovou o caderno de encargos que regula os termos do concurso público de alienação e determinou a sua abertura. Em 31 de julho de 2014, 4 dos 7 concorrentes convidados à apresentar propostas vinculativas para a aquisição das ações da EGF efetivaram as suas propostas. Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 55-B/2014, de 19 de setembro, foi selecionado o Agrupamento SUMA, constituído pelas empresas Suma - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A., Mota - Engil Ambiente e Serviços, SGPS, S.A. e Urbaser, S.A., como vencedor do concurso público de reprivatização da EGF. No dia 6 de novembro de 2014 foi assinado o contrato de compra e venda de 95% do capital social da EGF entre a AdP. e a Suma Tratamento, S.A., empresa constituída pelos membros do Agrupamento SUMA. Os restantes 5% do capital estão reservados para aquisição pelos trabalhadores do universo EGF, a ocorrer após a conclusão da transação. No final de Julho de 2015, e após decisão favorável da Autoridade da Concorrência, efetuou-se, a transmissão das ações representativas de 95% do capital social desta empresa à SUMA Tratamento, S.A., pelo montante de 154 milhões de EUR, tendo sido gerada uma mais-valia contabilística de 96,7 milhões de EUR, registada em rendimentos de participações sociais. As presentes demonstrações financeiras apresentam os saldos, as operações e os resultados do Grupo EGF como detido para venda/operações descontinuadas (ver nota 30), em 2014 e nos primeiros seis meses de 2015, tal como preconizado no IFRS 5.

### 5.2 Reorganização territorial

Realizaram-se no dia 30 de junho de 2015, tal como previsto nos respetivos decretos-lei publicados a 29 de maio do mesmo ano, as primeiras assembleias gerais das três novas empresas regionais responsáveis pela gestão dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, do Centro Litoral de Portugal e de Lisboa e Vale do Tejo. Com o início da atividade destas empresas, o Grupo Águas de Portugal (Grupo AdP) finalizou o processo de reorganização territorial das suas operações de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, mediante a extinção de 15 empresas e simultânea criação de 3 novas entidades gestoras: Águas do Norte, Águas do Centro Litoral e Águas de Lisboa e Vale do Tejo, cujo sistema será operado pela EPAL.

A Águas do Norte, S.A. foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, mediante a agregação das empresas Águas do Douro e Paiva, S.A., Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., Simdouro – Saneamento do Grande Porto, S.A. e Águas do Noroeste, S.A., integradas no Grupo Águas de Portugal. Em sequência, foi-lhe atribuída, pelo Estado Português, em regime de exclusivo, a concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, pelo prazo de trinta anos. O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Centro Litoral de Portugal foi criado a 29 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 92/2015, e resulta da agregação do sistema multimunicipal de saneamento da ria de Aveiro (Simria), criado pelo Decreto-Lei n.º 101/97, de 26 de abril, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 329/2000, de 22 de dezembro, do sistema multimunicipal de saneamento do Lis (Simlis), criado pelo Decreto-Lei n.º 543/99, de 13 de dezembro, e do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Baixo Mondego-Bairrada (Águas do Mondego), criado pelo Decreto-Lei n.º 172/2004, de 17 de julho. A concessão da exploração e da gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Centro Litoral de Portugal foi atribuída, por um período de 30 anos, à sociedade Águas do Centro Litoral, S.A., que sucede nos direitos e obrigações às três Sociedades extintas, a saber: SIMRIA - Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, S.A., concessionária do sistema multimunicipal de saneamento da Ria de Aveiro; SIMLIS – Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A., concessionária do sistema multimunicipal de saneamento do Lis; e a Águas do Mondego - Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Baixo Mondego - Bairrada, S.A., concessionária do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Baixo Mondego - Bairrada. A Águas de Lisboa e Vale do Tejo é uma sociedade anónima de capitais públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, com a gestão delegada atribuída à EPAL, e que resulta da agregação, que conduziu à extinção, das seguintes empresas: Águas do Zêzere e Côa (AA+SAR), Água do Centro (AA+SAR), Águas do Oeste (AA+SAR), Simtejo (SAR), Sanest (SAR), Simarsul (SAR), Águas do Norte Alentejano (AA+SAR), Águas do Centro Alentejo (AA+SAR). A concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo foi atribuída à Águas de Lisboa e Vale do Tejo e à EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A, a sua gestão delegada. As novas sociedades sucedem nos direitos e obrigações das anteriores empresas, sendo para estas transferidos todos os seus ativos e passivos.

## 6. Instrumentos financeiros por categoria do IAS 39

	Empréstimos e contas a receber (ativos)	Passivos ao custo amortizado	Passivos ao justo valor por resultados	Passivos ao justo valor por capital próprio	Total	Não classificados como instrum. financeiros	Total de balanço a 2015
Ativo fixo tangível	-	-	-	-	-	304	304
Investimentos financeiros	-	-	-	-	-	704 377 712	704 377 712
Empréstimos a empresas do Grupo	450 214 071	-	-	-	450 214 071	-	450 214 071
Outras contas a receber	2 083 553	-	-	-	2 083 553	-	2 083 553
Clientes	15 530 855	-	-	-	15 530 855	-	15 530 855
Empresas do Grupo	23 901 838	-	-	-	23 901 838	-	23 901 838
Imposto do exercício	28 727	-	-	-	28 727	-	28 727
Caixa e equivalentes de caixa	72 947 967	-	-	-	72 947 967	-	72 947 967
<b>Total do ativo</b>	<b>564 707 011</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>564 707 011</b>	<b>704 378 016</b>	<b>1 269 085 027</b>
Provisões	-	-	-	-	-	18 536 439	18 536 439
Empréstimos bancários	-	505 000 000	-	-	505 000 000	-	505 000 000
Instrumentos financeiros derivados	-	-	11 085 953	4 639 158	15 725 111	-	15 725 111
Fornecedores	-	870 368	-	-	870 368	-	870 368
Outros credores	-	5 932 449	-	-	5 932 449	-	5 932 449
<b>Total do passivo</b>	<b>-</b>	<b>511 802 817</b>	<b>11 085 953</b>	<b>4 639 158</b>	<b>527 527 928</b>	<b>18 536 439</b>	<b>546 064 367</b>

	Empréstimos e contas a receber (ativos)	Passivos ao custo amortizado	Passivos ao justo valor por resultados	Passivos ao justo valor por capital próprio	Total	Não classificados como instrum. financeiros	Total de balanço a 2014
Ativo fixo tangível	-	-	-	-	-	929	929
Investimentos financeiros	-	-	-	-	-	760 028 618	760 028 618
Empréstimos a empresas do Grupo	208 616 172	-	-	-	208 616 172	-	208 616 172
Outras contas a receber	3 052 971	-	-	-	3 052 971	-	3 052 971
Clientes	12 753 518	-	-	-	12 753 518	-	12 753 518
Empresas do Grupo	131 038 718	-	-	-	131 038 718	-	131 038 718
Imposto do exercício	1 295 173	-	-	-	1 295 173	-	1 295 173
Caixa e equivalentes de caixa	148 963 703	-	-	-	148 963 703	-	148 963 703
<b>Total do ativo</b>	<b>505 720 255</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>505 720 255</b>	<b>760 029 547</b>	<b>1 265 749 802</b>
Provisões	-	-	-	-	-	17 064 281	17 064 281
Empréstimos bancários	-	607 014 660	-	-	607 014 660	-	607 014 660
Instrumentos financeiros derivados	-	-	12 972 000	5 187 628	18 159 628	-	18 159 628
Fornecedores	-	640 643	-	-	640 643	-	640 643
Outros credores	-	20 628 102	-	-	20 628 102	-	20 628 102
<b>Total do passivo</b>	<b>-</b>	<b>628 283 405</b>	<b>12 972 000</b>	<b>5 187 628</b>	<b>646 443 033</b>	<b>17 064 281</b>	<b>663 507 314</b>

### Hierarquia do justo valor

	31 de dezembro de 2015			31 de dezembro de 2014		
	nível 1	nível 2	nível 3	nível 1	nível 2	nível 3
<b>Passivos financeiros ao justo valor por resultados</b>						
Derivados		11 085 953			(33 684 031)	
<b>Passivos financeiros ao justo valor por rendimento integral</b>						
Derivados		4 639 158			(5 187 628)	

## 7. Ativos fixos tangíveis

	2015	2014
Equipamento administrativo	304	929
	304	929

### 7.1 Movimentos do período

Ativo bruto	2014	Adições	Diminuições	2015
Equipamento administrativo	108 828	-	-	108 828
	108 828	-	-	108 828

Amortizações e ajustamentos	2014	Adições	Diminuições	2015
Equipamento administrativo	(107 899)	(625)	-	(108 524)
	<b>(107 899)</b>	<b>(625)</b>	-	<b>(108 524)</b>

## 8. Investimentos financeiros

	2015	2014
Investimentos financeiros em filiais	696 588 562	692 970 258
Investimentos financeiros em outras empresas (a)	3 032 576	-
Outros investimentos financeiros	4 756 574	6 406 829
	<b>704 377 712</b>	<b>699 377 087</b>

(a) Corresponde a 5% da participação financeira detida na EGF. Nos termos do DL 45/2014, estes 5% serão destinados aos trabalhadores do Grupo EGF, mediante resolução do Conselho de Ministros.

### 8.1 Movimentos do período

	2015	2014
<b>Saldo inicial</b>	<b>692 970 258</b>	<b>747 707 109</b>
Aumento de capital	1 005 293	5 030 557
Quinhora de prejuízos	2 613 011	884 123
Reclassificação para ativos detido para venda	-	(60 651 531)
<b>Saldo final</b>	<b>696 588 562</b>	<b>692 970 258</b>

No corrente exercício a AdP acompanhou o aumento de capital verificado na AgdA e na Águas do Norte. Efetuou ainda uma cobertura de prejuízos por entrada de numerário na AdP Internacional (quinhoar de prejuízos).

## 8.2 Valor individual das participações

		<b>2015</b>	<b>2014</b>
EPAL		366 116 761	366 116 761
Águas do Norte		110 680 401	-
Águas do Centro Litoral		36 454 976	-
Águas de Lisboa e Vale do Tejo		131 171 006	-
Águas do Noroeste	(a)	-	58 758 627
Águas do Zêzere e Côa	(c)	-	29 451 416
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	(a)	-	28 284 126
Águas do Centro	(c)	-	26 360 773
Águas do Algarve		25 834 640	25 834 640
Simtejo	(c)	-	24 636 148
Simria	(b)	-	19 406 641
Águas do Oeste	(c)	-	18 772 261
Simarsul	(c)	-	16 792 440
Águas do Douro e Paiva	(a)	-	11 656 901
Águas do Mondego	(b)	-	11 170 388
Simdouro	(a)	-	11 730 000
AdRA - Águas da Região de Aveiro		7 650 000	7 650 000
Águas do Norte Alentejano	(c)	-	6 062 066
AdP Internacional		9 531 575	6 918 563
Sanest	(c)	-	5 915 483
Simlis	(b)	-	5 877 947
AdP Energias		4 733 226	4 733 226
Águas do Centro Alentejo	(c)	-	3 180 419
Águas de Santo André		2 298 412	2 298 412
AdP Serviços		587 465	587 465
AgdA - Águas Públicas do Alentejo		1 530 000	775 455
Aquasis		100	100
<b>Filiais</b>		<b>696 588 562</b>	<b>692 970 258</b>
Trevo Oeste		572 991	572 991
Imparidade de investimento financeiro		(572 991)	(572 991)
<b>Associadas</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>		<b>696 588 562</b>	<b>692 970 258</b>

(a) Saldos transferidos para a Águas do Norte; | (b) Saldos transferidos para a Águas do Centro Litoral; | (c) Saldos transferidos para a Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

## 9. Empréstimos a empresas do Grupo (médio e longo prazo)

		<b>2015</b>	<b>2014</b>
Águas do Algarve		35 000 000	40 000 000
Águas do Norte		220 316 514	-
Águas do Centro Litoral		63 000 000	-
Águas de Lisboa e Vale do Tejo		77 450 000	-
AgdA - Águas Públicas do Alentejo		37 000 000	-
AdRA - Águas da Região de Aveiro		13 300 000	-
AdP Serviços		4 000 000	-
Águas do Noroeste	(a)	-	35 961 565
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	(a)	-	40 000 000
Águas do Centro	(a)	-	27 000 000
Simria	(a)	-	25 000 000
Simdouro	(a)	-	20 600 000
Águas do Zêzere e Côa	(a)	-	13 000 000
Águas do Norte Alentejano	(a)	-	5 907 050
Simarsul	(a)	-	1 000 000
Águas do Brasil		91 800	91 800
Trevo Oeste		55 757	55 757
		<b>450 214 071</b>	<b>208 616 172</b>

(a) Valores reclassificados em resultado do processo de reorganização territorial referido na nota 5.2.

### 9.1 Movimentos do período

		<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Saldo inicial</b>		<b>208 616 172</b>	<b>192 352 517</b>
Reembolso (Águas do Algarve)		(5 000 000)	(5 000 000)
Reembolso (Simarsul)		-	(1 000 000)
Reembolso (Águas do Noroeste)		-	(3 981 102)
Transferência para corrente (Águas do Noroeste)		-	(4 000 000)
Suprimento (Águas de Lisboa e Vale do Tejo)		30 542 950	-
Suprimento (Águas do Centro Litoral)		38 000 000	-
Suprimento (Águas do Norte)		123 754 949	-
Suprimento (AdRA - Águas da Região de Aveiro)		13 300 000	-
Suprimento (AgdA - Águas Públicas do Alentejo)		37 000 000	-
Suprimento (AdP Serviços)		4 000 000	-
Suprimento (Águas do Norte Alentejano)		-	3 192 000
Suprimento (Águas do Centro)		-	27 000 000
Suprimento (Trevo Oeste)		-	32 757
Suprimento (Águas do Brasil)		-	20 000
<b>Saldo final</b>		<b>450 214 071</b>	<b>208 616 172</b>

## 10. Clientes

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Águas do Norte	7 744 795	-
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	5 685 753	-
EPAL	765 876	284 002
AgdA - Águas Públicas do Alentejo	419 255	411 085
EGF	252 079	-
AdRA - Águas da Região de Aveiro	198 862	228 041
Águas do Centro Litoral	121 543	-
AdP Internacional	103 110	125 232
AdP Serviços	92 423	77 605
Águas do Algarve	73 210	2 448 365
Águas de Santo André	51 309	126 998
Aquasis	10 691	32 124
AdP Energias	8 157	14 361
Trevo Oeste	3 792	1 829
Águas do Noroeste	-	2 548 045
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	-	1 920 654
Águas do Norte Alentejano	-	1 322 775
Águas do Zêzere e Côa	-	703 695
Simarsul	-	504 866
Águas do Centro	-	370 877
Simdouro	-	311 452
Águas do Mondego	-	294 080
Simtejo	-	160 534
Águas do Douro e Paiva	-	119 027
Simlis	-	98 880
Águas do Oeste	-	86 416
Águas do Centro Alentejo	-	83 771
Simria	-	32 911
Sanest	-	30 787
Outros saldos de clientes	-	112
	<b>15 530 855</b>	<b>12 338 524</b>

## 11. Empresas do Grupo

	2015	2014
Águas do Norte	7 744 684	-
Águas do Centro Litoral	1 700 000	-
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	4 485 780	-
Águas do Noroeste	-	34 400 000
Águas do Zêzere e Côa	-	21 700 000
AgdA - Águas Públicas do Alentejo	-	20 000 000
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	-	13 944 684
Águas do Mondego	-	8 417 000
Águas do Oeste	-	8 000 000
AdP Internacional	7 000 000	7 000 000
Águas do Norte Alentejano	-	2 750 000
AdP Serviços	700 000	1 500 000
AdP Energias	1 200 000	1 200 000
Aquasis	636 000	436 000
Consolidado fiscal	435 374	6 690 904
Outros	-	130
	<b>23 901 838</b>	<b>126 038 718</b>

Com exceção da rubrica Consolidado fiscal, os montantes apresentados no quadro acima correspondem a empréstimos de curto prazo (apoios de tesouraria).

### 11.1 Imposto - consolidado fiscal

Consolidado fiscal	2015	2014
AdP Serviços	126 589	142 594
Águas de Santo André	308 655	-
EPAL	-	6 545 716
AdP Energias	-	2 594
Aquasis	130	-
	<b>435 374</b>	<b>6 690 904</b>

## 12. Outras contas a receber - correntes

	2015	2014
Rendimentos a faturar	724 958	1 479 430
Juros de depósitos a prazo	1 700	123 492
Encargos bancários	448 739	542 840
Seguros	86 934	82 405
Estado e outros entes públicos	807 286	807 286
Outros saldos de outros devedores	13 936	17 518
	<b>2 083 553</b>	<b>3 052 971</b>

## 13. Imposto sobre o rendimento do exercício

	2015	2014
Imposto do exercício	3 060 035	3 118 222
Insuficiência/ (excesso) de estimativa do período anterior	36 086	(102 487)
	<b>3 096 121</b>	<b>3 015 735</b>

### 13.1 Cálculo do imposto

	2015	2014
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>141 568 849</b>	<b>47 308 584</b>
Resultados de operações descontinuadas	5 136 356	3 687 737
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>146 705 205</b>	<b>50 996 321</b>
Dividendos recebidos	(40 175 187)	(41 399 104)
Mais-valia da alienação de investimentos financeiros	(96 786 609)	-
Outros ajustamentos	2 083 394	1 626 144
<b>Matéria coletável</b>	<b>11 826 803</b>	<b>11 223 361</b>
IRC 21%   23%	2 483 629	2 581 373
Derrama 1,5%	177 402	168 350
Derrama estadual	396 340	366 168
<b>Coleta de IRC e Derrama (a recuperar)/ a pagar</b>	<b>3 057 371</b>	<b>3 115 891</b>
Tributação autónoma	2 664	2 331
<b>Imposto corrente</b>	<b>3 060 035</b>	<b>3 118 222</b>
Pagamento por conta	415 809	7 981 284
Retenções na fonte	909 554	2 151 043
Imposto corrente do perímetro fiscal	1 691 234	(5 108 021)
Outros	72 165	-
	<b>28 727</b>	<b>1 906 084</b>

### 13.2 Taxa efetiva do imposto

	2015	2014
<b>Resultado antes de impostos - ajustado</b>	<b>146 705 205</b>	<b>50 996 321</b>
Taxa de imposto	22,77%	26,87%
	<b>33 405 008</b>	<b>13 704 387</b>
Mais-valia	(21 776 985)	-
Dividendos	(9 039 417)	(10 142 780)
Outros acréscimos provisões	468 764	(445 714)
Tributação autónoma	2 664	2 329
<b>Imposto corrente</b>	<b>3 060 034</b>	<b>3 118 222</b>
Taxa efetiva de imposto	2,1%	6,1%

### 13.3 Imposto do exercício

	2015	2014
IRC 21%   23%	2 483 629	2 581 373
Derrama	177 402	168 350
Derrama estadual	396 340	366 168
Tributação autónoma	2 664	2 331
<b>Imposto do ano</b>	<b>3 060 035</b>	<b>3 118 222</b>

## 14. Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Depósitos à ordem	8 647 536	7 843 981
Depósitos a prazo	64 300 000	134 816 000
Caixa	431	6 303 722
	<b>72 947 967</b>	<b>148 963 703</b>

O montante registado em 2014 em caixa resulta de cheques recebidos nos últimos dias do ano, e que foram depositados nos primeiros dias de janeiro.



## 15. Capital próprio

Acionistas a 31.12.2015	% Capital	Valor subscrito	N.º de ações	Tipo de ações
Parpública, SGPS, S.A.	81%	351 945 000	70 389 000	Nominativas
Parcaixa, SGPS, S.A.	19%	82 555 000	16 511 000	Nominativas
	<b>100%</b>	<b>434 500 000</b>	<b>86 900 000</b>	

### 15.1 Resultado líquido e rendimento integral por ação

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Resultado líquido do exercício	<b>143 609 084</b>	47 980 586
Número de ações	<b>86 900 000</b>	86 900 000
<b>Resultado por ação</b>	<b>1,65</b>	<b>0,55</b>

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Rendimento integral	<b>144 157 554</b>	45 949 507
Número de ações	<b>86 900 000</b>	86 900 000
<b>Resultado por ação</b>	<b>1,66</b>	<b>0,53</b>

## 16. Provisões

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Responsabilidades com filiais e associadas	<b>13 536 439</b>	11 453 370
Outras responsabilidades	<b>5 000 000</b>	5 000 000
	<b>18 536 439</b>	<b>16 453 370</b>

A provisão relacionada com subsidiárias e associadas resulta de responsabilidades maioritariamente para com a área internacional. A provisão reconhecida em outras responsabilidades está relacionada com potenciais responsabilidades contratuais.

### 16.1 Movimentos do período

	<b>2014</b>	<b>Dotações</b>	<b>2015</b>
Responsabilidades com filiais e associadas	11 453 370	2 083 069	<b>13 536 439</b>
Outras responsabilidades	5 000 000	-	<b>5 000 000</b>
	<b>16 453 370</b>	<b>2 083 069</b>	<b>18 536 439</b>

	<b>2013</b>	<b>Dotações</b>	<b>2014</b>
Responsabilidades com filiais e associadas	8 007 984	3 445 386	11 453 370
Outras responsabilidades	5 000 000	-	5 000 000
	<b>13 007 984</b>	<b>3 445 386</b>	<b>16 453 370</b>

## 17. Empréstimos

	2015	2014
Empréstimos obrigacionistas	500 000 000	500 000 000
<b>Empréstimos não correntes</b>	<b>500 000 000</b>	<b>500 000 000</b>
Empréstimos de curto prazo	5 000 000	5 000 000
Empréstimos em moeda estrangeira - JPY	-	100 000 000
Ajustamento cambial dos JPY's	-	(18 697 371)
Swap de cobertura cambial	-	20 712 031
<b>Empréstimos correntes</b>	<b>5 000 000</b>	<b>107 014 660</b>
<b>Empréstimos totais</b>	<b>505 000 000</b>	<b>607 014 660</b>

### 17.1 Empréstimos por maturidade

	2015	2014
Até 1 ano	5 000 000	107 014 660
De 1 a 2 anos	-	-
De 2 a 3 anos	-	-
De 3 a 4 anos	-	-
De 4 a 5 anos	-	-
Superior a 5 anos	500 000 000	500 000 000
	<b>505 000 000</b>	<b>607 014 660</b>

### 17.2 Empréstimos por tipo de taxa

Taxa de juro variável	2015	2014
Até 1 anos	5 000 000	107 014 660
De 1 a 2 anos	-	-
De 2 a 3 anos	-	-
Superior a 3 anos	500 000 000	500 000 000
	<b>505 000 000</b>	<b>607 014 660</b>

## 18. Instrumentos financeiros derivados

Swap	Risco coberto	Notional	Maturidade	Justo valor 2015	Justo valor 2014	Em resultados 2015	Em rendimento integral 2015
Mitsubishi – tx de câmbio	Taxa de câmbio EUR/JPY	100000000	2015	-	(20 712 031)	20 712 031	-
Atualização cambial	Taxa de câmbio EUR/JPY	100000000	2015	-	18 697 371	(18 697 371)	-
<b>Subtotal</b>				-	<b>(2 014 660)</b>	<b>2 014 660</b>	-
City Bank - tx de juro	Taxa de juro	50000000	2022	(11 085 953)	(12 972 000)	1 886 047	-
BBVA – tx de juro	Taxa de juro	20000000	2023	(4 639 158)	(5 187 628)	-	548 470
<b>Subtotal</b>				<b>(15 725 111)</b>	<b>(18 159 628)</b>	<b>1 886 047</b>	<b>548 470</b>
<b>Total</b>				<b>(15 725 111)</b>	<b>(20 174 288)</b>	<b>3 900 707</b>	<b>548 470</b>

Swap	Risco coberto	Notional	Maturidade	Justo valor 2014	Justo valor 2013	Em resultados 2014	Em rendimento integral 2014
Mitsubishi – tx de câmbio	Taxa de câmbio EUR/JPY	100000000	2015	(20 712 031)	(22 127 077)	1 415 046	-
Atualização cambial	Taxa de câmbio EUR/JPY	100000000	2015	18 697 371	18 410 857	286 514	-
<b>Subtotal (1)</b>				<b>(2 014 660)</b>	<b>(3 716 220)</b>	<b>1 701 560</b>	-
City Bank - tx de juro	Taxa de juro	50000000	2022	(12 972 000)	(8 874 000)	(4 098 000)	-
BBVA – tx de juro	Taxa de juro	20000000	2023	(5 187 628)	(3 156 548)	-	(2 031 080)
<b>Subtotal (2)</b>				<b>(18 159 628)</b>	<b>(12 030 548)</b>	<b>(4 098 000)</b>	<b>(2 031 080)</b>
<b>Total</b>				<b>(20 174 288)</b>	<b>(15 746 768)</b>	<b>(2 396 440)</b>	<b>(2 031 080)</b>

(1) Apresentados na rubrica empréstimos juntamente com o efeito cambial dos JPY's.

(2) Apresentados na rubrica Instrumentos financeiros derivados na face do balanço (passivo).

A AdP recorre a derivados com o único objetivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra sujeito. De acordo com as suas políticas financeiras, a AdP não utiliza derivados para negociação. Apesar de os derivados contratados pela AdP corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos do IAS 39. Os instrumentos que não qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são registados no balanço pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em resultados financeiros. Sempre que disponível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados determinados por entidades externas, tendo por base técnicas de valorização aceites pelo mercado. Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

Os instrumentos financeiros associados aos empréstimos do Depfa (Nocional de 20 milhões de EUR) são considerados instrumentos de cobertura de fluxos de caixa, e por tal a respetiva variação de justo valor é contabilizada diretamente nos capitais próprios desde 2012. Foram efetuadas as avaliações de efetividade dos instrumentos, cujos resultados ficaram dentro do intervalo de 80% a 125%.

## 19. Fornecedores

	2015	2014
Fornecedores c/c – nacionais	169 047	169 440
Fornecedores c/c – empresas do Grupo	701 321	471 203
	<b>870 368</b>	<b>640 643</b>

## 20. Outros passivos correntes

	2015	2014
Adiantamento por conta da venda da EGF	-	14 204 044
Juros a pagar	1 762 554	1 870 803
Estado e outros entes públicos	440 091	627 125
Férias e subsídio de férias	481 241	495 246
Acréscimos de gastos diversos	217 125	194 052
Empresas do Grupo - outros passivos	668 822	510 869
Empresas do Grupo - consolidado fiscal	2 126 608	1 261 997
Outros credores	236 008	1 753 990
	<b>5 932 449</b>	<b>20 918 126</b>

### 20.1 Estado e outros entes públicos

	2015	2014
Retenção de IRC (trabalho dependente e outros rendimentos)	78 364	76 110
IVA	277 452	464 962
Segurança Social	79 956	75 765
Outras tributações	4 319	10 288
	<b>440 091</b>	<b>627 125</b>

## 20.2 Consolidado fiscal

Consolidado fiscal	2015	2014
EGF	-	320 888
AdP Internacional	170 704	620 300
Águas de Santo André	-	641 696
AdP Energias	1 392	-
EPAL	1 954 512	-
	<b>2 126 608</b>	<b>1 582 884</b>

## 21. Prestação de serviços

	2015	2014
EPAL	2 257 360	2 484 272
Águas do Norte	950 404	-
Águas do Centro Litoral	311 406	-
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	1 122 442	-
AdRA - Águas da Região de Aveiro	875 476	873 492
Águas do Noroeste	308 219	781 447
Águas do Algarve	854 891	800 449
Simtejo	353 896	753 949
Águas do Douro e Paiva	270 464	554 673
Águas de Santo André	428 546	408 487
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	157 883	655 688
Águas do Oeste	220 248	494 539
Águas do Zêzere e Côa	152 657	333 570
Águas do Mondego	171 263	320 644
Sanest	143 803	287 641
Simria	137 456	272 175
Águas do Centro	116 798	244 425
Simarsul	115 288	233 048
AdP Serviços	207 923	213 032
AgdA - Águas Públicas do Alentejo	200 077	214 590
Simdouro	82 552	173 025
Águas do Centro Alentejo	64 371	157 726
Águas do Norte Alentejano	72 433	139 932
Simlis	63 349	126 792
Correção	-	(51 982)
	<b>9 639 205</b>	<b>10 471 614</b>

As prestações de serviços correspondem ao *fee* de gestão debitado às empresas do Grupo.

## 22. Fornecimentos e serviços externos

	2015	2014
Trabalhos especializados - Auditorias	107 315	189 862
Trabalhos especializados - Estudos e consultorias	366 848	109 566
Trabalhos especializados - Assessoria financeira	2 725 597	830 573
Trabalhos especializados - Assessoria jurídica	1 734 844	478 953
Trabalhos especializados - Assessoria informática	417 702	388 217
Trabalhos especializados - Cedência de espaço	1 240 461	1 255 323
Trabalhos especializados - Outros	988 642	511 349
Publicidade e propaganda	552 232	475 056
Rendas e alugueres	219 577	233 589
Deslocações e estadas	62 454	80 759
Outros fornecimentos e serviços externos	254 264	257 130
	<b>8 669 936</b>	<b>4 810 377</b>

Os gastos com assessoria financeira, jurídica, informática, de cedência de espaço e de Estudos e projetos de agregações e verticalizações, são debitados quase na íntegra por empresas do Grupo, em particular pela AdP Serviços, que assegura a prestação de serviços partilhados do Grupo Águas de Portugal.

O aumento de gastos em 2015 resulta dos encargos associados ao processo de privatização da EGF no montante de 3,1 milhões de EUR e do processo de agregações no montante de 514 mil EUR.

## 23. Gastos com pessoal

	2015	2014
Remunerações dos órgãos sociais	318 645	418 472
Remunerações do pessoal	2 958 131	2 889 455
Indemnizações	171 561	-
Encargos sobre remunerações	754 359	766 517
Outros custos com pessoal	252 340	294 394
Correções de exercícios anteriores	-	23 752
	<b>4 455 036</b>	<b>4 392 590</b>

No exercício de 2014 a aplicação das reduções salariais previstas em sede de Orçamento de Estado e as reversões determinadas pelo Tribunal Constitucional resultaram no seguinte tratamento ao longo do exercício: (i) entre janeiro a maio vigoraram cortes entre os 2,5% e os 12%; (ii) entre junho e meio de setembro não existiram reduções e entre meio de setembro e dezembro vigoraram as reduções entre 3,5% e 10%, à semelhança do ano anterior (e que se iniciaram em janeiro de 2011). As reduções remuneratórias referidas anteriormente para o período de setembro a dezembro de 2014 foram revertidas em 20% a partir de 1 de janeiro de 2015.

### 23.1 Remunerações dos Órgãos Sociais

	2015	2014
Conselho de Administração	258 903	350 415
Conselho Fiscal	33 650	43 564
Revisor Oficial de Contas	21 663	22 923
Assembleia-Geral	4 429	1 570
	<b>318 645</b>	<b>418 472</b>

A redução dos gastos com órgãos sociais resultou do facto de temporariamente o Conselho de Administração ter sido composto por apenas 4 elementos.

## 23.2 Número de pessoas ao serviço da empresa

Natureza	número médio		final do ano	
	2015	2014	2015	2014
Conselho de Administração	5	5	5	5
Órgão de Fiscalização	3	3	3	3
Trabalhadores efetivos/ eventuais	55	55	49	55
	<b>63</b>	<b>63</b>	<b>57</b>	<b>63</b>

## 24. Amortizações, depreciações e reversões do exercício

	2015	2014
Depreciações de ativos fixos tangíveis	625	1 127
	<b>625</b>	<b>1 127</b>

## 25. Outros gastos operacionais

	2015	2014
Impostos e taxas	54 778	90 925
Donativos e quotizações	23 802	16 675
Correções relativas a exercícios anteriores	-	649
Outros gastos e perdas não usuais	313	-
	<b>78 893</b>	<b>108 249</b>

## 26. Outros rendimentos operacionais

	2015	2014
Proveitos suplementares	216 037	561 172
Restituição de impostos	-	332 370
Outros rendimentos e ganhos operacionais	127	32 134
Correções relativas a exercícios anteriores	-	67 357
	<b>216 164</b>	<b>993 033</b>

Os proveitos suplementares resultam dos débitos correspondentes à remuneração dos cargos exercidos por quadros da AdP nos órgãos sociais de empresas onde a Sociedade detém participações de capital.

## 27. Gastos financeiros

	2015	2014
Juros suportados - Empréstimo obrigacionista	4 429 106	5 520 115
Juros suportados - Empréstimo M/L prazo ("Japão")	1 990 275	2 705 020
Juros suportados - outros juros	235 828	5
Justo valor de instrumentos financeiros (a)	-	2 396 440
Outros custos e perdas financeiras	1 651 480	4 888 913
Comissões bancárias	2 869 540	2 764 881
	<b>11 176 229</b>	<b>18 275 375</b>

(a) Ver nota 18 – instrumentos financeiros.

## 28. Rendimentos financeiros

	2015	2014
Juros apoios de tesouraria e empréstimos ao Grupo	9 096 319	15 140 257
Juros de depósitos a prazo	168 875	1 920 340
Comissões	10 049 562	10 417 340
Instrumentos financeiros - justo valor (a)	3 900 716	-
	<b>23 215 472</b>	<b>27 477 937</b>

(a) Ver nota 18 – instrumentos financeiros.

## 29. Rendimentos de participações financeiras

	2015	2014
EPAL	29 720 610	31 969 427
Simtejo	1 414 458	1 934 429
Águas do Algarve	2 711 993	1 635 140
Águas do Douro e Paiva	706 876	995 379
Águas do Mondego	1 218 471	738 303
AdRA - Águas da Região de Aveiro	516 381	735 352
Simria	1 304 840	595 312
Sanest	201 616	361 607
Simdouro	277 238	291 429
Águas de Santo André	86 976	118 130
AgdA - Águas Públicas do Alentejo	15 728	24 516
Aquasis	-	80
<b>Dividendos atribuídos</b>	<b>38 175 187</b>	<b>39 399 104</b>
Mais-valia (alienação de 95% da participação financeira na EGF)	96 786 609	-
	<b>134 961 796</b>	<b>39 399 104</b>

Os valores apresentados correspondem aos dividendos declarados e pagos à AdP.

## 30. Ativos e passivos detidos para venda e resultados de operações descontinuadas

	2015	2014
Participação financeira na EGF	-	60 651 531
Dívida de clientes	-	414 994
Apoio de tesouraria - Valorsul	-	5 000 000
	-	<b>66 066 525</b>
Outras contas a pagar (consolidado fiscal)	-	320 887
	-	<b>320 887</b>
Volume de negócios	504 759	848 476
Rendimentos financeiros – juros	2 631 597	839 261
Rendimentos financeiros – dividendos	2 000 000	2 000 000
	<b>5 136 356</b>	<b>3 687 737</b>

### 31. Transações com entidades relacionadas

<b>Ano 2015</b>	<b>Subsidiárias</b>	<b>Acionistas</b>	<b>Órgãos de gestão</b>
<b>Rendimentos</b>			
Rédito	21 091 246	-	-
Dividendos recebidos	38 175 187	-	-
<b>Gastos</b>			
Gastos com pessoal	-	-	258 903
Outros gastos	3 562 622	-	-
<b>Ativos</b>			
Clientes	15 274 985	-	-
Empréstimos	450 066 514	-	-
Outros devedores	24 818 514	-	-
<b>Passivos</b>			
Fornecedores	698 823	-	-
Outros credores	643 223	-	-
<b>Fluxos de caixa</b>			
Dividendos pagos	-	23 990 294	-

<b>Ano 2014</b>	<b>Subsidiárias</b>	<b>Acionistas</b>	<b>Órgãos de gestão</b>
<b>Rendimentos</b>			
Rédito	38 041 853	-	-
Dividendos recebidos/atribuídos	41 399 104	-	-
<b>Gastos</b>			
Gastos com pessoal	-	-	350 415
Outros gastos	2 941 008	-	-
<b>Ativos</b>			
Clientes	12 751 577	-	-
Empréstimos	212 468 615	-	-
Outros devedores	128 486 551	-	-
<b>Passivos</b>			
Fornecedores	459 747	-	-
Outros credores	2 139 784	-	-
<b>Fluxos de caixa</b>			
Dividendos pagos	-	31 500 000	-

### 32. Ativos e passivos contingentes

Os compromissos financeiros e as responsabilidades da Sociedade que não figuram no balanço apresentam-se do seguinte modo:

	<b>Instituições financeiras 2015</b>	<b>Instituições financeiras 2014</b>
Garantias	1 588 866 576	1 714 014 044
Cartas conforto	10 000 000	10 526 908
Avaes	165 512 045	150 046 746
	<b>1 764 378 621</b>	<b>1 874 587 698</b>



### 33. Informações exigidas por diploma legal

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66º, 324º, 397º, 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei nº 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no nº 2 do artigo 324º do CSC informa-se que a sociedade não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou, até ao momento, qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.
- b) Em obediência ao disposto no nº4 do artigo 397º do CSC informa-se que, no decorrer de 2015, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos sociais.
- c) Em obediência ao disposto no artigo 21º do Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de setembro, informa-se que a sociedade não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2015, da retenção na fonte de descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2016, nos prazos legais.

### 34. Litígios e contingências

Na sequência de uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas ao grau de cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado por Empresas Públicas, previsto na Lei do Orçamento de Estado (LOE) de 2010 e reiterado nas LOE seguintes, algumas empresas do Grupo AdP foram notificadas por este Tribunal entender estarem em incumprimento para com a referida lei para o exercício de 2012. Nesse sentido, o Grupo AdP exerceu o seu direito de resposta sobre a notificação do Tribunal de Contas, defendendo o seu entendimento de não ter havido incumprimento na medida em que, nos termos da referida lei, tinha solicitado a dispensa parcial do cumprimento da referida norma, apresentando para o efeito fundamentos relevantes. Acresce mencionar que, a este propósito e no âmbito do mesmo processo, a Secretária de Estado do Tesouro refere o seguinte [incluído no relatório do Tribunal de Contas]: “Os motivos invocados pelas empresas públicas para a dispensa do cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria, no atual contexto, são de todo atendíveis”. Até ao momento não se conhecem as conclusões definitivas do processo, sendo que o Conselho de Administração da AdP, não espera que seja tomada qualquer medida penalizadora para com as empresas do Grupo. Para os anos de 2013, 2014 e 2015, as empresas do Grupo foram excecionadas da aplicação da norma supra referida.

### 35. Informações relevantes

#### 35.1 Alienação do Grupo EGF

A AdP e a Parpública, Participações Públicas, SGPS, SA informaram que, no âmbito do processo de reprivatização da Empresa Geral do Fomento, S.A. (EGF), e após decisão favorável da Autoridade da Concorrência, se efetuou, no dia 28 de julho de 2015 a transmissão das ações representativas de 95% do capital social desta empresa à SUMA Tratamento, S.A.

Ressalve-se que nos termos da “cláusula 16 - Compensações extraordinárias: Direitos de aquisição e valor da base de ativos regulados” do contrato de compra e venda (SPA), em particular na sua cláusula 16.4, verificando-se alteração do valor da Base de ativos regulados consubstanciar-se-á o direito a uma compensação entre as partes, que afetará o resultados do período em que esse facto seja conhecido. Na presente data desconhecem-se quais os efeitos, se os houver, destas compensações (ver nota 5.1.).

#### 35.2 Reorganização territorial do Grupo AdP

Tal como referido na nota 5.2, realizaram-se no dia 30 de junho de 2015, tal como previsto nos respetivos decretos-lei publicados a 29 de maio do mesmo ano, as primeiras assembleias gerais das três novas empresas regionais responsáveis pela gestão dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, do Centro Litoral de Portugal e de Lisboa e Vale do Tejo. Com o início da atividade destas empresas, o Grupo Águas de Portugal (Grupo AdP) finalizou o processo de reorganização territorial das suas operações de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, agregando 19 empresas em 5 entidades gestoras: Águas do Norte, Águas do Centro Litoral, Águas de Lisboa e Vale do Tejo, cujo sistema será operado pela EPAL, Águas Públicas do Alentejo e Águas do Algarve (estas duas últimas sem alteração na sua forma).

## 36. Eventos subsequentes

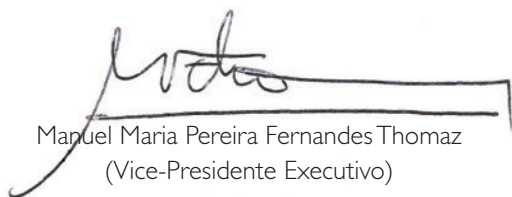
O Conselho de Administração não tem conhecimento de que possam existir eventos subsequentes que possam afetar a apresentação das demonstrações financeiras.

Lisboa, 21 de abril de 2016

### O Conselho de Administração



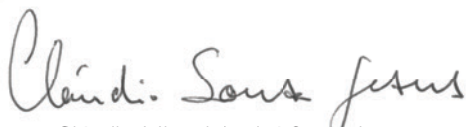
Afonso José Marçal Grilo Lobato de Faria  
(Presidente)



Manuel Maria Pereira Fernandes Thomaz  
(Vice-Presidente Executivo)



Gonçalo Ayala Martins Barata  
(Vogal Executivo)



Cláudio Miguel André Sousa Jesus  
(Vogal Executivo)

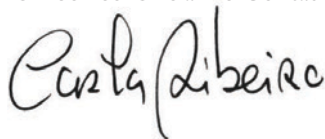


José Manuel Leitão Sardinha  
(Vogal Executivo)



José Manuel Barros  
(Vogal não Executivo)

### O Técnico Oficial de Contas



Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS SEPARADAS

- 1 – Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas separadas da sociedade AdP – Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A., apresentadas pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2015.
- 2 – O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA, e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contatos com os seus principais responsáveis, bem como através da leitura das atas das reuniões do seu Conselho de Administração e da sua Comissão Executiva. Efetuou reuniões com regularidade, nas quais, por via de regra, contou com a presença do Administrador responsável pelo pelouro financeiro e do Revisor Oficial de Contas. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções de fiscalização.
- 3 – O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, não tendo detetado situações de incumprimento materialmente relevantes.
- 4 – No âmbito das competências que são atribuídas pelos números 1 e 3, do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o Conselho Fiscal verificou o cumprimento pela sociedade das obrigações aí estabelecidas, tendo emitido os Relatórios Trimestrais que forem remetidos às entidades competentes.
- 5 – O Relatório de Gestão e Contas de 2015 apresenta informação relativa ao cumprimento de objetivos de sustentabilidade, não obstante a análise completa para o Grupo nos domínios



económico, social, ambiental, inovação e igualdade beneficiar da apresentação do Relatório de Sustentabilidade relativo a 2015, revelando-se um cumprimento material daqueles.

- 6 - Verifica-se o cumprimento, para a parte respeitante à prestação de contas anual aqui sujeitas a análise, das obrigações de divulgação estabelecidas no artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.
- 7 - No domínio das remunerações dos trabalhadores e dos órgãos sociais foi dado cumprimento às reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2015.
- 8 - Deverá ser relevado que os limites definidos pelos acionistas, na Assembleia Geral de 14 de maio de 2013 para o mandato 2014/2014 e na Assembleia Geral de 16 de junho de 2015 para o mandato 2015/2017, para os plafonds de comunicações, combustível e portagens de alguns dos membros do órgão de administração foram excedidos, decorrendo esta circunstância de utilização profissional.
- 9 - Os gastos operacionais, medidos segundo o critério do Plano de Redução de Custos (PRC), numa base comparável, mantiveram-se em linha com os valores registados em 2014. A evolução do PRC em 2015 foi condicionada pelo processo de reestruturação do Grupo AdP. A par desta variável, a redução do volume de negócios conduz a que o Grupo AdP não cumpra em 2015 o PRC.
- 10 - O Relatório de Governo Societário apresentado ao Conselho fiscal inclui informação atual, completa e relevante sobre as matérias reguladas na Secção II (Práticas de Bom Governo) do Capítulo II do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.
- 11 - Perante a complexidade e criticidade do processo de reestruturação do Grupo AdP, foi entendimento da Administração da AdP SGPS, não proceder à avaliação do risco do Grupo AdP em 2015, retomando o processo em 2016. O Conselho Fiscal salienta a importância de num grupo desta dimensão esse processo ser retomado em 2016.
- 12 - Por Deliberação Social Unânime por Escrito foram definidos os objetivos de gestão para o triénio 2015-2017 e definidos objetivos anuais nos respetivos contratos de gestão, tendo o Vogal Não Executivo procedido à avaliação de desempenho dos Vogais Executivos nos

termos do respetivo "Relatório do Administrador não Executivo sobre o desempenho dos Administradores Executivos".

- 13 – O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório emitido pelos Auditores Externos sobre as contas separadas, nada havendo a objetar quanto ao seu conteúdo.
- 14 – O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual integra duas ênfase que aqui se dá como reproduzida, que mereceu o seu acordo e tomou conhecimento do respetivo relatório anual do mesmo Revisor Oficial de Contas sobre a fiscalização efetuada.
- 15 – Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras separadas (as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2015, as Demonstrações dos resultados por naturezas e do rendimento integral, a Demonstração das variações do capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as Notas às Demonstrações Financeiras), são adequados à compreensão da situação patrimonial da AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA em 31 de dezembro de 2015, e da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a atividade.
- 16 – O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, através do administrador responsável pelo pelouro financeiro, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA.

#### PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer favorável a que sejam aprovados pela Assembleia-Geral da AdP – Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A.:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas separadas referentes ao exercício de 2015;
- b) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.

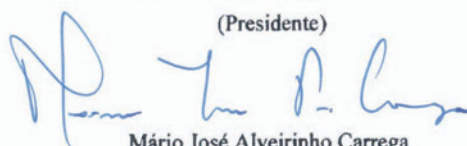
Lisboa, 24 de maio de 2016

CONSELHO FISCAL



Carla Maria Lamego Ribeiro

(Presidente)



Mário José Alveirinho Carrega

(Vogal)



Ana Luísa Videira Gomes

(Vogal)



**ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS**  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, Lda.

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS (SEPARADAS)

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras separadas da AdP – *Águas de Portugal, SGPS, S.A.*, as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 1.269.085 milhares de euros e um total de capital próprio de 723.021 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 143.609 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as Notas às demonstrações financeiras.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:



AC

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Opinião**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da *AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.* em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade, tal como adotadas na União Europeia.

#### **Ênfases**

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 7, chamamos a atenção para as seguintes situações:
- a) Tal como referido no ponto 3.2 das Notas às demonstrações financeiras, a recuperação das dívidas de autarquias locais a empresas do Grupo pode ter implicações diretas no





risco de crédito da *AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.* e, concomitantemente, na avaliação das suas participações financeiras.

- b) Tal como evidenciado nos pontos 5.1. e 29 das Notas às demonstrações financeiras, a finalização no exercício da operação de alienação, por 154 milhões de euros, da participação de 95% no capital social da *EGF – Empresa Geral do Fomento, SA*, gerou uma mais-valia de 96,7 milhões de euros, o que representa cerca de 67,3% do resultado líquido do exercício.

#### **Relato sobre outros requisitos legais**

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 23 de maio de 2016

**ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS**  
*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.*  
representada por José Luis Areal Alves da Cunha



Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal

Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

## Certificação das Contas Separadas

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 1.269.085.027 Euros e um total de capital próprio de 723.020.660 Euros, incluindo um resultado líquido de 143.609.084 Euros), a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio de continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de AdP - Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Lisboa, 23 de maio de 2016

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:



Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)

A large, textured green brushstroke that serves as a background for the text. The color transitions from a darker green at the top to a lighter, yellowish-green at the bottom, with irregular, feathered edges.

*As Contas*

# Demonstrações financeiras consolidadas

## Índice

Demonstração consolidada da posição financeira .....	168
Demonstração consolidada dos resultados do período .....	169
Demonstração consolidada do rendimento integral consolidado .....	169
Demonstração das variações do capital próprio consolidado .....	170
Demonstração dos fluxos de caixa consolidados .....	171
Notas às demonstrações financeiras consolidadas .....	172
<b>1. Informação geral .....</b>	<b>172</b>
1.1. Introdução .....	172
1.2. Atividade económica .....	172
1.3. Estratégia .....	173
1.4. Missão e orientações futuras .....	174
1.5. Organização .....	174
1.6. Aprovação das demonstrações financeiras .....	174
<b>2. Políticas contabilísticas .....</b>	<b>174</b>
2.1 Bases de apresentação .....	174
2.2 Consolidação .....	177
2.3 Informação por área de negócio .....	179
2.4 Conversão cambial .....	179
2.5 Atividade concessionada e regulada .....	180
2.6 Ativos fixos tangíveis .....	183
2.7 Ativos intangíveis .....	184
2.8 Propriedades de investimento .....	184
2.9 Ativos e passivos financeiros .....	184
2.10 Hierarquia do justo valor .....	186
2.11 Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura .....	186
2.12 Clientes e outras contas a receber .....	186
2.13 Inventários .....	187
2.14 Caixa e equivalentes de caixa .....	187
2.15 Imparidade .....	187
2.16 Capital .....	188
2.17 Dividendos a pagar .....	188
2.18 Subsídios do governo .....	188
2.19 Provisões, ativos e passivos contingentes .....	188
2.20 Benefícios dos empregados .....	188
2.21 Fiscalidade .....	189
2.22 Ativos e passivos detidos para venda .....	190
2.23 Rédito .....	190
2.24 Trabalhos para a própria entidade .....	191
2.25 Gastos e perdas .....	191
2.26 Eventos subsequentes .....	191
<b>3. Políticas de gestão do risco financeiro .....</b>	<b>192</b>
3.1 Fatores de risco .....	192
3.2 Risco de crédito .....	192
3.3 Risco de taxa de câmbio .....	193
3.4 Risco de liquidez .....	193
3.5 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro .....	193
3.6 Risco de capital .....	194
3.7 Risco regulatório .....	194
<b>4. Estimativas e julgamentos .....</b>	<b>194</b>
4.1 Provisões .....	194
4.2 Ativos tangíveis e intangíveis .....	195
4.3 Imparidade de contas a receber .....	195

4.4	Justo valor de derivados .....	195
4.5	Benefício pós-emprego .....	195
4.6	Estimativa de impostos e impostos diferidos .....	195
<b>5.</b>	<b>Factos relevantes que afetam a comparabilidade dos exercícios .....</b>	<b>196</b>
5.1	Reorganização territorial .....	196
5.2	Rédito dos serviços de construção - IFRIC 12 .....	196
5.3	Classificação do Grupo EGF como detido para venda/operações descontinuadas .....	196
5.4	Rendimentos obtidos de propriedades de investimentos .....	198
<b>6.</b>	<b>Informação por segmento de negócio .....</b>	<b>198</b>
<b>7.</b>	<b>Instrumentos financeiros por categoria do IAS 39 .....</b>	<b>199</b>
7.1	Classificação dos ativos e passivos financeiros de acordo com o IAS 39 .....	199
7.2	Hierarquia do justo valor .....	200
<b>8.</b>	<b>Ativos intangíveis .....</b>	<b>200</b>
8.1	Movimentos do período .....	200
8.2	Direito de utilização de infraestruturas e ativos intangíveis em curso .....	201
8.3	<i>Goodwill</i> .....	201
8.4	Locação financeira .....	201
<b>9.</b>	<b>Ativos fixos tangíveis .....</b>	<b>202</b>
9.1	Movimentos do período .....	202
9.2	Locação financeira .....	202
<b>10.</b>	<b>Propriedades de investimento .....</b>	<b>203</b>
<b>11.</b>	<b>Investimentos financeiros .....</b>	<b>203</b>
<b>12.</b>	<b>Investimentos financeiros em empresas associadas .....</b>	<b>204</b>
<b>13.</b>	<b>Impostos diferidos .....</b>	<b>204</b>
13.1	Movimentos do período .....	205
<b>14.</b>	<b>Instrumentos financeiros derivados .....</b>	<b>206</b>
<b>15.</b>	<b>Desvio tarifário .....</b>	<b>206</b>
<b>16.</b>	<b>Clientes e outros ativos não correntes .....</b>	<b>207</b>
16.1	Clientes .....	207
16.2	Valor residual .....	208
16.3	Outros ativos não correntes .....	208
16.4	Perdas por imparidade acumuladas de outros ativos não correntes .....	209
<b>17.</b>	<b>Inventários .....</b>	<b>209</b>
17.1	Perdas por imparidade acumuladas de inventários .....	209
<b>18.</b>	<b>Clientes - correntes .....</b>	<b>209</b>
18.1	Clientes .....	210
18.2	Juros de mora .....	210
18.3	Clientes – Municípios .....	210
18.4	Perdas por imparidade de clientes .....	212
<b>19.</b>	<b>Estado e outros entes públicos .....</b>	<b>212</b>
<b>20.</b>	<b>Outros ativos correntes .....</b>	<b>213</b>
20.1	Subsídios ao investimento por empresa do Grupo .....	213
20.2	Perdas por imparidade de outros ativos correntes .....	214
<b>21.</b>	<b>Caixa e equivalentes de caixa .....</b>	<b>214</b>
<b>22.</b>	<b>Capital próprio .....</b>	<b>214</b>
22.1	Acionistas .....	214
22.2	Resultado líquido por ação .....	215
<b>23.</b>	<b>Reservas e outros ajustamentos .....</b>	<b>215</b>
23.1	Varição da reserva de conversão cambial .....	215
<b>24.</b>	<b>Resultados transitados .....</b>	<b>215</b>
<b>25.</b>	<b>Interesses que não controlam .....</b>	<b>216</b>
<b>26.</b>	<b>Provisões .....</b>	<b>216</b>
26.1	Movimentos do período .....	216
<b>27.</b>	<b>Responsabilidades com pensões .....</b>	<b>217</b>
27.1	Pressupostos atuariais .....	217
27.2	Resumo do fundo .....	217
27.3	Varição das responsabilidades .....	217
27.4	Varição dos ativos do fundo .....	218

27.5	Custo do período	218
27.6	Composição dos ativos do fundo	218
27.7	Evolução das responsabilidades nos últimos 5 anos	219
27.8	Plano de contribuição definida - contribuições para o fundo	219
<b>28.</b>	<b>Empréstimos</b>	<b>219</b>
28.1	Empréstimos por maturidade	220
28.2	Empréstimos por tipo de taxa	220
28.3	Locação financeira	221
28.4	Justo valor dos financiamentos	221
<b>29.</b>	<b>Fornecedores e outros passivos não correntes</b>	<b>221</b>
29.1	Detalhe por empresa do Grupo	222
<b>30.</b>	<b>Acréscimo de gastos de investimento contratual</b>	<b>222</b>
30.1	Movimentos do período	223
<b>31.</b>	<b>Subsídios ao investimento</b>	<b>223</b>
31.1	Movimentos do período	223
31.2	Reconhecimento do direito ao fundo	223
31.3	Valores reconhecidos em resultados do período	223
<b>32.</b>	<b>Fornecedores (correntes)</b>	<b>223</b>
<b>33.</b>	<b>Outros passivos correntes</b>	<b>224</b>
<b>34.</b>	<b>Imposto sobre o rendimento a pagar</b>	<b>224</b>
<b>35.</b>	<b>Vendas e prestação de serviços</b>	<b>225</b>
<b>36.</b>	<b>Custo das vendas</b>	<b>225</b>
<b>37.</b>	<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>226</b>
<b>38.</b>	<b>Gastos com pessoal</b>	<b>226</b>
38.1	Remunerações dos Órgãos Sociais	226
38.2	Número médio de colaboradores	227
<b>39.</b>	<b>Amortizações, depreciações e reversões do exercício</b>	<b>227</b>
<b>40.</b>	<b>Provisões e reversões do exercício</b>	<b>227</b>
<b>41.</b>	<b>Perdas por imparidade e reversões do exercício</b>	<b>227</b>
<b>42.</b>	<b>Outros gastos operacionais</b>	<b>228</b>
42.1	Impostos diretos e indiretos	228
<b>43.</b>	<b>Outros rendimentos operacionais</b>	<b>228</b>
43.1	Rendimentos suplementares	228
<b>44.</b>	<b>Gastos financeiros</b>	<b>229</b>
44.1	Juros suportados	229
44.2	Outros gastos financeiros	230
<b>45.</b>	<b>Rendimentos financeiros</b>	<b>230</b>
45.1	Juros obtidos	230
<b>46.</b>	<b>Rendimentos de participações financeiras</b>	<b>231</b>
<b>47.</b>	<b>Imposto do exercício</b>	<b>231</b>
<b>48.</b>	<b>Saldos e transações com entidades relacionadas</b>	<b>232</b>
<b>49.</b>	<b>Investimento contratual</b>	<b>232</b>
<b>50.</b>	<b>Ativos e passivos contingentes</b>	<b>233</b>
50.1	Unidade de Tesouraria (Grupo Águas de Portugal)	233
50.2	Alienação do Grupo EGF	233
50.3	Providências cautelares	233
50.4	Processos judiciais em curso	234
50.5	Garantias	240
<b>51.</b>	<b>Honorários de auditoria e de revisão legal</b>	<b>240</b>
<b>52.</b>	<b>Eventos subsequentes</b>	<b>240</b>

# Demonstração consolidada da posição financeira

	Notas	2015	2014
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos intangíveis	8	4 042 487 097	4 000 831 840
Ativos fixos tangíveis	9	746 934 795	761 707 116
Propriedades de investimento	10	13 650 894	13 745 673
Investimentos financeiros	11	104 285 328	109 336 519
Investimentos financeiros em associadas	12	264 541	264 541
Impostos diferidos ativos	13	164 480 155	166 348 090
Desvio tarifário	15	622 311 585	590 618 917
Clientes e outros ativos não correntes	16	86 063 236	127 712 085
<b>Total dos ativos não correntes</b>		<b>5 780 477 631</b>	<b>5 770 564 781</b>
<b>Ativos correntes</b>			
Inventários	17	5 809 707	5 593 557
Clientes	18	353 218 547	413 731 193
Estado e outros entes públicos	19	5 122 137	5 626 742
Outros ativos correntes	20	93 121 341	85 722 768
Caixa e seus equivalentes	21	169 250 505	281 885 233
<b>Total dos ativos correntes</b>		<b>626 522 237</b>	<b>792 559 493</b>
Ativo detido para venda	5.3	-	928 619 048
<b>Total do ativo</b>		<b>6 406 999 868</b>	<b>7 491 743 322</b>
<b>Capital próprio dos acionistas</b>			
Capital social	22	434 500 000	434 500 000
Reservas e outros ajustamentos	23	21 466 336	18 293 680
Resultados transitados	24	507 663 627	431 729 030
Resultado líquido do exercício		165 968 422	102 323 920
		<b>1 129 598 385</b>	<b>986 846 630</b>
Interesses que não controlam	25	298 657 252	340 817 884
<b>Total do capital próprio</b>		<b>1 428 255 637</b>	<b>1 327 664 514</b>
<b>Passivos não correntes</b>			
Provisões	26	10 113 925	10 868 754
Responsabilidades com pensões	27	2 912 000	4 540 000
Empréstimos	28	2 065 764 644	2 139 652 747
Fornecedores e outros passivos não correntes	29	112 967 471	115 094 242
Impostos diferidos passivos	13	256 888 051	235 998 708
Acréscimo de gastos de investimento contratual	30	358 113 220	348 002 682
Subsídios ao investimento	31	1 621 339 053	1 630 392 783
Superavit tarifário	15	943 055	61 014 412
Instrumentos financeiros derivados	14	15 725 111	20 174 297
<b>Total dos passivos não correntes</b>		<b>4 444 766 530</b>	<b>4 565 738 625</b>
<b>Passivos correntes</b>			
Empréstimos	28	349 059 777	598 892 627
Fornecedores	32	66 929 698	68 256 956
Outros passivos correntes	33	99 779 051	121 699 235
Imposto sobre o rendimento do exercício	34	561 642	2 665 453
Estado e outros entes públicos	19	17 647 533	19 438 999
<b>Total dos passivos correntes</b>		<b>533 977 701</b>	<b>810 953 270</b>
Passivo detido para venda	5.3	-	787 386 913
<b>Total do passivo</b>		<b>4 978 744 231</b>	<b>6 164 078 808</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>		<b>6 406 999 868</b>	<b>7 491 743 322</b>

## O Conselho de Administração

Afonso José Marçal Grilo Lobato de Faria (Presidente)  
 Manuel Maria Pereira Fernandes Thomaz (Vice-Presidente Executivo)  
 Gonçalo Ayala Martins Barata (Vogal Executivo)  
 Cláudio Miguel André Sousa Jesus (Vogal Executivo)  
 José Manuel Leitão Sardinha (Vogal Executivo)  
 José Manuel Barros (Vogal não Executivo)

## O Técnico Oficial de Contas

Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro



## Demonstração consolidada dos resultados do período

	Notas	2015	2014 <sup>(1)</sup>
Vendas	35	337 327 935	341 371 243
Prestações de serviços	35	242 418 437	258 506 656
Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	2.5.8	138 672 990	137 901 479
Défice/ Superavit tarifário de recuperação de custos	35	90 124 144	26 308 099
<b>Volume de negócios</b>		<b>808 543 506</b>	<b>764 087 477</b>
Gasto das vendas/variação dos inventários	36	(19 946 524)	(19 466 419)
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	2.5.8	(138 672 990)	(137 901 479)
<b>Margem bruta</b>		<b>649 923 992</b>	<b>606 719 579</b>
Fornecimentos e serviços externos	37	(185 683 086)	(174 001 351)
Gastos com pessoal	38	(91 112 069)	(89 868 891)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	39	(198 464 058)	(189 984 697)
Provisões e reversões do exercício	40	720 901	(593 523)
Perdas por imparidade e reversões do exercício	41	(22 511 485)	(2 509 084)
Subsídios ao investimento	31.3	53 507 127	55 784 241
Outros gastos e perdas operacionais	42	(8 817 906)	(9 357 840)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	43	11 089 113	19 887 364
<b>Resultados operacionais</b>		<b>208 652 529</b>	<b>216 075 798</b>
Gastos financeiros	44	(74 381 483)	(95 812 122)
Rendimentos financeiros	45	33 052 605	37 762 276
Ganhos/ (perdas) de investimentos financeiros	46	75 448 112	(500)
<b>Resultados financeiros</b>		<b>34 119 234</b>	<b>(58 050 346)</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>242 771 763</b>	<b>158 025 452</b>
Imposto do exercício	47	(38 375 358)	(56 446 453)
Imposto diferido	47	(22 050 371)	15 766 030
<b>Resultados líquidos do exercício operações continuadas</b>		<b>182 346 034</b>	<b>117 345 029</b>
Resultado líquido de operações descontinuadas	5.3	2 978 308	5 511 083
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>185 324 342</b>	<b>122 856 112</b>
Resultado líquido atribuível a acionistas da AdP SGPS		165 968 422	102 323 920
Resultado líquido atribuível a interesses que não controlam		19 355 920	20 532 192
		<b>185 324 342</b>	<b>122 856 112</b>
<b>Resultado por ação</b>	<b>22.2</b>	<b>1,91</b>	<b>1,18</b>

(1) Reexpresso pela divulgação pela primeira vez do réditto associado aos serviços de construção (IFRIC 12).

## Demonstração consolidada do rendimento integral consolidado

	2015	2014
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>185 324 342</b>	<b>122 856 112</b>
Ganhos/ Perdas de conversão cambial	340 358	(64 906)
Justo valor de instrumentos financeiros de cobertura	548 470	(2 031 079)
<b>Ganhos/ Perdas a ser reclassificadas por resultados</b>	<b>888 828</b>	<b>(2 095 985)</b>
Outros ganhos e perdas - pensões IAS 19	(115 201)	1 502 648
<b>Ganhos/ Perdas a não ser reclassificadas por resultados</b>	<b>(115 201)</b>	<b>1 502 648</b>
<b>Rendimento integral</b>	<b>186 097 969</b>	<b>122 262 775</b>
Resultado líquido atribuível a acionistas da AdP SGPS	166 742 049	101 730 583
Resultado líquido atribuível a interesses que não controlam	19 355 920	20 532 192
	<b>186 097 969</b>	<b>122 262 775</b>

# Demonstração das variações do capital próprio consolidado

	Capital	Reserva conv. cambial	Reserva legal	Reservas-Justo valor instrumentos financeiros cobertura negativos	Outras reservas	Resultados retidos	Resultado do exercício	Total	Interesses que não controlam	Total cap. próprio
<b>Saldo a 31.12.2013</b>	<b>434 500 000</b>	<b>229 542</b>	<b>15 001 702</b>	<b>(718 163)</b>	<b>1 044 437</b>	<b>362 253 443</b>	<b>104 678 511</b>	<b>916 989 472</b>	<b>325 286 843</b>	<b>1 242 276 315</b>
Aplicação do resultado de 2013	-	-	3 329 499	-	-	101 349 012	(104 678 511)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(31 500 000)	-	(31 500 000)	(9 349 813)	(40 849 813)
Realizações de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	4 030 870	-
Alteração de perímetro	-	-	-	-	-	(326 371)	-	(326 371)	-	(326 371)
Outros	-	-	-	-	-	(47 054)	-	(47 054)	317 792	270 738
Rendimento integral	-	(64 906)	-	(2 031 079)	1 502 648	-	-	(593 337)	-	(593 337)
Resultado líquido de dezembro 2014	-	-	-	-	-	-	102 323 920	102 323 920	20 532 192	122 856 112
<b>Saldo a 31.12.2014</b>	<b>434 500 000</b>	<b>164 636</b>	<b>18 331 201</b>	<b>(2 749 242)</b>	<b>2 547 085</b>	<b>431 729 030</b>	<b>102 323 920</b>	<b>986 846 630</b>	<b>340 817 884</b>	<b>1 327 664 514</b>
Aplicação do resultado de 2014	-	-	2 399 029	-	-	99 924 891	(102 323 920)	-	-	-
Conversão cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(23 990 293)	-	(23 990 293)	(6 865 854)	(30 856 147)
Realizações de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	1 396 536	1 396 536
Varição de perímetro	-	-	-	-	-	-	-	-	(55 917 592)	(55 917 592)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	(129 642)	(129 642)
Rendimento integral	-	340 358	-	548 470	(115 201)	-	-	773 627	-	773 627
Resultado líquido de dezembro 2015	-	-	-	-	-	-	165 968 422	165 968 422	19 355 920	185 324 342
<b>Saldo a 31.12.2015</b>	<b>434 500 000</b>	<b>504 994</b>	<b>20 730 230</b>	<b>(2 200 772)</b>	<b>2 431 884</b>	<b>507 663 627</b>	<b>165 968 422</b>	<b>1 129 598 385</b>	<b>298 657 252</b>	<b>1 428 255 637</b>

## O Conselho de Administração

Afonso José Marçal Grilo Lobato de Faria (Presidente)  
 Manuel Maria Pereira Fernandes Thomaz (Vice-Presidente Executivo)  
 Gonçalo Ayala Martins Barata (Vogal Executivo)  
 Cláudio Miguel André Sousa Jesus (Vogal Executivo)  
 José Manuel Leitão Sardinha (Vogal Executivo)  
 José Manuel Barros (Vogal não Executivo)

## O Técnico Oficial de Contas

Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

# Demonstração dos fluxos de caixa consolidados

	2015	2014
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Fluxos gerados pelas operações</b>		
Recebimento de clientes	739 570 321	722 338 822
Pagamentos a fornecedores	(237 682 195)	(238 194 318)
Pagamentos a pessoal	(65 183 240)	(66 296 185)
<b>Fluxos gerados pelas operações</b>	<b>436 704 886</b>	<b>417 848 319</b>
Outros fluxos operacionais		
(Pagamento)/ Recebimento de IRC	(40 613 128)	(60 371 768)
Outros receb./ (pagam.) de at. operacional	(118 531 192)	(70 428 367)
<b>Outros fluxos operacionais</b>	<b>(159 144 320)</b>	<b>(130 800 135)</b>
<b>Total das atividades operacionais (1)</b>	<b>277 560 566</b>	<b>287 048 184</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros (a)	157 056 862	17 183 079
Ativos fixos tangíveis	-	154
Ativos intangíveis	-	815 276
Subsídios de investimento	57 163 057	92 109 514
Juros e rendimentos similares	6 892 789	10 784 781
Dividendos	2 000 000	-
<b>Subtotal</b>	<b>223 112 708</b>	<b>120 892 804</b>
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(5 601 901)	(32 511 701)
Ativos fixos tangíveis	(8 983 153)	(15 645 940)
Ativos intangíveis	(167 454 858)	(173 653 769)
<b>Subtotal</b>	<b>(182 039 912)</b>	<b>(221 811 410)</b>
<b>Total das atividades de investimento (2)</b>	<b>41 072 796</b>	<b>(100 918 606)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	162 065 740	297 303 038
Realizações de capital, prestações suplementares	2 068 055	3 955 090
<b>Subtotal</b>	<b>164 133 795</b>	<b>301 258 128</b>
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(438 412 071)	(408 220 382)
Juros e gastos similares	(76 241 435)	(91 282 546)
Dividendos	(30 960 858)	(36 946 582)
Redução de capital e prestações suplementares	(1 393 219)	-
<b>Subtotal</b>	<b>(547 007 583)</b>	<b>(536 449 510)</b>
<b>Total das atividades de financiamento (3)</b>	<b>(382 873 788)</b>	<b>(235 191 382)</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>	<b>(64 240 426)</b>	<b>(49 061 804)</b>
Efeitos das diferenças de câmbio	(246 532)	5 171
Caixa e seus equivalentes no início do período	103 581 434	152 515 499
Variações de perímetro	-	122 568
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>39 094 476</b>	<b>103 581 434</b>

(a) Nos termos do contrato de compra e venda, no dia 7 de novembro de 2014 a SUMA pagou à AdP 14,2 milhões de EUR a título de sinal da operação de venda da participação financeira na EGF. No dia 28 de julho de 2015 foi pago o remanescente valor de 145,2 milhões de EUR, totalizando a operação 159,4 milhões de EUR. Destes, 5 milhões foram utilizados para reembolsar um suprimento da Valorsul à AdP SGPS, e os restantes 154,4 milhões utilizados na aquisição de 95% da participação financeira na EGF (ver nota 5.3).

## O Conselho de Administração

Afonso José Marçal Grilo Lobato de Faria (Presidente)  
 Manuel Maria Pereira Fernandes Thomaz (Vice-Presidente Executivo)  
 Gonçalo Ayala Martins Barata (Vogal Executivo)  
 Cláudio Miguel André Sousa Jesus (Vogal Executivo)  
 José Manuel Leitão Sardinha (Vogal Executivo)  
 José Manuel Barros (Vogal não Executivo)

## O Técnico Oficial de Contas

Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas

## I. Informação geral

### I.1 Introdução

A AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP, SGPS, S.A. adiante designada também por Grupo AdP quando se pretende referir à AdP, SGPS, S.A. e às suas subsidiárias e associadas) foi constituída em 29 de setembro de 1993, tendo a sua sede social na Rua Visconde Seabra, n.º 3, em Lisboa.

São acionistas da AdP SGPS, S.A.:

Acionistas a 31 de dezembro de 2015	% Capital	Valor subscrito	N.º de ações	Tipo de ações
Parpública, SGPS, S.A.	81%	351 945 000	70 389 000	Nominativas
Parcaixa, SGPS, S.A.	19%	82 555 000	16 511 000	Nominativas
	<b>100%</b>	<b>434 500 000</b>	<b>86 900 000</b>	

À AdP, SGPS, S.A. foi cometida a responsabilidade pelo desenvolvimento, em Portugal, dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas, bem como tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos. Em 1998, a missão da empresa assumiu maior abrangência, iniciando-se um processo de diversificação dos segmentos de negócio e a nível geográfico, alargando a sua intervenção a sistemas de distribuição de água e de recolha de efluentes diretamente às populações servidas, nos mercados nacional e internacional.

### I.2. Atividade económica

#### I.2.1 Atividade regulada, concessionada e em parceria

O modelo dos contratos de concessão e parceria criado para os sistemas multimunicipais possui as seguintes características: **(i)** as infraestruturas e equipamentos da concessão são construídos ou adquiridos pela empresa concessionária; **(ii)** o financiamento destas aquisições/construções é efetuado parcialmente com recursos a subsídios comunitários a fundo perdido e a financiamentos de longo prazo efetuados pelo Banco Europeu de Investimentos; **(iii)** a concessionária é obrigada à constituição de um fundo de reconstituição do capital (para fazer face à devolução do capital investido no final da concessão); **(iv)** os preços de venda (tarifa) praticados são fixados pelo Concedente, sufragados pela entidade reguladora (ERSAR) e incluem uma parcela de remuneração do capital investido, correspondente a um indexante (TBA, Euribor a seis meses ou a taxa das Obrigações do Tesouro), acrescida de três pontos percentuais a título de prémio de risco. O Grupo AdP tem assegurada a sua remuneração através das cláusulas de reequilíbrio dos contratos de concessão e parcerias. Estas concessões e parcerias têm geralmente uma duração de 25 anos a 50 anos.

#### Água - produção e depuração e parcerias

As empresas que integram este segmento têm uma concessão atribuída pelo Estado em regime de exclusividade para a prestação de serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais ou integram uma parceria Estado-Autarquias para a prestação do mesmo tipo de serviço. Os contratos de concessão caracterizam-se por contemplar elevados níveis de investimentos a efetuar pela empresa concessionária. O financiamento é obtido através de fundos comunitários, empréstimos bancários, capitais próprios e pelos meios gerados pela atividade, sendo também acionistas da empresa os municípios a quem a empresa presta serviços. O serviço prestado é pago através de tarifa fixada pelo Concedente, sufragada pela entidade reguladora (ERSAR) e faturada aos municípios que são servidos por cada uma das concessões. Uma das características do contrato de concessão é ter retorno garantido sobre o capital investido. Os contratos de parceria assinados entre o Estado e as autarquias servidos caracterizam-se por níveis elevados de investimentos a efetuar pela empresa concessionária. O financiamento é obtido através de fundos comunitários, empréstimos bancários, capitais próprios e pelos meios gerados pela atividade, sendo também acionistas da empresa os municípios a quem a empresa presta serviços. O serviço prestado é pago através de tarifa fixada pela comissão de parceria.

#### Água - distribuição e recolha

As empresas que integram este segmento resultam de um contrato de parceria assinado entre o Estado e os municípios territorialmente abrangidos. Com este contrato os municípios delegam no Estado a responsabilidade de gestão do sistema integrado. O sistema integrado resulta da agregação, de acordo com a solução técnica adotada, dos sistemas individuais, incluindo infraestruturas e meios. Assim, a Parceria tem a exclusividade da distribuição de água para consumo público e, quando aplicável, da captação e do tratamento de água para essa finalidade, bem como a exclusividade da recolha das águas residuais urbanas e, quando aplicável, do respetivo tratamento e rejeição, nas áreas abrangidas pelo Sistema. Englobam ainda, a construção, renovação, reparação, manutenção e melhoria das infraestruturas, equipamentos e instalações que integram a Parceria, financiados essencialmente através de empréstimos, subsídios e capitais próprios. A Parceria fica obrigada ao pagamento de uma renda aos municípios, indexada ao volume de negócios.

O serviço prestado é pago através de tarifa fixada e faturada aos clientes (municípios) que são servidos por cada uma das parcerias, sendo uma das características do contrato de Parceria ter garantido o retorno do capital investido e das suas infraestruturas.

### **UNR (Unidade de negócio resíduos) - classificado como detido para venda/ operações descontinuadas**

No exercício de 2000, no quadro das orientações estratégicas conducentes à consolidação do principal grupo empresarial na área do ambiente, a AdP, SGPS, S.A. passou a deter a totalidade do capital da Empresa Geral do Fomento, S.A. e o controlo das suas subsidiárias, às quais fora atribuída a responsabilidade pelo desenvolvimento dos sistemas multimunicipais de recolha e tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos. As empresas que integram este segmento têm uma concessão atribuída pelo Estado em regime de exclusividade para a gestão e valorização de resíduos sólidos. Os contratos de concessão caracterizam-se por contemplar elevados níveis de investimentos a efetuar pela empresa concessionária, sendo o financiamento obtido através de fundos comunitários, empréstimos, capitais próprios e pelos meios gerados pela atividade, sendo também acionistas da empresa os municípios a quem a empresa presta serviços. O serviço prestado é pago através de tarifa fixada pelo concedente, sufragada pela entidade reguladora (ERSAR) e faturada aos municípios que são servidos por cada uma das concessões, sendo uma das características do contrato de concessão ter garantido o retorno do capital investido. Esta unidade de negócio foi alienada no corrente exercício.

Ver nota 5.1. sobre o processo de venda do Grupo EGF.

## **I.2.2 Atividade não regulada**

### **EPAL**

A EPAL é responsável pela captação, transporte, tratamento e distribuição de água para consumo humano, visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental. Abrange a distribuição à cidade de Lisboa (distribuição domiciliária) e o abastecimento em "alta" a 23 municípios da Região da Grande Lisboa. A EPAL possui um mandato de gestão delegada, consubstanciado pelo Decreto-Lei 230/91, 21 de junho, que aprova os seus estatutos. O mandato atribuído não tem qualquer limitação temporal, obrigação de investimentos ou retribuição. As tarifas praticadas são reguladas administrativamente.

### **Internacional**

Este segmento visa o desenvolvimento dos negócios internacionais e integra operações efetuadas no estrangeiro, onde se destacam contratos de assistência técnica em Angola e em Timor-Leste.

### **Serviços corporativos**

Integra os serviços partilhados prestados pela *holding*, AdP Serviços, Aquasis e AdP Energias, no âmbito da otimização de recursos e na obtenção de sinergias no Grupo.

## **I.3 Estratégia**

Nos termos do regime jurídico do sector empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista, define as orientações estratégicas específicas dirigidas ao Conselho de Administração da AdP SGPS, S.A.

As orientações estratégicas para o mandato têm por base os seguintes princípios:

- a implementação de uma filosofia de gestão profissionalizada, baseada nas competências adequadas e no incremento da capacidade produtiva segundo os mais exigentes parâmetros de qualidade, em prol do cumprimento da sua missão;
- a adoção das melhores práticas de gestão, segundo os princípios de bom governo das empresas do setor empresarial do Estado;
- o desenvolvimento de uma cultura organizacional orientada para a excelência do desempenho, através da utilização de um conjunto de práticas empresariais de referência, que possibilitem à empresa o sucesso no caminho da procura da sustentabilidade empresarial, assente, fundamentalmente, numa filosofia de gestão que contemple as dimensões económica, ambiental, social e ética.

No quadro da missão que lhe está cometida, a AdP SGPS deverá prosseguir as seguintes linhas de orientação estratégica:

- assegurar a prossecução das políticas setoriais que enquadram a sua atividade e a criação de valor acionista, com especial enfoque para uma prudente gestão do risco e mobilização de recursos financeiros;
- promover a racionalização dos investimentos necessários à prestação dos serviços, com enfoque no dimensionamento adequado das novas infraestruturas e na conservação das já existentes;
- reorganizar o setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, com prioridade para a sustentabilidade económico-financeira das operações nestes domínios e para a melhoria da eficiência na prestação dos serviços;
- prosseguir a promoção da eficiência, reforçando o agrupamento de sistemas e promovendo soluções integradas para gestão do ciclo urbano da água;
- promover as condições para a participação de entidades privadas na gestão dos sistemas;
- prosseguir a identificação de soluções que promovam a resolução do défice tarifário, numa ótica de sustentabilidade
- contribuir para o desenvolvimento sustentável, desenvolvendo as soluções de aproveitamento dos ativos e recursos endógenos, de racionalização de consumos energéticos e de redução ou compensação de emissões;

- capitalizar as competências e capacidades disponíveis no Grupo, contribuindo para a implementação de projetos nos mercados internacionais;
- promover o desenvolvimento de uma estratégia integrada de I&D, em consonância com os objetivos nacionais para este domínio;
- dar continuidade a outros projetos que venham a ser considerados relevantes, de acordo com orientações expressas pela tutela sectorial.

## 1.4 Missão e orientações futuras

O Grupo AdP é responsável pela prestação de serviços públicos essenciais nos domínios do abastecimento de água, do saneamento de águas residuais e da gestão de resíduos sólidos urbanos cujos impactos positivos nas áreas da coesão nacional, saúde pública e ambiente são reconhecidos universalmente.

Constituindo-se com o instrumento empresarial do Estado para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visa promover **(a)** a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço; **(b)** a sustentabilidade do setor e **(c)** a proteção dos valores ambientais.

A AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP) é uma sociedade gestora de participações sociais que, através das suas participadas, tem por missão conceber, construir, explorar e gerir Sistemas de Abastecimento de Água, de Saneamento de Águas Residuais e de Tratamento, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental, desenvolvendo um grupo empresarial português forte e de elevada competência, capaz de responder, com eficácia e eficiência, aos grandes desafios que atualmente se colocam no setor do ambiente.

## 1.5 Organização

O modelo de estruturação empresarial e organizativo adotado ao nível central do Grupo AdP assenta em três eixos fundamentais: **(i)** enquadramento das empresas em quatro Unidades de Negócio, por norma dotadas de autonomia de gestão e meios adequados à especificidade de cada atividade, apoiadas por recursos disponíveis a nível corporativo e de serviços partilhados; **(ii)** marco jurídico de relacionamento; **(iii)** plataforma de sistema de informação integrado e escalável para todo o Grupo.

## 1.6 Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 21 de abril de 2016.

# 2. Políticas contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2015.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

## 2.1 Bases de apresentação

### 2.1.1 Introdução

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da AdP foram preparadas segundo o princípio da continuidade das operações e do custo histórico, exceto no que respeita aos instrumentos financeiros derivados, investimentos financeiros detidos para negociação o qual se encontra registado ao respetivo justo valor (valor de mercado). A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

### 2.1.2 Novas normas e alteração de políticas

#### a) Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

## b) Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir 01 de janeiro de 2015

1. O conjunto das novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015, são as seguintes:

Adoção da IFRIC 21 Taxas (Regulamento n.º 634/2014, de 13 de junho de 2014); esta interpretação diz respeito à contabilização de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa caso esse passivo seja abrangido pela IAS 37. Diz igualmente respeito à contabilização de um passivo pelo pagamento de uma taxa cujo calendário e montante são conhecidos. Contudo, esta interpretação não diz respeito à contabilização dos custos decorrentes do reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa. As entidades deverão aplicar outras normas para determinar se o reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa dá origem a um ativo ou a uma despesa, não estando igualmente abrangidas: **a)** saídas de recursos abrangidas pelo âmbito de aplicação de outras normas (como por exemplo os impostos sobre o rendimento, que são do âmbito da IAS 12 Impostos sobre o rendimento); e **b)** coimas ou outras sanções aplicadas por infração da legislação. A interpretação esclarece que uma entidade reconhece um passivo para uma taxa quando a atividade que desencadeia pagamento ocorre, tal conforme identificada pela legislação pertinente. Para uma taxa que é desencadeada ao atingir um limiar mínimo, esta interpretação clarifica que nenhuma responsabilidade deve ser antecipada antes do limite mínimo especificado ser atingido. Uma entidade deve aplicar, no relatório financeiro intercalar, os mesmos princípios de reconhecimento de taxas que aplica nas demonstrações financeiras anuais, sendo requerida aplicação retrospectiva.

Melhoramentos anuais: ciclo de 2011-2013 (Regulamento n.º 1361/2014, de 19 de dezembro de 2014); os melhoramentos incluem emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue:

- IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais – Exceções do âmbito para acordos conjuntos; as emendas clarificam que a IFRS 3 não se aplica à contabilização da formação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.
- IFRS 13 Mensuração pelo justo valor – Âmbito do parágrafo 52 (exceção de “portfolio”); no contexto da exceção de mensuração do justo valor exposta no parágrafo 48, as emendas clarificam que as referências a ativos financeiros e passivos financeiros nos parágrafos 48-51 e 53-56 devem entender-se como aplicáveis a todos os contratos abrangidos e contabilizados de acordo com a IAS 39, quer preencham ou não as definições de ativos financeiros ou de passivos financeiros que constam da IAS 32.
- IAS 40 Propriedades de investimento – Inter-relação IAS 40 e IFRS 13> As emendas requerem que uma entidade utilize as orientações da IAS 40 e da IFRS 3 para a contabilização da propriedade de investimento (ou negócio), não introduzindo um novo tratamento contabilístico. Estas emendas têm por objetivo clarificar que deverá ser aplicado um julgamento na determinação sobre se uma transação configura: **(i)** uma aquisição de um ativo (um grupo de ativos) que deverá ser contabilizada de acordo com a IAS 40, ou **(ii)** uma concentração de atividades que deverá ser contabilizada de acordo com a IFRS 3.

2. Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2016

Melhoramentos anuais: ciclo de 2010-2012 (Regulamento n.º 2015/28, de 17 de dezembro de 2014); os melhoramentos incluem emendas a oito normas internacionais de contabilidade, como segue:

- IFRS 2 Pagamento com Base em Ações – Definições de condições de aquisição; as emendas enaltecem a definição atual de condições de aquisição (“*vesting conditions*”) por meio da adição de definições separadas para condições de desempenho e para condições de aquisição. As emendas também vêm clarificar as definições dos dois tipos de condições de aquisição (*vesting*) e de não aquisição (*non-vesting*).
- IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais – Contabilização da retribuição contingente; as emendas pretendem clarificar que: **(i)** toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser mensurada pelo justo valor à data do reconhecimento inicial; **(ii)** o parágrafo 40 da IFRS 3 requer que a retribuição contingente que seja um instrumento financeiro deverá ser apresentada como capital próprio ou como passivo em conformidade com a IAS 32; e **(iii)** toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser subsequentemente mensurada ao justo valor através dos lucros ou prejuízos. Decorrentes das emendas à IFRS 3 são também emendadas a IAS 37, IAS 39 e IFRS 9.
- IFRS 8 Segmentos Operacionais; as emendas vêm clarificar os requisitos de: **(i)** divulgação de juízos de valor dos órgãos de gestão na aplicação dos critérios de agregação de segmentos operacionais; e **(ii)** apresentação de reconciliação do total dos ativos dos segmentos relatáveis com os ativos da entidade.
- IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis – Modelo de revalorização: as emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos tangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.
- IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas – Serviços de pessoal-chave da gerência; as emendas alargam o conceito de entidade que é relacionada com uma entidade relatora a: entidades, ou qualquer membro de um grupo em que se inserem, que fornecem serviços de pessoal-chave da gerência à entidade relatora ou à sua empresa-mãe e adicionam requisitos de divulgação relacionados com prestação de serviços de pessoal-chave da gerência prestados por uma entidade de gestão.
- IAS 38 Ativos Intangíveis – Modelo de valorização; as emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos intangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.

IAS 19 Benefícios dos Empregados (Regulamento n.º 2015/29, de 17 de dezembro de 2014); as emendas clarificam a orientação para as entidades na atribuição de contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço e requerem que as entidades

atribuam as contribuições associadas aos serviços de acordo com o parágrafo 70, ou seja, utilizando a fórmula de contribuição do plano ou um método linear. Adicionalmente, as emendas acrescentam em apêndice um guia de aplicação para as contribuições dos empregados ou de partes terceiras. Estas emendas visam a redução de complexidade por via da introdução de um expediente prático que permite a uma entidade reconhecer as contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço que são independentes do número de anos de serviço, como uma redução do custo do serviço, no período em que o serviço associado é prestado.

Agricultura – Plantas destinadas à produção: Emendas à IAS 16 e à IAS 41 (Regulamento n.º 2015/2113, de 23 de novembro de 2015); as emendas à IAS 16 e à IAS 41 vêm determinar que as plantas exclusivamente utilizadas para o cultivo de produtos ao longo de vários períodos, designadas de plantas destinadas à produção, passam a ser contabilizadas da mesma forma que os ativos fixos tangíveis de acordo com a IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis, uma vez que a sua exploração é semelhante à das atividades industriais.

Emendas à IFRS 11 Acordos Conjuntos (Regulamento n.º 2015/2173, de 24 de novembro de 2015); as emendas fornecem novas orientações sobre o tratamento contabilístico das aquisições de interesses em operações conjuntas cujas atividades constituem atividades empresariais, nomeadamente referindo que quando uma entidade adquire um interesse numa operação conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial, na aceção da IFRS 3, deve aplicar de forma proporcional à sua parte, todos os princípios de contabilização das concentrações de atividades empresariais definidos na IFRS 3 e noutras IFRS, que não entrem em conflito com a IFRS 11, e deve apresentar as informações nelas exigidas em relação às concentrações de atividades empresariais. Tal aplica-se à aquisição tanto do interesse inicial como de interesses adicionais numa operação conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial.

Clarificação dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização: Emendas à IAS 16 e à IAS 38 (Regulamento n.º 2015/2231, de 2 de dezembro de 2015); a emenda à IAS 16 vem clarificar que não é adequada a utilização de um método de depreciação de um ativo fixo tangível baseado nos proveitos gerados por uma atividade. Por outro lado, a emenda à IAS 38 vem clarificar que só em circunstâncias muito limitadas é que é possível ultrapassar a presunção de que um método de amortização de um ativo intangível baseado nos proveitos gerados pela atividade é inadequado.

Melhoramentos anuais: ciclo 2012-2014 (Regulamento n.º 2015/2343, de 15 de dezembro de 2015), os melhoramentos incluem emendas a cinco normas internacionais de contabilidade, como segue:

- IFRS 5 Ativos não correntes detidos para venda e unidade operacionais descontinuadas – As emendas vêm clarificar que se uma entidade reclassificar um ativo ou grupo para alienação diretamente de detido para venda para detido para distribuição aos proprietários, ou diretamente de detido para distribuição aos proprietários para detido para venda, a alteração na classificação passa a ser considerada uma continuação do plano inicial de alienação.
- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações – Vem clarificar que as emendas introduzidas através do documento Divulgações – Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros (Emendas à IFRS 7), devem ser aplicadas aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2013. As entidades devem apresentar as divulgações exigidas por essas emendas retroativamente. Vem ainda clarificar que quando uma entidade transfere um ativo financeiro, pode reter o direito ao serviço (de dívida) ao ativo financeiro em troca de comissões incluídas, por exemplo, num contrato por serviço. A entidade avalia o contrato por serviço para decidir se a entidade mantém um envolvimento continuado em resultado desse contrato para efeito dos requisitos de divulgação.
- IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro - As emendas a esta Norma estão diretamente relacionadas com as emendas efetuadas à IFRS 7 anteriormente referidas.
- IAS 19 Benefícios dos Empregados – As emendas vêm clarificar que para as moedas (passa a ser independente do país) para as quais não haja um mercado ativo em obrigações de alta qualidade de empresas, devem ser usados os rendimentos de mercado (no fim do período de relato) em obrigações governamentais expressas nessa moeda.
- IAS 34 Relato Financeiro Intercalar – As emendas vêm clarificar que as divulgações evidenciadas no parágrafo 16-A da IAS 34 devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras intercalares ou por referência cruzada às demonstrações financeiras intercalares, em outras demonstrações que estejam disponíveis aos utentes das demonstrações financeiras nas mesmas condições e na mesma altura que as demonstrações financeiras intercalares. Se os utentes das demonstrações financeiras intercalares não têm acesso à informação incluída por referência cruzada nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar está incompleto.

Iniciativa de divulgação: Emendas à IAS 1 (Regulamento n.º 2015/2406, de 18 de dezembro de 2015); as alterações à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras visam melhorar a eficácia da divulgação e incentivar as empresas a aplicarem o seu julgamento profissional na determinação das informações a divulgar nas suas demonstrações financeiras aquando da aplicação da IAS 1.

- Método da Equivalência Patrimonial no âmbito das Demonstrações Financeiras Separadas: Emendas à IAS 27 (Regulamento n.º 2015/2441, de 19 de dezembro de 2015); as alterações à IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas consistem em permitir que as entidades possam utilizar o método da equivalência patrimonial, tal como descrito na IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, para contabilizar os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas suas demonstrações financeiras separadas.



As alterações e emendas nas normas acima referidas ou não são aplicáveis ou não é expectável que da sua adoção resulte qualquer efeito relevante nas demonstrações financeiras consolidadas da AdP SGPS.

## 2.2 Consolidação

### 2.2.1 Datas

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa da AdP, SGPS, S.A. e das empresas subsidiárias, bem como o resultado proporcional à participação financeira em empresas associadas, relativamente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 (e comparativos a 31 de dezembro de 2014).

### 2.2.2 Participações financeiras em subsidiárias

As participações financeiras em subsidiárias e em empresas em que o Grupo detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia-Geral dos Acionistas ou tenha o poder de governar as políticas financeiras e operacionais da empresa, foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. As subsidiárias são incluídas na consolidação desde a data em que o controlo é adquirido até à data em que efetivamente termina. É usado o método da compra na contabilização da aquisição de subsidiárias.

#### Aquisições posteriores a 2010:

No método de aquisição a diferença entre: **(i)** a retribuição transferida juntamente com os interesses que não controlam e com o justo valor dos interesses de capital próprio anteriormente detidos e **(ii)** a quantia líquida dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, é reconhecida, à data da aquisição como *goodwill*, se positiva ou como ganho, se for negativa. A retribuição transferida é mensurada pelo justo valor calculado como sendo o valor agregado dos justos valores, à data de aquisição, dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo. Para efeitos da determinação do *goodwill*/ ganhos da concentração, a retribuição transferida é expurgada de qualquer parte da retribuição que respeite a outra transação (ex: remuneração para prestação de serviços futuros ou para liquidação de relações pré-existentes) cuja margem é reconhecida separadamente em resultados. A retribuição transferida inclui o justo valor, à data de aquisição, de qualquer retribuição contingente. Alterações subsequentes neste valor são reconhecidas: **(i)** como capital próprio se a retribuição contingente estiver classificada como capital próprio, **(ii)** como gastos ou rendimentos nos resultados ou como outro rendimento integral se a retribuição contingente estiver classificada como ativo ou passivo financeiro no âmbito da IAS 39 e **(iii)** como gastos nos termos da IAS 37 ou outras normas aplicáveis, nos restantes casos. Os gastos relacionados com a aquisição não fazem parte da retribuição transferida pelo que não afetam a determinação do *goodwill*/ ganho da aquisição, sendo reconhecidos como gastos no exercício em que ocorrem. Na data de aquisição são reavaliadas a classificação e designação de todos os ativos adquiridos e passivos transferidos, de acordo com as IFRS, com exceção das locações e contratos de seguro que são classificados e designados tendo por base os termos contratuais e condições à data do início do contrato. Os ativos que resultem de indemnizações contratuais por parte do vendedor relativas ao desfecho de contingências relacionadas, no todo ou em parte, com um passivo específico da entidade concentrada, passam a ter que ser reconhecidos e mensurados usando os mesmos princípios e pressupostos dos passivos relacionados. A determinação do justo valor dos ativos adquiridos e passivos adquiridos tem em conta o justo valor dos passivos contingentes que resultem duma obrigação presente originada por um evento passado (se o justo valor puder ser medido de modo fiável), independentemente de ser expectável uma provável saída de fluxos. Para cada aquisição, o Grupo pode optar por mensurar os "interesses que não controlam" ao respetivo justo valor ou pela respetiva quota-parte nos ativos e passivos transferidos da adquirida. A opção por um ou outro método influencia a determinação da quantia de *goodwill* a reconhecer. Quando a concentração de atividades empresariais é efetuada em fases, o justo valor na data de aquisição anterior dos interesses detidos é remensurado para o justo valor na data em que o controlo é obtido, por contrapartida de resultados do período em que o controlo é atingido, afetando a determinação do *goodwill*. Considera-se que o *goodwill* tem vida útil indefinida pelo que não é amortizável sendo sujeito a testes de imparidade anualmente independentemente de haver ou não indicações de estar em imparidade. Sempre que uma concentração não está concluída na data de relato, serão ajustadas retrospectivamente, durante o período limite de um ano a contar da data de aquisição, as quantias provisórias reconhecidas à data de aquisição e/ou reconhecidos ativos e passivos adicionais se novas informações forem obtidas sobre factos e circunstâncias que existiam à data da aquisição e que se tivessem sido conhecidos teriam resultado no reconhecimento desses ativos e passivos nessa data.

#### Aquisições anteriores a 2010:

Principais diferenças:

- o custo de uma aquisição incluía os gastos diretamente atribuíveis à aquisição pelo que afetavam a determinação do *goodwill*; os interesses que não controlam a adquirida (anteriormente designados "interesses minoritários") eram mensurados apenas na sua quota-parte nos ativos líquidos identificáveis da adquirida mas não entravam para a determinação do *goodwill*/ ganho da concentração;
- quando a concentração de atividades empresariais era efetuada em várias fases, o justo valor na data de aquisição anterior dos interesses detidos não era remensurado na data da obtenção de controlo pelo que o *goodwill* anteriormente reconhecido permanecia inalterado;
- qualquer valor de aquisição contingente era reconhecido apenas se o Grupo tivesse uma obrigação presente, o exfluxo fosse provável e a estimativa fosse fiavelmente determinável; alterações subsequentes neste valor eram reconhecidas como contrapartida de *goodwill*;

Os saldos e transações intragrupo, e os ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Perdas não realizadas são também eliminadas exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um bem transferido. As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas sempre que necessário de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Nas situações em que o Grupo detém, em substância, o controlo de entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

As empresas que integram o perímetro de consolidação (método de consolidação integral) encontram-se detalhadas a seguir:

Empresa	Sede	% de capital detido		Capital social	Cap. próprios	Res. Líq.
Águas do Algarve, S.A.	Faro	54,44%	EUR	29 825 000	43 235 145	6 942 498
Águas do Centro Litoral, S.A.	Coimbra	60,33%	EUR	39 974 968	86 805 946	3 813 845
Águas do Lisboa e Vale do Tejo S.A.	Guarda	59,38%	EUR	167 807 560	342 248 130	15 089 817
Águas do Norte, S.A.	Vila Real	59,59%	EUR	139 833 164	281 713 520	13 444 321
Águas de Santo André, S.A.	Vila Nova de Santo André	100,00%	EUR	1 000 000	23 945 374	5 116 688
AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.	Beja	51,00%	EUR	3 000 000	3 158 071	146 355
AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	Aveiro	51,00%	EUR	15 000 000	16 235 989	851 149
EPAL, S.A.	Lisboa	100,00%	EUR	150 000 000	579 097 627	47 137 287
AdP Internacional, S.A.	Lisboa	100,00%	EUR	175 000	(1 340 407)	(1 427 908)
AdPTimor Leste, Lda.	Dili - Timor Leste	100,00%	USD	5 000	(326 285)	(453 641)
Águas do Brasil, S.A.	Rio de Janeiro - Brasil	100,00%	BRL	2 050 100	(1 331 794)	-
Aquatec, Lda.	Maputo - Moçambique	100,00%	MZN	2 476 580	(41 157 632)	(3 307 834)
AdP Serviços, S.A.	Lisboa	100,00%	EUR	50 000	9 512 615	2 156 732
Aquasis, S.A.	Lisboa	55,00%	EUR	50 000	142 817	144 926
AdP Energias, S.A.	Lisboa	100,00%	EUR	250 000	2 984 992	46 821

### 2.2.3 Participações financeiras em associadas

Investimentos em associadas são apresentados pelo valor resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial. Segundo este método, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a quota-parte do Grupo no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que a influência significativa começa até à data em que efetivamente termina. As associadas são entidades sobre as quais o Grupo tem entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais o Grupo tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo. Ganhos ou perdas não realizados em transações entre o Grupo e as suas associadas são eliminados. Os dividendos atribuídos pela participada são considerados reduções do investimento detido.

Quando a quota-parte das perdas de uma associada excede o investimento na associada, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero, e o Grupo reconhece perdas adicionais no futuro relativas as responsabilidades já assumidas. Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre a participação do Grupo no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificados à data da aquisição da participação na associada é reconhecido como *goodwill*, o qual é incluído no valor da participação financeira e a sua recuperação é avaliada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor do valor líquido dos bens da associada adquirida, a diferença é registada diretamente na demonstração dos resultados.

As entidades que se qualificam como associadas encontram-se listadas a seguir.

Empresas		Sede	% Capital detido	Capital social	Ativo	Passivo	Capital próprio
Trevo Oeste, S.A. (i)	(a)	Alcobaça	43%	1 336 085	3 201 206	787 045	2 414 161
Miese	(a)	Lisboa	40%	200 000	15 043	46 428	(31 385)

(i) Valores reportados a 2013.

(a) Empresas sem atividade operacional.

### 2.2.4 Participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro

Ver nota 2.4.3.

### 2.2.5 Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos e passivos identificáveis atribuíveis ao Grupo à data da aquisição ou da primeira consolidação. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do exercício. O *goodwill* não é amortizado e é efetuada anualmente

e sempre que existirem indícios, testes à sua recuperabilidade (imparidade), sendo reconhecida uma perda por imparidade, em resultados do período, sempre que o valor contabilístico do *goodwill* excede o seu valor recuperável. Para efeitos da realização do teste à imparidade, o *goodwill* é alocado às unidades geradoras de fluxos de caixa (“UGC”) mais elementares a que o mesmo pertença e comparado com o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pela mesma. O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *goodwill* está associado se mantenha a gerar benefícios para o Grupo.

### 2.2.6 Saldos e transações

Transações intragrupo, dividendos distribuídos entre empresas do Grupo, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminadas.

## 2.3 Informação por área de negócio

Uma área de negócio é um grupo de ativos e operações envolvidos no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outras áreas de negócio. Uma área de negócio está comprometida no fornecimento de produtos ou serviços num ambiente económico particular que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles que influenciam as áreas de negócio que operam em outros ambientes económicos. O Grupo AdP apresenta o atual relato por área de negócio, uma vez que as transações efetuadas pelas empresas internacionais do Grupo são apresentadas como uma área de negócio isolada.

As áreas de negócio identificadas são os seguintes:

### I – Atividades reguladas

- a. Água e Saneamento
- b. Resíduos (descontinuada em 2015)

### II – Atividades não reguladas

- a. EPAL – produção e distribuição de água;
- b. Internacional – inclui a atividade desenvolvida fora de Portugal.
- c. Corporativo – inclui a atividade da AdP SGPS, AdP Serviços, Aquasis e AdP Energias.

## 2.4 Conversão cambial

### 2.4.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo AdP estão mensuradas na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras do Grupo AdP e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

### 2.4.2 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas são assim registadas em resultados do exercício ou em “Outras reservas”, consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional do Grupo AdP de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

### 2.4.3 Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo AdP que possuam uma moeda funcional diferente da moeda de apresentação e que não seja a moeda de uma economia hiperinflacionada, são convertidas para a moeda de apresentação como segue: (i) os ativos e passivos de cada balanço apresentado são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço consolidado; (ii) os rendimentos e os gastos de cada demonstração dos resultados são convertidos pela taxa média de câmbio (a não ser que a taxa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor nas datas das transações, sendo neste caso os rendimentos e os gastos convertidos pelas taxas de câmbio em vigor nas datas das transações); e (iii) as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como componente separada na demonstração consolidada do rendimento integral.

Na consolidação, as diferenças de câmbio resultantes da conversão de um item monetário que faça parte do investimento líquido em entidades estrangeiras são reclassificadas para os capitais próprios. Quando uma operação estrangeira é vendida, essas diferenças de

câmbio são reconhecidas na demonstração dos resultados consolidados como parte do ganho ou perda na venda. O *goodwill* e ajustamentos ao justo valor resultantes da aquisição de uma entidade estrangeira são tratados como ativos ou passivos da entidade participada e convertidos à taxa de câmbio da data do balanço consolidado.

#### 2.4.4 Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

País	Moeda	31.12.2015		31.12.2014	
		médio	final	médio	final
Angola	Kwanza	133,18	147,83	129,99	125,11
Brasil	Reais	4,22	4,31	3,25	3,22
Cabo Verde	Escudo C.V.	110,27	110,27	110,27	110,27
Moçambique	Meticais	43,53	49,29	40,67	38,53
Japão	Iene	132,34	131,07	147,06	145,23
E.U.A.	USD	1,09	1,09	1,23	1,21

Fonte: Banco de Portugal

## 2.5 Atividade concessionada e regulada

### 2.5.1 Introdução

As empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) desenvolvem a sua atividade num sector regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade da empresa está no escrutínio que a entidade reguladora faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como do respetivo orçamento anual. Com a alteração dos estatutos da ERSAR, operada pela Lei 10/2014, de 6 de março, as tarifas aplicadas aos serviços prestados aos utilizadores passaram a ser aprovadas pela entidade reguladora, tendo deixado de estar sujeitas a qualquer intervenção por parte do Concedente.

Por via do contrato de concessão, a entidade reguladora, passou ainda a deter o poder de aprovar o valor do desvio de recuperação de gastos que a Águas do Norte, Águas do Centro Litoral e Águas de Lisboa e Vale do Tejo podem registar nas suas contas anuais. Facto que confere à entidade reguladora o poder efetivo de determinar os gastos que podem ser recuperados por via tarifária.

As empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) estão ainda sujeitas à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

### 2.5.2 Enquadramento – atividade concessionada

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma as empresas concessionárias do Grupo prestam dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto nas IAS 11 – Contratos de construção e IAS 18 - Rédito. Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas de acordo com o IAS 11. A empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com o IAS 18.

Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: **(a)** um ativo financeiro, ou **(b)** um ativo intangível.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evita o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a **(a)** um montante específico, ou **(b)** à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Até 30 de junho de 2015

Água e saneamento	Concessão/ Parceria	Prazo	Período	Aditamentos em análise pelo Concedente	Remuneração acionista Taxa	Incidência <sup>(1)</sup>
Águas do Algarve	Concessão	30 anos	2001-2031	37 anos	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Centro	Concessão	30 anos	2001-2031	50 anos	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Centro Alentejo	Concessão	30 anos	2003-2032	50 anos	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Douro e Paiva	Concessão	30 anos	1996-2026	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Mondego	Concessão	35 anos	2004-2039	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Norte Alentejano	Concessão	30 anos	2001-2030	50 anos	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Noroeste	Concessão	50 anos	2010-2060	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Oeste	Concessão	35 anos	2001-2035	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
AdRA - Águas da Região de Aveiro	Parceria	50 anos	2009-2059	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas de Santo André	Concessão	30 anos	2001-2030	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Concessão	30 anos	2001-2031	50 anos	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Zêzere e Côa	Concessão	30 anos	2000-2030	50 anos	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
AgdA - Águas Públicas do Alentejo	Parceria	50 anos	2009-2059	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Sanest	Concessão	25 anos	1995-2020	-	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simarsul	Concessão	30 anos	2004-2034	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simdouro	Concessão	50 anos	2009-2059	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simlis	Concessão	30 anos	2000-2029	50 anos	Euribor 6 meses + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simria	Concessão	50 anos	2000-2049	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simtejo	Concessão	43 anos	2001-2044	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal

Após 30 de junho de 2015 em resultado do processo de agregação de empresas (ver nota 5.1)

Água e saneamento	Concessão/ Parceria	Prazo	Período	Aditamentos em análise pelo Concedente	Remuneração acionista Taxa	Incidência <sup>(1)</sup>
Águas do Algarve	Concessão	30 anos	2001-2031	37 anos	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Norte	Concessão	30 anos	2015-2045	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Centro Litoral	Concessão	30 anos	2015-2045	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	Concessão	30 anos	2015-2045	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
AdRA - Águas da Região de Aveiro	Parceria	50 anos	2009-2059	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas de Santo André	Concessão	30 anos	2001-2030	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
AgdA - Águas Públicas do Alentejo	Parceria	50 anos	2009-2059	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal

### 2.5.3 Classificação da infraestrutura

Atendendo à tipologia dos contratos de concessão das empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais), nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), foi entendimento de que o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, as empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) como concessionária classificam as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são afetos ao imobilizado em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos

financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

#### 2.5.4 Amortizações

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações nas empresas concessionárias de água e saneamento e parcerias são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

#### 2.5.5 Acréscimos de gastos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão. No caso das empresas do Grupo AdP, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de custos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente. Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

#### 2.5.6 Desvio de recuperação de gastos

Consideram-se desvios de recuperação de gastos: **(i)** à diferença existente, à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas extintos, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido; e **(ii)** à diferença verificada, anualmente, até ao termo do segundo período quinquenal da concessão entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas na determinação das tarifas.

Os desvios de recuperação de gastos podem assumir natureza deficitária ou superavitária, nos termos definidos no contrato de concessão. As novas entidades gestoras Águas do Norte, Águas do Centro Litoral e Águas de Lisboa e Vale do Tejo registam nas suas contas os desvios de recuperação de gastos que se verificarem anualmente até ao termo do segundo período quinquenal, registando, em simultâneo com a celebração do contrato de concessão, os desvios de recuperação de gastos determinados à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas agregados nos termos do presente Decreto-Lei, incluindo a remuneração acionista em dívida capitalizada com a taxa correspondente às Obrigações de Tesouro Portuguesas a 10 anos, acrescida de três pontos percentuais até à data de entrada em vigor do contrato de concessão, com base nas respetivas contas individuais das sociedades extintas.

Os desvios de recuperação de gastos de natureza deficitária e de natureza superavitária existentes à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas agregados e os gerados na vigência da concessão até ao termo do segundo período quinquenal, capitalizados nos termos definidos no contrato de concessão, devem ser recuperados pela via tarifária ou refletidos nas tarifas, consoante o caso, até ao termo do quinto período quinquenal da concessão.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – desvios tarifários – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de balanço, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio tarifário corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao redito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

### 2.5.7 Valor residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização aprovados ou impostos pelo Concedente, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão dar lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Os investimentos que se encontrem nessas condições são classificados como ativos financeiros não correntes (valor a receber, mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva).

### 2.5.8 Rédito – serviços de construção

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O redito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 – Contratos de construção. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12 (ver nota 5.2).

## 2.6 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor de balanço.

Uma parte significativa dos ativos fixos tangíveis do Grupo AdP (EPAL), adquiridos até 31 de dezembro de 2008, encontram-se registados ao custo de aquisição ou custo considerado (*deemed cost*) que engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições legais, bem como dos efeitos das reavaliações livres, com base em avaliação efetuada por entidade independente e especializada, com referência à data de transição (1 de janeiro de 2009).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Edifícios e outras construções	10 - 75
Equipamento básico	3 - 55
Equipamento de transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	4 - 10

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela AdP. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

### 2.6.1 Locação

As locações de ativos, relativamente aos quais o Grupo AdP detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem são classificadas como locações financeiras. Serão igualmente de classificar como locações financeiras, acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza, sendo a sua classificação feita em função da substância e não da forma do contrato. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação sendo a responsabilidade reconhecida, líquida de encargos financeiros, em outros passivos a longo prazo. Os ativos adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo, e o prazo do contrato de locação. Todas as outras locações serão classificadas como locações operacionais. Os pagamentos destas são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período de locação.

## 2.7 Ativos intangíveis

### 2.7.1 Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 2.5.3.

### 2.7.2 Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de *software*, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*. Os custos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de 3 a 6 anos.

## 2.8 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento do Grupo AdP provêm dos imóveis detidos com o objetivo de obter rendas, de valorização do capital ou de ambas. As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo, incluindo os gastos de transação que lhes sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo depreciado. As propriedades de investimento são desconhecidas na alienação ou quando forem permanentemente retiradas de uso e nenhuns benefícios económicos forem esperados da sua alienação. As depreciações são calculadas, por terem tratamento contabilístico idêntico aos ativos fixos tangíveis, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens (ver nota 2.7)

Para fins da análise do valor de recuperação das propriedades de investimento e para fins de divulgação, a Empresa detém avaliações externas elaboradas por entidades independentes e especializadas no final de cada ano económico em que se entenda que tenha existido alteração nas condições de mercado, ou eventos excecionais que possam causar variações significativas no justo valor das propriedades de investimento, tal como determinadas nas avaliações imediatamente anteriores. Sempre que na data de relato o valor das propriedades de investimento, líquido de depreciações acumuladas (ou valor recuperável) seja superior ao seu justo valor, à data de relato, a Empresa procede ao registo da perda de imparidade respetiva.

## 2.9 Ativos e passivos financeiros

### 2.9.1 Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros do grupo AdP são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento e é determinada no momento de reconhecimento inicial (data da negociação – *trade date*) dos investimentos e reavaliada em cada data de relato subsequente. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. O Grupo classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **i)** empréstimos e contas a receber; **ii)** investimentos detidos até à maturidade; **iii)** investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (detido para negociação); **iv)** ativos financeiros disponíveis para venda.

#### Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas: **(i)** ativos originados do decurso normal das atividades operacionais e



outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar; e **(ii)** investimentos efetuados nas empresas com concessões multimunicipais, que de acordo com as condições particulares dos contratos de concessão subjacentes, se qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, para que reflitam o seu valor realizável líquido.

São registadas perdas por imparidade quando existam indicadores objetivos de que o Grupo AdP não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; incumprimento há mais de 6 meses; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de fêlência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

#### **Investimentos detidos até à maturidade**

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais o Grupo AdP tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

#### **Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados**

Esta categoria engloba: **(i)** os ativos financeiros de negociação que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo; **(ii)** os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não se qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura.

As alterações de justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício. Estes ativos são classificados como ativos correntes se forem detidos para venda ou se for expectável a sua realização num período de 12 meses, após a data do balanço.

#### **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: **(i)** a empresa tem intenção de manter por tempo indeterminado; **(ii)** são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou **(iii)** não se enquadram nas categorias acima referidas. São apresentados como ativos não correntes, exceto se houver a intenção de os alienar nos 12 meses seguintes à data de balanço.

Após o reconhecimento inicial, os ativos disponíveis para venda são registados ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda, sendo as respetivas variações de justo valor reconhecidas diretamente nos capitais próprios, na rubrica de "Reserva de justo valor", até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. No caso dos instrumentos de capital um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor abaixo do custo é determinante para determinar a existência de imparidade.

Os instrumentos de capital que não sejam participações em empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos ou associadas, são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a IAS 39. Caso não exista valor de mercado, estes ativos são mantidos ao custo de aquisição, sujeitos a testes de imparidade.

### **2.9.2 Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: **(i)** passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; **(ii)** outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos obtidos, Fornecedores e outras contas a pagar.

#### **Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados**

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados incluem passivos não derivados com o objetivo de vender no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não se qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta

forma no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados são reconhecidos em resultados do período.

### Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecida em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que o Grupo AdP liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

### Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor; e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

## 2.10 Hierarquia do justo valor

Os ativos e passivos financeiros do Grupo AdP mensurados ao justo valor, são classificados de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor previstos na IFRS 7: **Nível 1**, justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência do balanço. Neste nível incluem-se essencialmente instrumentos de capital, dívida (por exemplo NYSE Euronext) e futuros cotados em mercados ativos; **Nível 2**, o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação. Os principais *inputs* dos modelos utilizados são observáveis no mercado. Neste nível incluem-se por exemplo os derivados *over-the-counter*; e **Nível 3**, o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado. O quadro com os ativos e passivos financeiros ao justo valor classificados por nível é apresentado na nota 7.2.

## 2.11 Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza derivados com o único objetivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra sujeito. De acordo com as suas políticas financeiras, o Grupo não utiliza derivados para especulação. Apesar de os derivados contratados pelo Grupo AdP corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos se qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos do IAS 39. Os instrumentos que não se qualificam como instrumentos de cobertura contabilística são registados no balanço pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em resultados financeiros. Sempre que disponível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado. Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

### 2.11.1 Contabilidade de cobertura

A contabilidade de cobertura é utilizada sempre que exista uma relação entre o elemento coberto e o instrumento de cobertura, que verifique as seguintes condições:

- i) à data do início da relação de cobertura a mesma encontra-se identificada e formalmente documentada;
- ii) existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação (prospectivamente) e ao longo da operação (retrospectivamente);
- iii) para operações de cobertura de fluxos de caixa, os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer;
- iv) a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como tendo sido altamente eficaz durante todo o período de relato financeiro para o qual a cobertura foi designada.

As variações do justo valor dos instrumentos financeiros de derivados que sejam classificados como de cobertura são registadas diretamente na demonstração consolidada de rendimento integral.

## 2.12 Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pelo Grupo no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de perdas por imparidade.

## 2.13 Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

## 2.14 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até seis meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

## 2.15 Imparidade

### 2.15.1 De ativos financeiros

O Grupo AdP analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

### 2.15.2 De ativos financeiros disponíveis para venda

No caso de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, um declínio prolongado ou significativo no justo valor do instrumento abaixo do seu custo é considerado como um indicador que os instrumentos se encontram em imparidade. Se alguma evidência semelhante existir para ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, a perda acumulada – mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, menos qualquer perda por imparidade do ativo financeiro que já tenha sido reconhecida em resultados – é removida de capitais próprios e reconhecida na demonstração de resultados. Perdas por imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são revertidas através da demonstração de resultados.

### 2.15.3 De clientes, devedores e outros ativos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que o Grupo não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: **(i)** análise de incumprimento; **(ii)** dificuldades financeiras do devedor; **(iii)** probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente o Grupo não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

### 2.15.4 De ativos não financeiros

Os ativos do Grupo são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Para o *goodwill* e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço, tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável corresponde ao valor de uso, e esta por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados periodicamente para o regulador do sector. Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos do Grupo. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) o Grupo efetua uma análise da imparidade. No caso em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

### 2.15.5 Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável dos valores a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

### 2.15.6 Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

## 2.16 Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

## 2.17 Dividendos a pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

## 2.18 Subsídios do governo

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que o Grupo AdP cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

## 2.19 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o grupo AdP divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

### Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

## 2.20 Benefícios dos empregados

A EPAL dispõe de um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores, que tem inerente o pagamento de complemento de pensões de reforma (por velhice ou invalidez), suportando adicionalmente as responsabilidades decorrentes de situação de pré-reforma. O sistema de benefícios com pensões das referidas empresas consubstancia-se em dois tipos de planos de pensões, de contribuição definida e de benefícios definidos.

### **Contribuição definida**

É um plano de pensões segundo o qual a Empresa tem como única obrigação pecuniária a realização de contribuições fixas junto de uma entidade separada (um Fundo). Estas contribuições são reconhecidas como um gasto do período a que respeitam.

### **Benefício definido**

Um plano de benefício definido é um plano de pensões que define o montante de benefício de pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço e remuneração.

A obrigação do plano de benefícios definidos é calculada anualmente/semestralmente por atuários independentes, utilizando o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a plano de benefícios definidos é o valor presente da obrigação do benefício definido à data de balanço, deduzido do justo valor dos ativos do plano, juntamente com ajustamentos relativos a gastos de serviços passados.

Os gastos de serviços passados são reconhecidos em resultados numa base de linha reta durante o período até que os correspondentes benefícios se tornem adquiridos. São reconhecidos imediatamente na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

### **EPAL**

O plano de benefícios da EPAL confina no pagamento de um complemento à pensão de reforma (por velhice ou invalidez) atribuída pela Segurança Social, e ao pagamento de situações de pré-reforma. As responsabilidades com o complemento de reforma estão a ser financiadas através de fundo independente constituído e as responsabilidades com pré-reformas são suportadas diretamente pela EPAL, e gerido autonomamente por uma instituição financeira. Ou seja, concede um plano de complemento de reforma aos seus empregados, constituindo um plano de benefícios definidos, com fundo constituído autónomo. Em 22 de março de 2008, a Empresa alterou o plano de pensões de benefício definido para um plano misto de benefício definido e contribuição definida.

## **2.21 Fiscalidade**

A AdP SGPS encontra-se abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades, que abrange todas as empresas em que a AdP SGPS participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 70% do respetivo capital social e que, simultaneamente, sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação do Grupo AdP, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e às taxas de imposto aplicáveis.

A empresa-mãe e as subsidiárias participadas direta ou indiretamente são tributadas à taxa de 23%, acrescida da taxa de derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, a taxa da derrama estadual é de 2,5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, é de 4,5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 6,5%.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados consolidados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada (em 2014 a taxa é de 21%), à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados consolidados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando o Grupo AdP seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

## 2.22 Ativos e passivos detidos para venda

Esta rubrica inclui ativos não correntes (ou grupos para alienação) cuja quantia escriturada será recuperada principalmente através de uma transação de venda, em lugar de o ser pelo uso continuado, e que satisfazem as seguintes condições:

- estão disponíveis para venda imediata na sua condição presente, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para a venda de tais ativos (ou grupos para alienação) e
- a sua venda é altamente provável. Isto é:
  - a hierarquia de gestão apropriada está empenhada num plano para vender o ativo (ou grupo para alienação);
  - foi iniciado um programa para localizar um comprador e concluir o plano;
  - o ativo (ou grupo para alienação) foi amplamente publicitado para venda a um preço que é razoável em relação ao seu justo valor corrente;
  - a venda será concluída dentro de um ano a partir da data da classificação.

Os acontecimentos ou circunstâncias que podem prolongar o período para concluir a venda para além de um ano não excluem que um ativo (ou grupo para alienação) seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da entidade e se houver prova suficiente de que a entidade continua comprometida com o seu plano de vender o ativo (ou grupo para alienação).

Imediatamente antes da classificação inicial dos ativos não correntes (ou grupos para alienação) como detidos para venda, as quantias escrituradas dos ativos (ou de todos os ativos e passivos do grupo) são mensuradas de acordo com as normas aplicáveis. Na data do reconhecimento inicial, os ativos não correntes (ou grupos para alienação) detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre a sua quantia escriturada e o justo valor menos os custos de vender ou, se adquiridos como parte de uma concentração de atividades empresariais, pelo justo valor menos os custos de vender. Quando se espera que a venda ocorra para além de um ano, os custos de vender são mensurados pelo seu valor presente. Qualquer aumento no valor presente dos custos de vender que resulte da passagem do tempo é reconhecido nos resultados como custo de financiamento. Qualquer redução inicial ou posterior do ativo (ou grupo para alienação) para o justo valor menos os custos de vender é reconhecida como uma perda por imparidade. Qualquer ganho resultante de um aumento posterior no justo valor menos os custos de vender de um ativo é reconhecido, mas não para além da perda por imparidade cumulativa que tenha sido reconhecida anteriormente. Os juros e outros gastos atribuíveis aos passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda continuam a ser reconhecidos.

## 2.23 Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. Tal como referido na nota 2.6.6 as empresas concessionárias e reguladas, apenas reconhecem o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo Concedente ou comissão de parceria e escrutinadas pelo regulador. O rédito é reconhecido como segue:

### 2.23.1 Prestação de serviços

#### Atividade regulada - Serviços em “alta” – Saneamento e parcerias

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

#### Atividade regulada - Serviços em “alta” - Tratamento e valorização de resíduos - indiferenciados

O rédito é reconhecido com base em consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

#### Atividade não regulada

A tarifa de disponibilidade encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço do aluguer se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço.

### 2.23.2 Venda de bens

#### Atividade regulada - Serviços em “alta” – Abastecimento de água

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

#### Atividade regulada - Serviços em “alta” – Tratamento e valorização de resíduos - vendas de produtos

Tratamento e valorização de resíduos – produtos: a venda dos produtos obtidos com a valorização de resíduos é registada no momento da transação.

#### Atividade regulada - Serviços em “baixa” - Parcerias

O rédito é composto por duas componentes, uma fixa e outra variável. O rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada para cada escalão e os consumos medidos e/ou estimados nesse escalão (componente variável). A componente fixa corresponde à disponibilidade do serviço e está indexado à capacidade de débito do contador. O reconhecimento é efetuado em duodécimos.

#### Atividade não regulada

Fornecimento de água – consumidor final: a venda de água aos consumidores finais é efetuada com base nos m<sup>3</sup> consumidos, sendo aplicadas as tarifas de cada uma das concessões e não concessões (EPAL). Em alguns casos são efetuadas estimativas de consumos, sendo estas regularizadas aquando das leituras dos contadores individuais de cada cliente.

### 2.23.3 Rédito regulatório e relacionado com atividade concessionada

Ver notas 2.5.6. desvios de recuperação de gastos e 2.6.2 rédito dos serviços de construção.

### 2.23.4 Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

Quando uma conta a receber é ajustada por imparidade, o Grupo reduz o seu valor contabilístico para o seu valor recuperável, no entanto os *cash-flows* futuros estimados continuam a ser descontados à taxa de juro efetiva inicial (antes da imparidade) e a regularização do desconto a ser considerado como um rendimento de juros.

### 2.23.5 Dividendos a receber

Os dividendos serão reconhecidos quando o direito do acionista for estabelecido, o que geralmente ocorre por decisão da Assembleia-Geral da subsidiária ou associada.

## 2.24 Trabalhos para a própria entidade

Nesta rubrica são reconhecidos os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

## 2.25 Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

## 2.26 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

## 3. Políticas de gestão do risco financeiro

### 3.1 Fatores de risco

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

### 3.2 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para o Grupo. O Grupo AdP está sujeito ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria. O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água, saneamento e resíduos). Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - municípios). No entanto dada a situação económica e financeira particular do país nos últimos anos, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de dívidas de clientes permanece com valores significativos (ver notas 16 e 18 - clientes). As perdas por imparidade para contas a receber são calculados considerando: **i)** o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; **ii)** o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e **iii)** a condição financeira do cliente. O Grupo AdP tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de mora junto de alguns municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida.

O Conselho de Administração da AdP SGPS avalia permanentemente a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais, o acionamento do mecanismo associado ao privilégio creditório (o qual incide sobre as dívidas correntes), e o estabelecimento de acordos de pagamento, interposição de injunções/ ações judiciais.

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da AdP SGPS continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade (exceto em situações muito específicas).

A seguinte tabela representa a exposição máxima do Grupo a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2015, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

<b>Ativos financeiros bancários</b>	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
Depósitos à ordem	49 226 099	51 140 074
Depósitos a prazo	119 907 915	207 377 232
Outros títulos	4 867 282	23 014 228
Fundo de reconstituição do capital	96 408 304	102 667 587
	<b>270 409 600</b>	<b>384 199 121</b>



<b>Rating</b>	<b>31.12.2015</b>
A1	-
A2	214 161
B1	49 564 624
Ba1	163 433 675
Ba3	5 677 699
Baa1	1 606 129
Baa3	511 321
Caa1	38 035 949
Caa2	214 770
Sem rating conhecido	11 151 272
	<b>270 409 600</b>

Nota: Notação de *rating* obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2016.

### 3.3 Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio do Grupo AdP não é relevante. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional do Grupo AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando *swaps* centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos. O Grupo AdP possui investimentos denominados em moeda estrangeira, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco de taxa de câmbio pela conversão, bem como financiamentos em moeda estrangeira expostos ao risco de taxa de câmbio. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é gerida através da contratação de empréstimos na mesma moeda.

### 3.4 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. Nestes últimos exercícios esta prática tem sido altamente condicionada pelas conhecidas dificuldades em aceder aos mercados de crédito em Portugal, bem como pelo elevado montante das dívidas de clientes. Face a este problema o Grupo tem vindo a analisar os seus compromissos de investimentos, realizando uma recalendarização dos investimentos do Grupo, efetuando um mapeamento dos mesmos face a sua importância, impacto financeiro, económico, e ambiental, minimizando desta forma todos os riscos associados aos compromissos assumidos com as diversas entidades. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades do Grupo AdP por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	<b>&lt; 1 ano</b>	<b>1 a 5 anos</b>	<b>&gt; 5 anos</b>
Financiamentos	349 059 777	344 317 744	1 721 446 900
Fornecedores e outros passivos	166 708 749	74 395 599	38 571 872

O Grupo AdP não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, o Grupo AdP entende estar em condições de assegurar a renovação das suas principais linhas de crédito, não sendo por tal expectável a sua exigibilidade imediata.

### 3.5 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro do Grupo AdP advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem o Grupo AdP ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A Águas de Portugal, SGPS gere o risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, mediante a contratação de *swaps* que permitam a conversão de empréstimos com juros calculados à taxa variável em empréstimos com juros calculados à taxa fixa. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está a remuneração garantida dos contratos de concessão, e consequentemente o desvio tarifário. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros do Grupo AdP.

	<b>31.12.2015</b>	<b>Taxa média + 1%</b>	<b>Taxa média - 1%</b>
Juros suportados	70 320 621	93 038 546	47 653 889
	<b>70 320 621</b>	<b>93 038 546</b>	<b>47 653 889</b>

### 3.6 Risco de capital

O objetivo do Grupo AdP em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados. A política do Grupo AdP é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita à EPAL e aos empréstimos ao investimento - BEI), que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

	31.12.2015	31.12.2013
Empréstimos não correntes	2 065 764 644	2 139 652 747
Empréstimos correntes	349 059 777	598 892 627
Disponibilidades	(169 250 505)	(281 885 233)
<b>Dívida</b>	<b>2 245 573 916</b>	<b>2 456 660 141</b>
Subsídios ao investimento	1 621 339 053	1 630 392 783
Total do capital próprio	1 428 255 637	1 327 664 514
<b>Capital e subsídios</b>	<b>5 295 168 606</b>	<b>5 414 717 438</b>
<b>Dívida/ Total do capital</b>	<b>0,42</b>	<b>0,45</b>

O modelo de financiamento do Grupo AdP assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

### 3.7 Risco regulatório

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, com todas as consequências adversas que daí resultam. De forma a minimizar estes riscos, a AdP têm procurado acompanhar mais de perto as atividades do regulador, procurando, assim, antecipar potenciais impactos negativos nas empresas decorrentes das regras emanadas pela ERSAR.

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes. Foi também publicada a Lei n.º 12/2014, de 6 de março que altera, pela segunda vez, o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto (alterado já pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho), e que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, modificando os regimes de faturação e contraordenacional.

A atribuição de poderes reforçados à ERSAR, enquanto entidade reguladora independente, veio acentuar a necessidade, por parte desta, de garantir a prática de preços capazes de assegurar a viabilidade económica e financeira das entidades gestoras dos serviços de gestão de resíduos urbanos. Assim, e no âmbito das competências atribuídas ao Conselho Diretivo da ERSAR, foi aprovado, por este órgão em 17 de fevereiro de 2014 o regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos, aplicável a todas as entidades gestoras prestadoras desses serviços, independentemente do modelo de gestão adotado por cada uma delas. Este regulamento foi publicado em Diário da República IIª Série de 15 de abril de 2014.

## 4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo AdP são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

### 4.1 Provisões

As empresas do Grupo AdP analisam de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. O Grupo é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências (notas 26 e 50.2).

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

## 4.2 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação/amortização é essencial para determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se maioritariamente de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da concessão). De salientar que as estimativas de caudais a tratar/abastecer está sujeita a revisões periódicas, com base em nova informação disponível, a qual está a ser analisada no âmbito do processo de reestruturação do setor.

Na determinação do investimento contratual o Grupo utiliza para efeitos de base de depreciações o valor dos investimentos contratuais previstos nos contratos de concessão e/ou EVEC's submetidos posteriormente ao Concedente, os quais poderão estar sujeito a revisão e aprovação por parte do mesmo, com consequente impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

## 4.3 Imparidade de contas a receber

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo AdP, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas ao Grupo AdP. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. No caso específico do Grupo AdP os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infraestruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as atuais estratégias dos participantes no capital da AdP, que conjuntamente com outros fatores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros. As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo AdP não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração das empresas do Grupo AdP.

## 4.4 Justo valor de derivados

O justo valor dos instrumentos financeiros que não têm mercado ativo, é determinado com base em avaliações que refletem o *mark-to-market* desses instrumentos. O Grupo utiliza o julgamento para a seleção das técnicas de avaliação e os pressupostos a utilizar para a avaliação dos derivados contratados à data do reporte financeiro. As variações de justo valor dos instrumentos financeiros de derivados que não se classificam como de cobertura são reconhecidas em resultados, as que se classificam como de cobertura são registados na demonstração consolidada do rendimento integral.

## 4.5 Benefício pós-emprego

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma estão descritos na Nota 27.1.

## 4.6 Estimativa de impostos e impostos diferidos

O Grupo AdP entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto atual e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta: a data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e as estratégias de planeamento fiscal futuro.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, no entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, são corrigidas em resultados de forma prospectiva.

## 5. Factos relevantes que afetam a comparabilidade dos exercícios

Nos exercícios de 2014 e 2015, os resultados e a posição financeira do Grupo AdP encontram-se influenciados por alguns factos relevantes, apresentados nas notas seguintes:

### 5.1 Reorganização territorial

Realizaram-se no dia 30 de junho de 2015, tal como previsto nos respetivos decretos-lei publicados a 29 de maio do mesmo ano, as primeiras Assembleias-Gerais das três novas empresas regionais responsáveis pela gestão dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, do Centro Litoral de Portugal e de Lisboa e Vale do Tejo. Com o início da atividade destas empresas, o Grupo Águas de Portugal (Grupo AdP) finalizou o processo de reorganização territorial das suas operações de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, mediante a extinção de 15 empresas e simultânea criação de 3 novas entidades gestoras: Águas do Norte, Águas do Centro Litoral e Águas de Lisboa e Vale do Tejo, cujo sistema será operado pela EPAL.

A Águas do Norte, S.A. foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, mediante a agregação das empresas Águas do Douro e Paiva, S.A., Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., Simdouro – Saneamento do Grande Porto, S.A. e Águas do Noroeste, S.A., integradas no Grupo Águas de Portugal. Em sequência, foi-lhe atribuída, pelo Estado Português, em regime de exclusivo, a concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, pelo prazo de trinta anos. O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Centro Litoral de Portugal foi criado a 29 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 92/2015, e resulta da agregação do sistema multimunicipal de saneamento da ria de Aveiro (Simria), criado pelo Decreto-Lei n.º 101/97, de 26 de abril, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 329/2000, de 22 de dezembro, do sistema multimunicipal de saneamento do Lis (Simlis), criado pelo Decreto-Lei n.º 543/99, de 13 de dezembro, e do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Baixo Mondego-Bairrada (Águas do Mondego), criado pelo Decreto-Lei n.º 172/2004, de 17 de julho. A concessão da exploração e da gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Centro Litoral de Portugal foi atribuída, por um período de 30 anos, à sociedade Águas do Centro Litoral, S.A., que sucede nos direitos e obrigações às três Sociedades extintas, a saber: SIMRIA - Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, S.A., concessionária do sistema multimunicipal de saneamento da Ria de Aveiro; SIMLIS – Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A., concessionária do sistema multimunicipal de saneamento do Lis; e a Águas do Mondego - Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Baixo Mondego - Bairrada, S.A., concessionária do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Baixo Mondego - Bairrada. A Águas de Lisboa e Vale do Tejo é uma sociedade anónima de capitais públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, com a gestão delegada atribuída à EPAL, e que resulta da agregação, que conduziu à extinção, das seguintes empresas: Águas do Zêzere e Côa (AA+SAR), Água do Centro (AA+SAR), Águas do Oeste (AA+SAR), Simtejo (SAR), Sanest (SAR), Simarsul (SAR), Águas do Norte Alentejano (AA+SAR), Águas do Centro Alentejo (AA+SAR). A concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo foi atribuída à Águas de Lisboa e Vale do Tejo e à EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A, a sua gestão delegada. As novas sociedades sucedem nos direitos e obrigações das anteriores empresas, sendo para estas transferidos todos os seus ativos e passivos.

### 5.2 Rédito dos serviços de construção – IFRIC 12

O Grupo decidiu divulgar pela primeira vez o rédito associado aos serviços de construção (e respetivos gastos), pelo que as demonstrações financeiras foram reexpressas por forma a acomodar este reconhecimento. Note-se que o reconhecimento do rédito associado aos serviços de construção e respetivos gastos não tem qualquer impacto, quer no resultado operacional quer no resultado líquido (ver nota 2.5.8).

### 5.3 Classificação do Grupo EGF como detido para venda/ operações descontinuadas

Através do Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março, o Governo aprovou o processo de reprivatização da EGF mediante a alienação de 100% das ações representativas do seu capital social, detido pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. O mesmo diploma determinou ainda que o processo de alienação se faria por concurso público internacional estabelecendo as fases do mesmo bem

como o direito de aquisição dos trabalhadores de 5% de capital social da EGF e determinou a opção de venda e direitos de preferência a conceder aos municípios acionistas das entidades gestoras de sistemas multimunicipais nas quais a EGF é acionista. Na Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2014, de 3 de abril, publicada no Diário da República de 8 de abril, o Governo aprovou o caderno de encargos que regula os termos do concurso público de alienação e determinou a sua abertura. Em 31 de julho de 2014, 4 dos 7 concorrentes convidados à apresentar propostas vinculativas para a aquisição das ações da EGF efetivaram as suas propostas. Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 55-B/2014, de 19 de setembro, foi selecionado o Agrupamento SUMA, constituído pelas empresas Suma - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A., Mota - Engil Ambiente e Serviços, SGPS, S.A. e Urbaser, S.A., como vencedor do concurso público de reprivatização da EGF. No dia 6 de novembro de 2014 foi assinado o contrato de compra e venda de 95% do capital social da EGF entre a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. e a Suma Tratamento, S.A., empresa constituída pelos membros do Agrupamento SUMA. Os restantes 5% do capital estão reservados para aquisição pelos trabalhadores do universo EGF, a ocorrer após a conclusão da transação. No final de julho de 2015, e após decisão favorável da Autoridade da Concorrência, efetuou-se, a transmissão das ações representativas de 95% do capital social desta empresa à SUMA Tratamento, S.A., pelo montante de 154 milhões de EUR, tendo sido gerada uma mais-valia contabilística de 75,4 milhões de EUR, registada em rendimentos de participações sociais. A mais-valia gerada nas demonstrações financeiras individuais difere da apresentada no quadro em baixo em resultado de diferentes práticas contabilísticas (nas contas individuais a participação financeira estava valorizada ao custo presumido - *deemed cost* - da data da transição para os IFRS – 2010).

<b>Determinação da mais-valia contabilística</b>	
Ativo	898 566 743
Passivo	(759 253 565)
Interesses minoritários	(54 353 942)
<b>Grupo EGF</b>	<b>84 959 236</b>
Investimento financeiro 5%	(3 032 577)
	<b>81 926 659</b>
Resultado líquido primeiro semestre 2015	(2 978 308)
	<b>78 948 351</b>
Valor de venda	154 405 563
<b>Mais-valia contabilística (nota 46)</b>	<b>75 457 212</b>

As presentes demonstrações financeiras apresentam os saldos, as operações e os resultados do Grupo EGF como detido para venda/operações descontinuadas em 2014 e nos primeiros seis meses de 2015, tal como preconizado no IFRS 5.

Os ativos e passivos detidos para venda decompõem-se do seguinte modo:

	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
<b>Ativos</b>		
Ativos intangíveis	-	660 984 028
Investimentos financeiros	-	30 603 288
Impostos diferidos ativos	-	81 592 013
Clientes e outros ativos não correntes	-	29 546 581
Clientes (correntes)	-	57 872 599
Outros ativos correntes	-	20 303 825
Caixa e seus equivalentes	-	45 061 376
Outros ativos	-	2 655 338
	-	<b>928 619 048</b>
<b>Passivos</b>		
Empréstimos	-	178 522 303
Impostos diferidos passivos	-	35 007 824
Amortizações de investimento contratual	-	182 015 569
Subsídios ao investimento	-	273 180 468
Desvio tarifário	-	77 263 273
Outros passivos	-	41 397 476
	-	<b>787 386 913</b>

Os resultados de operações descontinuadas decompõem-se do seguinte modo:

	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
Volume de negócios	85 495 547	169 804 250
Défic/ Superavit tarifário de recuperação de custos	(8 926 948)	(3 194 472)
Gasto das vendas/variação dos inventários	(6 024 121)	(11 798 662)
Fornecimentos e serviços externos	(26 901 117)	(59 698 442)
Gastos com pessoal	(20 031 974)	(40 642 559)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	(28 980 076)	(59 036 905)
Subsídios ao investimento	9 166 450	18 134 022
Outros gastos e rendimentos operacionais	(28 583)	(794 410)
<b>Resultados operacionais</b>	<b>3 769 178</b>	<b>12 772 822</b>
Resultados financeiros	19 315	371 264
Imposto	(810 185)	(7 633 003)
<b>Resultados líquidos do exercício operações continuadas</b>	<b>2 978 308</b>	<b>5 511 083</b>
Resultado líquido atribuível a acionistas da AdP SGPS	2 061 846	3 393 633
Resultado líquido atribuível a interesses que não controlam	916 462	2 117 450
	<b>2 978 308</b>	<b>5 511 083</b>

## 5.4 Rendimentos obtidos de propriedades de investimentos

Em 2014, decorrente da execução de um protocolo existente com a Câmara Municipal de Lisboa, a EPAL procedeu à incorporação no seu património de um terreno, o qual foi registado como propriedade de investimento no valor de aproximadamente 12,8 milhões de EUR, por contrapartida de resultados por se tratar de uma transmissão não onerosa (ver detalhe na nota 10).

## 6. Informação por segmento de negócio

<b>31.12.2015</b>	Atividade regulada	Atividade não regulada EPAL	Atividade não regulada Internacional	Atividade não regulada Corporativos	Ajustamentos	Resultado líquido de operações descontinuadas	Total consolidado
Vendas externas	529 471 580	133 968 510	3 825 538	2 604 888	-	-	669 870 516
Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	138 672 990	-	-	-	-	-	138 672 990
Vendas inter-segmentos	13 210 174	9 965 441	-	16 097 110	(39 272 725)	-	-
<b>Réditos totais</b>	<b>681 354 744</b>	<b>143 933 951</b>	<b>3 825 538</b>	<b>18 701 998</b>	<b>(39 272 725)</b>	-	<b>808 543 506</b>
Custo das vendas/variação dos inventários	(17 305 699)	(2 233 525)	-	(407 300)	-	-	(19 946 524)
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	(138 672 990)	-	-	-	-	-	(138 672 990)
FSE's	(149 616 342)	(25 922 593)	(2 741 794)	(7 402 357)	-	-	(185 683 086)
Gastos com pessoal	(47 609 981)	(32 828 202)	(1 289 450)	(9 384 436)	-	-	(91 112 069)
Amort., dep. e reversões do exercício	(171 401 557)	(25 293 804)	(73 487)	(1 695 210)	-	-	(198 464 058)
Provisões e reversões do exercício	1 262 987	5 801	(232 024)	(315 863)	-	-	720 901
Perdas por imparidade e reversões	(21 985 897)	(515 756)	-	(9 832)	-	-	(22 511 485)
Subsídios ao investimento	52 231 150	1 275 977	-	-	-	-	53 507 127
Outros gastos e perdas operacionais	(6 795 628)	(1 545 916)	(283 946)	(192 416)	-	-	(8 817 906)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	7 185 214	3 345 658	372 779	185 462	-	-	11 089 113
Result. operacionais inter-segmentos	(46 617 438)	7 738 793	(833 441)	448 856	39 263 230	-	-
<b>Resultados operacionais totais</b>	<b>142 028 563</b>	<b>67 960 384</b>	<b>(1 255 825)</b>	<b>(71 098)</b>	<b>(9 495)</b>	-	<b>208 652 529</b>
Resultados financeiros externos	(32 463 970)	(1 866 321)	(63 630)	68 513 155	-	-	34 119 234
Resultados financeiros inter-segmentos	(20 946 502)	(1 066)	(232 546)	21 170 619	9 495	-	-
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>88 618 091</b>	<b>66 092 997</b>	<b>(1 552 001)</b>	<b>89 612 676</b>	<b>-</b>	-	<b>242 771 763</b>
Imp. sobre o rendimento do exercício	(37 815 298)	(18 955 710)	150 137	(3 804 858)	-	-	(60 425 729)
<b>Resultados líquidos do exercício operações continuadas</b>	<b>50 802 793</b>	<b>47 137 287</b>	<b>(1 401 864)</b>	<b>85 807 818</b>	<b>-</b>	-	<b>182 346 034</b>
Resultado líquido de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	2 978 308	2 978 308
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>50 802 793</b>	<b>47 137 287</b>	<b>(1 401 864)</b>	<b>85 807 818</b>	<b>-</b>	<b>2 978 308</b>	<b>185 324 342</b>
Atribuível a interesses que não controlam	18 374 242	-	-	65 216	-	916 462	19 355 920
Atribuível a acionistas da AdP, SGPS, S.A.	32 428 551	47 137 287	(1 401 864)	85 742 602	-	2 061 846	165 968 422
	<b>50 802 793</b>	<b>47 137 287</b>	<b>(1 401 864)</b>	<b>85 807 818</b>	<b>-</b>	<b>2 978 308</b>	<b>185 324 342</b>

31.12.2014	Atividade regulada	Atividade não regulada EPAL	Atividade não regulada Internacional	Atividade não regulada Corporativos	Ajustamentos	Resultado líquido de operações descontinuadas	Total consolidado
Vendas externas	490 616 016	130 175 013	4 166 340	1 228 629	-	-	626 185 998
Vendas inter-segmentos	13 762 825	11 783 390	-	19 150 879	(44 697 094)	-	-
<b>Réditos totais</b>	<b>504 378 841</b>	<b>141 958 403</b>	<b>4 166 340</b>	<b>20 379 508</b>	<b>(44 697 094)</b>	<b>-</b>	<b>626 185 998</b>
Custo das vendas/variação dos inventários	(16 994 468)	(2 189 866)	-	(282 085)	-	-	(19 466 419)
FSE's	(141 723 284)	(25 667 118)	(4 149 351)	(2 461 598)	-	-	(174 001 351)
Gastos com pessoal	(56 569 153)	(22 649 295)	(1 402 727)	(9 247 716)	-	-	(89 868 891)
Amort., dep. e reversões do exercício	(163 571 047)	(25 009 466)	(92 036)	(1 312 148)	-	-	(189 984 697)
Provisões e reversões do exercício	(980 946)	(63 456)	450 878	1	-	-	(593 523)
Perdas por imparidade e reversões	(2 051 564)	(52 146)	-	(405 374)	-	-	(2 509 084)
Subsídios ao investimento	54 508 264	1 275 977	-	-	-	-	55 784 241
Outros gastos e perdas operacionais	(7 322 412)	(1 298 604)	(522 970)	(213 854)	-	-	(9 357 840)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	4 848 258	14 235 759	354 385	448 962	-	-	19 887 364
Result. operacionais inter-segmentos	(39 380 078)	(3 129 242)	(409 873)	(1 787 250)	44 706 443	-	-
<b>Resultados operacionais totais</b>	<b>135 142 411</b>	<b>77 410 946</b>	<b>(1 605 354)</b>	<b>5 118 446</b>	<b>9 349</b>	<b>-</b>	<b>216 075 798</b>
Resultados financeiros externos	(40 603 298)	(1 586 681)	(264 457)	(15 595 910)	-	-	(58 050 346)
Resultados financeiros inter-segmentos	(25 013 168)	48 281	(141 453)	25 115 689	(9 349)	-	-
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>69 525 945</b>	<b>75 872 546</b>	<b>(2 011 264)</b>	<b>14 638 225</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>158 025 452</b>
Imp. sobre o rendimento do exercício	(17 696 811)	(19 932 758)	602 521	(3 653 375)	-	-	(40 680 423)
<b>Resultados líquidos do exercício operações continuadas</b>	<b>51 829 134</b>	<b>55 939 788</b>	<b>(1 408 743)</b>	<b>10 984 850</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>117 345 029</b>
Resultado líquido de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	5 511 083	5 511 083
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>51 829 134</b>	<b>55 939 788</b>	<b>(1 408 743)</b>	<b>10 984 850</b>	<b>-</b>	<b>5 511 083</b>	<b>122 856 112</b>
Atribuível a interesses que não controlam	18 570 874	-	-	(156 132)	-	2 117 450	20 532 192
Atribuível a acionistas da AdP, SGPS, S.A.	33 258 260	55 939 788	(1 408 743)	11 140 982	-	3 393 633	102 323 920
	<b>51 829 134</b>	<b>55 939 788</b>	<b>(1 408 743)</b>	<b>10 984 850</b>	<b>-</b>	<b>5 511 083</b>	<b>122 856 112</b>

Nota: Os réditos totais incluem os desvios tarifários do período.

## 7. Instrumentos financeiros por categoria do IAS 39

### 7.1 Classificação dos ativos e passivos financeiros de acordo com o IAS 39

31.12.2015	Ativos financeiros ao justo valor por resultados	Empréstimos e contas a receber ao custo amortizado	Passivos financeiros ao justo valor por resultados	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Investimentos financeiros	4 754 020	99 531 308	-	-	104 285 329
Clientes e outros ativos não correntes	-	353 218 547	-	-	353 218 547
Clientes	-	5 122 137	-	-	5 122 137
Outros ativos correntes	-	93 121 341	-	-	93 121 341
Caixa e seus equivalentes	-	169 250 505	-	-	169 250 505
	<b>4 754 020</b>	<b>720 243 838</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>724 997 859</b>
Empréstimos não correntes	-	-	-	2 065 764 644	2 065 764 644
Fornecedores e outros passivos não correntes	-	-	-	112 967 471	112 967 471
Instrumentos financeiros derivados	-	-	15 725 111	-	15 725 111
Empréstimos	-	-	-	349 059 777	349 059 777
Fornecedores	-	-	-	66 929 698	66 929 698
Outros passivos correntes	-	-	-	99 779 051	99 779 051
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15 725 111</b>	<b>2 694 500 641</b>	<b>2 710 225 752</b>

31.12.2014	Ativos financeiros ao justo valor por resultados	Empréstimos e contas a receber ao custo amortizado	Passivos financeiros ao justo valor por resultados	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Investimentos financeiros	6 405 500	102 931 018	-	-	109 336 518
Clientes e outros ativos não correntes	-	127 712 085	-	-	127 712 085
Clientes	-	413 731 193	-	-	413 731 193
Outros ativos correntes	-	85 722 768	-	-	85 722 768
Caixa e seus equivalentes	-	281 885 233	-	-	281 885 233
	<b>6 405 500</b>	<b>1 011 982 297</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 018 387 797</b>
Empréstimos não correntes	-	-	-	2 139 652 747	2 139 652 747
Fornecedores e outros passivos não correntes	-	-	-	115 094 242	115 094 242
Instrumentos financeiros derivados	-	-	20 174 297	-	20 174 297
Empréstimos	-	-	-	598 892 627	598 892 627
Fornecedores	-	-	-	68 256 956	68 256 956
Outros passivos correntes	-	-	-	121 699 235	121 699 235
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20 174 297</b>	<b>3 043 595 807</b>	<b>3 063 770 104</b>

## 7.2 Hierarquia do justo valor

Todos os instrumentos financeiros ao justo valor são categorizados em três níveis, definidos da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2015			31 de dezembro de 2014		
	nível 1	nível 2	nível 3	nível 1	nível 2	nível 3
<b>Ativos financeiros ao justo valor por resultados</b>						
Investimentos financeiros em obrigações	-	4 756 574	-	-	6 405 500	-
<b>Passivos financeiros ao justo valor por resultados</b>						
Derivados	-	11 085 953	-	-	14 986 669	-
<b>Passivos financeiros ao justo valor por rendimento integral</b>						
Derivados	-	4 639 158	-	-	5 187 628	-

## 8. Ativos intangíveis

	31.12.2015	31.12.2014
Direito de utilização de infraestruturas - IFRIC 12	3 795 420 663	3 719 752 618
Goodwill e trespasses	209 965	209 965
Despesas de desenvolvimento	2 667 443	2 650 922
Propriedade industrial e outros direitos	1 527 621	2 685 677
Programas de computador	27 178	23 813
Outros ativos intangíveis	14 692 510	13 370 622
Ativos intangíveis em curso	227 941 717	262 138 223
	<b>4 042 487 097</b>	<b>4 000 831 840</b>

O Grupo não reconhece ativos intangíveis gerados internamente.

### 8.1 Movimentos do período

Valor bruto	31.12.2014	Aumentos	Conv. Camb.	Diminui./ Alienações	Reclassif.	Transf.	31.12.2015
Direito de utilização de Infraestruturas	5 011 990 933	57 500 257	-	(2 439 037)	16 705 071	163 081 438	5 246 838 662
Goodwill	209 965	-	-	-	-	-	209 965
Projetos de desenvolvimento	6 297 313	139 543	(2 918)	-	-	(57 820)	6 376 118
Propriedade industrial	11 302 061	2 000	-	-	-	29	11 304 090
Programas de computador	30 567	-	-	-	-	5 068	35 635
Outros ativos intangíveis	22 546 105	64 840	2 336	-	-	2 166 141	24 779 422
Ativos intangíveis em curso	262 138 223	131 136 064	-	(43 393)	(20 114)	(165 269 063)	227 941 717
	<b>5 314 515 167</b>	<b>188 842 704</b>	<b>(582)</b>	<b>(2 482 430)</b>	<b>16 684 957</b>	<b>(74 207)</b>	<b>5 517 485 609</b>



Amortizações acumuladas	31.12.2014	Aumentos	Conv. Camb.	Diminui./ Alienações	Reclassif.	Transf.	31.12.2015
Direito de utilização de infraestruturas	(1 292 238 315)	(121 028 584)	-	940	(38 149 252)	(2 788)	(1 451 417 999)
Projetos de desenvolvimento	(3 646 391)	(97 543)	2 918	-	(46)	32 387	(3 708 675)
Propriedade industrial	(8 616 384)	(1 160 055)	-	-	-	(30)	(9 776 469)
Programas de computador	(6 754)	(854)	-	-	-	(849)	(8 457)
Outros ativos intangíveis	(9 175 483)	(457 652)	(2 336)	-	(441 151)	(10 290)	(10 086 912)
	<b>(1 313 683 327)</b>	<b>(122 744 688)</b>	<b>582</b>	<b>940</b>	<b>(38 590 449)</b>	<b>18 430</b>	<b>(1 474 998 512)</b>
Valor líquido	4 000 831 840	66 098 016	-	(2 481 490)	(21 905 492)	(55 777)	4 042 487 097

## 8.2 Direito de utilização de infraestruturas e ativos intangíveis em curso

Valor bruto	31.12.2014	Aumentos	Diminui./ Alienações	Reclassif.	Transf.	31.12.2015
Direito de utilização de infraestruturas	5 011 990 933	57 500 257	(2 439 037)	16 705 071	163 081 438	5 246 838 662
Ativos intangíveis em curso	262 138 223	131 136 064	(43 393)	(20 114)	(165 269 063)	227 941 717
	<b>5 274 129 156</b>	<b>188 636 321</b>	<b>(2 482 430)</b>	<b>16 684 957</b>	<b>(2 187 625)</b>	<b>5 474 780 379</b>

Amortizações acumuladas	31.12.2014	Aumentos	Diminui./ Alienações	Reclassif.	Transf.	31.12.2015
Direito de utilização de infraestruturas	(1 292 238 315)	(121 028 584)	940	(38 149 252)	(2 788)	(1 451 417 999)
	<b>(1 292 238 315)</b>	<b>(121 028 584)</b>	<b>940</b>	<b>(38 149 252)</b>	<b>(2 788)</b>	<b>(1 451 417 999)</b>
Valor líquido	3 981 890 841	67 607 737	(2 481 490)	(21 464 295)	(2 190 413)	4 023 362 380

Os investimentos mais relevantes do ano são por empresa e por natureza:

(estes valores foram arredondados)

Abastecimento de água	Captações	ETA	Adutoras	Estações elevatórias	Reservatórios
Águas do Norte	7 537 000	8 810 000	11 421 000	1 941 000	9 894 000
AdRA - Águas da Região de Aveiro	222 000	-	293 000	-	313 000
Águas do Centro Litoral	131 000	146 000	1 322 000	-	224 000
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	-	150 000	10 007 000	1 276 000	2 892 000
EPAL	-	-	-	-	-
AgdA - Águas Públicas do Alentejo	110 000	1 038 000	9 097 000	144 000	1 688 000
Águas de Santo André	-	-	-	-	-
Águas do Algarve	-	-	218 000	706 000	-
	<b>8 000 000</b>	<b>10 144 000</b>	<b>32 358 000</b>	<b>4 067 000</b>	<b>15 011 000</b>

## 8.3 Goodwill

	31.12.2015	31.12.2014
<b>Goodwill</b>		
Aquasis, S.A.	209 965	209 965
	<b>209 965</b>	<b>209 965</b>

## 8.4 Locação financeira

Valores líquidos contabilísticos de ativos intangíveis adquiridos com recurso a locação financeira:

	31.12.2015	31.12.2014
DUI - Terrenos e recursos naturais	897 394	918 453
DUI - Edifícios e outras construções	2 697 565	2 762 247
	<b>3 594 959</b>	<b>3 680 700</b>

## 9. Ativos fixos tangíveis

	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
Terrenos e recursos naturais	122 809 604	122 710 236
Edifícios e outras construções	110 145 579	114 816 384
Equipamento básico	495 119 034	509 974 784
Equipamento de transporte	296 058	239 732
Equipamento administrativo	3 022 660	2 999 730
Outros	2 544 641	2 334 901
Investimentos em curso	12 997 219	8 631 349
	<b>746 934 795</b>	<b>761 707 116</b>

### 9.1 Movimentos do período

Valor bruto	<b>31.12.2014</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Conv. Camb.</b>	<b>Diminui./ Alienações</b>	<b>Reclassif.</b>	<b>31.12.2015</b>
Terrenos e recursos naturais	122 710 236	99 801	-	(6 777)	6 344	122 809 604
Edifícios e outras construções	224 090 055	36 876	-	-	995 931	225 122 862
Equipamento básico	1 051 343 626	1 421 041	-	(961 174)	3 693 761	1 055 497 254
Equipamento de transporte	2 512 313	204 130	(799)	(148 826)	-	2 566 818
Equipamento administrativo	30 354 546	898 547	(12 529)	(24 090)	241 042	31 457 516
Outros	24 829 622	111 333	(8 300)	(27 148)	542 178	25 447 685
Investimentos em curso	8 631 349	9 783 039	-	(12 150)	(5 405 019)	12 997 219
	<b>1 464 471 747</b>	<b>12 554 767</b>	<b>(21 628)</b>	<b>(1 180 165)</b>	<b>74 237</b>	<b>1 475 898 958</b>

Amortizações acumuladas	<b>31.12.2014</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Conv. Camb.</b>	<b>Diminui./ Alienações</b>	<b>Reclassif.</b>	<b>31.12.2015</b>
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(109 273 671)	(5 323 867)	-	-	(9 745)	(114 607 283)
Equipamento básico	(541 368 842)	(19 943 246)	-	934 892	(1 024)	(560 378 220)
Equipamento de transporte	(2 272 581)	(125 007)	4 150	122 678	-	(2 270 760)
Equipamento administrativo	(27 354 816)	(1 086 658)	9 847	5 524	(8 753)	(28 434 856)
Outros	(22 494 721)	(433 895)	8 300	16 211	1 061	(22 903 044)
	<b>(702 764 631)</b>	<b>(26 912 673)</b>	<b>22 297</b>	<b>1 079 305</b>	<b>(18 461)</b>	<b>(728 594 163)</b>

Perdas por imparidade	<b>31.12.2014</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Conv. Camb.</b>	<b>Diminui./ Alienações</b>	<b>Reclassif.</b>	<b>31.12.2015</b>
Equipamento básico	-	(370 000)	-	-	-	(370 000)
	-	<b>(370 000)</b>	-	-	-	<b>(370 000)</b>
Valor líquido	<b>761 707 116</b>	<b>(14 727 906)</b>	<b>669</b>	<b>(100 860)</b>	<b>55 776</b>	<b>746 934 795</b>

A quase totalidade dos ativos fixos tangíveis tem proveniência na EPAL (com exceção do edifício sede do Grupo).

### 9.2 Locação financeira

Valores líquidos contabilísticos de ativos fixos tangíveis adquiridos com recurso a locação financeira:

	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
Terrenos e recursos naturais	5 050 000	5 050 000
Edifícios e outras construções	13 487 055	13 471 259
Equipamento de transporte	-	22 424
	<b>18 537 055</b>	<b>18 543 683</b>

## 10. Propriedades de investimento

	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
Terrenos	12 883 737	12 883 737
Edifícios	2 537 817	2 537 817
Depreciações acumuladas	(1 770 660)	(1 675 881)
	<b>13 650 894</b>	<b>13 745 673</b>

i) Decorrente da execução de um protocolo existente com a Câmara Municipal de Lisboa, a EPAL procedeu à incorporação no seu património de um terreno, o qual foi registado como propriedade de investimento no valor de aproximadamente 12,8 milhões de EUR, por contrapartida de resultados por se tratar de uma transmissão não onerosa. De acordo com o referido protocolo, celebrado em 1992, o Município de Lisboa obrigava-se a transmitir para a EPAL terrenos para construção. Os desenvolvimentos ocorridos em 2014 culminaram com a materialização, em 31 de dezembro, da transmissão efetiva do terreno em apreço, mediante outorga de escritura pública, entre o Município de Lisboa e a EPAL (ver nota 43).

O justo valor das propriedades de investimento não apresenta diferenças significativas face ao valor contabilístico. O justo valor de cada propriedade de investimento foi determinado através de avaliações realizadas por uma entidade especializada independente, que possui uma qualificação profissional reconhecida e relevante, com referência a 31 de dezembro de 2014, sendo entendimento da Administração do Grupo que o mesmo não apresenta alterações significativas.

## 11. Investimentos financeiros

	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
Fundo de reconstituição	96 408 304	102 667 586
Participação financeira (EGF)	3 032 577	-
Outros investimentos financeiros	4 844 447	6 668 933
	<b>104 285 328</b>	<b>109 336 519</b>

À data da constituição das empresas concessionárias multimunicipais, estas ficaram obrigadas a manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança os bens e meios afetos à concessão, efetuando, para tal, as necessárias reparações, renovações e adaptações. Para essa finalidade, a empresa, após o início da exploração do serviço, devia constituir um fundo de renovação. Com o Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, alterou-se o regime dos Sistemas Multimunicipais, tendo as empresas ficado desoneradas da obrigação de manter os fundos de renovação existentes, a partir de 1 de janeiro de 2010, data em que o diploma entrou em vigor. As empresas concessionárias e reguladas são obrigadas, de acordo com os contratos de concessão, a efetuar um Fundo de Reconstituição de Capital numa instituição autorizada pelo Banco de Portugal, o montante correspondente à anuidade de amortização do capital para criação de um Fundo de Reconstituição do Capital, que será gerido pela concessionária e a que esta terá direito no termo do contrato. Na salvaguarda dos interesses dos utilizadores, uma vez que é incorporada na tarifa a margem de remuneração do capital investido, os rendimentos do fundo serão em cada ano, deduzidos aos gastos e encargos. Estes fundos foram transferidos e encontram-se depositados, desde 2010, junto do IGCP – Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública. Para as empresas do Grupo cujo prazo de concessão foi estendido, não foi efetuado o reforço do fundo de reconstituição do capital, por este ser à data superior ao contratualmente necessário. No entanto, nestes casos, não foi utilizado, ou seja não foi reduzido, mantendo-se o valor já constituído devidamente titularizado junto do IGCP – Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública. Os Decretos-Lei que constituem as novas empresas, Águas do Norte, Águas do Centro Litoral e Águas de Lisboa e Vale do Tejo, dispensam a constituição do Fundo de Reconstituição, podendo estas sociedades dispor destes montantes para a redução do endividamento.

No mapa abaixo, são apresentados os fundos por empresa do Grupo:

	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
	Fundo reconstituição capital	Fundo reconstituição capital
Águas do Mondego, S.A.	-	5 217 927
Simlis, S.A.	-	2 084 319
Simria, S.A.	-	4 848 355
<b>Águas do Centro Litoral, S.A.</b>	<b>10 644 638</b>	<b>12 150 601</b>
Águas do Centro Alentejo, S.A.	-	1 136 390
Águas do Centro, S.A.	-	7 860 016
Águas do Norte Alentejano, S.A.	-	2 177 301
Águas do Oeste, S.A.	-	9 666 478
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	-	6 397 595
Sanest, S.A.	-	8 445 198
Simarsul, S.A.	-	6 116 343
Simtejo, S.A.	-	8 859 593
<b>Águas do Lisboa e Vale do Tejo S.A.</b>	<b>42 265 133</b>	<b>50 658 914</b>
Águas do Douro e Paiva, S.A.	-	12 010 557
Águas do Noroeste, S.A.	-	11 584 853
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	-	6 444 684
Simdouro, S.A.	-	1 179 079
<b>Águas do Norte, S.A.</b>	<b>31 219 173</b>	<b>31 219 173</b>
Águas do Algarve, S.A.	11 899 004	8 267 571
Águas de Santo André, S.A.	380 356	371 327
	<b>96 408 304</b>	<b>102 667 586</b>

## 12. Investimentos financeiros em empresas associadas

	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
Miese, Lda. (a)	208 783	208 783
Trevo Oeste (Suprimentos) (a)	55 758	55 758
	<b>264 541</b>	<b>264 541</b>

a) Os montantes encontram-se totalmente provisionados.

## 13. Impostos diferidos

	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
Imposto diferido ativo	164 480 155	166 348 090
	<b>164 480 155</b>	<b>166 348 090</b>
Imposto diferido passivo	256 888 051	235 998 708
	<b>256 888 051</b>	<b>235 998 708</b>

## 13.1 Movimentos do período

	Saldo inicial	Correções	Reclassificação	Dotação	Utilização	Saldo Final
<b>ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS</b>						
<b>Provisões</b>						
Provisões - riscos e encargos	2 745 335	-	-	751 178	(1 525 581)	1 970 932
Provisões - perdas de imparidade	8 913 702	-	-	174 603	(277 585)	8 810 720
Provisões - pensões	340 000	-	-	-	-	340 000
Provisões - outros	294 370	-	-	-	-	294 370
Prejuízos	-	-	-	9 148 040	(7 943 942)	1 204 098
Outros	-	-	-	-	-	-
Amortizações não aceites/ investimento contratual não realizado	472 703 504	-	-	34 138 647	(2 782 720)	504 059 431
Diferença amortização fiscal/ contabilística/ subsídio	113 845 955	-	-	23 552 625	(8 059 224)	129 339 356
Desvio tarifário	62 483 176	748 180	(61 014 412)	976 177	(2 250 065)	943 056
Ajustamentos transição - Subsídios	3 143 311	-	-	-	(222 211)	2 921 100
Outros	15 358 863	-	-	-	(14 892 193)	466 670
<b>Base de incidência</b>	<b>679 828 216</b>	<b>748 180</b>	<b>(61 014 412)</b>	<b>68 741 270</b>	<b>(37 953 521)</b>	<b>650 349 733</b>
IRC	145 973 072	4 182 644	(12 813 026)	15 105 823	(8 126 241)	144 322 272
Derrama	20 375 018	-	(915 216)	1 792 278	(1 094 197)	20 157 883
<b>Imposto diferido ativo reconhecido</b>	<b>166 348 090</b>	<b>4 182 644</b>	<b>(13 728 242)</b>	<b>16 898 101</b>	<b>(9 220 438)</b>	<b>164 480 155</b>
<b>PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS</b>						
<b>Reavaliações</b>						
Reavaliações fiscais	23 885 804	-	-	-	-	23 885 804
Reavaliações livres	111 129 068	-	-	-	(54 308)	111 074 760
Reinvestimento de mais-valias	159 897	-	-	-	-	159 897
Outros	-	-	-	-	-	-
Amortizações não aceites/ investimento contratual não realizado	235 004 260	-	-	388 509	(7 781 357)	227 611 412
Diferença Amortização fiscal/ contabilística/ subsídio	31 916 026	-	-	2 056 169	(4 801 076)	29 171 119
Desvio tarifário	590 618 916	1 606 760	(61 014 412)	91 100 322	-	622 311 586
<b>Base de incidência</b>	<b>992 713 971</b>	<b>1 606 760</b>	<b>(61 014 412)</b>	<b>93 545 000</b>	<b>(12 636 741)</b>	<b>1 014 214 578</b>
IRC	213 309 898	15 508 224	(12 813 026)	17 855 768	(3 579 531)	230 281 333
Derrama	22 688 809	2 426 697	(915 216)	2 858 305	(451 875)	26 606 720
<b>Imposto diferido passivo reconhecido</b>	<b>235 998 707</b>	<b>17 934 921</b>	<b>(13 728 242)</b>	<b>20 714 073</b>	<b>(4 031 406)</b>	<b>256 888 051</b>

<b>Imposto diferido</b>	<b>Valor</b>
Imposto ativo	(1 867 935)
Imposto passivo	(20 889 345)
<b>Imposto diferido do exercício</b>	<b>(22 757 280)</b>
Ajustamento	706 909
<b>Imposto reconhecido em resultados</b>	<b>(22 050 371)</b>

Existe um conjunto de empresas do Grupo cujos resultados fiscais expectáveis no futuro não permitirão recuperar os impostos diferidos ativos gerados pelos prejuízos reportados, por esse facto não foram calculados impostos diferidos ativos:

<b>Prejuízos fiscais não relevados como impostos diferidos (por data de extinção)</b>	<b>31.12.2015</b>
2016	1 456 970
2017	842 179
2018	1 266 051
2019	5 074 328
2020	748 357
	<b>9 387 885</b>

## 14. Instrumentos financeiros derivados

Em balanço	31.12.2015	31.12.2014
Swaps cambial	-	(20 712 040)
Efeito cambial do JPY's	-	18 697 370
<b>Efeito líquido</b>	-	<b>(2 014 670)</b>
Swaps taxa de juro	(15 725 111)	(18 159 627)
	<b>(15 725 111)</b>	<b>(20 174 297)</b>

Em resultados	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Swap de taxa de câmbio		2 014 660	1 701 550
Swap de taxa de juro (positivos)		-	-
Swap de taxa de juro (negativos)		1 886 047	(4 098 000)
	45	<b>3 900 707</b>	<b>(2 396 450)</b>

Swap	Risco Coberto	Notional	Maturidade	J.V. 2015	J.V. 2014	Em resultados	Em capital próprio
Mitsubishi – taxa de câmbio	Taxa de câmbio Eur/JPY	100000000	2015	-	(20 712 040)	20 712 040	-
Atualização cambial	Taxa de câmbio Eur/JPY	100000000	2015	-	18 697 370	(18 697 370)	-
<b>Subtotal</b>			-	-	<b>(2 014 670)</b>	<b>2 014 670</b>	-
City Bank - taxa de juro	Taxa de juro	50000000	2022	(11 085 953)	(12 972 000)	1 886 047	-
BBVA – taxa de juro	Taxa de juro	20000000	2023	(4 639 158)	(5 187 627)	-	548 470
<b>Subtotal</b>				<b>(15 725 111)</b>	<b>(18 159 627)</b>	<b>1 886 047</b>	<b>548 470</b>
<b>Total</b>				<b>(15 725 111)</b>	<b>(20 174 297)</b>	<b>3 900 707</b>	<b>548 470</b>

A AdP recorre a derivados com o único objetivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra sujeito. De acordo com as suas políticas financeiras, a AdP não utiliza derivados para negociação. Apesar de os derivados contratados pela AdP corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos do IAS 39. Os instrumentos que não qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são registados no balanço pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em resultados financeiros. Sempre que disponível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados determinados por entidades externas, tendo por base técnicas de valorização aceites pelo mercado. Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

Os instrumentos financeiros associados aos empréstimos do Depfa (Nocional de 20 milhões de EUR) são considerados instrumentos de cobertura de fluxos de caixa, e por tal a respetiva variação de justo valor é contabilizada diretamente nos capitais próprios a partir de 2012. Foram efetuadas as avaliações de efetividade dos instrumentos, cujos resultados ficaram dentro do intervalo de 80% a 125%.

## 15. Desvio tarifário

	31.12.2015	31.12.2014
Ativo regulatório - Desvio tarifário bruto	622 311 585	590 618 917
Passivo regulatório - Desvio tarifário bruto	(943 055)	(61 014 412)
<b>Total</b>	<b>621 368 530</b>	<b>529 604 505</b>

Conciliação dos desvios tarifários brutos	Notas	31.12.2014	Em resultados	Reversão	31.12.2015
Águas do Douro e Paiva		(1 421 003)	-	-	
Águas do Noroeste		1 18 930 214	-	-	
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro		62 684 327	-	-	
Simdouro		10 552 318	-	-	
<b>Águas do Norte</b>		<b>190 745 856</b>	<b>32 812 338</b>	-	<b>223 558 194</b>
Águas do Mondego		10 315 104	-	-	
Simlis		15 407 285	-	-	
Simria		34 414 351	-	-	
<b>Águas do Centro Litoral</b>		<b>60 136 740</b>	<b>1 745 701</b>	-	<b>61 882 441</b>
Águas do Centro Alentejo		10 680 015	-	-	
Águas do Centro		73 347 371	-	-	
Águas do Norte Alentejano		35 252 996	-	-	
Águas do Oeste		72 806 887	-	-	
Águas do Zêzere e Côa		54 118 230	-	-	
Simarsul		44 293 960	-	-	
Sanest		(21 932 204)	-	-	
Simtejo		(35 444 261)	-	-	
<b>Águas do Lisboa e Vale do Tejo</b>		<b>233 122 994</b>	<b>60 052 338</b>	<b>(610 184)</b>	<b>292 565 148</b>
Águas do Algarve		12 294 900	(5 660 699)	-	6 634 201
AdRA - Águas da Região de Aveiro		5 007 730	(2 604 709)	-	2 403 021
AdRA - Águas da Região de Aveiro (Reserva às contas individuais)		30 513 229	4 755 351	-	35 268 580
AgdA - Águas Públicas do Alentejo		(2 216 944)	(976 176)	2 250 065	(943 055)
		<b>45 598 915</b>	<b>90 124 144</b>	<b>1 639 881</b>	<b>621 368 530</b>
Desvio ativo		590 618 917	-	-	622 311 585
Desvio passivo		(61 014 412)	-	-	(943 055)
		<b>529 604 505</b>	<b>90 124 144</b>		<b>621 368 530</b>

Em 2015 a AgdA - Águas Públicas do Alentejo distribuiu aos clientes o montante de 2,25 milhões de EUR de desvio tarifário, de acordo com o contrato de parceria.

## 16. Clientes e outros ativos não correntes

	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Clientes		50 784 083	65 041 610
Subsídios ao investimento - Fundo de Coesão e outros	20.1	1 966 785	1 097 021
Encargos da concessão - acréscimos de investimentos		28 835	31 844
Valores residuais	16.2	12 422 810	39 343 996
Outros	16.3	22 216 274	23 502 313
		<b>87 418 787</b>	129 016 784
Perdas por imparidade	16.4	(1 355 551)	(1 304 699)
		<b>86 063 236</b>	<b>127 712 085</b>

### 16.1 Clientes

	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Gerais		456 080	201 037
Municípios	18.3	50 328 003	64 840 573
		<b>50 784 083</b>	<b>65 041 610</b>

No quadro abaixo apresentam-se os principais Municípios com dívidas em rubrica de clientes não correntes, ou seja, resultantes de acordos assinados com clientes:

	Notas	31.12.2015	31.12.2014
VRSA SGU EM, S.A.	i)	9 284 909	-
Ambiolhão, EM		4 297 180	6 665 204
Município de Seixal		3 176 965	8 490 162
Município de Alenquer		2 149 124	-
Município de Caminha		2 075 075	158 784
TROFÁGUAS - Serviços Ambientais, EEM		1 985 979	2 225 979
Município de Lamego		1 908 298	-
Município de Celorico da Beira		1 787 404	-
Município de Vila Nova de Poiares		1 708 363	1 910 611
Município de Reguengos de Monsaraz		1 684 905	2 097 066
Município de Grândola		1 564 660	2 129 748
Outras clientes do Grupo	ii)	18 705 141	41 163 019
		<b>50 328 003</b>	<b>64 840 573</b>

A variação da rubrica Clientes - municípios resulta da diminuição resultante do pagamento dos acordos e incumprimento de outros (reclassificação para corrente), bem como:

- i) reclassificação da dívida da Águas do Algarve de curto para médio e longo prazo; e
- ii) pagamento de cerca de 23 milhões de EUR por parte da Câmara Municipal de Lisboa à Simtejo;

## 16.2 Valor residual

Alterações significativas ao volume de investimento com vida útil relevante para além do prazo de concessão implicam em conformidade com o disposto nos contratos de concessão o reconhecimento de valor residual os quais correspondem aos saldos apresentados.

	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Águas do Douro e Paiva, S.A.		-	11 755 192
Águas do Norte, S.A.	i)	-	11 755 192
Sanest, S.A.			16 062 568
Águas do Lisboa e Vale do Tejo S.A.	i)	-	16 062 568
Águas do Algarve, S.A.		12 422 810	11 526 236
<b>Total</b>		<b>12 422 810</b>	<b>39 343 996</b>

- i) No presente exercício com o processo de reestruturação e a extensão dos prazos de concessão, estes valores foram transferidos para DUI (Direito de Utilização de Infraestruturas).

## 16.3 Outros ativos não correntes

	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Simlis, S.A.		-	1 304 700
Simria, S.A.		-	16 179 339
Águas do Centro Litoral, S.A.	i)	17 145 088	17 484 039
EPAL, S.A.	ii)	4 432 613	4 585 841
Outros		638 573	1 432 433
<b>Total</b>		<b>22 216 274</b>	<b>23 502 313</b>

Esta rubrica reflete ainda uma variação significativa originada pelas seguintes empresas participadas:

- (i) a Simria, efetuou um acordo de pagamento definido em sede de contrato de concessão com os municípios, por via da distribuição futura de dividendos de que os municípios abdicam no montante de 14 milhões de EUR, tendo tido a correspondente reclassificação da dívida de clientes.
- (ii) o valor apresentado pela EPAL inclui também o valor de 3.865.000 EUR de excesso de cobertura do plano de pensões, conforme divulgado na nota 27.2.



## 16.4 Perdas por imparidade acumuladas de outros ativos não correntes

	<b>31.12.2015</b>
Saldo inicial	(1 304 699)
Diminuição	149
Reclassificação de imparidade outros devedores de curto prazo	(51 001)
<b>Saldo final</b>	<b>(1 355 551)</b>

## 17. Inventários

	<b>31.12.2015</b>	31.12.2014
Mercadorias	222 268	235 888
Matérias-primas subsidiárias e de consumo	6 130 390	5 702 711
Reclassificação e regularização de existências	-	11 777
Perdas por imparidade acumuladas de inventários	(542 951)	(356 819)
	<b>5 809 707</b>	<b>5 593 557</b>

### 17.1 Perdas por imparidade acumuladas de inventários

	<b>31.12.2015</b>
Saldo inicial	(356 819)
Aumento	(228 441)
Reversões	42 309
<b>Saldo final</b>	<b>(542 951)</b>

## 18. Clientes - correntes

	Notas	<b>31.12.2015</b>	31.12.2014
Clientes - conta corrente		306 337 174	344 987 425
Clientes - juros de mora	18.2	24 246 897	27 561 804
Clientes de cobrança duvidosa		41 344 005	20 149 535
Estimativa de serviços a faturar		21 003 679	39 190 676
Perdas por imparidade de clientes		(39 713 208)	(18 158 247)
		<b>353 218 547</b>	<b>413 731 193</b>

Clientes c/c	Notas	<b>31.12.2015</b>	31.12.2014
Gerais	18.1	37 910 777	33 975 730
Municípios	18.3	334 017 298	358 723 034
Estimativa de serviços a faturar		21 003 680	39 190 676
		<b>392 931 755</b>	<b>431 889 440</b>
Perdas por imparidade de clientes	18.4	(39 713 208)	(18 158 247)
		<b>353 218 547</b>	<b>413 731 193</b>

## 18.1 Clientes

	31.12.2015	31.12.2014
<b>Clientes gerais</b>		
Águas do Noroeste, S.A.	-	1 156 623
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	-	6 099
<b>Águas do Norte, S.A.</b>	<b>4 174 885</b>	<b>1 162 722</b>
Águas do Centro Alentejo, S.A.	-	2 667
Águas do Centro, S.A.	-	409 482
Águas do Norte Alentejano, S.A.	-	35 524
Águas do Oeste, S.A.	-	123 092
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	-	98 230
Simarsul, S.A.	-	37 320
Simtejo, S.A.	-	47 777
<b>Águas do Lisboa e Vale do Tejo S.A.</b>	<b>1 730 972</b>	<b>754 092</b>
EPAL, S.A.	15 881 213	20 573 402
AdP Internacional, S.A.	5 176 004	2 404 028
AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	4 916 951	4 508 478
Águas de Santo André, S.A.	2 762 760	2 413 859
Aquasis, S.A.	1 214 309	1 198 483
Outras empresas do Grupo	2 053 683	960 666
	<b>37 910 777</b>	<b>33 975 730</b>

Os clientes gerais resultam na sua maioria da atividade de distribuição de água em “baixa” (EPAL, AdRA - Águas da Região de Aveiro e a Águas de Santo André).

## 18.2 Juros de mora

	31.12.2015	31.12.2014
Gerais	667 117	411 041
Municípios	23 579 780	27 150 763
	<b>24 246 897</b>	<b>27 561 804</b>

O débito dos juros de mora decorre do incumprimento do pagamento do serviço prestado dentro do prazo contratual.

## 18.3 Clientes – Municípios

Conciliação das dívidas de clientes correntes e não correntes com o quadro das dívidas por município:

	Notas	31.12.2015	31.12.2014
<b>Clientes Municípios não correntes</b>			
Clientes Municípios – Acordos	16.1	50 328 003	64 840 573
<b>Total clientes municipais não correntes</b>		<b>50 328 003</b>	<b>64 840 573</b>
<b>Clientes Municípios correntes</b>			
Clientes Municípios - TRH		2 602 599	2 959 354
Clientes Municípios - Acordos		35 764 566	24 575 387
Clientes Municípios - Injunções		134 483 901	95 012 510
Clientes Municípios - Outros		107 601 539	198 805 794
Clientes Municípios - Cobrança duvidosa		29 984 913	10 219 226
Clientes Municípios - Juros de mora		23 579 780	27 150 763
	18.1	<b>334 017 298</b>	<b>358 723 034</b>
Imparidade clientes - Municípios		(30 480 749)	(10 016 037)
<b>Total clientes municipais corrente</b>		<b>303 536 549</b>	<b>348 706 997</b>
<b>Total clientes municipais (bruto)</b>		<b>384 345 301</b>	<b>423 563 607</b>
<b>Total clientes municipais (valor nominal)</b>		<b>353 864 552</b>	<b>413 547 570</b>

Tendo em conta um princípio de acordo entre a Águas de Portugal, a Águas do Zêzere e Côa e Municípios que integram o Sistema da Águas do Zêzere e Côa, que dependerá, para a sua efetivação, de homologação do Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, foi reconhecida uma imparidade no exercício no montante aproximado de 19,6 milhões de EUR, em resultado

de uma revisão em baixa de tarifas praticadas e faturadas em exercícios anteriores. Esta revisão de tarifas tem como fundamento a compensação do Estado aos municípios utilizadores do sistema em virtude da decisão do Concedente de desafetação do município da Covilhã no Sistema Multimunicipal de Água e de Saneamento do Alto Zêzere e Côa, contrariamente ao inicialmente previsto. A desafetação do município da Covilhã, de acordo com o aditamento ao Contrato de Concessão e respetivo Estudo de Viabilidade representou a perda de cerca de 28,5% do caudal de saneamento, tendo implicado a sua saída um desequilíbrio económico no sistema e respetivos utilizadores.

Dívidas por entidade devedora municipal de valor superior a 2.000.000 EUR:

	Vencido até N-2	Vencido até N-1	Vencido até N	Total Vencido	Total não vencido	Total da dívida 31.12.2015	Total da dívida 31.12.2014
Município de Évora	9 790 852	10 905 050	5 395 327	26 091 229	2 046 462	<b>28 137 691</b>	22 151 928
Município de Guarda	10 336 256	6 184 560	4 391 054	20 911 870	1 153 993	<b>22 065 863</b>	18 511 222
Município de Fundão	12 544 309	5 886 312	2 771 367	21 201 987	683 174	<b>21 885 161</b>	18 907 829
VRSA SGU EM, SA	2 327 201	2 890 966	3 702 211	8 920 379	10 513 711	<b>19 434 090</b>	13 917 418
Município de Chaves	1 925 367	353 232	8 289 858	10 568 457	528 081	<b>11 096 538</b>	11 996 310
Município de Seixal	407 312	751 501	187 410	1 346 224	9 194 729	<b>10 540 952</b>	10 365 611
Município de Coimbra	724 652	50 092	5 013 475	5 788 219	4 140 551	<b>9 928 770</b>	4 396 403
Município de Alcobaça	2 326 913	1 635 198	5 224 687	9 186 798	527 753	<b>9 714 551</b>	6 866 050
Município de Alenquer	-	-	248 439	248 439	7 081 006	<b>7 329 445</b>	6 152 480
Município de Lamego	1 135 598	1 083 478	1 420 412	3 639 488	3 563 367	<b>7 202 855</b>	4 780 710
Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM	-	-	4 046 731	4 046 731	3 096 429	<b>7 143 161</b>	1 892 466
Município de Sabugal	3 619 381	1 332 098	1 760 716	6 712 195	167 329	<b>6 879 524</b>	5 335 744
Ambiolhão, EM	-	-	721 078	721 078	6 058 455	<b>6 779 533</b>	7 663 572
EMAR - Água e Resíduos de Vila Real, E.M.	1 202 804	790 373	2 689 644	4 682 821	1 608 500	<b>6 291 321</b>	-
Município de Gouveia	2 644 003	1 851 074	1 279 105	5 774 183	414 032	<b>6 188 214</b>	4 805 385
Município de Reguengos de Monsaraz	-	161 197	800 928	962 125	5 030 546	<b>5 992 671</b>	5 091 183
Município de Macedo de Cavaleiros	1 195 032	(23 587)	3 993 229	5 164 674	383 578	<b>5 548 252</b>	3 463 257
Município de Santiago do Cacém	3 205 041	420 980	546 726	4 172 747	919 182	<b>5 091 929</b>	5 422 806
Município de Pinhel	2 181 564	1 510 441	1 100 593	4 792 598	290 645	<b>5 083 243</b>	3 890 226
Município de Portalegre	-	-	348 299	348 299	4 607 065	<b>4 955 364</b>	4 895 630
Município de Peso da Régua	2 052 864	-	1 023 703	3 076 567	1 523 616	<b>4 600 183</b>	3 199 487
TROFÁGUAS - Serviços Ambientais, EEM	2 913 769	(381 660)	(1 149 520)	1 382 589	3 131 204	<b>4 513 793</b>	4 444 181
Município de Almeida	1 602 907	1 583 021	1 004 221	4 190 150	320 880	<b>4 511 030</b>	3 415 492
Município de Sines	3 367 886	585 247	419 307	4 372 441	84 145	<b>4 456 586</b>	4 103 205
Município de Alcochete	2 038 974	967 738	764 669	3 771 381	189 281	<b>3 960 663</b>	3 870 465
Município de Caminha (151 823)	(151 823)	(64 453)	997 611	781 335	3 086 165	<b>3 867 500</b>	2 380 365
Município de Alandroal	-	1 171 554	256 631	1 428 185	2 332 748	<b>3 760 932</b>	3 476 712
Município de Belmonte	1 058 218	1 023 511	906 641	2 988 370	736 930	<b>3 725 300</b>	2 819 023
Município de Bragança	1 089 206	703 749	1 674 522	3 467 476	63 923	<b>3 531 399</b>	3 189 112
Município de Palmela	-	1 110 465	-	1 110 465	3 282 016	<b>3 392 481</b>	5 260 954
Município de Vila do Conde	1 299 188	245 975	170 842	1 716 005	1 643 196	<b>3 359 201</b>	2 881 639
Município de Valpaços	512 991	819 387	926 516	2 258 895	1 009 042	<b>3 267 937</b>	2 320 417
Município de Mirandela	522 268	346 793	1 889 689	2 758 749	364 066	<b>3 122 815</b>	5 298 510
Município de Lisboa	-	136 434	246 260	382 695	2 624 230	<b>3 006 925</b>	32 063 243
FAGAR, EM	1 875 197	164 064	-	2 039 261	929 625	<b>2 968 886</b>	2 962 216
Smas de Sintra	1 845 277	340 378	-	2 185 656	780 178	<b>2 965 834</b>	2 949 627
Município de Torres Vedras	297 900	333 299	1 077 668	1 708 867	1 223 554	<b>2 932 421</b>	2 020 876
Município de Celorico da Beira	144 339	526 503	87 378	758 220	2 014 431	<b>2 772 650</b>	2 783 522
Tavira Verde, EM	1 630 676	102 494	752 590	2 485 760	284 482	<b>2 770 242</b>	4 766 437
Município de Sesimbra	-	1 282	1 559 507	1 560 790	1 164 683	<b>2 725 472</b>	2 892 019
Município de Tabuaço	830 229	803 850	936 159	2 570 238	75 677	<b>2 645 915</b>	2 305 756
Município de Azambuja	806 915	676 554	434 299	1 917 768	528 055	<b>2 445 823</b>	2 566 718
Município de Barreiro	4 162	3 084	429 731	436 977	2 001 009	<b>2 437 986</b>	2 609 485
Município de Tomar	953 074	58 692	4 714	1 016 480	1 404 662	<b>2 421 142</b>	1 328 999
Município de Resende	792 195	437 478	635 826	1 865 499	522 061	<b>2 387 559</b>	1 985 851
Município de Grândola	-	-	208 299	208 299	2 157 877	<b>2 366 176</b>	2 715 449
Município de S. João da Pesqueira	287 160	250 514	1 625 438	2 163 112	177 145	<b>2 340 257</b>	1 431 279
Município de Vila Nova de Poiares	180 193	1 142 315	925 230	2 247 738	44 762	<b>2 292 501</b>	2 558 225
Município de Figueira de Castelo Rodrigo	81 165	944 249	155 316	1 180 730	1 091 483	<b>2 272 213</b>	3 180 151
Município de Nazaré	3 518 099	335 840	(1 729 784)	2 124 155	116 257	<b>2 240 412</b>	4 926 839
Município de Leiria	-	-	1 713 767	1 713 767	473 101	<b>2 186 868</b>	3 096 583
Município de Mogadouro	161 215	409 981	694 371	1 265 567	817 947	<b>2 083 514</b>	1 252 752
Município de Sobral de Monte Agraço	-	-	124 830	124 830	1 874 333	<b>1 999 163</b>	1 754 195
Outros Municípios	8 556 160	8 825 992	15 334 771	32 716 921	43 982 584	<b>76 724 394</b>	134 247 593
	<b>93 836 689</b>	<b>58 387 295</b>	<b>88 032 491</b>	<b>240 256 479</b>	<b>144 063 936</b>	<b>384 345 301</b>	<b>423 563 607</b>

Nota: Quando aplicável os saldos apresentados incluem também os saldos de empresas municipais.

Atendendo ao prazo de vencimento das dívidas (2 anos) as empresas do Grupo têm vindo a desencadear os mecanismos legais ao seu dispor que asseguram a recuperabilidade dos valores em causa, nomeadamente através da interposição de processos de injunção e/ou outros processos judiciais.

## 18.4 Perdas por imparidade de clientes

	<b>31.12.2015</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>(18 158 247)</b>
Aumento	(21 712 228)
Reversões	143 730
Diferenças de conversão	1 257
Diminuição	12 280
<b>Saldo final</b>	<b>(39 713 208)</b>

O reconhecimento de saldos como imparidades de clientes correntes em 2015, verificou-se principalmente nas seguintes empresas do Grupo:

	<b>31.12.2015</b>
Águas do Lisboa e Vale do Tejo S.A.	(19 955 893)
Águas de Santo André, S.A.	(910 696)
AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	(139 114)
Águas do Norte, S.A.	(109 927)
EPAL, S.A.	(586 766)
AdP Energias, S.A.	(9 832)
	<b>(21 712 228)</b>

## 19. Estado e outros entes públicos

	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
IRC retenções de terceiros	23 210	311 626
IVA a receber	4 285 626	2 639 673
Outros	813 301	2 675 443
<b>Estado e outros entes públicos ativos</b>	<b>5 122 137</b>	<b>5 626 742</b>
Retenções efetuadas por conta de terceiros - IRC	(711 902)	(1 156 219)
IVA a pagar	(1 450 155)	(1 956 208)
Contribuições para a segurança social	(1 119 829)	(1 169 120)
Contribuição Autárquica	-	(4 728)
TRH/ TGR	(12 681 664)	(13 586 622)
Outras tributações e outras taxas	(1 683 983)	(1 566 102)
<b>Estado e outros entes públicos passivos</b>	<b>(17 647 533)</b>	<b>(19 438 999)</b>
<b>Valor líquido dos saldos com Estado e outros entes públicos</b>	<b>(12 525 396)</b>	<b>(13 812 257)</b>

## 20. Outros ativos correntes

	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Adiantamentos a fornecedores		3 525 341	4 670 588
Pessoal		202 285	174 399
Acréscimos de juros e outros rendimentos	i)	44 941 826	22 770 488
Subsídios ao Investimento - Fundo de coesão e outros	20.1	12 098 224	30 084 066
Adiantamentos a fornecedores de investimentos		1 648 387	1 416 856
Diferimentos		7 873 569	9 401 003
Outras contas a receber		26 546 682	20 924 021
Perdas por imparidade acumuladas		(3 714 973)	(3 718 653)
		<b>93 121 341</b>	<b>85 722 768</b>

i) A variação desta rubrica resulta do diferimento da faturação das baixas das Águas do Norte, que se concretizou nos primeiros meses de 2016.

### 20.1 Subsídios ao investimento por empresa do Grupo

	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Subsídios ao investimento - Fundo de Coesão MLP	16	1 966 785	1 097 021
Subsídios ao investimento - Fundo de Coesão CP		12 098 224	30 084 067
		<b>14 065 009</b>	<b>31 181 088</b>
Adiantamentos subsídios ao investimento - Fundo de Coesão (passivo)		(13 434 075)	(18 372 718)
		<b>630 934</b>	<b>12 808 370</b>

	31.12.2015	31.12.2014
<b>Subsídios ao investimento - Fundo de Coesão e outros</b>	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
Águas do Centro Litoral, S.A.	(116 609)	
Águas do Centro Alentejo, S.A.	-	136 010
Águas do Centro, S.A.	-	964 538
Águas do Norte Alentejano, S.A.	-	2 125 917
Águas do Oeste, S.A.	-	4 961 904
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	-	2 190 268
Simarsul, S.A.	-	239 190
Simtejo, S.A.	-	1 281 574
<b>Águas do Lisboa e Vale do Tejo S.A.</b>	<b>3 102 631</b>	<b>11 899 401</b>
Águas do Noroeste, S.A.		9 601 597
Simdouro, S.A.		442 262
<b>Águas do Norte, S.A.</b>	<b>8 910 204</b>	<b>10 043 859</b>
Águas do Algarve, S.A.	933 660	831 686
AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	1 235 123	3 014 153
AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.		5 391 989
	<b>14 065 009</b>	<b>31 181 088</b>

	31.12.2015	31.12.2014
<b>Adiantamentos de recebimentos de Fundo Coesão</b>	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
Simria, S.A.		126 383
<b>Águas do Centro Litoral, S.A.</b>		<b>126 383</b>
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.		2 023 381
Simdouro, S.A.		4 454 706
<b>Águas do Norte, S.A.</b>	<b>4 532 277</b>	<b>6 478 087</b>
AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.	2 636 577	8 235 733
Águas do Algarve, S.A.	6 265 221	3 532 515
	<b>13 434 075</b>	<b>18 372 718</b>

A variação desta rubrica deve-se ao recebimento de parte de fundos:

	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Valores a receber de Fundo de Coesão saldo inicial	31.1.1	12 808 370	77 483 483
Reconhecimento de direito a fundo	20.1.1	44 458 849	37 442 454
Recebimentos do período	31.1.2	(56 510 244)	(83 636 791)
Correções de direito a fundo			(12 326 005)
Outras Correções		(126 040)	2 710 080
Ativo detido para venda			(8 864 852)
<b>Valores a receber de Fundo Coesão saldo final</b>		<b>630 935</b>	<b>12 808 369</b>

### 20.1.1 Recebimentos

A diferença entre o montante de recebimentos refletido nesta rubrica e na rubrica de valor a receber (nota 20.1), e fluxo de caixa, refere-se aos montantes recebidos e refletidos diretamente na rubrica de rendimentos a reconhecer, e recebimentos de outros subsídios, respetivamente.

	31.12.2015
<b>Recebimentos</b>	
Recebimentos Fundo de Coesão - a valores a receber	56 510 244
<b>Recebimentos fluxo de caixa</b>	<b>56 510 244</b>
Recebimentos outros subsídios	652 813
<b>Recebimentos fluxo de caixa</b>	<b>57 163 057 )</b>

## 20.2 Perdas por imparidade de outros ativos correntes

	31.12.2015
<b>Saldo inicial</b>	<b>(3 718 653)</b>
Aumentos	(64 872)
Reversões	17 551
Reclassificação	51 001
<b>Saldo final</b>	<b>(3 714 973)</b>

## 21. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2015	31.12.2014
Caixa	116 491	6 867 927
Depósitos à ordem	49 226 099	51 140 074
Depósitos a prazo	119 907 915	207 377 232
Outros títulos	-	16 500 000
	<b>169 250 505</b>	<b>281 885 233</b>

## 22. Capital próprio

O capital no montante de 434.500.000 EUR é constituído por 86.900.000 ações de 5 EUR cada e encontra-se integralmente realizado.

### 22.1 Acionistas

	31.12.2015		31.12.2014	
	Valor	%	Valor	%
Parpública, S.G.P.S., S.A.	351 945 000	81%	351 945 000	81%
Parcaixa, S.G.P.S., S.A.	82 555 000	19%	82 555 000	19%
	<b>434 500 000</b>	<b>100%</b>	<b>434 500 000</b>	<b>100%</b>

## 22.2 Resultado líquido por ação

	31.12.2015	31.12.2014
Resultado líquido do exercício	165 968 422	102 323 920
Número médio de ações	86 900 000	86 900 000
<b>Resultado por ação (básico e diluído)</b>	<b>1,91</b>	<b>1,18</b>

## 23. Reservas e outros ajustamentos

	31.12.2015	31.12.2014
Reservas – Legais	20 730 230	18 331 201
Reservas – Livres	2 431 884	2 547 085
Reservas - Justo valor instrumentos financeiros cobertura negativos	(2 200 772)	(2 749 242)
Reserva - Conversão cambial	504 994	164 636
	<b>21 466 336</b>	<b>18 293 680</b>

	Notas	31.12.2014	Aumentos/ diminuições	Dividendos	Afetação de res. líquido	31.12.2015
Reservas - Legais		18 331 201			2 399 029	20 730 230
Reservas - Livres		2 547 085	(115 201)			2 431 884
Reservas - Justo valor instrumentos financeiros cobertura negativos	14	(2 749 242)	548 470			(2 200 772)
Reserva - Conversão cambial	i)	164 636	340 358			504 994
		<b>18 293 680</b>	<b>773 627</b>	-	<b>2 399 029</b>	<b>21 466 336</b>
Resultados transitados		431 729 030		(23 990 293)	99 924 891	507 663 627
Resultado líquido		102 323 920	166 884 884		(102 323 920)	166 884 884
		<b>534 052 950</b>	<b>166 884 884</b>	<b>(23 990 293)</b>	<b>(2 399 029)</b>	<b>674 548 511</b>
		<b>552 346 630</b>	<b>167 658 511</b>	<b>(23 990 293)</b>	-	<b>696 014 847</b>

### 23.1 Variação da reserva de conversão cambial

	31.12.2015	31.12.2014
<b>Saldo inicial</b>	<b>164 636</b>	<b>229 542</b>
- Águas do Brasil, S.A.	104 615	(4 696)
- Águas de Timor, Lda.	12 424	1 617
- Aquatec, Lda.	223 319	(61 827)
<b>Saldo final</b>	<b>504 994</b>	<b>164 636</b>

## 24. Resultados transitados

	31.12.2015
<b>Saldo inicial</b>	<b>431 729 030</b>
Aplicação do resultado líquido de 2014	99 924 891
Dividendos pagos	(23 990 293)
Outras variações	-
<b>Saldo final</b>	<b>507 663 627</b>

## 25. Interesses que não controlam

	<b>31.12.2015</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>340 817 884</b>
Dividendos distribuídos	(6 865 854)
Resultado líquido	19 355 920
Grupo EGF	(55 917 592)
Realização de capital	1 396 536
Outros	(129 642)
<b>Saldo final</b>	<b>298 657 252</b>

As empresas do Grupo onde se verificaram as realizações e os aumentos de capital são as seguintes:

	Realizações
Águas do Algarve, S.A.	243 347
Águas do Norte, S.A.	428 234
AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.	724 955
	<b>1 396 536</b>

## 26. Provisões

	<b>31.12.2015</b>	31.12.2014
Impostos	-	-
Processos judiciais	1 139 224	1 150 308
Acidentes de trabalho	60 725	81 703
Outras	8 913 976	9 636 743
	<b>10 113 925</b>	<b>10 868 754</b>

### 26.1 Movimentos do período

	31.12.2014	Aumento	Diminuição	Reversões	Reclassificação	Diferenças de conversão	<b>31.12.2015</b>
Impostos	-	-	-	-	-	-	-
Processos judiciais	1 150 307	249 284	(8 037)	(207 047)	(40 369)	(4 914)	1 139 224
Acidentes de trabalho	81 702	-	-	(20 977)	-	-	60 725
Outras	9 636 745	732 024	-	(1 495 162)	40 369	-	8 913 976
	<b>10 868 754</b>	<b>981 308</b>	<b>(8 037)</b>	<b>(1 723 186)</b>	<b>40 369</b>	<b>(4 914)</b>	<b>10 113 925</b>

Os movimentos do período por empresa do Grupo são:

Provisões - outras	31.12.2014	Aumento	Reversões	Reclassificação	<b>31.12.2015</b>
Simlis, S.A.	39 560				
Simria, S.A.	12 223				
<b>Águas do Centro Litoral, S.A.</b>	<b>51 783</b>	-	-	-	<b>51 783</b>
Águas do Norte Alentejano, S.A.	46 918				
Sanest, S.A.	369 590				
<b>Águas do Lisboa e Vale do Tejo S.A.</b>	<b>416 508</b>	-	(29 212)	-	<b>387 296</b>
<b>Águas do Norte, S.A.</b>	<b>-</b>	-	(40 369)	40 369	<b>-</b>
Águas do Algarve, S.A.	598 339				598 339
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	5 326 966	500 000			5 826 966
AdP Internacional, S.A.	885 961	232 024			1 117 985
AdP Serviços, S.A.	338 896		(184 137)		154 759
Águas de Santo André, S.A.	1 568 292		(1 241 444)		326 848
EPAL, S.A.	450 000				450 000
<b>Total</b>	<b>9 636 745</b>	<b>732 024</b>	<b>(1 495 162)</b>	<b>40 369</b>	<b>8 913 976</b>

A provisão reconhecida em outras responsabilidades está relacionada com potenciais responsabilidades contratuais.



## 27. Responsabilidades com pensões

	31.12.2015	31.12.2014
Fundo de pensões da EPAL	2 912 000	4 540 000
	2 912 000	4 540 000

### 27.1 Pressupostos atuariais

	31.12.2015	31.12.2014
Idade normal de reforma	66 anos	66 anos
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de desconto	2,00%	2,50%
Taxa de crescimento de salários	2,50%	2,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,25%	1,30%
Taxa de crescimento das prestações de pré-reforma	1,25%	1,30%

### 27.2 Resumo do fundo

	31.12.2015	31.12.2014
Responsabilidade no fim do período	37 574 000	39 814 000
Valor dos ativos no fim do período	(38 527 000)	(39 474 000)
<b>Provisão para responsabilidades</b>	<b>(953 000)</b>	<b>340 000</b>

	31.12.2015	31.12.2014
Outros ativos correntes	3 865 000	4 200 000
Responsabilidades com pensões	(2 912 000)	(4 540 000)
	953 000	(340 000)

As responsabilidades globais (EPAL) são cobertas através dos ativos do fundo de pensões e de uma provisão específica registada no passivo, no montante de 2.912.000 EUR (4.540.000 EUR em 31 de dezembro de 2014). No ativo não corrente (nota 16), está registado um excesso de cobertura do plano de benefícios definidos no montante de 3.865.000 EUR.

### 27.3 Variação das responsabilidades

	31.12.2015	31.12.2014
<b>Responsabilidades no início do período</b>	<b>39 814 000</b>	<b>41 368 042</b>
Custo dos serviços correntes	138 000	166 000
Custos dos juros	947 000	1 191 000
(Ganhos)/ Perdas atuariais	(1 151 000)	(841 000)
(Ganhos)/ Perdas var. pressup. financeiros	1 603 000	1 989 000
Benefícios pagos	(3 777 000)	(4 059 042)
<b>Responsabilidades no fim do período</b>	<b>37 574 000</b>	<b>39 814 000</b>

A sensibilidade da responsabilidade por benefícios definidos face a variações dos principais pressupostos é a seguinte:

	Alteração nos pressupostos	Responsabilidades por benefício definido
Retorno do fundo	-0,3%	Aumento de 2,9%

O aumento das Responsabilidades em 2,9% corresponderia a uma variação nas responsabilidades em cerca de 1,0 milhão de EUR, pelo que as mesmas aumentariam para cerca de 36,7 milhões de EUR. A análise de sensibilidade apresentada foi apurada variando o pressuposto (taxa de desconto) e mantendo as restantes variáveis constantes. Na prática, este cenário é improvável, visto que as alterações em alguns pressupostos podem estar correlacionadas.

## 27.4 Variação dos ativos do fundo

	31.12.2015	31.12.2014
Fundo no início do período	39.474 000	37 810 000
Retorno do fundo	960 000	1 164 000
Ganhos e perdas (atuariais)	292 000	2 705 000
Benefícios pagos	(2 199 000)	(2 205 000)
Fundo no fim do período	38 527 000	39 474 000

## 27.5 Custo do período

	31.12.2015	31.12.2014
Custo dos serviços correntes	138 000	166 000
Custo dos juros	(13 000)	27 000
Total	125 000	193 000

## 27.6 Composição dos ativos do fundo

	31.12.2015	31.12.2014
Instrumentos de capital próprio	12 154 547	12 671 786
Instrumentos de dívida	23 257 541	23 514 803
Outros	3 114 912	3 287 411
	38 527 000	39 474 000

### Política de investimento

A política de investimento do Fundo de Pensões tem em conta a natureza dos benefícios abrangidos pelos Planos de Pensões, as características da população abrangida e o horizonte temporal das responsabilidades assumidas (designadamente a repartição entre responsabilidades assumidas com os participantes e com os beneficiários do fundo de pensões), o nível de cobertura das responsabilidades do Fundo de Pensões e a estrutura de gestão do Fundo de Pensões. A política de investimento será objeto de revisão, pelo menos, de três em três anos ou sempre que a alteração dos pressupostos atrás enunciados assim o justifique. A política de investimento do Fundo de Pensões tem como principal objetivo a maximização do retorno potencial das aplicações do fundo, a médio e a longo prazo, baseada em regras e procedimentos assentes na prudência e no profundo conhecimento dos mercados, por forma a evitar inadequados riscos de perda. O investimento em aplicações financeiras deverá ser realizado de uma forma diversificada e prudente, tendo em atenção nomeadamente o risco de taxa de juro, de crédito e de liquidez.

### Restrições/ Indicações no Fundo Total e em cada Carteira:

- O investimento em ações e/ou obrigações poderá ser efetuado por via direta ou através de organismos de investimento coletivo de valores mobiliários (OICVM's) que respeitem os requisitos de legislação adotada por força da Diretiva do Conselho n.º 85/611/CEE, de 20 de dezembro, alterada pela Diretiva n.º 2001/108/CE, de 21 de janeiro de 2002.
- Por princípio, o fundo efetua a cobertura do risco cambial inerente às ações expressas em divisas que não o euro, pelo que não deverá existir risco cambial relevante nessas aplicações.
- As aplicações diretas em obrigações serão efetuadas em títulos denominados em EUR, ou denominados noutra divisa, desde que se efetue a correspondente cobertura do risco cambial.
- Por princípio, o fundo efetua a cobertura do risco cambial inerente a outros instrumentos em divisas não euro que não sejam aplicações diretas em obrigações ou ações, pelo que não deverá existir risco cambial relevante nessas aplicações.
- Para efeitos do cumprimento dos limites de alocação a obrigações não Euro, o critério de classificação dos títulos deverá ser o da moeda de emissão das obrigações, e não o de exposição a risco cambial. Desta forma, uma obrigação emitida em USD será considerada como 'obrigação não Euro', independentemente da política de cobertura de moeda que a gestora possa assumir.
- A exposição à classe obrigacionista encontra-se limitada a obrigações com *rating*.
- As obrigações de taxa fixa Euro deverão ter um *rating* mínimo de 'BBB' ou equivalente. A componente de obrigações com *rating* de 'BBB' não deverá ultrapassar 30% da componente obrigacionista. A designação 'BBB' abrange os títulos de dívida com *ratings* 'BBB-' e 'BBB+'. As obrigações com *rating* inferior a BBB, exceto as de dívida portuguesa, serão classificadas na classe de *high yield*, podendo o seu peso ir até aos 7,5% do valor patrimonial. As obrigações de dívida portuguesa (privada e pública) serão classificadas na classe de taxa fixa Euro e não estão sujeitas à notação mínima BBB, podendo representar no máximo 15% da componente obrigacionista.
- Sempre que ocorra o *downgrade* de uma obrigação, que implique o não cumprimento dos limites de *rating* definidos, e querendo a Entidade Gestora manter o título em carteira, deverá a situação ser reportada ao Associado e obter a respetiva aprovação.
- Qualquer alteração à classificação para efeitos do cumprimento dos limites estabelecidos na Política de Investimentos deverá ser sujeita a aprovação prévia e por escrito por parte do Associado.

- A componente “Government” das obrigações não deverá representar menos de 40% da classe obrigacionista. Por “Government” entende-se dívida pública de taxa fixa emitida por governos centrais, *agency* e *quasi-government*. Não se encontram incluídas as emissões de mercados emergentes e *high yield* (ainda que em Euros). Inclui as emissões de dívida pública portuguesa.
- O limite relativo a valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em outros mercados regulamentados de Estados membros da União Europeia, ou em mercados análogos de países da OCDE é 5%.
- Ativos expressos em moedas não-euro não poderão exceder o limite máximo de 25%.
- Não deverá ser realizado qualquer investimento em fundos *venture capital* sem uma aprovação prévia e por escrito do Associado.
- O gestor fará a gestão sectorial (dívida pública/dívida privada), de país e de *duration* da componente obrigacionista dentro dos limites e restrições estabelecidos nesta política de investimentos.

O Fundo de Pensões poderá recorrer a operações de reporte e empréstimo de títulos com o objetivo de incrementar a rentabilidade da carteira. As operações com produtos derivados e operações de empréstimo devem ser obrigatoriamente realizadas: i) Num mercado regulamentado; ou ii) Com uma instituição financeira legalmente autorizada para o efeito num Estado membro do Espaço Económico Europeu ou noutro país da OCDE, desde que o *rating* dessa instituição seja qualitativamente igual ou superior a “BBB”/“Baa2”, conforme notações universalmente utilizadas, ou a outras classificações comprovadamente equivalentes. É realizada uma monitorização do risco implícito na carteira do Fundo de Pensões, em termos de avaliação e controle dos riscos financeiros (risco de mercado, risco de crédito e risco cambial), de acordo com os limites definidos internamente, utilizando para o efeito a metodologia do VaR (*Value at Risk*).

## 27.7 Evolução das responsabilidades nos últimos 5 anos

	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2011
Responsabilidade no fim do período	37 574 000	39 814 000	41 368 042	41 406 079	42 943 162
Valor dos ativos no fim do período	38 527 000	39 474 000	37 810 000	37 480 000	35 360 261
Ganhos e perdas atuariais não reconhecidos			-	-	(1 808 008)
Excesso de cobertura	(3 865 000)	(4 200 000)	(702 037)	(2 115 000)	24
<b>Provisão para responsabilidades</b>	<b>2 912 000</b>	<b>4 540 000</b>	<b>4 260 079</b>	<b>6 041 079</b>	<b>9 390 885</b>

## 27.8 Plano de contribuição definida - contribuições para o fundo

As contribuições realizadas durante os exercícios 2015 ao abrigo do plano de contribuição definida foram de 468 mil EUR por parte da empresa e de 20,4 mil EUR por parte dos colaboradores.

## 28. Empréstimos

Não Correntes	31.12.2015	31.12.2014
Empréstimos bancários – BEI	1 509 683 189	1 571 834 202
Empréstimos obrigacionistas	500 000 000	500 000 000
Outros empréstimos bancários e colocação privada de dívida	42 578 147	53 002 296
Financiamentos Obtidos (ajustamento para custo amortizado)	5 825	(413 539)
Outros empréstimos	32 600	97 799
<b>Empréstimos bancários</b>	<b>2 052 299 761</b>	<b>2 124 520 758</b>
Dívidas a empresas de <i>leasings</i>	13 464 883	15 131 989
<b>Total de empréstimos não correntes</b>	<b>2 065 764 644</b>	<b>2 139 652 747</b>

Correntes	31.12.2015	31.12.2014
Descobertos bancários	130 156 029	178 303 799
Empréstimos bancários	216 971 488	418 841 917
Outros empréstimos bancários	283 260	65 197
<b>Empréstimos bancários</b>	<b>347 410 777</b>	<b>597 210 913</b>
Dívidas a empresas de <i>leasings</i>	1 649 000	1 681 714
<b>Total de empréstimos correntes</b>	<b>349 059 777</b>	<b>598 892 627</b>
<b>Total de empréstimos bancários</b>	<b>2 399 710 538</b>	<b>2 721 731 671</b>
<b>Total de empréstimos</b>	<b>2 414 824 421</b>	<b>2 738 545 374</b>

Os empréstimos em moeda estrangeira e obrigacionistas, encontram-se sujeitos a cláusulas de *ownership*, que refere que eventuais alterações à estrutura acionista da empresa podem conduzir ao vencimento imediato da dívida. Relativamente aos contratos de financiamento celebrados com o Banco Europeu de Investimento o Grupo AdP, para além das condicionantes habituais (falta de pagamento, cumprimento da lei geral e ambiental, *cross default*, *pari passu*, *negative pledge*, falsas declarações, falência, insolvência, liquidação, alterações materiais) inclui ainda:

- alterações na estrutura acionista das empresas do Grupo AdP;
- alterações decorrentes de cisão, fusão ou venda de empresas;
- alterações no património das empresas;
- alteração/ cessação da atividade das empresas;
- alterações na estrutura acionista da AdP;
- operações serem realizadas com aval/ garantia da AdP;
- cumprimento de obrigações definidas nos Contratos de Concessão/Gestão;
- alterações no volume de negócios das empresas.

Adicionalmente, e no âmbito dos referidos contratos de financiamento, a República Portuguesa constitui-se fiador do Grupo AdP face ao Banco Europeu de Investimento pela execução pontual e integral de todas as obrigações financeiras e pecuniárias.

## 28.1 Empréstimos por maturidade

	31.12.2015	31.12.2014
<b>Não correntes</b>		
Empréstimos bancários – BEI	1 509 683 189	1 571 834 202
Empréstimos obrigacionistas	500 000 000	500 000 000
Outros empréstimos bancários e colocação privada de dívida	42 578 147	53 002 296
<b>Correntes</b>		
Empréstimos bancários	216 971 488	418 841 917
	<b>2 269 232 824</b>	<b>2 543 678 415</b>

<b>Por maturidade</b>	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
Até 1 ano	216 971 488	418 841 917
De 1 a 2 anos	88 856 697	75 568 034
De 2 a 3 anos	85 882 116	95 845 339
De 3 a 4 anos	79 696 306	90 396 304
De 4 a 5 anos	76 379 317	85 979 678
Superior a 5 anos	1 721 446 900	1 777 047 143
	<b>2 269 232 824</b>	<b>2 543 678 415</b>

## 28.2 Empréstimos por tipo de taxa

<b>Taxa de juro variável</b>	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
Até 1 ano	158 428 901	268 022 782
De 1 a 2 anos	8 962 081	15 038 492
De 2 a 3 anos	8 716 756	15 316 050
Superior a 3 anos	518 783 230	667 008 430
	<b>694 890 968</b>	<b>965 385 754</b>

<b>Taxa de juro fixa</b>	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
Até 1 ano	58 542 587	150 819 135
De 1 a 2 anos	79 894 616	60 529 542
De 2 a 3 anos	77 165 360	80 529 289
Superior a 3 anos	1 358 739 293	1 286 414 695
	<b>1 574 341 856</b>	<b>1 578 292 661</b>
	<b>2 269 232 824</b>	<b>2 543 678 415</b>

## 28.3 Locação financeira

Locação financeira	31.12.2015	31.12.2014
Correntes	1 649 000	1 681 714
Não correntes	13 464 883	15 131 989
	<b>15 113 883</b>	<b>16 813 703</b>

Capital em dívida por natureza de ativo adquirido	31.12.2015	31.12.2014
Edifícios e outras construções	15 113 055	16 753 076
Equipamento básico	-	-
Equipamento de transporte	828	60 627
Equipamento administrativo	-	-
	<b>15 113 883</b>	<b>16 813 703</b>

Futuros pagamentos mínimos	31.12.2015	31.12.2014
Até 1 ano	1 781 146	1 757 960
De 1 a 5 anos	7 133 126	6 931 080
Mais de 5 anos	6 778 945	8 531 608
	<b>15 693 217</b>	<b>17 220 648</b>

Juros	31.12.2015	31.12.2014
Até 1 ano	132 146	76 246
De 1 a 5 anos	368 006	230 799
Mais de 5 anos	79 182	99 900
	<b>579 334</b>	<b>406 945</b>

Valor presente dos pagamentos mínimos	31.12.2015	31.12.2014
Até 1 ano	1 649 000	1 681 714
De 1 a 5 anos	6 765 120	6 700 281
Mais de 5 anos	6 699 763	8 431 708
	<b>15 113 883</b>	<b>16 813 703</b>

## 28.4 Justo valor dos financiamentos

	Valor contabilístico 31.12.2015	Justo valor do ano	Valor contabilístico 31.12.2014	Justo valor do ano
Financiamentos obtidos - MLP	2 065 764 644	1 919 452 813	2 139 652 747	1 503 217 160
	<b>2 065 764 644</b>	<b>1 919 452 813</b>	<b>2 139 652 747</b>	<b>1 503 217 160</b>

## 29. Fornecedores e outros passivos não correntes

	31.12.2015	31.12.2014
Fornecedores de investimentos	109 648 855	110 264 720
Outras contas a pagar	3 318 616	4 829 522
	<b>112 967 471</b>	<b>115 094 242</b>

## 29.1 Detalhe por empresa do Grupo

	31.12.2015	31.12.2014
Águas do Mondego, S.A.	-	2 144 238
<b>Águas do Centro Litoral, S.A.</b>	<b>1 098 534</b>	<b>2 144 238</b>
Águas do Centro Alentejo, S.A.	-	1 545 440
Águas do Centro, S.A.	-	6 223 884
Águas do Oeste, S.A.	-	1 059 897
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	-	13 698 352
Simarsul, S.A.	-	5 232 258
<b>Águas do Lisboa e Vale do Tejo S.A.</b>	<b>26 110 406</b>	<b>27 759 831</b>
Águas do Noroeste, S.A.	-	2 832 792
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	-	5 646 405
Simdouro, S.A.	-	12 668 091
<b>Águas do Norte, S.A.</b>	<b>27 887 694</b>	<b>21 147 384</b>
Águas do Algarve, S.A.	4 237 420	4 817 838
AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	44 778 814	42 711 497
Águas de Santo André, S.A.	5 535 987	5 825 697
AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.	-	4 265 792
	<b>109 648 855</b>	<b>108 672 277</b>
Outros fornecedores de investimentos e outras naturezas	3 318 616	6 421 965
	<b>112 967 471</b>	<b>115 094 242</b>

## 30. Acréscimo de gastos de investimento contratual

Conforme expresso na nota 2.5.5, as empresas, com base no disposto nos contratos de concessão e de gestão das parcerias, bem como de acordo com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, reconhecem a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às despesas contratuais em investimentos ainda não realizados ou em investimentos de expansão e modernização aprovados ou impostos pelo Concedente. Assim, os acréscimos de gastos do investimento contratual que se encontram a ser reconhecidos são os expressos no quadro seguinte:

	31.12.2015	31.12.2014
Águas do Mondego, S.A.	-	10 244 460
Simlis, S.A.	-	3 039 448
Simria, S.A.	-	5 933 976
<b>Águas do Centro Litoral, S.A.</b>	<b>23 076 419</b>	<b>19 217 884</b>
Águas do Centro Alentejo, S.A.	-	3 939 516
Águas do Centro, S.A.	-	6 465 206
Águas do Norte Alentejano, S.A.	-	3 829 169
Águas do Oeste, S.A.	-	10 407 754
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	-	6 572 682
Sanest, S.A.	-	36 290 042
Simarsul, S.A.	-	9 636 159
Simtejo, S.A.	-	75 708 513
<b>Águas do Lisboa e Vale do Tejo S.A.</b>	<b>153 209 287</b>	<b>152 849 041</b>
Águas do Douro e Paiva, S.A.	-	21 867 445
Águas do Noroeste, S.A.	-	28 694 757
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	-	26 590 946
Simdouro, S.A.	-	5 601 524
<b>Águas do Norte, S.A.</b>	<b>80 183 581</b>	<b>82 754 672</b>
Águas do Algarve, S.A.	55 442 472	50 575 787
AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	34 832 882	29 622 156
Águas de Santo André, S.A.	10 795 194	9 993 628
AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.	573 385	2 989 514
	<b>358 113 220</b>	<b>348 002 682</b>

## 30.1 Movimentos do período

	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Amortização investimento contratual saldo inicial		348 002 682	497 244 254
Amortizações do exercício	39	48 700 987	33 051 692
Transferência para firme	8.2	(38 149 252)	(7 552 429)
Ativo para venda			(174 573 521)
Outros		(441 197)	(167 314)
Amortização investimento contratual saldo final		358 113 220	348 002 682

## 31. Subsídios ao investimento

	31.12.2015	31.12.2014
Subsídios ao investimento - Fundo de Coesão	1 381 665 369	1 381 320 516
Subsídios ao investimento - Outros	9 910 389	8 603 891
Integração de património	229 763 295	240 468 376
	1 621 339 053	1 630 392 783

## 31.1 Movimentos do período

	31.12.2015
Subsídios ao investimento saldo inicial	1 381 320 516
Reconhecimento de direito a fundo	44 458 849
Reconhecimento de proveito	(43 782 101)
Correções a reconhecimentos do proveito e pedidos	(331 895)
Subsídios ao investimento saldo final	1 381 665 369

## 31.2 Reconhecimento do direito ao fundo

	31.12.2015
Águas do Algarve, S.A.	798 689
Águas de Lisboa e Vale do Tejo S.A.	9 689 847
Águas do Norte, S.A.	23 929 056
AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.	10 041 257
	44 458 849

## 31.3 Valores reconhecidos em resultados do período

	31.12.2015	31.12.2014
Subsídios ao Investimento- Fundo de Coesão	43 782 101	43 523 174
Subsídios ao Investimento - Outros	3 518 202	776 624
Integração de património	6 206 824	11 484 443
	53 507 127	55 784 241

## 32. Fornecedores (correntes)

	31.12.2015	31.12.2014
Fornecedores c/c gerais	30 820 955	26 024 866
Fornecedores de investimentos	33 213 920	40 075 829
Fornecedores - Faturas receção conferência	1 133 855	940 987
Outros saldos de fornecedores	1 760 968	1 215 274
	66 929 698	68 256 956

Os montantes registados em Fornecedores de investimento dizem essencialmente respeito a dívidas aos municípios por integração do património nos sistemas multimunicipais (as dívidas não correntes são apresentadas na nota 29). No quadro abaixo, são apresentadas as participadas com os valores mais significativos:

<b>Fornecedores de investimento</b>	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
Águas do Mondego, S.A.	-	3 272 727
Simlis, S.A.	-	134 200
Simria, S.A.	-	328 053
<b>Águas do Centro Litoral, S.A.</b>	<b>3 553 754</b>	<b>3 734 980</b>
Águas do Douro e Paiva, S.A.	-	641 855
Águas do Noroeste, S.A.	-	7 189 786
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	-	4 269 848
Simdouro, S.A.	-	3 224 441
<b>Águas do Norte, S.A.</b>	<b>16 512 850</b>	<b>15 325 930</b>
Águas do Centro Alentejo, S.A.	-	608 539
Águas do Centro, S.A.	-	1 766 565
Águas do Norte Alentejano, S.A.	-	326 260
Águas do Oeste, S.A.	-	1 052 117
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	-	1 818 637
Sanest, S.A.	-	25 899
Simarsul, S.A.	-	450 984
Simtejo, S.A.	-	2 902 826
<b>Águas do Lisboa e Vale do Tejo S.A.</b>	<b>6 178 658</b>	<b>8 951 827</b>
AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.	2 458 673	5 293 168
EPAL, S.A.	1 878 417	1 768 854
Águas do Algarve, S.A.	1 574 895	1 076 276
Outras empresas do Grupo	1 056 673	3 924 794
	<b>33 213 920</b>	<b>40 075 829</b>

### 33. Outros passivos correntes

	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
Adiantamentos de clientes	48 971	151 548
Acréscimo de gastos com pessoal	11 435 445	11 312 984
Acionistas/ Sócios	239 928	30 368
Credores Acréscimos Gastos (juros, eletricidade, outros) (i)	23 716 659	25 782 716
Cauções a fornecedores	6 155 714	4 886 203
Taxas municipais de saneamento e RSU (ii)	17 017 167	16 333 422
Adiantamentos subsídios - Fundo Coesão	13 434 075	18 372 718
Adiantamentos por conta da venda da EGF	-	14 204 044
Outros Credores	8 005 998	10 095 103
Diferimentos	19 725 094	20 530 129
	<b>99 779 051</b>	<b>121 699 235</b>

(i) em credores por acréscimo de gastos encontram-se registados os acréscimos de juros, eletricidade, seguros, etc.

(ii) esta rubrica inclui a taxa de subsolo a pagar à Câmara Municipal de Lisboa por parte da EPAL no montante de 15.254 mil EUR e de RSU por parte da participada AdRA no montante de 1.763 mil EUR.

### 34. Imposto sobre o rendimento a pagar

	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
Imposto sobre o rendimento - Ativo	-	-
Imposto sobre o rendimento - Passivo	561 642	2 665 453
	<b>561 642</b>	<b>2 665 453</b>

O saldo corresponde ao valor do IRC do período. Não existem dívidas em mora para com as entidades fiscais.



## 35. Vendas e prestação de serviços

	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
<b>Vendas</b>		
Água - Produção, Tratamento e Transporte	204 470 655	212 178 263
EPAL	132 665 014	129 078 389
Corporativos	192 266	114 591
	<b>337 327 935</b>	<b>341 371 243</b>
<b>Prestações de serviços</b>		
Água - Produção, Tratamento e Transporte	234 876 779	252 129 654
EPAL	1 303 496	1 096 624
Internacional	3 825 538	4 166 340
Corporativos	2 412 624	1 114 038
	<b>242 418 437</b>	<b>258 506 656</b>
<b>Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)</b>	<b>138 672 990</b>	<b>137 901 479</b>
	<b>138 672 990</b>	<b>137 901 479</b>
<b>Desvios de recuperação de gastos</b>		
Água - Produção, Tratamento e Transporte	90 124 144	26 308 099
	<b>90 124 144</b>	<b>26 308 099</b>
	<b>808 543 506</b>	<b>764 087 477</b>

Para o aumento dos desvios de recuperação de gastos em 2015 face a 2014 contribuíram maioritariamente a Águas do Norte (mais 25,6 milhões de EUR) e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo (mais de 40,8 milhões de EUR). No primeiro caso concorreu a diminuição do volume de negócios e um aumento dos fornecimentos e serviços externos e das amortizações por redução do prazo de concessão da Águas do Noroeste. Saliente-se que a atividade “baixas”, ainda em fase de arranque, contribuiu com aproximadamente 10 milhões de EUR de desvios em 2015. Na Águas de Lisboa e Vale do Tejo o reconhecimento de imparidades e de ganhos de produtividade tiveram uma consequência direta no aumento significativo no desvio do período (ver em conjunto com nota 15).

## 36. Custo das vendas

	<b>Notas</b>	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
CMVMC - Mercadorias		304 610	311 127
CMVMC – Matérias-primas		12 939 927	12 370 226
CMVMC - Matérias subsidiárias		4 982 464	4 896 037
CMVMC - Materiais diversos		1 878 507	1 955 408
Correções relativas a exercícios anteriores		(125 937)	1 703
		<b>19 979 571</b>	<b>19 534 501</b>
Capitalização de CMVMC		(33 047)	(68 082)
		<b>19 946 524</b>	<b>19 466 419</b>
<b>Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)</b>		<b>138 672 990</b>	<b>137 901 479</b>
		<b>158 619 514</b>	<b>157 367 898</b>

## 37. Fornecimentos e serviços externos

	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
Subcontratos	27 625 210	28 026 890
Trabalhos especializados - Assistência técnica	3 472 462	2 951 633
Trabalhos especializados-Tratamento de resíduos	8 147 528	7 147 498
Serviços especializados-Vigilância segurança	2 388 433	2 242 336
Trabalhos especializados - Assistência informática	2 169 010	3 204 363
Conservação e reparação	25 139 992	22 170 762
Serviços especializados - Outros	16 952 666	15 419 049
Materiais	2 285 974	1 918 889
Energia	69 455 525	68 137 413
Deslocações e estadas	1 821 276	1 690 483
Rendas e alugueres	8 579 602	7 978 346
Comunicação	4 583 241	4 571 133
Seguros	5 677 219	6 253 669
Outros	10 949 973	6 457 222
Correções relativas a exercícios anteriores	261 179	(6 165)
	<b>189 509 290</b>	<b>178 163 521</b>
Fornecimentos serviços externos capitalizados	(3 826 204)	(4 162 170)
	<b>185 683 086</b>	<b>174 001 351</b>

## 38. Gastos com pessoal

	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
Remunerações	72 577 582	72 424 874
Encargos sobre remunerações	16 187 513	16 325 004
Seguros	3 986 068	3 999 444
Indeminizações por rescisão	1 511 259	1 078 563
Outros custos com pessoal	2 296 903	2 861 473
Correções relativas a exercícios anteriores	69 529	255 359
	<b>96 628 854</b>	<b>96 944 717</b>
Gastos com pessoal capitalizados	(5 516 785)	(7 075 826)
	<b>91 112 069</b>	<b>89 868 891</b>

No exercício de 2014 a aplicação das reduções salariais previstas em sede de Orçamento de Estado e as reversões determinadas pelo Tribunal Constitucional resultaram no seguinte tratamento ao longo do exercício: (i) entre janeiro a maio vigoraram cortes entre os 2,5% e os 12%; (ii) entre junho e meio de setembro não existiram reduções e entre meio de setembro e dezembro vigoraram as reduções entre 3,5% e 10%, à semelhança do ano anterior (e que se iniciaram em janeiro de 2011). As reduções remuneratórias referidas anteriormente para o período de setembro a dezembro de 2014 foram revertidas em 20% a partir de 1 de janeiro de 2015.

### 38.1 Remunerações dos Órgãos Sociais

	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
Conselho de Administração	258 903	350 415
Conselho Fiscal	33 650	43 564
Revisor Oficial de Contas	21 663	22 923
Assembleia-Geral	4 429	1 570
	<b>318 645</b>	<b>418 472</b>

A redução dos gastos com órgãos sociais resultou do facto de temporariamente o Conselho de Administração ter sido composto por apenas quatro elementos.

## 38.2 Número médio de colaboradores

	31.12.2015	31.12.2014
Órgãos Sociais	63	103
Trabalhadores efetivos e outros	3 136	3 141
	<b>3 199</b>	<b>3 244</b>

## 39. Amortizações, depreciações e reversões do exercício

	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Amortizações - Propriedade de investimento		94 779	94 779
Amortizações - Ativos tangíveis		26 912 676	26 650 734
Amortizações - Ativos intangíveis		1 716 104	1 445 927
Amortizações - DUI		121 028 584	128 744 634
Depreciação de investimento contratual	30	48 700 987	33 051 692
		<b>198 453 130</b>	<b>189 987 766</b>
Reversões, depreciações e amortizações		10 928	(3 069)
		<b>198 464 058</b>	<b>189 984 697</b>
Correções de exercícios anteriores			
		<b>198 464 058</b>	<b>189 984 697</b>

## 40. Provisões e reversões do exercício

	31.12.2015	31.12.2014
Provisões do exercício - Processos judiciais em curso	249 284	858 472
Provisões do exercício - Outras	732 024	1 037 189
	<b>981 308</b>	<b>1 895 661</b>
Reversões de provisões - Processos judiciais em curso	(207 047)	(97 517)
Reversões de provisões - Outras	(1 495 162)	(723 743)
	<b>(1 702 209)</b>	<b>(821 260)</b>
Correções de exercícios anteriores	-	(480 878)
	<b>(720 901)</b>	<b>593 523</b>

Ver em conjunto com a nota 26.

## 41. Perdas por imparidade e reversões do exercício

	31.12.2015	31.12.2014
Perdas Imparidade - Dívidas a receber - Clientes corrente	21 712 228	3 705 932
Perdas Imparidade - Dívidas a receber - Outros devedores	64 872	25 908
Perdas Imparidade - Inventários - Matérias-primas subsidiárias consumo	228 441	-
Perdas Imparidade - Investimentos financeiros	-	-
Perdas Imparidade - Ativos fixos intangíveis	370 000	-
Perdas Imparidade - Correções relativas a exercícios anteriores	339 534	-
	<b>22 715 075</b>	<b>3 731 840</b>
Reversões de perdas por imparidade - Clientes	(143 730)	(456 260)
Reversões de perdas por imparidade - Outros devedores	(17 551)	(766 496)
Reversões de perdas por imparidade - Inventários - Mercadoria	(42 309)	-
Reversões Perdas Imparidade - Investimentos financeiros	-	-
	<b>(203 590)</b>	<b>(1 222 756)</b>
	<b>22 511 485</b>	<b>2 509 084</b>

## 42. Outros gastos operacionais

	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Impostos diretos e indiretos	42.1	7 102 909	7 315 336
Perdas em inventários		87 558	16 133
Perdas em investimentos não financeiros		83 006	29 690
Donativos		212 655	239 997
Diferenças de câmbio em operações não financeiras		154 758	318 030
Outros gastos e perdas		1 388 915	1 425 923
Correções relativas a exercícios anteriores		(211 697)	36 983
		<b>8 818 104</b>	<b>9 382 092</b>
Gastos capitalizados		(198)	(24 252)
		<b>8 817 906</b>	<b>9 357 840</b>

### 42.1 Impostos diretos e indiretos

	31.12.2015	31.12.2014
Imposto Selo	1 640 380	1 928 256
Taxa ERSAR	4 293 944	4 189 496
Taxa Recursos Hídricos	9 630	176 360
Taxas	290 033	422 290
Outros	868 922	598 934
	<b>7 102 909</b>	<b>7 315 336</b>

## 43. Outros rendimentos operacionais

	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Rendimentos suplementares	43.1	7 272 291	5 289 359
Subsídios à exploração		306 939	232 638
Outros rendimentos e ganhos	10	3 533 386	14 267 921
Correções relativas a exercícios anteriores		(23 503)	97 446
		<b>11 089 113</b>	<b>19 887 364</b>

### 43.1 Rendimentos suplementares

	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Aluguer de equipamento		4 144	4 156
Venda de energia		1 573 474	1 289 106
Estudos, projetos e assistência tecnológica		11 557	22 147
Desempenho de cargos sociais		-	37 024
Serviços sociais		11 307	10 730
Outros	ii)	5 671 809	3 926 196
		<b>7 272 291</b>	<b>5 289 359</b>

i) Em outros rendimentos suplementares, encontram-se registadas obras efetuadas pelas empresas do Grupo em nome e debitadas a terceiros.

## 44. Gastos financeiros

	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Juros suportados	44.1	70 733 782	87 640 704
Diferenças de câmbio desfavoráveis		93	12 391
Outros gastos financeiros	44.2	7 643 877	12 317 678
Correções relativas a exercícios anteriores		(646 343)	(48 201)
		<b>77 731 409</b>	<b>99 922 572</b>
Gastos financeiros capitalizados		(3 349 926)	(4 110 450)
		<b>74 381 483</b>	<b>95 812 122</b>

A diminuição dos gastos financeiros capitalizados está diretamente relacionada com a diminuição do volume de investimentos.

### 44.1 Juros suportados

Juros suportados	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Juros suportados de papel comercial		124 258	1 277 881
Juros suportados BEI		45 290 470	43 435 426
Juros suportados operações de locações		67 007	342 375
Juros suportados – obrigacionistas		4 429 106	5 520 115
Juros suportados de mora		323 074	849 062
Juros suportados financiamentos bancários	44.1.1	20 499 867	36 215 845
		<b>70 733 782</b>	<b>87 640 704</b>

#### 44.1.1 Juros suportados de financiamentos bancários (por empresa do Grupo)

Juros suportados financiamentos bancários	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Águas do Mondego, S.A.		-	1 963 466
Simlis, S.A.		-	323 501
Simria, S.A.		-	1 580 493
<b>Águas do Centro Litoral, S.A.</b>		<b>2 240 110</b>	<b>3 867 460</b>
Águas do Centro Alentejo, S.A.		-	1 445 472
Águas do Centro, S.A.		-	2 099 318
Águas do Norte Alentejano, S.A.		-	1 011 952
Águas do Oeste, S.A.		-	222 254
Sanest, S.A.		-	9 788
Simarsul, S.A.		-	1 159 220
Simtejo, S.A.		-	106 066
<b>Águas do Lisboa e Vale do Tejo S.A.</b>		<b>3 826 702</b>	<b>6 054 070</b>
Águas do Noroeste, S.A.		-	5 370 423
Águas do Douro e Paiva, S.A.		-	3 505 636
Simdouro, S.A.		-	2 043 295
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.		-	5 713 720
<b>Águas do Norte, S.A.</b>	i)	<b>8 332 709</b>	<b>16 633 074</b>
AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.		3 442 431	4 455 124
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.		1 990 775	2 705 020
AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.		410 726	734 029
Águas de Santo André, S.A.		189 136	197 574
Outras participadas		67 278	1 569 494
		<b>20 499 867</b>	<b>36 215 845</b>

## 44.2 Outros gastos financeiros

	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Financiamentos obtidos - Comissões/ Garantias		4 260 656	4 442 645
Perdas nos instrumentos financeiros ao justo valor	14	-	2 396 450
Outros		3 383 221	5 478 583
		<b>7 643 877</b>	<b>12 317 678</b>

## 45. Rendimentos financeiros

	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Juros obtidos	45.1	28 178 555	36 947 702
Outros rendimentos e ganhos financeiros		991 600	822 686
Ganhos nos instrumentos financeiros ao justo valor	14	3 900 707	-
Correções relativas a exercícios anteriores		(18 257)	(8 112)
		<b>33 052 605</b>	<b>37 762 276</b>

### 45.1 Juros obtidos

	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Depósitos		1 142 109	3 288 482
Investimentos financeiros		8 147 921	6 934 762
Juros de mora	45.1.1	14 960 789	23 528 165
Outros juros		3 927 736	3 196 293
		<b>28 178 555</b>	<b>36 947 702</b>

#### 45.1.1 Juros de mora (por empresa do Grupo)

	31.12.2015	31.12.2014
Águas do Mondego, S.A.	-	179 345
Simlis, S.A.	-	170 523
Simria, S.A.	-	119 000
<b>Águas do Centro Litoral, S.A.</b>	<b>372 096</b>	<b>468 868</b>
Águas do Centro Alentejo, S.A.	-	1 996 046
Águas do Centro, S.A.	-	111 601
Águas do Norte Alentejano, S.A.	-	541 864
Águas do Oeste, S.A.	-	1 119 897
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	-	3 812 286
Simarsul, S.A.	-	1 292 640
Simtejo, S.A.	-	3 615 506
<b>Águas do Lisboa e Vale do Tejo S.A.</b>	<b>7 666 099</b>	<b>12 489 840</b>
Águas do Douro e Paiva, S.A.	-	79 988
Águas do Noroeste, S.A.	-	1 668 467
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	-	3 963 412
<b>Águas do Norte, S.A.</b>	<b>5 166 932</b>	<b>5 711 867</b>
Águas do Algarve, S.A.	1 080 891	3 845 474
AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	49 191	57 560
Águas de Santo André, S.A.	371 149	347 343
AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.	254 431	607 213
	<b>14 960 789</b>	<b>23 528 165</b>

## 46. Rendimentos de participações financeiras

	31.12.2015	31.12.2014
Gastos e perdas - outros	(9 101)	(500)
Rendimentos e ganhos - outros	75 457 213	-
	75 448 112	(500)

Ver nota 5.3.

## 47. Imposto do exercício

	31.12.2015	31.12.2014
Imposto sobre o rendimento do exercício	(38 134 305)	(57 002 050)
Excesso de estimativa para impostos	337 292	895 224
Outros ajustamentos provisão imposto	-	-
Insuficiência de estimativa para impostos	(578 345)	(339 627)
	(38 375 358)	(56 446 453)
Imposto diferido	(22 050 371)	15 766 030
	(22 050 371)	15 766 030
	(60 425 729)	(40 680 423)

Rubrica	31.12.2015	31.12.2014
<b>Resultado antes de impostos em consolidado</b>	<b>242 771 764</b>	<b>158 025 452</b>
Diferenças temporárias e permanentes	-	-
Prejuízos	748 357	6 945 666
Depreciações e amortizações	(12 499 079)	34 508 641
Variações patrimoniais	(15 895 760)	26 849 350
Provisões	24 666 034	15 896 898
Recuperação de prejuízos com <i>impairment</i>	(7 943 942)	(3 662 858)
Outros (IFRC 12 e desvios tarifários)	(46 902 612)	(3 330 211)
<b>Base de incidência</b>	<b>184 944 762</b>	<b>235 232 938</b>
Base de derrama	184 196 405	233 184 751
<b>Imposto</b>	<b>50 660 747</b>	<b>32 668 970</b>
Derrama e derrama estadual	7 960 978	7 916 861
Tributação autónoma e outras	244 112	666 496
Regularização do imposto do ano anterior	1 318 839	(16 307)
<b>Encargo de imposto</b>	<b>60 184 676</b>	<b>41 236 020</b>
Imposto corrente	38 134 305	57 002 050
Imposto diferido	22 050 371	(15 766 030)

## 48. Saldos e transações com entidades relacionadas

<b>2015</b>	<b>Empresa-mãe</b>	<b>Outros acionistas</b>	<b>Comissão executiva</b>	<b>Outras partes relacionadas</b>
<b>Ativo</b>				
Municípios	-	-	-	382 812 664
<b>Passivo</b>				
Municípios	-	-	-	61 113 595
<b>Rendimentos</b>				
Vendas e prestação de serviços a Municípios	-	-	-	368 079 314
Outros rendimentos municípios	-	-	-	7 296 177
<b>Gastos</b>				
Gastos com Administradores não executivos	-	-	-	-
Gastos com Administradores executivos	-	-	292 553	-
Outros Gastos Municípios	-	-	-	5 231 051
Dividendos	19 432 137	4 558 156	-	-
	<b>19 432 137</b>	<b>4 558 156</b>	<b>292 553</b>	<b>824 532 801</b>

<b>2014</b>	<b>Empresa-mãe</b>	<b>Outros acionistas</b>	<b>Comissão executiva</b>	<b>Outras partes relacionadas</b>
<b>Ativo</b>				
Municípios	-	-	-	441 760 174
<b>Passivo</b>				
Municípios	-	-	-	50 638 936
<b>Rendimentos</b>				
Vendas e prestação de serviços a Municípios	-	-	-	279 133 591
Outros Rendimentos Municípios	-	-	-	12 957 380
<b>Gastos</b>				
Gastos com Administradores não executivos	-	-	-	-
Gastos com Administradores executivos	-	-	350 415	-
Outros Gastos Municípios	-	-	-	5 791 629
Dividendos	25 515 000	5 985 000	-	-
	<b>25 515 000</b>	<b>5 985 000</b>	<b>350 415</b>	<b>790 281 710</b>

## 49. Investimento contratual

A estimativa de compromissos financeiros assumidos pelo Grupo AdP não relevados no balanço, decorrentes da celebração dos contratos de concessão relativamente a investimentos iniciais, renovação e expansão a efetuar no decorrer do período remanescente de concessão, apresenta-se do seguinte modo:

	<b>Investimento contratual</b>	<b>Investimento já efetuado</b>	<b>Investimento em curso</b>	<b>Investimento contratual não realizado (N+1)</b>	<b>Investimento contratual não realizado (N+2..N+5)</b>	<b>Investimento contratual não realizado (&gt;N+5)</b>
UNA-PD	7 556 065 734	5 094 279 047	198 707 759	229 170 300	479 766 032	1 554 146 596
	<b>7 556 065 734</b>	<b>5 094 279 047</b>	<b>198 707 759</b>	<b>229 170 300</b>	<b>479 766 032</b>	<b>1 554 146 596</b>



No quadro seguinte encontram-se apresentados os compromissos futuros do Grupo relativos às rendas a pagar aos municípios pela integração das infra estruturas, conforme definido nos contratos de concessão.

	Rendas já reconhecidas	Rendas reconhecidas em dívida	Rendas futuras (N+1)	Rendas futuras restantes	31.12.2015	31.12.2014
Águas do Mondego, S.A.	-	-	-	-	-	36 267 273
Simlis, S.A.	-	-	-	-	-	2 879 077
<b>Águas do Centro Litoral, S.A.</b>	<b>35 349 284</b>	<b>769 923</b>	<b>1 671 377</b>	<b>1 542 861</b>	<b>39 333 445</b>	<b>39 146 350</b>
Águas do Centro Alentejo, S.A.	-	-	-	-	-	3 294 026
Águas do Norte Alentejano, S.A.	-	-	-	-	-	1 573 939
Águas do Oeste, S.A.	-	-	-	-	-	157 557
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	-	-	-	-	-	27 674 594
Simarsul, S.A.	-	-	-	-	-	8 128 204
<b>Águas do Lisboa e Vale do Tejo S.A.</b>	<b>77 306 499</b>	<b>18 647 506</b>	<b>1 237 635</b>	<b>25 361 557</b>	<b>122 553 197</b>	<b>40 828 320</b>
Águas do Noroeste, S.A.	-	-	-	-	-	8 891 422
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	-	-	-	-	-	19 862 965
Simdouro, S.A.	-	-	-	-	-	74 357 308
<b>Águas do Norte, S.A.</b>	<b>90 431 555</b>	<b>5 201 116</b>	<b>19 419 573</b>	<b>17 361 985</b>	<b>132 414 230</b>	<b>103 111 695</b>
Águas do Algarve, S.A.	1 883 678	-	228 125	4 237 420	6 349 223	6 349 223
Águas de Santo André, S.A.	6 703 843	-	478 846	7 182 689	14 365 379	14 365 379
AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.	-	1 941 344	-	-	1 941 344	14 871 418
<b>Dezembro 2015</b>	<b>211 674 859</b>	<b>26 559 889</b>	<b>23 035 556</b>	<b>55 686 512</b>	<b>316 956 818</b>	<b>218 672 385</b>

## 50. Ativos e passivos contingentes

### 50.1 Unidade de Tesouraria (Grupo Águas de Portugal)

Na sequência de uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas ao grau de cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado por Empresas Públicas, previsto na Lei do Orçamento de Estado (LOE) de 2010 e reiterado nas LOE seguintes, algumas empresas do Grupo AdP foram notificadas por este Tribunal entender estarem em incumprimento para com a referida lei para o exercício de 2012. Nesse sentido, o Grupo AdP exerceu o seu direito de resposta sobre a notificação do Tribunal de Contas, defendendo o seu entendimento de não ter havido incumprimento na medida em que, nos termos da referida lei, tinha solicitado a dispensa parcial do cumprimento da referida norma, apresentando para o efeito fundamentos relevantes. Acresce mencionar que, a este propósito e no âmbito do mesmo processo, a Secretária de Estado do Tesouro refere o seguinte [incluído no relatório do Tribunal de Contas]: “Os motivos invocados pelas empresas públicas para a dispensa do cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria, no atual contexto, são de todo atendíveis”. Até ao momento não se conhecem as conclusões definitivas do processo, sendo que o Conselho de Administração da AdP, SGPS, S.A., não espera que seja tomada qualquer medida penalizadora para com as empresas do Grupo. Para os anos de 2013, 2014 e 2015 (Despacho nº 834/2015), as empresas do Grupo foram excecionadas da aplicação da norma supra referida.

### 50.2 Alienação do Grupo EGF

A AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. e a Párpública, Participações Públicas, SGPS, S.A. informaram que, no âmbito do processo de reprivatização da Empresa Geral do Fomento, S.A. (EGF), e após decisão favorável da Autoridade da Concorrência, se efetuou, no dia 28 de julho de 2015 a transmissão das ações representativas de 95% do capital social desta empresa à SUMA Tratamento, S.A.

Ressalve-se que nos termos da “cláusula 16 - Compensações extraordinárias: Direitos de aquisição e valor da base de ativos regulados” do contrato de compra e venda (SPA), em particular na sua cláusula 16.4, verificando-se alteração do valor da Base de ativos regulados consubstanciar-se-á o direito a uma compensação entre as partes, que afetará o resultados do período em que esse facto seja conhecido. Na presente data desconhecem-se quais os efeitos, se os houver, destas compensações.

### 50.3 Providências cautelares

Em resultado da estratégia delineada para o setor das águas, exarada no Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, foram extintos quinze dos sistemas multimunicipais existentes e correspondentes empresas concessionárias, sendo criados três novos sistemas multimunicipais de maior dimensão, bem como legalmente instituídas três novas empresas concessionárias, que sucederam nos direitos e obrigações das concessionárias extintas. Discordando da estratégia adotada, diversos municípios, na qualidade de acionistas das empresas extintas e das novas empresas, interpuseram, até ao termo do ano de 2015, um total de oito providências cautelares e três ações principais, nas quais, são intervenientes na qualidade de Ré, Requerida ou Contrainteressada, entre outros, empresas do Grupo Águas de Portugal, nomeadamente, a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., a Águas do Norte, S.A., bem como as empresas

extintas às quais esta sucedeu, a Águas do Centro Litoral, S.A. e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. No decurso do 1.º trimestre de 2016 foram instauradas duas novas ações principais, registando-se até à presente data o indeferimento de todas as providências cautelares em primeira instância, tendo ocorrido o trânsito em julgado em sentido favorável às empresas do Grupo AdP em quatro das providências cautelares.

## 50.4 Processos judiciais em curso

Empresa	Descrição do processo	Valorização	A favor da empresa	A favor de terceiros
AdRA - Águas Região de Aveiro, S.A.	Não há processos com valor superior a 1.500.000 EUR.			
Águas de Santo André, S.A.	Processos de injunções e ações administrativas ordinárias à Câmara Municipal de Santiago do Cacém, relativos à prestação de serviços de Recolha e Tratamento de Água Residual Urbana.	1 876 479,15 EUR	x	
Águas de Santo André, S.A.	Processos de injunções e ações administrativas ordinárias à Câmara Municipal de Sines, relativos à prestação de serviços de Recolha e Tratamento de Água Residual Urbana e Abastecimento de Água para Consumo Humano em Alta.	3 527 980,06 EUR	x	
Águas do Algarve, S.A.	Ação proposta no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé contra a Águas do Algarve S.A. por Somague, Engigás, Neopul, Construtores ACE, em que, no âmbito da empreitada de "Conceção/construção do Sistema de abastecimento de água e saneamento às ilhas da Culatra e da Armona em alta - Travessias da Ria Formosa por Perfuração Horizontal Dirigida" e com fundamento em alegada inexecutabilidade técnica das travessias da Ria Formosa foi formulado um pedido no valor de 8.332.017,21 EUR. Na mesma ação, a autora impugnou ainda três decisões de indeferimento de pedidos de prorrogação do prazo da empreitada que havia apresentado à Águas do Algarve, S.A. e impugnou também as multas que pelo montante de 666,014,13 EUR, esta última lhe aplicou por violação dos prazos parcelares vinculativos e do prazo global da empreitada. A ação foi contestada pela Águas do Algarve, S.A., que, no essencial, juntou ao processo pareceres científicos emitidos pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e que rebatem a alegada inexecutabilidade técnica das travessias da Ria Formosa que fundamenta a ação proposta pelo Empreiteiro. Para além disso e na sua contestação, a Águas do Algarve, S.A. invocou subsidiariamente a caducidade da ação quanto ao pedido parcelar de 1.164.598,98 EUR em virtude de, nessa parte, tal ação ter sido proposta para além do prazo de 132 dias (úteis) fixados na lei (questão essa que o Tribunal já decidiu no despacho saneador; absolvendo a Águas do Algarve, S.A. quanto a essa quantia, tendo a parte contrária interposto recurso que se encontra pendente). Foi já proferida sentença que julgou a ação improcedente, sendo a Águas do Algarve, S.A. absolvida da totalidade do pedido. A parte contrária interpôs recurso para o Tribunal Central Administrativo Sul. Esse recurso não foi admitido em 1ª instância com fundamento na intempetividade da sua interposição. A parte contrária reclamou para o Tribunal Central Administrativo Sul da não admissão deste último recurso, estando essa reclamação pendente de decisão.	8 332 017 EUR	x	
Águas do Algarve, S.A.	Ação proposta no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé contra a Águas do Algarve, S.A. por Somague, Engigás, Neopul, Construtores, S.A., em que, com o mesmo alegado fundamento de inexecutabilidade técnica das travessias da Ria Formosa (e, desta feita, invocando a nulidade parcial do respetivo contrato de empreitada), vem impugnada a decisão tomada pela Águas do Algarve, S.A. no sentido da rescisão com justa causa do contrato de empreitada por incumprimento definitivo imputado ao ACE empreiteiro e em que vem formulado pedido de 9.191.597,54 EUR (que é mera atualização do pedido de 8.332.017,21 EUR formulado na anterior ação nº 46/09.3 BELLE). A ação foi contestada pela Águas do Algarve, S.A. com fundamentos idênticos aos da anterior ação /Proc. 46/09.3BELLE). Foi proferido despacho que determinou a suspensão da instância até que se mostre decidida a ação supra nº 46/09.3BELLE. A ação encontra-se, assim, suspensa na sua tramitação.	9 191 598 EUR	x	
Águas do Algarve, S.A.	Em 31 de dezembro de 2015, a Linklaters representava a Águas do Algarve, S.A., no Processo n.º 232/2000, que corre termos no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, proposto pela Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A.. O pedido formulado contra a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. – inicialmente contra a Águas do Sotavento Algarvio, S.A. –, é de 2.662.385,97 EUR (dois milhões seiscentos e sessenta e dois mil trezentos e oitenta e cinco EUR e noventa e sete cêntimos). Decorrida a fase de julgamento, aguarda-se pela decisão sobre a matéria de facto.	2 662 386 EUR	x	
Águas do Algarve, S.A.	Ação Administrativa Comum. Proc. 65/10.7BELLE Autor: Águas do Algarve, S.A. Ré: Município de Tavira /Tavira Verde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M. Valor: 764.999,77 EUR (valor ação) + 865.948,80 EUR (reconvenção) = 1.630.948,57 EUR Foi intentada ação administrativa em 22/01/2010.	1 630 949 EUR		Parte
Águas do Algarve, S.A.	Ação Administrativa Comum. Proc. 427/11.2BELLE Autor: Águas do Algarve, S.A. Ré: Município de Tavira / Tavira Verde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M. Valor: 1.002.659,64 EUR (valor ação) + 1.531,119,66 EUR (reconvenção) = 2.533.779,30 EUR Foi intentada ação administrativa em 14/07/2011. Os Réus apresentaram a sua contestação em 06/10/2011. Enviámos a Réplica em 9/11/2011 para o Tribunal. Fomos notificados pela mandatária dos Réus da Tréplica enviada para o Tribunal. Fomos notificados da data da audiência preliminar; tendo sido agendada para o dia 17/04/2012, às 10:00 h. Em 21/05/2012 realizou-se a continuação da audiência preliminar. Fomos notificados pelo Tribunal em 24/05/2012 do despacho em que ordena que o processo aguarde na secretaria a baixa do Proc. 65/10.7BELLE e que após, deverá o processo 427/11.2BELLE ser apensado ao Proc. 65/10.7BELLE. Aguarda decisão judicial.	2 533 779 EUR		Parte

Empresa	Descrição do processo	Valorização	A favor da empresa	A favor de terceiros
Águas do Algarve, S.A.	Proc. nº 296791/11.4YIPRT – Proc. 104/12.7BELLE Requerente: Águas do Algarve, S.A. Requerido: Município de Vila Real de Santo António Valor: 2.495.898,41 EUR (Valor atual) Intentámos em 05/12/2011 contra o Município de VRSA um processo de injunção por meio do qual vimos reclamar o pagamento da quantia de 2.496.051,41 EUR. Fomos notificados em 23/01/2012 da Oposição por parte do Requerido e que o procedimento de injunção iria ser remetido para o Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé para distribuição. Após termos tido conhecimento da distribuição do processo que obteve o nº 104/12.7BELLE, liquidámos em 08/02/2012 a taxa de justiça devida no montante de 1.315,80 EUR. Fomos notificados para aperfeiçoar a Petição Inicial, tendo sido enviada para o Tribunal em 01/03/2012. A Ré apresentou a sua Contestação em 11/04/2012. Apresentámos a Réplica em 02/05/2012. Fomos notificados da data da Audiência Preliminar agendada para o dia 31/01/2013, às 10:30 h. No dia 30/01/2013 fomos notificados do Despacho Saneador e do despacho proferido dando sem efeito a Audiência Preliminar. Aguarda decisão judicial.	2 495 898 EUR	x	
Águas do Algarve, S.A.	Ação instaurada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé pela Águas do Algarve, S.A. contra Somague, Engigás, Neopul, Construtores, ACE e contra as respetivas empresas agrupadas, na qual foi formulado pedido de 1 894 762,79 EUR por incumprimento definitivo do contrato de empreitada, imputável ao empreiteiro (trata-se da mesma empreitada de "Conceção/construção do Sistema de abastecimento de água e saneamento às ilhas da Culatra e da Armona em alta -Travessias da Ria Formosa por Perfuração Horizontal Dirigida"). Foi proferida sentença que absolveu as demandadas. Essa sentença não apreciou as questões de mérito suscitadas na ação (basicamente, a justeza da rescisão do contrato de empreitada e da pretensão indemnizatória daí emergente, reclamada pela Águas do Algarve), tendo sido fundamentada, exclusivamente, na circunstância de, no entendimento do Tribunal, a ação ter sido instaurada para além do prazo de caducidade de 132 dias previsto no art. 255º do RJEOP (aprovado pelo Decreto-Lei nº 59/99, de 2 de março). Essa decisão é manifestamente ilegal. O preceito legal (art. 255º do RJEOP) que fixa o prazo de caducidade de 132 dias invocado pela sentença, como resulta da respetiva letra, é aplicável apenas às ações propostas pelo empreiteiro e não já também às ações propostas pelo dono da obra (no caso, a Águas do Algarve). E ainda que tal preceito fosse aplicável ao caso vertente, a ação foi instaurada no 130º dia subsequente à rescisão do contrato de empreitada. Assim, foi interposto recurso para o Tribunal Central Administrativo Sul, que se acha pendente. O provimento desse recurso ocasionará apenas que a ação possa prosseguir a sua normal tramitação para se apurar se a rescisão contratual determinada pela Águas do Algarve se fundamenta ou não em justa causa e, bem ainda, para se apurar quais os danos indemnizáveis daí emergentes.	1 894 763 EUR	x	
Águas do Algarve, S.A.	Proc. nº 296790/11.6YIPRT – Proc. 105/12.5BELLE Requerente: Águas do Algarve, S.A. Requerido: Município de Vila Real de Santo António Valor: 1.596.416,00 EUR (Valor atual) Intentámos em 05/12/2011 contra o Município de VRSA um processo de injunção por meio do qual vimos reclamar o pagamento da quantia de 1.596.738,95 EUR. Fomos notificados em 24/01/2012 da Oposição por parte do Requerido e que o procedimento de injunção iria ser remetido para o Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé para distribuição. Após termos tido conhecimento da distribuição do processo que obteve o nº 105/12.5BELLE, liquidámos em 08/02/2012 a taxa de justiça devida no montante de 1.315,80 EUR. A Ré apresentou Contestação em 08/02/2012. Apresentámos a Réplica em 28/02/2012. Em 22/05/2012 foi proferida Sentença, decidindo anular todo o processo, por ineptidão do requerimento inicial, e consequentemente absolveu o requerido Município de Vila Real de Santo António da instância. Foi interposto Recurso desta decisão em 02/07/2012 para o Tribunal Central Administrativo Sul uma vez que discordámos dela. A parte contrária também interpôs Recurso da decisão proferida. Fomos notificados pelo Tribunal Central Administrativo Sul de que os autos provenientes do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé foram distribuídos nesse Tribunal em 13/11/2012, 2º Juízo, 1ª Secção, onde obtiveram o nº 09414/12. Aguarda decisão judicial.	1 596 416 EUR	x	

Empresa	Descrição do processo	Valorização	A favor da empresa	A favor de terceiros
Águas do Algarve, S.A.	<p>Requerente DTE, SA e DOMINGOS SILVA TEIXEIRA S.A.; Requerido: Águas do Algarve, S.A.</p> <p>9 de março 2015 - Os Autores intentaram contra a Entidade Demandada uma Ação de Contencioso Pré-Contratual de impugnação do Ato de Adjudicação relativo à formação de Contrato de "Empreitada de Conceção-Construção da ETAR da Companheira", nos termos da qual requererem a anulação do Ato de Adjudicação proferido no âmbito do Concurso Público com o anúncio de procedimento nº 346/2014, publicado no Diário da República, 2ª Serie, nº 18, de 27 de janeiro de 2014, bem como a admissão da proposta dos Autores a concurso, com todas as consequências legais. 13 de março 2015 - A Entidade Demandada foi citada para contestar. 9 de abril 2015 - Deu entrada em juízo a Contestação apresentada pela Entidade Demandada, nos termos da qual demonstrou existir um conjunto de Questões Prévias/Exceções que obstam ao prosseguimento dos autos e, subsidiariamente, demonstrou a procedência da Contestação. 13 de abril 2015 - Deu entrada em juízo a Contestação apresentada pelas Contra-Interessadas Acciona Água, S.A. e Oliveiras, S.A. 15 de abril 2015 - Foi o Ministério Público notificado para intervir, nos termos do disposto no artigo 85º, do Código de Processo nos Tribunais Administrativos. 6 de maio 2015 - Foi proferida Sentença nos termos da qual o tribunal julgou procedente a exceção da ilegitimidade processual dos Autores, absolvendo, em consequência, a Entidade Demandada e as Contra-Interessadas. 7 de maio 2015 - Proceeu-se ao registo da Sentença do competente Livro de Registos nº 19 e foram as partes dela notificados, 25 de maio 2015 - Os Autores interpuseram recurso Jurisdicional da Sentença proferida em 06.05.2015. 22 de junho 2015 - Foi proferido Despacho nos termos do qual o Tribunal considerou não ser possível convalidar o recurso Jurisdicional em Reclamação para Conferencia, pelo que aquele foi indeferido. 7 de julho 2015 - Os Autores interpuseram novo Recurso Jurisdicional, por referencia ao despacho proferido em 22.06.2015, requerendo a convalidação do Recurso interposto em 25.05.2015 em Reclamação para Conferência. 13 de julho 2015 - Foi proferido Despacho nos termos do qual o Tribunal deu sem efeito o Despacho de 22.06.2015, i.e., admitiu a convalidação do recurso interposto pela Autora em 25.05.2015 em Reclamação para Conferencia. 14 de julho 2015 - A Entidade Demandada deduziu Reclamação para Conferencia, por referencia ao Despacho datado de 13.07.2015, requerendo a manutenção da decisão de não admissão do Recurso Jurisdicional interposto pelos Autores em 25.05.2015. 20 de julho 2015 - Deu entrada em juízo o Requerimento do Pedido de Esclarecimentos, da entidade Demandada, por referencia ao despacho de 13.07.2015, o qual havia indeferido o recurso Jurisdicional interposto pelos Autores. 28 de julho 2015 - Os Autores apresentaram requerimento, nos termos do qual requereram que a Reclamação para Conferência apresentada pela Entidade Demandante em 14.07.2015 fosse julgada improcedente. 31 de julho 2015 - Foi proferido Despacho nos termos do qual o Tribunal manteve o Despacho proferido em 13.07.2015. 5 de agosto 2015 - A Entidade Demandada apresentou Requerimento de Pedido de Esclarecimentos, quer quanto ao teor do Despacho proferido em 13.07.2015, quer quanto ao teor do Despacho proferido em 13.07.2015. 6 de agosto 2015 - Foi proferido Despacho, pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, nos termos do qual ordenou a notificação da Entidade Demandada para vir aos autos esclarecer se o segundo pedido de esclarecimento solicitado diz respeito ao Despacho de 22.06.2015 ou de 13.07.2015. 24 de setembro 2015 - Por intermédio de Despacho proferido pelo TAF de Loulé, foi designado o dia 28.10.2015 para realização de Audiência de Julgamento por conferência. 28 de outubro 2015 - Foi proferido Acórdão, nos termos do qual se decidiu pelo indeferimento da Reclamação, e consequente confirmação da sentença reclamada. 17 de novembro 2015 - Os Autores interpuseram Recurso do Acórdão proferido pelo TAF de Loulé em 28.10.2015. 7 de Dezembro 2015 - A Entidade Demandada apresentou as suas Contra-Alegações. 10 de dezembro 2015 - Foi proferido despacho pelo TAF de Loulé, nos termos do qual se considerou o Recurso interposto pelos Autores, como tempestivo, de efeito suspensivo e de apelação, ordenando subida dos autos ao tribunal central Administrativo Sul.</p>	9 850 032,80 EUR	x	
Águas do Algarve, S.A.	<p>Requerente DTE, S.A. e DOMINGOS SILVA TEIXEIRA S.A.; Requerido: Águas do Algarve, S.A.</p> <p>10 de março 2015 - Os Requerentes apresentaram uma Providencia Cautelar de Suspensão de Eficácia do Ato de Adjudicação (instrumental à Ação de Contencioso Pré-Contratual , enunciada supra), com a consequente suspensão do procedimento de formação de contrato, o que, em contrato, impede a Entidade Requerida de celebrar o contrato de empreitada com a Contra-Interessado Consórcio Acciona Agua, S.A.U /Oliveiras, S.A., e caso o mesmo tenha sido já celebrado, requereu a respetiva suspensão de execução. 13 de março 2015 - Foi citada a Entidade Requerida. 31 de março 2015 - A Entidade Requerida juntou aos autos a Resolução Fundamentada, nos termos e para os efeitos do artigo 128º do Código de processo nos Tribunais Administrativos, nos termos da qual demonstrou que o diferimento da Execução do Ato Administrativo Suspendendo (de Adjudicação) seria gravemente prejudicial para o interesse publico. Ainda nessa data, a Entidade Requerida apresentou a respetiva Oposição. 02 de abril 2015 - As Contra-interessadas Acciona SA e Oliveiras, SA apresentaram a respetiva Oposição. 29 de abril de 2015 - Foi apenso aos autos o Processo Administrativo Instrutor remetido pela Entidade Requerida. 19 de junho de 2015 - Foi proferido Despacho nos termos do qual se ordenou a junção do processo administrativo. 23 de junho de 2015 - A Entidade Requerida apresentou Requerimento nos termos da qual requereu a extinção da Providência Cautelar, por ocorrência de facto extinto, consubstanciado na existência de Sentença proferida no processo principal, a qual julgou essa ação improcedente, com trânsito em julgado da mesma. 10 de julho de 2015 - Foi proferido Despacho nos termos do qual o Tribunal deu conta que do Despacho datado de 22-06-2015, proferido no âmbito do processo principal, foi interposto recurso sobre a não admissão da respetiva convalidação em reclamação para a conferência. 28 de julho de 2015 - Foi proferido Despacho nos termos do qual o tribunal ordenou a notificação das Requerentes da Oposição (ao abrigo do disposto no artigo 118.º, n.º3, do CPTA), bem como da Resolução Fundamentada, nos termos e para efeitos do previsto no artigo 128.º, n.º 4 do CPTA. 06 de outubro de 2015 - A Entidade Demandada foi notificada, por intermédio de ofício de Refº 004283558, da Sentença proferida pelo TAF de Loulé, nos termos da qual se decidiu pela procedência da exceção da ilegitimidade das Requerentes, pelo que absolveu a Entidade Requerida e as Contra-Interessadas da Instância. 11 de outubro de 2015 - As Requerentes apresentaram Recurso Jurisdicional da Sentença proferida pelo TAF de Loulé. 19 de outubro de 2015 - As Contra-Interessadas apresentaram as suas Contra-Alegações. 23 de novembro de 2015 - A Entidade Demandada apresentou as suas Contra-Alegações. 26 de novembro de 2015 - Foi proferido pelo TAF de Loulé, nos termos do qual foi admitido o Recurso interposto pelos Autores, e se ordenou a subida dos autos ao Tribunal Central Administrativo SUL. 14 de dezembro de 2015 - Por intermédio de Ofício de Refº 004298295, proferido pelo TAL de Loulé, em 14-12-2015, foram os autos remetidos ao Tribunal Central Administrativo Sul.</p>	9 850 032,80 EUR	x	

Empresa	Descrição do processo	Valorização	A favor da empresa	A favor de terceiros
Águas do Algarve, S.A.	<p>Requerente: SISÁQUA S.A.; Requerido: Águas do Algarve S.A.</p> <p>15 de abril 2015 - A Autora instaurou contra a Entidade Demandada uma Ação de impugnação do Ato de Adjudicação do Contrato de Prestação de serviços (que constituiu processo principal do processo cautelar sob numero 297/15.IBELLE), com o seguinte petição: " a) Anulação do ato de adjudicação através do qual a Ré decidiu adjudicar a proposta do concorrente nº 4 (AGS/MANVIA/INDAQUA), por este ser ilegal e violar o núcleo essencial dos princípios da contratação pública, a saber, o princípio da concorrência, da igualdade, da transparência, da intangibilidade das propostas bem como, por violação de Lei, artº 60º, nº 3 do CCP e ainda as disposições concursais; b) caso já tenha sido celebrado o contrato, devesse ainda o Tribunal decretar a anulação do mesmo, e bem assim d todos os novos atos que tenham sido praticados no procedimento após a ilegal adjudicação ao Concorrente nº 4; c) Ordenar-se a Ré a proceder a reclassificação e reordenação das propostas com obediência aos princípios da contratação pública acima citados bem como à lei, artº 60º, nº 3 do CCP e ainda as disposições concursais, devendo a Ré proferir novo ato e adjudicação a favor da concorrente nº 2 (ora Autora), por apresentar a proposta mais vantajosa; d) Devesse o tribunal condenar a Ré a praticar todos os demais atos necessários à reposição da legalidade e em consequência da decisão do tribunal, seguindo-se os ulteriores termos até final.", 17 de abril 2015 - Foi proferido despacho determinando a apensação do processo cautelar. 20 de abril 2015 - Foi citada Entidade demandada. 12 de maio 2015 - Aos presentes autos foi apensada a Providencia Cautelar com o nº 297/15.IBELLE. 15 de maio 2015 - As Contra-Interessadas AGS, MANVIA e INDAQUA; apresentaram a respetiva contestação. 18 de maio 2015 - A Entidade Demandada apresentou a competente contestação. 25 de maio 2015 - Foi apensado aos presentes autos do Processo Administrativo Instrutor remetido pela entidade pela Entidade Demandada. 27 de maio 2015 - Foi proferido Despacho nos termos do qual determinou a notificação da autora para responder às Questões prévias deduzidas pela Entidade demandada na sua constelação que, consubstanciando matéria de exceção, possam obstar ao conhecimento do objeto do processo. 03 de junho 2015 - A Autora, em cumprimento do disposto no despacho de 27.05.2015, apresentou a sua resposta a Questões Prévias/Exceções invocadas pelas Contra-Interessadas e pela Entidade Demandada. 09 de junho 2015 - Foi proferido despacho nos termos do qual determinou a notificação da Entidade Demandada para se pronunciar sobre o pedido de condenação por litigância de má-fé deduzido pela autora. 16 de junho 2015 - A Entidade Demandada, em cumprimento do disposto no Despacho de 09.06.2015, apresentou requerimento de Resposta ao pedido de condenação por litigância de má-fé. 22 de junho 2015 - A Autora, notificada da resposta deduzida pela Entidade demandada ao pedido de litigância de má-fé deduzido pela Autora no seu Articulado na resposta às Questões Prévias/Exceções deduzidas na Contestação, apresentou Requerimento de Resposta. 23 de junho 2015 - Veio a Entidade Demandada apresentar requerimento de resposta. 22 de Julho 2015 - Foi proferido Despacho saneador nos termos do qual o tribunal decidiu julgar improcedentes às questões Prévias/exceções invocadas pela Entidade Demandada e pelas Contra-Interessadas. Bem como recusou a inquirição das testemunhas oferecidas pela parte. Determinou ainda a notificação das partes para apresentarem as alegações escritas, ao abrigo do disposto no artº 91º, 4º do CPTA. 03 de agosto 2015 - Em face do despacho Saneador, a Entidade Demandada deduziu Reclamação para a Conferencia. 10 de agosto 2015 - Foi proferido Despacho pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, nos termos do qual o tribunal determinou a notificação da autora e das Contra-Interessadas para se pronunciarem sobre a requerida reclamação para a conferência. Em cumprimento do Despacho mencionado, a Autora apresentou a sua resposta. 13 de agosto 2015 - A Autora apresentou a suas alegações. 19 de agosto 2015 - A Entidade Demandada apresentou Requerimento, nos termos do qual veio requerer ao douto Tribunal que fosse esclarecido o estado da Reclamação para conferencia e, concomitantemente, determinasse a suspensão do prazo para Entidade Demandada apresentar as Alegações Escritas ate clarificação da improcedência das Questões prévias/exceções invocadas. 26 de agosto 2015 - A Entidade Demandada foi notificada, por ofício refº 004275484, do teor do despacho proferido pelo TAF e Loulé, em 25.08.2015, nos termos o qual se admitiu a reclamação para conferencia, e se decidiu pela suspensão do prazo para a Entidade demandada apresentar as suas alegações. 2 de outubro 2015 - A Entidade Demandada foi notificada, por ofício refº 004282880, do teor do despacho proferido pelo TAF e Loulé, em 01.10.2015, nos termos do qual indeferiu o despacho proferido em 25.08.2015. 13 de outubro 2015 - A Entidade Demandada foi notificada, por ofício refº 004284734, do teor do despacho proferido pelo TAF e Loulé, em 12.10.2015, nos termos do qual se apensou aos presentes autos, os da reclamação sob o processo nº 311/15.0BELLE-A. 26 de outubro 2015 - A Entidade Demandada apresentou as suas Alegações Escritas. 3 de novembro 2015 - A Autora em cumprimento do despacho proferido pelo TAF de Loulé em 27.10.2015, veio apresentar Pronuncia sobre o pedido de suspensão da instância deduzido pela Entidade Demandada. 26 de novembro 2015 - A Entidade Demandada foi notificada, por ofício refº 004294819, do teor do despacho proferido pelo TAF e Loulé, em 25.11.2015, nos termos do qual se indeferiu o pedido de suspensão da instância. 11 de novembro 2015 - A Entidade Demandada foi notificada, por ofício refº 004301970, da despenção da Reclamação sob o processo nº 311/15.0BELLE-A.</p>	8 901 924,95 EUR	x	
Águas do Algarve, S.A.	<p>Requerente: Águas do Algarve S.A.; Requerido SISÁQUA, S.A.</p> <p>12 de outubro de 2015 - A Entidade Demandada apresentou Reclamação do despacho proferido pelo TAF de Loulé em 01-10-2015. 14 de outubro de 2015 - Por despacho proferido pelo TAF de Loulé, foram as partes notificadas para responderem, querendo, no prazo de 10 (dez), dias. 26 de novembro de 2015 - A Entidade Demandada foi notificada, por Ofício de Ref.º 004294836, do teor do despacho proferido pelo TAF de Loulé, em 25-11-2015, nos termos do qual se decidiu pelo indeferimento do pedido de suspensão a instância. 04 de janeiro de 2016 - A Entidade Demandada foi notificada do teor do despacho proferido pelo TAF de Loulé, nos termos do qual determinou a subida dos autos ao Tribunal Central Administrativo SUL. 11 de janeiro de 2016 - A Entidade Demandada foi notificada, por Ofício de Ref.º 004301975, da remessa dos presentes autos ao Tribunal Central Administrativo SUL.</p>	8 901 924,95 EUR	x	

Empresa	Descrição do processo	Valorização	A favor da empresa	A favor de terceiros
Águas do Centro Litoral, S.A.	Ação Administrativa Comum nº 385/15.4BECBR, a correr os seus termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, intentada pelo Município de Coimbra e a AC – Águas de Coimbra, E.M. contra a AdCL, S.A., tendo vários Municípios como contrainteressados, na qual os autores requerem a condenação da AdCL a concluir, no prazo de um ano, as obras a que alegadamente se obrigou por contrato celebrado com o Município de Coimbra em 25/05/2005, bem como requerem que seja aquela condenada ao pagamento de uma quantia pecuniária de 1/1000 do preço do volume da obra a realizar por cada dia de atraso na conclusão de tais obras. Mais pretendem os Autores que a AdCL seja condenada ao ressarcimento de alegados prejuízos resultantes de incumprimentos contratuais, no montante de 2.696.947,37 EUR, bem como em montante adicional a liquidar em sede de execução de sentença. Cumulativamente, os Autores impugnam a deliberação social tomada em Assembleia-Geral da AdCL de 12/03/2014, requerendo a declaração da respetiva nulidade. O valor proposto da ação é de 15.696.947,37 EUR. A AdCL, S.A. apresentou contestação a 15/06/2015. A fase dos articulados terminou, encontrando-se a ação a aguardar despacho do Exmo. Senhor Juiz.	15 696 947,37 EUR		x
Águas do Norte, S.A.	Processo 280/09.6BEMDL - Pedido de indemnização trabalhos a mais - Babo&Mata	5 218 000,00 EUR	x	
Águas do Norte, S.A.	Processo 334/10.6BEVIS - Pedido de indemnização trabalhos a mais - Babo&Mata	4 383 551,95 EUR	x	
Águas do Norte, S.A.	Processo 420/11.5 BEMDL - Revisão de preços e obras a mais - Babo&Mata	2 822 766,88 EUR	x	
Águas do Norte, S.A.	Processo 392/11.6 BEMDL - Obras a mais - Babo&Mata	4 917 143,58 EUR	x	
Águas do Norte, S.A.	Processo 105/13.8 BEMDL - Danos em propriedade - Babo&Mata	1 598 471,10 EUR	x	
Águas do Norte, S.A.	Processo de Contraordenação 510/2013 ARH Norte - A ARHN imputa factos que consubstanciam uma contraordenação ambiental (Rejeição de águas diretamente para a linha de água que originam mau cheiro) - Babo&Mata	200 000 EUR a 2 500 000 EUR	x	
Águas do Norte, S.A.	Processo de Contraordenação 545/2013 ARH Norte - A ARHN imputa factos que consubstanciam uma contraordenação ambiental (Descarga de água para o Rio Douro) - Babo&Mata	200 000 EUR a 2 500 000 EUR	x	
Águas do Norte, S.A.	Processo 361/14.4BEPRT - A INDAQUA pretende fazer cessar o abastecimento de água à Refinaria de Matosinhos e ser indemnizada pelos supostos lucros cessantes decorrentes do fornecimento ser assegurado pela entretanto extinta Águas do Noroeste e não por si. - Dr. Paulo Fernandes	8 200 000,00 EUR	x	
Águas do Norte, S.A.	Processo 3345/15.1BEBRG - A AMAVE pretende receber o valor das rendas referentes à utilização de infraestruturas municipais entre 2008 e 2014.	2 443 765,23 EUR	x	
Águas do Norte, S.A.	Processo de Contraordenação - 469/2013 (ETAR de Loureira – Vila Verde) - Contraordenação ambiental - Dr. Paulo Fernandes	Coima entre 38 500,00 EUR e 70 000,00 EUR em caso de negligência e de 200 000,00 EUR a 2 500 000,00 EUR em caso de dolo	x	
Águas do Norte, S.A.	Processo de Contraordenação - 2238/2011 - CO/735/2013/ARH (ETAR de Gandra-Turiz – Vila Verde) - Contraordenação ambiental - Dr. Paulo Fernandes	Coima entre 38 500,00 EUR e 70 000,00 EUR em caso de negligência e de 200 000,00 EUR a 2 500 000,00 EUR em caso de dolo	x	
Águas do Norte, S.A.	Processo de Contraordenação - 2238/2011 - CO/733/2013/ARH (Rio Trofa) - Contraordenação ambiental - Dr. Paulo Fernandes	Coima entre 38 500,00 EUR e 70 000,00 EUR em caso de negligência e de 200 000,00 EUR a 2 500 000,00 EUR em caso de dolo	x	
Águas do Norte, S.A.	Processo de Contraordenação - 2238/2011 - CO/734/2013/ARH (Ponte da Barca) - Contraordenação ambiental - Dr. Paulo Fernandes	Coima entre 38 500,00 EUR e 70 000,00 EUR em caso de negligência e de 200 000,00 EUR a 2 500 000,00 EUR em caso de dolo	x	

Empresa	Descrição do processo	Valorização	A favor da empresa	A favor de terceiros
Águas do Norte, S.A.	Processo de Contraordenação - 12923/2009 - CO/890/2013/ARH (Obra - Rio Homem) - Contraordenação ambiental - Dr. Paulo Fernandes	Coima entre 38 500,00 EUR e 70 000,00 EUR em caso de negligência e de 200 000,00 EUR a 2 500 000,00 EUR em caso de dolo	x	
Águas do Norte, S.A.	Processo de Contraordenação - CO/000954/14 (ETAR de Agra) - Contraordenação ambiental - Dr. Paulo Fernandes	Coima entre 38 500,00 EUR e 70 000,00 EUR em caso de negligência e de 200 000,00 EUR a 2 500 000,00 EUR em caso de dolo	x	
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria - Unidade Orgânica I	1 838 439,20 EUR	x	
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria - Unidade Orgânica I	2 377 802,70 EUR	x	
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria - Unidade Orgânica I	1 714 090,41 EUR	x	
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa - Unidade Orgânica 3	3 894 401,00 EUR	x	
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	3 736 617,00 EUR	x	
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria - Unidade Orgânica I	1 535 950,31 EUR	x	
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra - Unidade Orgânica 3. O processo foi julgado com absolvição do Réu da instância por alegada idoneidade do utilizado processo de Injunção. Tal decisão foi objeto de Recurso Jurisdicional da SANEST para o TCA Sul onde foi admitido e aguarda julgamento. Deferimento ou indeferimento do Recurso e do prosseguimento da ação ou interposição de (nova) ação administrativa comum, conforme for o caso.	Capital – 1 845 277,04 EUR; Juros de mora vencidos e reclamados, até à proposição da injunção: 758 267,62 EUR; Total – 2 603 545,68 EUR + Juros vincendos.	x	
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	7 030 769,97 EUR	x	
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa. Sob contestação da SANEST, procurando defender-se por exceção e por impugnação alegando nada ter a pagar; designadamente se e enquanto não lhe for confirmado pela Autoridade Tributária e Aduaneira que ainda pode retificar/ reaver o IVA em causa a seu favor; conforme exposição/ requerimento que lhe dirigiu em tal sentido, e apresentando um pedido de reconvenção subsidiária, para que, caso o Tribunal assim o não entenda, o reclamado crédito do Autor seja compensado com a dívida do mesmo à Ré, a que se refere o processo injuntivo n.º 389714/08.3YIPRT, catual n.º 119/09.2BELSB, reconvenção esta que o A. contestou por exceção e por impugnação. Por sentença de 22.10.2014, o TAC de Lisboa declarou-se materialmente incompetente, como a SANEST havia defendido na sua contestação e determinou a remessa do processo ao Tribunal Tributário de Lisboa, sentença essa de que o Autor recorreu e a SANEST apresentou contra alegações. Aguarda-se decisão do Recurso da Sentença que declarou incompetente o TAC Lisboa e competente o Tribunal Tributário de Lisboa, para se saber se o processo prossegue por um ou por outro dos referidos tribunais	Capital: 1 564 420,13 EUR Juros de mora vencidos até à proposição da Ação: 375 803,72 EUR Total: 1 940 223,85 EUR + juros vencidos	x	
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja. O TAF de Beja apresenta uma pendência muito extensa e demorada. O presente processo, sendo de 2013, não expectável que tenha algum movimento no curto/médio prazo. O município, entretanto, já procedeu ao pagamento de alguma da faturação objeto do presente processo, ao abrigo do PAEL	7 498 698,00 EUR	x	
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	Tribunal da Comarca de Évora - Instância Cível e Criminal - JI. Findo por acórdão do TRE, inteiramente favorável à autora. O valor da ação já se encontrava quase totalmente pago via PAEL	5 599 742,96 EUR	x	
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	2 549 496,72 EUR	x	
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	Processo Arbitral	48 945 026,00 EUR	x	
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	Responsabilidade contratual	2 041 466,28 EUR	x	
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	Responsabilidade contratual	2 455 255,81 EUR	x	

Empresa	Descrição do processo	Valorização	A favor da empresa	A favor de terceiros
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	Responsabilidade contratual	1 508 254,60 EUR	x	
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	Aguarda marcação de audiência prévia e julgamento	2 370 692,89 EUR	x	
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	Peticionada a quantia de 2 867 610,16 EUR (capital) + 262 872,21 EUR (juros de mora). Aguarda contestação	3 130 482,37 EUR	x	
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	Peticionada a quantia de 2 400 396,14 EUR (capital) + 216 989,20 EUR (juros de mora). Aguarda contestação	2 617 385,34 EUR	x	
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	Peticionada a quantia de 4 886 689,55 EUR (capital) + 444 170,80 EUR (juros de mora). Aguarda contestação	5 330 860,35 EUR	x	
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	Peticionada a quantia de 1 411 120,88 EUR (capital) + 128 920,86 EUR (juros de mora). Aguarda contestação	1 540 041,74 EUR	x	

## 50.5 Garantias

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas por unidades de negócio das empresas incluídas no perímetro de consolidação demonstram-se como se segue:

UN	Tribunais	Instituições financeiras	Entidades concedentes	Outros	31.12.2015	31.12.2014
Água - Produção	7 411 089	-	984 841	11 964 869	20 360 799	21 463 561
EPAL	5 175 900	169 532 511	-	321 284	175 029 695	171 223 242
Água - Distribuição	-	-	-	446 366	446 366	406 866
Internacional	-	970 416	-	-	970 416	3 306 562
Corporativos	-	-	-	1 382 933 272	1 382 933 272	1 715 922 623
<b>Total</b>	<b>12 586 989</b>	<b>170 502 927</b>	<b>984 841</b>	<b>1 395 665 791</b>	<b>1 579 740 548</b>	<b>1 912 322 854</b>

A *holding* do Grupo AdP (AdP SGPS), no âmbito dos financiamentos contraídos junto do BEI, constitui-se como garante do bom cumprimento das obrigações contratadas.

## 51. Honorários de auditoria e de revisão legal

Os honorários e Auditoria e de Revisão Legal de contas do Grupo AdP à data de 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

	R.O.C.	Auditoria	Outros serviços	Total
PricewaterhouseCoopers, SROC	12 000	15 001	27 762	54 763
Ernst & Young, SROC	55 899	199 044	46 965	301 908
Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC	21 663	-	-	24 530
Esteves, Pinho & Associados, SROC	41 580	-	-	41 580
	<b>131 142</b>	<b>214 045</b>	<b>74 727</b>	<b>419 914</b>

## 52. Eventos subsequentes

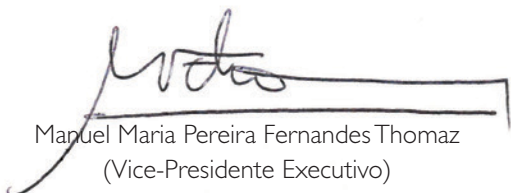
O Conselho de Administração não tem conhecimento de que possam existir eventos subsequentes que possam afetar a apresentação das demonstrações financeiras.



O Conselho de Administração



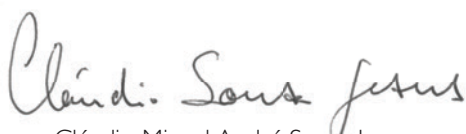
Afonso José Marçal Grilo Lobato de Faria  
(Presidente)



Manuel Maria Pereira Fernandes Thomaz  
(Vice-Presidente Executivo)



Gonçalo Ayala Martins Barata  
(Vogal Executivo)



Cláudio Miguel André Sousa Jesus  
(Vogal Executivo)



José Manuel Leitão Sardinha  
(Vogal Executivo)



José Manuel Barros  
(Vogal não Executivo)

O Técnico Oficial de Contas



Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

### RELATÓRIO

- 1 – Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas consolidadas da sociedade AdP – Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A., apresentadas pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2015.
- 2 – O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da AdP – Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A., e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contatos com os seus principais responsáveis, bem como através da leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração e da Comissão Executiva. Efetuou reuniões com regularidade, nas quais, por via de regra, contou com a presença do Administrador responsável pelo pelouro financeiro, e do Revisor Oficial de Contas. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções de fiscalização.
- 3 – O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, não tendo detetado situações de incumprimento materialmente relevantes.





- 4 – No âmbito das competências que lhe são atribuídas pelos números 1 e 3, do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o Conselho Fiscal verificou o cumprimento pela sociedade das obrigações aí estabelecidas, tendo emitido os Relatórios Trimestrais que foram remetidos às entidades competentes.
- 5 – O Relatório de Gestão e Contas de 2015 apresenta informação relativa ao cumprimento de objetivos de sustentabilidade, não obstante a análise completa para o Grupo nos domínios económico, social, ambiental, inovação e igualdade beneficiar da apresentação do Relatório de Sustentabilidade relativo a 2015, revelando-se um cumprimento material daqueles.
- 6 – Verifica-se o cumprimento, para a parte respeitante à prestação de contas anual aqui sujeitas a análise, das obrigações de divulgação estabelecidas no artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.
- 7 – O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório emitido pelos Auditores Externos sobre as contas consolidadas, nada havendo a objetar quanto ao seu conteúdo.
- 8 – O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas Consolidadas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual integra três ênfases que aqui se dão como reproduzidas, que mereceu o seu acordo e tomou conhecimento do respetivo relatório anual do mesmo Revisor Oficial de Contas sobre a fiscalização efetuada.
- 9 – No dia 30 de junho de 2015 foi finalizado o processo de reorganização territorial das operações de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, mediante a extinção de 15 empresas e simultânea criação de 3 novas entidades gestoras: Águas do Norte, Águas do Centro Litoral e Águas de Lisboa e Vale do Tejo, cujo sistema é operado pela EPAL. Com a reorganização territorial foram celebrados três novos contratos de concessão que permitem reconhecer os desvios de recuperação de gastos pela empresa, motivo pelo qual se

operou a transferência dos desvios tarifários, anteriormente registados nas contas consolidadas, nas contas individuais de cada uma destas empresas.

10 - A conclusão do processo de alienação da EGF, ocorrido em julho de 2015, permitiu à AdP reduzir o seu endividamento bancário e passar a deter uma estrutura financeira mais sólida.

11 - O Conselho Fiscal entende que, concluídos os processos de reestruturação do setor das águas e resíduos em Portugal, iniciada em 2012, devem ser otimizados os processos internos tendentes à redução dos riscos identificados e de equacionar a eventual reestruturação de sociedades que integram o Grupo AdP, cuja performance económica e financeira é sistematicamente negativa promovendo em paralelo uma maior celeridade na conclusão dos processos de extinção em curso.

12 - O Conselho Fiscal destaca ainda a redução da situação de dívidas de clientes municipais face em 2015, um processo que tem tido uma evolução positiva desde 2012, alcançando um valor de 384,4 milhões de euros em termos brutos. Esta corresponde a um decréscimo de 9,3% face ao ano anterior. O Conselho Fiscal mantém a preocupação com as dívidas de clientes municipais face à evolução desfavorável dos Clientes cobrança duvidosa em 2015, pelo que o Conselho de Administração deve dar continuidade à gestão ativa de redução da dívida vencida. O Conselho Fiscal releva ainda o crescimento do desvio tarifário (na ordem de 17,3%), o qual se cifrou, no exercício em apreço, num valor de 621,4 milhões de euros.

13 - Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras consolidadas (as quais compreendem a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2015, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e do rendimento integral, a Demonstração consolidada das variações do capital próprio, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as Notas às Demonstrações Financeiras consolidadas), são adequados à compreensão da situação patrimonial do Grupo empresarial liderado pela AdP - Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2015, e da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a atividade.

14 – O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, através do administrador responsável pelo pelouro financeiro, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da AdP – Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A..

#### PARECER

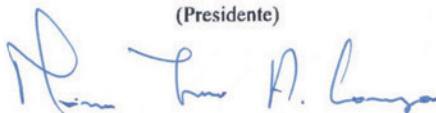
Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal dá a sua concordância ao Relatório de Gestão e Contas Consolidadas do exercício de 2015 da AdP – Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A., dando o seu parecer favorável a que sejam aprovados pela Assembleia Geral.

Lisboa, 24 de maio de 2016

#### O CONSELHO FISCAL



Carla Maria Lamego Ribeiro  
(Presidente)



Mário José Alveirinho Carrega  
(Vogal)



Ana Luísa Videira Gomes  
(Vogal)





**ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS**  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, Lda.

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS (CONSOLIDADAS)

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da *AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.*, as quais compreendem a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 6.407.000 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.428.256 milhares de euros, o qual inclui interesses que não controlam de 298.657 milhares de euros e um resultado líquido atribuível a acionistas da sociedade de 165.968 milhares de euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as Notas às demonstrações financeiras consolidadas.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável



AC

sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método de equivalência patrimonial;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Opinião**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da *AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.* em 31 de dezembro de 2015, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade, tal como adotadas na União Europeia.



AC

## Ênfases

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 7, chamamos a atenção para as seguintes situações:

- a) Conforme divulgado no ponto 5.1 das Notas às demonstrações financeiras consolidadas, foi finalizado o processo de reorganização territorial das operações de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, através da criação de três novos sistemas multimunicipais em substituição de quinze anteriormente existentes. De acordo com a legislação ao abrigo da qual foram constituídas as três sociedades que passaram a deter a concessão da exploração e da gestão dos novos sistemas multimunicipais, estas sucedem em todos os direitos e obrigações às sociedades concessionárias que foram extintas. Saliente-se que, para além dos activos e passivos transferidos das sociedades extintas, os desvios de recuperação de gastos, que anteriormente eram apenas reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, foram registados nos balanços das novas sociedades concessionárias, nos termos da legislação que as criou e à data da extinção das suas antecessoras (*vide* detalhe no ponto 15 das Notas às demonstrações financeiras consolidadas).
- b) Conforme decorre dos pontos 3.2 e 18.3 das Notas às demonstrações financeiras consolidadas, a dívida bruta dos Municípios, na qualidade de clientes, ascendia, em 31 de dezembro de 2015, a 384.345 milhares de euros. A Administração da AdP – *Águas de Portugal, SGPS, S.A.* manifesta a convicção de que, por via de acordos já estabelecidos e a estabelecer, os Municípios cumprirão com as suas obrigações, e de que não existem, à data, indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade adicionais. Saliente-se que, como é detalhado na nota 18.3. acima referida, com origem num princípio de acordo atingido entre a AdP – *Águas de Portugal, SGPS, S.A.*, a *ex-Águas do Zêzere e Coa, S.A.* e os municípios que compunham o sistema extinto em que esta se integrava, foi reconhecida no exercício uma imparidade de 19,6 milhões de euros, correspondente ao valor máximo que a perda pode vir a assumir. Dado que a concretização do acordo está sujeita a homologação ministerial, subsiste





nesta data uma incerteza quanto ao valor definitivo da imparidade e à sua forma de regularização.

- c) Tal como evidenciado nos pontos 5.1. e 46 das Notas às demonstrações financeiras consolidadas, a finalização no exercício da operação de alienação, por 154 milhões de euros, da participação de 95% no capital social da *EGF – Empresa Geral do Fomento, SA*, gerou uma mais-valia de 75,4 milhões de euros, o que representa cerca de 45,4% do resultado líquido do exercício.

#### **Relato sobre outros requisitos legais**

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 23 de maio de 2016

**ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS**  
*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.*  
representada por José Luis Areal Alves da Cunha



Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal

Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

## Certificação das Contas Consolidadas

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de AdP - Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem a Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 6.406.999.868 Euros e um total de capital próprio de 1.428.255.637 Euros, incluindo um resultado líquido atribuído aos detentores de capital da Empresa, enquanto mãe do grupo, de 165.968.422 Euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Variações do Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral das suas operações, as alterações consolidadas no seu capital próprio e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio de continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Opinião**

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de AdP - Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

#### **Ênfases**

8. Sem afetar a opinião expressa sobre a informação financeira consolidada, chamamos a atenção para as seguintes situações:
- 8.1** Conforme divulgado na nota 5.1 das notas às demonstrações financeiras consolidadas, e com efeitos a 01 de julho de 2015, foram criados três novos sistemas multimunicipais em substituição dos quinze sistemas multimunicipais existentes até 30 de junho de 2015, dando cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 92/2015, Decreto-Lei n.º 93/2015 e Decreto-Lei n.º 94/2015, todos de 29 de maio. No âmbito do referido processo, os ativos e passivos das empresas extintas foram transferidos para as novas entidades constituídas pelos respetivos valores contabilísticos, tendo os desvios de recuperação de gastos, que já eram reconhecidos na informação financeira consolidada à data da extinção das sociedades concessionárias, sido reconhecidos nos balanços das novas sociedades, de acordo com o disposto nos referidos Decretos-Lei.

**8.2** Conforme divulgado na nota 18.3 das notas à informação financeira consolidada, foi reconhecida no exercício uma imparidade no montante de 19,6 Milhões de Euros, em resultado do acordo entre a Águas de Portugal SGPS, S.A., a Águas do Zêzere e Coa, S.A. (Empresa agregada na Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.) e os municípios que integravam este sistema. Tendo em conta que a efetivação do princípio de acordo depende da homologação por parte do Ministro do Ambiente, a incerteza existente sobre a mesma poderá vir a determinar alterações futuras sobre a forma de regularização deste saldo que foi totalmente provisionado no corrente exercício.

Lisboa, 23 de maio de 2016

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:



Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)

